

Agosto 2018

Extractos da  
imprensa Angolana  
sobre questões sociais  
e de desenvolvimento

CEDOC Development Workshop - Angola

**DW CEDOC**

Centro de Documentação e Informação  
Development Workshop  
Luanda - Angola



## DEVELOPMENT WORKSHOP CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Janeiro de 2001 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este Jornal monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais.

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Microfinanças](#)
3. [Mercado Informal](#)
4. [OGE investimentos públicos e transparência](#)
5. [Governança descentralização e cidadania](#)
6. [Urbanismo e habitação](#)
7. [Terra](#)
8. [Serviços básicos](#)
9. [Género e Violência](#)
10. [Ambiente](#)
11. [Investimentos Chinesa em Angola](#)

As fontes monitoradas são:

- Jornais: Jornal de Angola, Folha 8, Terra Angolana, Actual, A Capital, Chela Press, O Independente, Angolense, Semanário Africa, O PAÍS, Economia e Finanças, O Crime, Expansão, e O Perfil.
- Websites: ANGOP, Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.
- Publicações Comunitárias como ONDAKA, Ecos do Henda, Info Sambila, Voz de Cacucaco e Jornal Vida Kilamba e Chella.

O Corpo das notícias não é alterado. Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

A Redação  
[Redação](#)  
Sobriano César Capitão

[Conselho de Edição](#)  
Allan Cain, João Domingos e  
Massomba Dominique

[Editado por](#)  
Development WorkshopAngola

[Endereço](#)  
Rua Rei Katavala 113,  
C. P. 3360, Luanda — Angola

[Telefone](#) +(244 2) 448371 / 77 / 66

[Email:](#) [cedoc.dwang@angonet.org](mailto:cedoc.dwang@angonet.org)

[Com apoio de](#)  
Development Workshop  
OXFAM Novib  
Fundação Bill & Melinda Gates  
International Development Research Centre  
Civil Society Challenge Fund  
Norwegian & The Netherlands Embassies  
European Union

### [Disclaimer](#)

1. Content  
DW – CEDOC provides this service solely for academic and research purposes. The articles are displayed as originally published, with reference to the source and date. DW– CEDOC does not give any guarantee for the accuracy of the transcription or its completeness.

2. References and Links  
The content of the articles do not necessarily represent the views or opinions of DW-CEDOC. DW-CEDOC reserves the right to change, complete or delete part or the whole website without prior announcement.

3. References to Articles  
DW-CEDOC facilitates this information library service and sets an example to mention the original source and date of the articles. If (parts of) articles are referred to in other documents, original sources should be cited.

# ÍNDICE

<b>I. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA</b>	<b>8</b>
1.1 Metade dos angolanos vive em pobreza multidimensional	8
1.2 A Pauta Aduaneira mostra que a nossa economia não quer combater a pobreza”	9
1.3 Estamos Malé, Malé, ya!	10
1.4 Combate à pobreza passa pela capacitação do sector privado	10
<b>2. MICROFINANÇAS</b>	<b>14</b>
2.1 Quarenta milhões para apoiar comércio informal	14
2.2 Banco" Sol passa a dar créditos aos professores da rede pública	15
2.3 Banco Sol disponibiliza um milhão de dólares para o projecto “meu táxi”	15
2.4 Banco disponibiliza Kz 900 milhões para micro crédito	16
2.5 Banco Postal empresta 200 milhões de kwanzas	17
2.6 Banco Postal cria crédito para habitação social e produtos para transformar sector informal	17
2.7 Banco Postal privilegia micro-crédito de olhos no mercado informal	18
2.8 Lucros dos cinco maiores bancos privados quase que triplicaram	18
2.9 Banco Sol concedeu empréstimo a jovens	19
2.10 Micro-Crédito às comunidades reduz desemprego na Lunda-Sul	20
2.11 Cooperativa aumenta capital social em mais de 50%	21
2.12 Cooperativa eleva o capital social	21
<b>3. MERCADO INFORMAL</b>	<b>23</b>
3.1 Taxa de empregabilidade ronda hoje 63 por cento	23
3.2 Formalização da economia pode promover emprego	24
3.3 Namibe continua a conservar a tradição pesqueira secular	24
3.4 Más condições ditam proibição de venda de peixe na Mabunda	25
3.5 MINPESMAR aposta na fileira da pesca artesanal, semi-industrial e aquicultura	26
3.6 Quarenta milhões para apoiar comércio informal	27
3.7 Ministra apela peixeiras a utilizarem mercado oficial da Mabunda	28
3.8 Vendedoras da Mabunda acatam decisão das autoridades	28
3.9 Problemática das zungueiras angolana num fórum dos Estados Unidos e China	29
3.10 Raio X ao sector das pescas	30
3.11 Associação leva informação sobre direito do consumidor	30
3.12 Polícia impõe ordem aos moto taxistas	30
3.13 Caso da Mabunda, Proibição de Pescado na Samba e Ilha	31
3.14 Defesa do consumidor projecta novas intervenções	32
3.15 IVA tem particularidades que reduzem a informalidade da economia	32
3.16 Mais de 100 jovens no 'olho da rua'	34
3.17 Desemprego, prostituição e delinquência é o que “sobrou” da praia da Madunda	34
3.18 Desespero dos lotadores de candogueiros	36
3.19 Polícias e fiscais juntam-se no combate à venda ambulante	38
3.20 «Em nenhum processo a senhora Cidália juntou provas de titularidade»	39
3.21 «Mas ela mesmo é quem construiu isso»	39
3.22 É proibido vender peças de carros e motos nas praças e ruas	40
3.23 Executivo pretende integração da economia informal na formal	41
3.24 Gestão do mercado do Km 30 é da responsabilidade do GPL	42
3.25 Participação dos cidadãos e o desenvolvimento económico	43
3.26 Vendedoras acusam fiscais de cobrar para permitir a venda em locais proibidos	44

3.27	O mercado do Golfe II e os maus hábitos	44
3.28	Banco Postal privilegia micro-crédito de olhos no mercado informal	45
3.29	Imigrantes ilegais 'invadem' zona de garimpo com ajuda de angolanos	45
3.30	Economista considera perdão fiscal uma injustiça tributária	46
3.31	Carteira de taxista servirá para combater os falsos profissionais	47

#### 4. OGE, INVESTIMENOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA 49

4.1	PGR investiga dívida pública	49
4.2	Governador pede captação de mais receitas fora do OGE	49
4.3	Governador pede captação de mais receitas fora do OGE	50
4.4	Novo imposto mais que triplica contribuição da formação do PIB	50
4.5	Agentes da administração local participam em acção formativa	51
4.6	Financiamento do FMI reduz o rácio da dívida	51
4.7	Receitas fiscais não cobrem a dívida	52
4.8	Debate no Cazenga sobre acções no OGE	53

#### 5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA 54

5.1	Auscultação ao processo autárquico encerra com múltiplas opiniões	54
5.2	Diplomas sobre autarquias são devolvidos ao Executivo	54
5.3	Governo vai passar a cobrar taxa de lixo aos munícipes	55
5.4	MAT considera que objectivos da auscultação sobre pacote autárquico terão sido alcançados	55
5.5	«Poder absoluto» substitui competências	57
5.6	Auscultação MAT exclui principais organizações da sociedade civil	57
5.7	Cidadãos denunciam e criticam processo autárquico «inquinado»	58
5.8	“Autarquias e “Gradualismo” em sede da Consulta Pública	58
5.9	Governador de Luanda exonera Tany Narciso e Carlos Cavukila	59
5.10	Segundo a UNITA MATRE está a impor o gradualismo aos angolanos	59
5.11	Despesas poderiam ser suportadas pelo OGE	60
5.12	Munícipes querem governantes próximos da população	61
5.13	Novos administradores adjuntos para Luanda	61
5.14	MAT e Faculdade de Direito da UAN promovem Conferência Internacional sobre as Autarquias Locais	62
5.15	Conferência Internacional sobre Autarquias debate modelo a aplicar em Angola	63
5.16	Governador pede captação de mais receitas fora do OGE	64
5.17	Os académicos, e as autarquias	65
5.18	Recomendações das autarquias	65
5.19	Secretaria de Estado defende revisão dos preços das casas	66
5.20	Angola deve evitar erros cometidos por outros países	67
5.21	Executivo defende modelo fiscal misto nas autarquias	68
5.22	Fragilidades da administração	69
5.23	Quadros da UNITA em formação sobre autarquias locais	69
5.24	Fernando Pacheco defende gradualismo geográfico para as autarquias locais	70
5.25	PRS acusa MAT de manipular auscultação ao Pacote Legislativo Autárquico	70
5.26	A descentralização regional em Angola é rentável? (sem ovos não haverá omeletes)	71
5.27	A implantação das autarquias e o mérito das suas valências	73
5.28	Autarquias e articulações intermunicipais	74
5.29	Autarquias põem sistema eleitoral «em cheque»	75
5.30	Desafios das Autarquias levados à 3ª edição da Feira dos municípios	76
5.31	Ministro lança alerta contra o “populismo”	77
5.32	MPLA e MLSTP/IPSD trocam experiências	78
5.33	Mulheres bem representadas na consulta do poder autárquico	79
5.34	Oposição quer que governo desista da ideia de gradualismo	79
5.35	Rostos das Autarquias Kilamba Kiayi (Errata)	80
5.36	Superávit fiscal nas autarquias	81



5.37	Autarquias faseadas para o MPLA “Afinar” a máquina	81
5.38	A sustentabilidade financeira das autarquias locais em Angola. Perspectivas	82
5.39	Parlamento encerra ano com foco nas autarquias	84
5.40	A sustentabilidade das autarquias locais em Angola. Perspectivas (conclusão).	85
5.41	Governadores não devem interferir na gestão autárquica	86
5.42	ADRA quer dois mandatos para presidente de Câmara	87
5.43	Desafio económico das autarquias	88
5.44	UNITA acusa MAT de conduzir mal o processo de auscultação das autarquias locais	89
5.45	Autarquias favorecem arrecadação de receitas	89
5.46	Mulheres devem dirigir metade das províncias	90
5.47	Importância dos municípios	90
5.48	Agentes da administração local participam em acção formativa	92
5.49	Jornalista e activista cívico defendem gradualismo funcional nas autarquias	92
5.50	Autarquias concorrem no combate à corrupção e desvios no erário	93
5.51	PRS quer consenso na implementação da autarquias	94
5.52	João Lourenço reúne Conselho de Ministro e de Governação Local no Huambo	94
5.53	Administração mais próxima do cidadão	95
5.54	Autarquias fortalecem democracia participativa	96
5.55	Partidos na Oposição apoiam candidatura de David Mendes para autarca do Cazenga	96
5.56	Regime financeiro local	97

## 6. URBANISMO E HABITAÇÃO

98

6.1	Pagamento do IPU rende mais de 42 milhões de kwanzas	98
6.2	Terras em Malanje com melhor gestão	98
6.3	PGR quer por fim à ocupação ilegal nas novas centralidades	99
6.4	Centralidade à vista na 'cidade de Ndalatando	100
6.5	Actuação sincronizada e célere para travar ocupações ilegais	101
6.6	Ministério do território propõe revisão dos preços	101
6.7	Ocupantes ilegais de imóveis e de terrenos na mira da PGR	101
6.8	PGR preocupada com elevado índice de ocupação ilegal de imóveis	102
6.9	Preços podem ser revistos	103
6.10	Procurador vai processar ocupantes ilegais	103
6.11	Primeira centralidade do Uíge foi aberta ontem aos habitantes	104
6.12	PR inaugura centralidade no Uíge	105
6.13	Imogestín «congela» vendas nos Zangas	105
6.14	Venda de casas em Luanda confirmada para Outubro	106
6.15	Administração municipal do Kilamba Kixai encerra Mediateca devido à degradação da infraestrutura	107
6.16	Banco Postal cria crédito para habitação social e produtos para transformar sector informal	107
6.17	Administração revela proposta de investimentos no próximo ano	108
6.18	Estado perde mais de mil milhões de kwanzas em IPU	108
6.19	Burlados pela Build Angola apresentam provas à PGR	109
6.20	Garantia Soberana jeosat Angola	109
6.21	Venda de terrenos para autoconstrução	110
6.22	Beco dos Mercadores clama por preservação	110
6.23	Académicos defendem “revitalização” do Património de Luanda	111
6.24	Crescimento urbano aumenta vulnerabilidade	112

## 7. TERRA

113

7.1	Fiscais agredidos por invasores de terrenos	113
7.2	Terras em Malanje com melhor gestão	113
7.3	Actuação sincronizada e célere para travar ocupações ilegais	113
7.4	Administração de Viana «reprova» trunfo de ancião enviado à Presidência	114
7.5	Governador denúncia supostos efectivos das FAA e Policia no «negócio»	114

7.6	PGR preocupada com elevado índice de ocupação ilegal de imóveis	115
7.7	Procurador vai processar ocupantes ilegais	116
7.8	Construção em áreas de risco desencorajada no Huambo	116
7.9	«Em nenhum processo a senhora Cidália juntou provas de titularidade»	117
7.10	Angolanos abandonados em Viana apontam corrupção e abandono das autoridades	117
7.11	Militares e polícias envolvidos na ocupação ilegal de terrenos	118
7.12	Venda de terrenos para autoconstrução	118
7.13	Advogado de camponês desiste do processo contra Paulo de Almeida	118
7.14	Paulo de Almeida pode ser “tramado” por documentos do terreno em litígio	119

## 8. SERVIÇOS BÁSICOS 121

8.1	Restringido abastecimento de água potável	121
8.2	O mar não tem cólera	121
8.3	A absurda falta d'água e luz na Carimba	121
8.4	Inauguração impede moradores da Barraca de consumir água do charafiz	122
8.5	Municípios buscam água em cacimbas e lagoas	123
8.6	Empresários contestam aumentos na água que chegam aos 99%	124
8.7	Recursos Hídricos	124
8.8	Sindicatos acusados de «entornar» água na EP AL	125
8.9	EPAL cobra nova tarifa a partir do corrente mês	126
8.10	Milhares de habitantes com mais água potável	126
8.11	Empresa de Águas facturou 961 mil e 730 Kz no primeiro	127
8.12	Governo retoma obras dos sistemas de água	127
8.13	Governo vai passar a cobrar taxa de lixo aos municípios	128
8.14	Reforçada estratégia contra cólera	128
8.15	Discutida estratégia para recolha do lixo	129
8.16	Cólera faz vinte mortes	129
8.17	Moradores da Casa Lurdes clamam por intervenção	130
8.18	Prevista construção de aterros sanitários em todas as províncias	131
8.19	Projecto de requalificação das valas de drenagem do Sumbe avança	132

## 9. GÉNERO E VIOLENCIA 133

9.1	Mulheres exigem criminalização do assédio sexual no trabalho	133
9.2	Mulheres bem representadas na consulta do poder autárquico	134
9.3	ICRA atento à igualdade de género	134
9.4	Marginais soltos "aterrorizam" cidadãos	135
9.5	Debate no Cazenga sobre acções no OGE	135
9.6	Cerca de 80% dos luandenses sofreram assaltos à mão armada na via pública nos últimos seis meses	136

## 10. AMBIENTE 137

10.1	Engenheiros abordam propagação das ravinas na província do Moxico	137
10.2	Ministra reconhece dedicação dos fiscais florestais	137
10.3	Ministra recomenda criação de instrumentos legais para fiscalizar áreas de risco	138
10.4	Trabalhadores do Atlântico plantam árvores em Talatona	138
10.5	Ravina destrói infra-estruturas no município de Cunhinga	139
10.6	Arranca hoje a nova campanha de exploração florestal nacional	139
10.7	Obras para conter ravinas vão finalizar em Outubro	140
10.8	Produção de madeira regista diminuição de 87 por cento	141
10.9	Construção em áreas de risco desencorajada no Huambo	142
10.10	Madeireiros defendem alargamento do prazo da campanha florestal	142
10.11	Madeireiros pedem alargamento do prazo de exploração	143

10.12	Obras para contenção de ravinas prontas para o arranque	143
10.13	Lunda-Norte tem plano de contenção de ravinas	144
10.14	Angolanos abandonados em Viana apontam corrupção e abandono das autoridades	145
10.15	Época chuvosa já começou em Angola	146
10.16	Luanda, a chuva e o lixo	146
10.17	Monitorização de secas e cheias é tema de seminário do Inamet	146
10.18	Proibição do corte do “Mussive” e “Pau Rosa” baixa exploração na região Leste	147
10.19	Projecto de requalificação das valas de drenagem do Sumbe avança	147
10.20	Exploração Anárquica de recursos florestais no Cuando Cubango	148
10.21	Cheias e seca dificultam o crescimento económico	149
10.22	Crescimento urbano aumenta vulnerabilidade	150
10.23	Economista considera perdão fiscal uma injustiça tributária	150

## 11. MIGRAÇÃO 152

## 12. EXPLORAÇÃO MINEIRA 152

## 13. INVESTIMENTOS CHINES EM ANGOLA 152

13.1	“O modelo chinês como inspiração (e não copia) na definição da filosofia de desenvolvimento para África”	152
13.2	Problemática das zungueiras angolana num fórum dos Estados Unidos e China	153
13.3	Sol assegura negócios de chineses	154
13.4	China e Polónia sondam áreas para investimento na Huíla	155
13.5	Chineses valorizam presença de Angola	155
13.6	Huawei projecta aumento de investimento em Angola	156
13.7	Angola e China negociam uma nova linha de crédito	157
13.8	Zona Económica Especial	157
13.9	Angola e China negociam nova linha de crédito de mais de 10 bilhões de dólares	158
13.10	China trata África "como um igual"	158
13.11	Crise na pesca vai a debate no Parlamento angolano com arrastões chineses na mira	158
13.12	Delegação angolana de alto nível acompanha Presidente a Pequim	159
13.13	Mais bilhões para Angola na pele de JLo	160
13.14	Ministro defende recuperação de políticas de gestão da ZEE	160
13.15	China recebe novo grupo de bolseiros	161
13.16	Governo chinês oferece bolsas a estudantes angolanos	162
13.17	Angola e China preparam bases da indústria militar	162
13.18	China aberta a negociar novo pacote de crédito para assegurar a construção de infra-estruturas	163
13.19	China acolhe Cimeira do Fórum de Cooperação China-África em Setembro	163
13.20	Cimeira China-África distingue Presidente	164
13.21	Cooperação China considera dívida de Angola controlada	165
13.22	China desdramatiza receios sobre empréstimos a Angola	165
13.23	Estudante angolano vence prémio na China	166
13.24	Embaixador admite associação criminosa	167
13.25	China é o maior parceiro comercial de África pelo nono ano consecutivo	167
13.26	Manuel Augusto a caminho da China	168
13.27	China forma especialistas angolanos	168

# I. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

## I.1 Metade dos angolanos vive em pobreza multidimensional

*Jornal O PAÍS*

*11 De Agosto de 2018*

*Texto: Maria Teixeira*

*Texto: Caála Ngunji*

A directora-adjunta do Instituto Nacional de Estatística (INE), Ana Paula Machado, revelou, ontem, em Luanda, que 48% da população residente em Angola vive em pobreza multidimensional.

Ao proceder à apresentação do "Inquérito de Indicadores Múltiplos e de Saúde (IIMS) 2015/2016" aos deputados da 6ª Comissão da Assembleia Nacional, explicou que é essa a pobreza que muitos países e investigadores preferem referir em relação à pobreza monetária.

"Podemos ver que no ano de 2008 a 2009 tínhamos a pobreza monetária e agora passamos para a pobreza multidimensional. Muitos países e investigadores preferem esta última, porque quando a pobreza é monetária tem como foco as despesas ou consumo", frisou. Acrescentou de seguida que "quando a pobreza é multidimensional temos um conjunto de indicadores. Tal como no índice de desenvolvimento humano, em que temos a saúde, educação e bem-estar, este indicador é similar".

Ana Paula Machado disse ainda que a taxa de fecundidade em Angola é altíssima, com uma média de seis filhos por mulher nas áreas urbanas e de oito por mulher na área rural. "Podemos ver que na adolescência essa taxa é muito alta", explicou.

"Cerca de 35% das adolescentes já tiveram um filho ou estavam grávidas na altura do inquérito. O uso do contraceptivo é baixo. 13% das mulheres actualmente casadas ou em união, de facto usavam algum método moderno e 27% das não casadas ou sexualmente activas usam métodos modernos, o mais usado é o preservativo masculino, com 20%. É um desafio muito grande para nós", detalhou.

Parlamentares consideram saúde problema transversal

O presidente da Assembleia Nacional, Fernando da Piedade Dias dos Santos, disse que o Inquérito de

Indicadores Múltiplos e de Saúde reflecte de forma clara a necessidade de se melhorar o índice de desenvolvimento humano da população angolana. "Temos consciência de que o problema da saúde em Angola é transversal. A pobreza, o desemprego, o baixo nível de escolaridade e o analfabetismo, associados aos poucos recursos disponibilizados ao sector social, têm contribuído para os resultados apresentados no relatório, que espelham a nossa realidade", afirmou, ao presidir a abertura do seminário sobre "Inquérito de Indicadores Múltiplos e de Saúde (IIMS) 2015/2016".

Segundo o responsável, o referido relatório faz uma análise da situação no país e do compromisso e desempenho das instituições do Estado. Reconheceu que, com base na análise destes indicadores, a situação social no país é preocupante e requer uma atenção especial.

"Denota-se, por exemplo, disparidades evidentes entre o meio rural e o meio urbano, que devem ser reduzidas. Este relatório reflecte, de forma clara, a necessidade de se melhorar o Índice de Desenvolvimento Humano da nossa população. Por essa razão, constitui uma óptima ferramenta que nos pode ajudar a melhor definir as políticas públicas em áreas sensíveis e de grande importância, que dizem respeito a todos nós", frisou.

Ao dirigir-se aos participantes no evento promovido pelos deputados da 6ª Comissão, que trata da Saúde, Educação, Ensino Superior, Ciência e Tecnologia, Fernando da Piedade Dias dos Santos afirmou que a responsabilidade de inverter este quadro é de todos.

"Portanto, o desafio de melhorar os dados dos próximos relatórios deve ser prioridade da nossa agenda nesta legislatura. Sim, é possível alterar-se este quadro, através de uma cooperação positiva com o Executivo, com o objectivo de serem implementadas políticas e medidas capazes de reduzir a pobreza, o desemprego e as diferenças sociais", afirmou.

O evento, que serviu para dar a conhecer os dados estatísticos da real situação em que se encontra o sector da Saúde, bem como a situação sócio-económica do país, contou com a participação de deputados, alguns dos quais presidentes das Comissões Especializadas de Trabalho da Assembleia Nacional, funcionários, agentes parlamentares, entre outros.



## 1.2 A Pauta Aduaneira mostra que a nossa economia não quer combater a pobreza”

*Jornal O PAÍS*

*15 De Agosto de 2018*

*Texto: Mariano Quissola / Rádio Mais*

Já vigora a nova Pauta Aduaneira, com dois objectivos fundamentais: dinamizar a produção e diversificar a economia. É este o caminho?

Continuamos com uma Pauta Aduaneira de um país que, aparentemente, não está em crise, que se dá ao luxo de cada vez mais taxar os produtos que entram em Angola. Parece que todos os governos estão a seguir a 'Trumpmania'. O Presidente Trump destapou o véu das economias que são altamente proteccionistas. A Pauta Aduaneira mostra que a nossa economia não quer combater a pobreza.

O argumento do agravamento dos produtos da cesta básica, por exemplo, obedece à estratégia da produção interna. Não colhe?

O que determina a competitividade é o custo de produção, a tributação excessiva constitui barreira para os empresários, o nosso mercado de câmbio ainda não é decente e não dispomos de uma infra-estrutura produtiva. Estamos a agravar muitos produtos que não produzimos localmente.

Um investidor estrangeiro que olha para essa Pauta Aduaneira como acha que reagiria?

A reacção será de ver o reflexo de um país fechado, porque tem taxas acima de 10%. Os países que hoje são os mais desenvolvidos do mundo, quando começaram, não se fecharam ao mundo.

Mas é o caminho que o Executivo encontrou para incentivar a produção interna ...

É o caminho que o mundo está a seguir, não é só o Executivo. O Trump está seguir e outros ...

Qual seria a outra saída, na sua perspectiva?

A economia deve ser organizada na perspectiva de que uma economia não é ilha em si mesma. Tem que se relacionar com as outras economias, e isso é fundamental para combater a própria fome e a pobreza. A economia já sofre com a inflação, agravar as taxas no intuito de proteger a produção interna ... Sempre fomos proteccionistas e os empresários não produziram nada. Os nossos produtos nacionais são mais caros que os importados. Porquê taxar a importação, se o objectivo é o bem-estar do povo?

A Pauta é revista a cada cinco anos, essas serão as regras desta legislatura e consequências?

O grau de abertura ao comércio externo de Angola está abaixo de 40%, porque a nossa economia é muito fechada. O único produto que faz ser aberta é o petróleo, que tenta dar um ar de graça à nossa balança de pagamentos. A Pauta Aduaneira é dos indicadores de atracção de investimento externo.

A Lei de Investimento Estrangeiro foi revista para atrair investimento ...

Todos os países têm leis, hoje, a atracção de investimento estrangeiro é competitividade, não são as leis, mas a possibilidade de repatriamento de capitais, direito de superfície, justiça para a protecção dos investimentos.

Camponeses do Golungo Alto enfrentam dificuldades para o escoar produtos. Que solução definitiva para este problema?

É um problema crónico, de modo geral. Quando se trata de infra-estruturas, Angola joga dinheiro fora. Enquanto não dispormos de infra-estruturas agrícolas, industriais e humanas, não vamos atingir os nossos objectivos. Os agricultores reclamam do mau estado das estradas, que fazem encarecer os custos com a transportação. Os transportadores incorporam o custo do mau estado das estradas no preço. É aí onde devia residir a preocupação dos empresários em instar o Governo a focar-se nas suas funções clássicas. Se continuarmos a investir na marginal, campos de futebol sem efeitos multiplicadores à produção, será um luxo na miséria. Se na última década tivéssemos investido em infra-estruturas de apoio à produção, não teríamos essa crise.

A Comissão Económica voltou a reunir-se fora de Luanda, desta vez no Uíge, onde foi apreciado o processo de passagem de Angola a país de rendimento médio. Como avalia essa infirmação?

Angola ainda está muito distante de se tornar num país de renda média, na mediada em que os índices de desenvolvimento humano têm caído cada vez mais. E um país para transitar para esse escalão deve oferecer saúde, educação, saneamento básico, justiça, criar riqueza e viver sem crescimento anémico. Passar para esse nível há uma desvantagem: reduz a ajuda pública ao desenvolvimento. Deixa de beneficiar de alguns financiamentos destinados a países pobres. Podemos perder, por exemplo, o acesso ao AGOA.

Aginaldo Jaime, presidente da ARSEG, disse à TV Zimbo que as - medidas adoptadas pelo Executivo de João Lourenço para a estabilidade macroeconómicas são positivas. Concorda?

É alguém que já esteve no Governo, já foi ministro das Finanças, já foi governador do banco central, está habituado a dizer que as coisas estão bem. Não esperava uma abordagem diferente sobre o que contribuiu para chegarmos a este cenário de crise. Seria extraordinário se a abordagem fosse diferente. Mas na mesma entrevista contradiz-se na ideia de que as políticas de estabilização são positivas. Disse que o desemprego está a aumentar, a inflação sobe ... a própria entrevista responde ao entrevistado.

Essas medidas não caminham para a estabilização macroeconómica?

São medidas tímidas e atabalhoadas, do ponto de vista de trajectória. Não acredito que a ideia de reestruturar a economia é fazer que o Estado tenha mais dinheiro que as empresas e as famílias. Em período de crise estamos a pôr novos impostos e onerar outros, o Estado não .... reduz, continua o mesmo número de ministérios, institutos e com as mesmas empresas.

Este Executivo tem menos de um ano de exercício, não esqueceu?

Mudar o modelo económico deve ter timing para adoptar as medidas. O Plano Intercalar terminou e não acabou de ser implementado. Se tivesse sido implementado de forma rigorosa não chamaríamos o FMI para nos ajudar.

Sugestão de Litura:

Título: "O investidor inteligente" Autor: Benjamin Graham, influente economista norte-americano, considerado o precursor da estratégia "buy and hold" de investimentos em acções, adoptada pelo seu seguidor bilionário Warren Buffett.

### 1.3 Estamos Malé, Malé, ya!

*Jornal O País*

*20 De Agosto de 2018*

*Texto: Raúl Castro Santeiro Lawula*

Com a crise que passou a morar em Angola a partir de 2014, o Executivo desceu a correr dos limbos da "banga angolana" e decidiu um quanto tarde demais - mais de 40 anos de atraso - pôr os pés assentes no chão e criar políticas públicas para resolver os famigerados "problemas do povo". Acorreram aos tachos governamentais uns engraçadíssimos sabichões da economia e decidiram diversificar a economia.

Essa medida, está claro, devia ter sido tomada no "tempo das vacas gordas", mas enfim, mais vale tarde

do que nunca. Portanto, um quanto tardiamente com os pés assentes no chão, começaram, enfim, a ser criadas políticas públicas para resolver os tais "problemas do povo". Passados estes anos desde esse tempo de ameaça de crise até hoje, a verdade é que, com a subida de mais de 100% do preço dos combustíveis no país, com a subida vertiginosa do preço dos produtos no mercado formal e informal, o que nós vemos é que a política de regulação de preços não se faz sentir no mercado angolense, por isso, a vida será cada vez mais dura.

Perante este cenário, as famílias de baixa renda serão as mais afectadas, porque têm um nível de vida mais baixo do que mínimo de pobreza que possamos imaginar. Entretanto, Ai ué!, a única coisa que se manteve estável foram os salários! Essa gente, portanto, uma vez mais sentiu-se traída. E agora é preciso ter coragem, porque urge responsabilizar civil e criminalmente os responsáveis desta situação, quer dizer, os gestores públicos que roubaram ou prevaricaram.

### 1.4 Combate à pobreza passa pela capacitação do sector privado

*Jornal de Angola*

*25 De Agosto de 2018*

Senhor Presidente como pensa que Angola e a Alemanha vão reforçar essa cooperação?

Depois desta visita de dois dias à República Federal da Alemanha, ambos os países pensam reforçar os níveis de cooperação económica, aumentando o investimento privado alemão em Angola, aumentando o financiamento alemão para o Estado angolano, para poder realizar investimentos, sobretudo, na área de infra-estrutura. E é desta forma que nós pensamos dar continuidade à nossa boa cooperação.

Que acordos foram assinados nesta visita?

Acordos, propriamente ditos, não foram assinados. Foram assinados alguns memorandos de entendimento. Mas o que devo dizer é que, do encontro que mantive com a chanceler federal Angela Merkel, ontem (quarta-feira), e do encontro demorado que mantive esta manhã (quinta - feira) com o Presidente Frank - Walter Steinmeier, em qualquer um deles recebemos garantias de todo o apoio do Governo alemão às empresas alemãs. Quer aquelas que já lá estão, quer aquelas que participaram no fórum empresarial que teve lugar ontem (quarta-feira) e que tive a oportunidade de fazer a abertura, manifestaram o interesse de ir para Angola.

Sai da Alemanha com perspectivas de negócios entre Angola e a Alemanha?

Sim. Saímos com coisas muito concretas, palpáveis. De referir que, para além do fórum empresarial que eu ontem (quarta-feira) me limitei a abrir - deixei os ministros a trabalhar o dia todo com os empresários alemães - à noite, fomos obsequiados com um jantar de trabalho, que reuniu 20 das maiores empresas alemães, não só das que já estão a operar em Angola, quer de algumas que manifestam a intenção de o fazer. Portanto, neste jantar de trabalho, vimos com algum pormenor projectos nas áreas de energia, transportes, sobretudo, agricultura e outras.

Pedi também, esta quarta-feira, aos investidores alemães para ajudarem a proteger a costa angolana, nomeadamente para o fornecimento de embarcações de guerra e meios electrónicos. Acha que a Alemanha vai ajudar neste sentido, tendo em conta as críticas face à proposta de venda, em 2011, de barcos patrulhas?

Estive aqui, em 2014, na condição de ministro da Defesa e, nessa altura, procurámos conseguir a aquisição destas embarcações a partir daqui da Alemanha. Bom, por razões de diversa ordem, sobretudo, aquando da conjuntura interna alemã e da própria União Europeia, não foi possível naquela altura, mas estamos absolutamente convencidos de que os constrangimentos que existiam naquela altura foram ultrapassados. A própria chanceler federal, Angela Merkel, ontem (quarta - feira), na conferência de imprensa depois do almoço de trabalho que tivemos, fez referência a isso sem receio absolutamente nenhum das reacções que a imprensa pudesse ter. Significa que os constrangimentos do passado estão ultrapassados e o Estado alemão vai apoiar os estaleiros navais que eles vão oferecer a Angola.

Falou do apoio do FMI, por que, agora, o apoio é financeiro e não apenas a assistência técnica como estava previsto?

Angola é membro destas instituições, as chamadas de "Breton Woods". Nós pagamos quota quer ao FMI, quer ao Banco Mundial e, portanto, é absolutamente justo que também possamos beneficiar dos financiamentos em condições boas que o fundo oferece aos Estados que a ele recorrem. Portanto, vamos beneficiar deste financiamento em condições que são melhores do que o crédito de outros bancos comerciais. Vamos ganhar com isso. Não temos receio. Sabemos que, quando se fala do Fundo Monetário Internacional, tem-se a ideia de que é um bicho papão, que é preciso ter cuidado. Depende. Os programas do Fundo Monetário Internacional não

são todos iguais. Nós não estamos a falar de um resgate a exemplo do que se passou com alguns países europeus, nomeadamente Portugal e Grécia. Não é disso que se trata. É um outro tipo de ajuda financeira que não tem a gravidade de um programa de resgate.

O que espera das negociações com o FMI marcadas para Outubro?

O que esperamos é a consolidação deste casamento, se assim posso dizer, desta nova Angola e essa instituição financeira internacional, o FMI. Aliás, acrescentar que não só teremos essas conversações em Outubro, como conto receber a presidente do Fundo Monetário Internacional, em Luanda, no próximo mês de Dezembro. Em Março, uma consultora aplaudia as reformas que tem feito, por exemplo as mudanças nas nomeações de alto nível. Mas fazia ao mesmo tempo um alerta: dizia que a capacidade de o Governo implementar com sucesso as medidas que se propõe é incerta. Por isso pergunto: o Governo conseguirá implementar as reformas?

Está a referir-se a que tipo de reformas? Políticas, económicas...? Qual delas? Todas no geral? Sim, vamos conseguir. Estamos convencidos que sim, porque senão já teríamos desistido. Se não o fizemos é porque acreditamos no sucesso destas medidas. É evidente que se costuma dizer que não há parto sem dor. Estamos dispostos a sentir a dor até que o bebé nasça.

O repatriamento de capitais já começou?

Não e nem podia ter começado, porque a lei estabeleceu um prazo que só vence no final do ano, em Dezembro. Antes deste período, não é de se esperar que comece. Estão previstas reformas mais abrangentes, profundas nos sectores que já falámos, por exemplo, na facilitação do ambiente de negócios? Vamos descobrindo cada vez mais a necessidade de mexer aqui, mexer ali. Mais recentemente, tomámos uma medida que consideramos profunda que é a criação da Agência de Petróleo e Gás, que vai separar a Sonangol em duas cabeças. A Sonangol vai deixar de ser, como se costuma dizer, árbitro e jogador. Há uma que vai ter uma missão específica de se preocupar com a produção quer do petróleo, quer do gás, quer da refinação, e outra que terá a função de agência. Esta foi a medida mais recente que tomámos, mas acredito que outras virão.

O FMI disse em Junho na sua avaliação anual que o dinheiro para a Educação não chega. Disse também que é preciso uma fatia maior do orçamento para combater as desigualdades sociais em Angola e muita

gente espera mudanças neste domínio. O que está a ser feito para combater a pobreza no país?

Para combater a pobreza no país, é necessário um conjunto de medidas e não apenas uma. Uma delas é a aposta na Educação e nós estamos atentos a isso. Queremos melhorar a qualidade de ensino. Foram abertos concursos de admissão de professores para a Educação. O mesmo se passa na Saúde. Portanto, estamos a prestar uma atenção particular ao sector social: Educação e Saúde. Precisamos investir mais em infra-estruturas para que elas cubram a totalidade do país. Investir mais no homem, no professor, no enfermeiro, no médico. Isso vai sendo feito. Nós estamos em véspera de aprovar, ou preparar para logo a seguir ser aprovado o OGE para o próximo ano, e acreditamos que este orçamento vai reflectir um pouco a importância que damos a estes sectores. Para além disso, combater a pobreza, combate-se com mais produção de bens essenciais à população. Estamos preocupados em capacitar o sector empresarial privado, não só para aumentar a oferta de bens e serviços, mas sobretudo também para garantir maior oferta de emprego para a nossa população, os jovens em particular.

No próximo orçamento, vai haver mais dinheiro para a Educação, mais dinheiro para a Saúde?

Sim, com certeza.

Houve, recentemente, um caso descrito como a execução sumária de um cidadão que foi filmado a ser atingido por um agente do Serviço de Investigação Criminal. O Ministério do Interior decidiu responsabilizar este agente criminal. Há novidade deste caso? O que é que o Governo está a fazer para evitar que casos como estes se repitam?

Este caso em concreto está entregue à Justiça. Há outros casos. Já há um caso recente de um agente do SIC que foi condenado. Não me refiro a este. É um caso mais antigo. Em relação a este, o processo está a decorrer os seus trâmites junto das instâncias competentes. Portanto, vamos aguardar. Não tenho outros comentários a fazer.

Em Janeiro deste ano, a FLEC lamentava da falta de mudança em Cabinda com o novo Governo angolano. Como vê a situação de Cabinda?

Vejo a situação de Cabinda com tranquilidade. Às vezes, há ou procura -se fazer muita tempestade num copo de água. De que nos acusam não sei. A gente para responder tem que responder a questões muito concretas a que se passa em Cabinda? Que mal o Governo fez em Cabinda e contra o povo que reside em Cabinda? Que me digam. Estou disposto a

responder. Agora falar assim no ar o caso Cabinda, o caso Cabinda, não é nada.

Ainda em Agosto, a FLEC falava em intimidação, repressão, prisões arbitrárias...

As pessoas têm nomes. Prisões arbitrárias? Citem nomes de pessoas. As acusações são feitas contra pessoas. Se há esses casos, citem-me. Houve no passado o caso de um padre, creio, de Cabinda que esteve detido e depois foi solto, hoje até meteu-se na política, acabou por ser eleito deputado, está no Parlamento, e é alguém que tem nome. É um caso concreto. Agora falar no ar, eu também não posso responder.

Já começamos a sentir os resultados do combate à corrupção

Falando do ambiente de negócios em Angola, muito se falou disso também nesta visita e a empresária Isabel dos Santos disse, recentemente, que Angola é pouco atractiva para os investimentos estrangeiros e citou a falta de divisas. O que pensa sobre essa crítica?

Eu não queria entrarem mesquinheiros deste tipo para uma cidadã que, sendo nacional, desencoraja o investimento para o seu próprio país. É o único comentário que tenho a fazer. Muito obrigado.

Senhor Presidente, disse no Parlamento Europeu, em Julho, que Angola estava numa cruzada contra a corrupção e a impunidade. Quais serão os próximos passos nesta cruzada?

Os próximos passos são seguir a mesma trajectória que já foi delineada, traçada. Sabe que nesta luta há acções que dependem não apenas do poder político. O poder político está a fazer a sua parte. Há outra parte que depende dos cidadãos, que devem denunciar, e há uma parte muito importante em qualquer democracia que depende da Justiça. E aí não posso interferir e dizer exactamente o que a Justiça vai fazer. Só sei dizer que alguns casos já estão com a Justiça. Sobre qual será o desfecho, daqui para frente, só eles poderão dizer.

Prometeu também no Parlamento Europeu que, em breve, se iriam sentir os resultados positivos desta cruzada contra a corrupção. Para quando estes resultados?

Já começámos a sentir. Como consequência das orientações que nós demos, enfim da coragem que demonstrámos em levar a cabo esta luta que não é fácil porque sabemos que do outro lado há quem esteja interessado a desencorajar-nos, em querer levarnos a desistir, o que não vai acontecer -, mas,

pelo facto de a comunidade internacional ter constatado já que o que nós dissemos é para levar a sério, não é brincadeira nenhuma, começamos já a receber os sinais positivos disso, a tal ponto que nós só conseguimos a emissão dos eurobonds; como conseguimos mais recentemente - pelo menos, está anunciado e houve a reacção positiva do outro lado - o acordo de financiamento do Fundo Monetário Internacional a Angola. Portanto, isso só acontece quando há o reconhecimento de que há um progresso real num conjunto de medidas e não apenas no combate à corrupção, mas outras medidas que levam estas instituições internacionais a acreditar em Angola.



## 2. MICROFINANÇAS

### 2.1 Quarenta milhões para apoiar comércio informal

*Jornal Folha 8*

*4 De Agosto de 2018*

Banco Postal, segundo o gestor, tem um plano para financeira pessoas que se dedicam ao comércio informal em valores que vão de 100 a 700 mil kwanzas, com prazos de reembolso que vão de dois meses a um ano. Porém, disse o director, de modo geral o banco pode conceder crédito em montantes que do de 100 mil a 100 milhões de kwanzas a clientes dos segmentos de micro crédito, micro-finanças e de nível médio. As informações foram prestadas na altura em que foram formalizados os primeiros contractos, existindo dez outros clientes que aguardam financiamento no âmbito do comércio informal. Questionado sobre garantias apresentadas pelos aderentes, Virgílio Mendes explicou que a única que o banco tem é a capacidade de reembolso do dinheiro através do negócio dos clientes.

Justificou ainda que "os riscos existem para serem geridos. Não existe negócio sem riscos, nem banco sem riscos. O que tem que acontecer é um conjunto de critérios equilibrados e reais que nos ajudam a avaliar o risco".

O Banco Postal foi constituído em Setembro de 2016, em Luanda, com o objectivo de promover a criação sustentável de emprego e a dinamização da economia nacional.

A nova instituição bancária tem o capital social composto por entidades empresariais nacionais públicas e privadas, onde se destacam a Empresa Nacional de Correios e Telégrafos de Angola, E.P., a ENSA Seguros de Angola, S.A, o Grupo ENSA - Participações e Investimentos, S.A., a CGM Capital e a C8 Capital.

Com a sua constituição, o Banco Postal tornou-se na mais recente instituição do panorama bancário nacional e pretende ser uma referência para o reforço da confiança, da segurança e da modernidade do sector financeiro do nosso país. Para os Correios de Angola, E.P. a nova instituição bancária será um forte vector de inovação do sistema bancário, ao apostar na criação de novas formas de servir o mercado e em novos produtos que irão ao encontro das reais necessidades dos clientes. "Mais do que um Banco somos uma instituição onde a cultura pelo rigor permite-nos assumir, com a maior das

responsabilidades. a garantia de uma experiência financeira única", afirma o Presidente do Conselho de Administração, João Freire, acrescentando que o Banco Postal aceita "os desafios do presente como uma excepcional oportunidade para criar um futuro mais inclusivo e acima de tudo mais justo. Por isso, para nós, o futuro acontece na forma simples e inovadora como disponibilizamos serviços e produtos financeiros com impacto significativo na vida de pessoas e dos negócios".

João Freire acrescenta que "o Banco Postal aposta na diferenciação por via da diversidade e da inclusão que se materializa na sua oferta de produtos e serviços, bem como no seu património humano. Conscientes da missão a que nos propusemos, pautamos a nossa actuação com uma conduta digna e transparente, assente em valores sólidos que nos permitem contribuir de forma significativa para crescimento e fortalecimento do ecossistema financeiro angolano". "Enquanto agentes desse ecossistema, ligamos pessoas e negócios ao mundo num elo fortalecido cada dia pela mais elementar das características das relações humanas e na confiança. A confiança no que acreditamos ser justo e correcto!", diz o PCA, acrescentando que o banco pretende "igualmente diferenciar-nos pelo investimento em tecnologia, bem como em processos e modelos de gestão que lamentem a inovação, mas acima de tudo que consolidem a garantia de qualidade e excelência que pretendemos conferir a nossa marca. E como tal deixar" um profundo legado às gerações futuras".

Em Fevereiro o Banco Postal lançou duas novas Unidades de Negócio Comércio & Empresários e Corporate & Personal. Após o lançamento do Xikila Money, ocorrido em Março do ano passado, a instituição deu assim seguimento ao seu plano inicial, centrado na dinamização da economia nacional, através do fomento da inclusão financeira e social. "O Banco Postal Comércio & Empresários e o Banco Postal Corporate & Personal são duas novas Unidades de negócio altamente especializadas, inovadoras e dedicadas aos segmentos que pretendem servir", explicou na altura N'Cunu Tiny.

Comércio & Empresários visa os empresários individuais, as micro e pequenas empresas que se encontram na economia formal e informal e que são marginalmente servidos por bancos e instituições de micro-finanças. Esta unidade conta, numa primeira fase, com três Centros de Negócios e apresenta como um portfólio de produtos de serviços de onde se desta com as soluções de crédito especialmente desenhadas para os clientes deste segmento.

Por sua vez, Corporate & Personal, visa as médias e grandes empresas e clientes particulares com elevados

rendimentos. A proposta de valor diferenciadora assenta na prestação de um serviço personalizado, de elevada qualidade suportado pelas mais modernas e inovadoras tecnologias de banca digital. Corporate & Personal iniciou a sua actividade com um Centro Financeiro dedicado, localizado no Edifício ESCOM, no centro de Luanda. As novas Unidades de Negócio do Banco Postal. Comércio & Empresários e Corporate & Personal ambicionam posicionar-se como factores geradores da promoção e criação de emprego e contribuir fortemente para uma economia mais próspera e mais inclusiva.

## 2.2 Banco" Sol passa a dar créditos aos professores da rede pública

*Jornal de Angola*

*9 De Agosto de 2018*

*Texto: César André*

Os professores do Ensino Geral a nível da rede pública passam a beneficiar de créditos do Banco Sol, na sequência de um acordo rubricado ontem, em Luanda, entre a instituição bancária e o Ministério da Educação. O protocolo de financiamento, avaliado em quatro mil milhões de kwanzas, foi rubricado pela administradora do Banco Sol, Carla Van-Dúnem, e pela directora de Recursos Humanos do Ministério da Educação, Ludimila de Sousa, numa cerimónia presenciada pela ministra Maria Cândida Teixeira.

O Banco Sol vai pôr à disposição dos interessados três tipos de crédito - consumo, automóvel e habitação -, uma decisão que a ministra da Educação disse ser demonstrativa do estado das relações de cooperação entre as duas instituições, que se deseja sólida, no âmbito da parceria público-privada, para a melhoria das condições dos funcionários do sector, induzindo os administrativos e dos serviços gerais.

A garantia para a solicitação de crédito é o salário, domiciliado no Banco Sol, devendo o Ministério da Educação aparecer como facilitador. Os créditos vão ser concedidos em função da "necessidade específica e pontual" de cada funcionário e dentro das condições preestabelecidas pelo protocolo ontem rubricado. A ministra da Educação disse esperar que os trabalhadores dêem "destino certo" aos valores que receberem do Banco Sol, por ser uma via de cada um melhorar a vida das suas famílias.

O presidente do Conselho de Administração do Banco Sol, Coutinho Nobre Miguel, agradeceu à direcção do Ministério da Educação por confiar na instituição bancária, no mercado há 17 anos e com uma estratégia que a coloca como parceiro do Executivo. "O professor é um elemento determinante

para o desenvolvimento do país", reconheceu o gestor bancário, para quem, "quando falamos de cidadania e desenvolvimento sustentável, temos que, antes de mais, olhar, de forma honesta e profunda, para o elemento fundamental, o professor".

Na sua opinião, o sector bancário deve promover a igualdade, o desenvolvimento e a inclusão social, além de resgatar a cidadania. Coutinho Nobre Miguel lembrou que o Banco Sol é a primeira instituição bancária em Angola a colocar no mercado o micro-crédito, um "instrumento útil e valioso para a redução significativa da pobreza e o combate à fome e ao desemprego".

De acordo com o gestor bancário, o acordo rubricado com o Ministério da Educação resulta do facto de os professores terem enormes dificuldades' daí o Banco Sol ter "estruturado produtos e serviços adoptados à classe". Coutinho Nobre Miguel garantiu que o Banco Sol pretende transformar o protocolo num "instrumento verdadeiramente importante e capaz de melhorar a qualidade de vida dos professores".

A administradora do Banco Sol, Carla Van-Dúnem, garantiu que todos os professores da rede pública com salários domiciliados na instituição bancária Vão ser contemplados e disse haver já alguns pedidos de concessão de créditos. Carla Van-Dúnem disse, a título de exemplo, que o prazo para a liquidação do Crédito Consumo é de 48 meses e do Crédito Automóvel 60 meses.

## 2.3 Banco Sol disponibiliza um milhão de dólares para o projecto "meu táxi"

*Jornal Economia e Finanças*

*10 De Agosto de 2018*

*Texto: Xavier António*

O Banco Sol disponibilizou esta semana, um milhão de dólares para financiar o projecto "Meu Táxi", num acordo com empresa Organizações Chana.

Rubricado pelo presidente do Conselho de Administração do Banco Sol, Coutinho Nobre Miguel e o director-geral das Organizações Chana, Paulo Vaal Neto, visa facilitar o acesso por parte dos micro e pequenos empresários do sector de prestação de serviço e transporte ao microcrédito para aquisição de viaturas sob forma de franquia.

Na ocasião, o director de Micro-Créditos do Banco Sol, Esmeraldo Cerca precisou que o acordo vai financiar táxis para jovens empreendedores a nível do

país. "Numa primeira fase vai abranger 100 jovens, sendo que a ideia é subir esse número ao longo do tempo".

Acesso ao crédito

Explicou ainda que o valor de cada viatura está avaliado entre 15 a 20 mil dólares em Kwanzas, num prazo de reembolso de dois anos com uma taxa de juro de 1,88.

"Os jovens terão de ser identificados quer pela Organizações Chana assim como pelo, devem ter mais de 20 anos de idade, possuir carta de condução profissional e serão testados do ponto de vista psicológico", disse.

Por sua vez, o director da empresa Organizações Chana, Paulo Vaal Neto sublinhou que o projecto "Meu Táxi" está aberto à todos jovens que têm espírito de empreender e "nos disponibilizámos a viatura toda caracterizada para permitir que os jovens possam realizar serviços personalizado de táxis e sustentar às suas famílias".

Referiu que o projecto começou em 2015 e que altura mereceu o apoio do Ministério da Juventude e Desportos. "Chegamos a ter 160 viaturas a circular em todo país", acrescentou.

Além de Luanda o projecto "Meu Táxi" já existe nas províncias de Malange, Cuanza Sul.

Para o PCA do Banco Sol, Coutinho Nobre Miguel a iniciativa mostra de forma clara que a classe empresarial angolana está a ganhar consciência do seu papel, função e lugar no sentido de assegurar o crescimento económico do país.

"Angola de hoje e de amanhã precisa de respostas sustentadas e credíveis que lhe permita colocar no patamar de um país em fase de desenvolvimento e crescimento. As micro, pequenas e médias empresas constituem a espinha dorsal de qualquer economia, pois que elas permitem maior mobilidade de empregos para jovens e combate ao desemprego, à fome e pobreza", afirmou.

## 2.4 Banco disponibiliza Kz 900 milhões para micro crédito

*Jornal O PAÍS*

*16 De Agosto de 2018*

*Texto: Hélder Caculo*

Em entrevista ao OPAÍS, Virgílio Mendes, director-geral que responde pela unidade de Comércio & Empresários, revelou que a instituição tem

capacidade financeira para oferecer operações de crédito aos clientes, desde que estejam devidamente organizados e a sua avaliação de risco garanta ao banco o retorno do capital emprestado.

O objectivo é potenciar as micro-finanças ou micro-crédito através de várias soluções de financiamento e apoio às médias empresas, assim como diminuir a actividade informal.

"Temos vários produtos, como, por exemplo, o "Postal do Empreendedor", que vai até Kz 5 milhões. Para as médias empresas temos um pacote especial denominado "Postal Empresas", com financiamento até Kz 10 milhões com possibilidade de ascender aos Kz 100 milhões.

O responsável declarou igualmente que o Banco Postal desenvolve um programa de crédito e financiamento de projectos de negócios informais avaliado em cerca de Kz 40 milhões.

"Hoje, temos orçamentados Kz 40 milhões para o mercado informal. Somos um banco com menos de um ano de operação. Para aquilo que nós orçamentamos para o sector informal, neste momento, temos uma taxa de retorno bastante eficiente".

Disse que a instituição que dirige está ciente de que o mercado informal é um grande desafio, a nível de financiamento, sobretudo, devido ao risco do crédito. E explicou, que "para o financiamento aos comerciantes informais, o banco vai disponibilizar uma verba que não representa risco orçamental para o seu capital.

"O mercado informal representa um grande potencial financeiro e com muitas vantagens. Hoje, temos exemplos de países onde o sector informal contribui muito para a economia, podemos citar o caso do Brasil, China, Japão e em África a Nigéria, Senegal, Quênia e Rwanda, que é a maior revolução económica de África actualmente. Percebemos que Angola também possui grande potencial a nível do comercio informal", frisou.

Um ano e meio de banca

O Banco Postal foi constituído em Setembro de 2016, em Luanda, com o objectivo de promover a criação sustentável de emprego e a dinamização da economia nacional.

A nova instituição bancária tem o capital social composto por entidades empresariais nacionais públicas e privadas, onde se destacam a Empresa Nacional de Correios e Telégrafos de Angola, a ENSA Seguros de Angola, o Grupo ENSA -

Participações e Investimentos, a EGM Capital e a C8 Capital.

Kz 200 milhões já disponibilizados

O Banco Postal já financiou, até agora, 30 comerciantes que intervêm em diversos sectores da actividade comercial informal. Virgílio Mendes revelou que o Banco Postal já financiou Kz 200 milhões projectos nos sectores da indústria farmacêutica, educação, restauração, indústria, revenda e venda, serviços e comércio.

"Percebemos que existe um grande número de empresários em todo o país que precisam de algum apoio financeiro porque não há economia que cresça sem apoio dos bancos. Claro que há também o grande desafio que tem que ver com a gestão de negócios por parte dos nossos clientes", apontou.

Para apoiar iniciativas empresariais o BP desenvolve uma unidade especializada em crédito, micro-crédito e micro-finanças para apoiar pequenos empreendedores, empreendedores de nível médio e comerciantes do sector informal.

## 2.5 Banco Postal empresta 200 milhões de kwanzas

*Jornal de Angola*

*23 De Agosto de 2018*

*Texto: Madalena José*

O Banco Postal concedeu desde o início das operações, em 2016, empréstimos avaliados em 200 milhões de kwanzas a pequenos empresários e comerciantes informais, no âmbito de uma linha de apoio ao micro crédito adoptada pela instituição.

O director-geral da Unidade de negócios, Comércio e Empresários, Virgílio Mendes, que forneceu estes dados num seminário sobre literacia financeira realizado ontem, em Luanda, anunciou que o Banco Postal tem fundos disponíveis para o crédito avaliados em 900 milhões de kwanzas, sobretudo para pequenos empresários e comerciantes do sector informal.

Os reembolsos são feitos por prestações a 12 meses, o que tem resultado em taxas confortáveis de recuperação do crédito, de cerca de 90 por cento, disse Virgílio Mendes. O Banco Postal concede empréstimos de até um milhão de kwanzas em produtos como o crédito solidário e o postal família, e de um limite máximo de 1,5 milhões de kwanzas para o micro crédito empreendedor, pode emprestar

até cem milhões de kwanzas para a implantação de unidades industriais, afirmou.

Os fundos são disponibilizados sem grande burocracia: "os concedemos crédito a qualquer pessoa que tenha um negócio, seja ele de venda de ginguba com banana assada, de gelado, café com pão ou cabeleireiro", disse Virgílio Mendes. A linha de crédito instituída pelo Banco Postal responde à estratégia dos accionistas no domínio da inclusão financeira, bem como na da Administração, que visa absorver o mercado e os clientes que se revêm na oferta da instituição.

## 2.6 Banco Postal cria crédito para habitação social e produtos para transformar sector informal

*Jornal Expansão*

*24 De Agosto de 2018*

*Texto: Mirene da Cruz*

As pessoas que queiram realizar o sonho de ter casa própria poderão encontrar resposta no Banco Postal. A instituição disponibilizou o crédito Postal Habitação Social, que dá até 10 milhões KZ para as construções dirigidas. A informação foi avançada pelo director-geral da Unidade de Comércio e Empresários do Banco Postal, Virgílio Mendes, à margem do seminário sobre inclusão financeira "Apoio a Projectos de Negócio de Mulheres Empreendedoras", promovido em conjunto com o Fórum das

Mulheres Jornalistas Para a Igualdade no Género. Virgílio Mendes disse que o banco já disponibilizou mais de 200 milhões de KZ para micro-crédito, sobretudo no sector informal, e pretende apostar na literacia financeira como pilar do crescimento de clientes. O director geral da Unidade de Comércio e Empresários afirmou que o Banco Postal tem disponível um orçamento global de 900 milhões KZ para este efeito. "Neste momento, temos uma carteira de micro-crédito que ascende a 200 milhões de kwanzas para um orçamento de 900 milhões disponíveis. Claro que o micro-crédito é um grande desafio, muito pelo factor da capacidade de gestão de negócios de cada um dos clientes", explicou.

A coordenadora para o Fórum de Mulheres Jornalistas para Igualdade no Género (FMJIG) em Angola, Josefa Lamberg, considerou que o mercado informal no País, envolvendo sobretudo mulheres, é "cada vez mais violento", ao mesmo tempo que anunciou ciclos de formação para inclusão financeira.



Segundo Josefa Lamberg, a inclusão da mulher no mundo económico é um dos desafios que a plataforma de igual de no género se propõe enfrentar, porque, sustentou, as mulheres continuam a ter "pouco acesso" ao mercado do trabalho.

"Porque as mulheres, embora sejam as que mais trabalham e tenham duplicidade de horas de trabalho, ainda são as mais mal pagas e continuam a ter dificuldade em aceder a empréstimos. Tudo isto leva a que elas constituam a camada mais pobre da sociedade, a todos os níveis", fundamentou. A parceria entre o Banco Postal e o Fórum de Mulheres Jornalistas para Igualdade no Género serviu, de igual modo, para elucidar os membros sobre os produtos disponíveis no banco e as facilidades para saírem do sector informal e passar os seus negócios para o sector formal. "A inclusão da mulher no mundo económico é um dos desafios da plataforma, porque as mulheres têm pouco acesso ao mercado do trabalho", rematou.

## 2.7 Banco Postal privilegia micro-crédito de olhos no mercado informal

*Novo Jornal*

*24 De Agosto de 2018*

*Texto: Horténsio Sebastião*

O Banco Postal conta com uma carteira de micro-crédito que ascende a 200 milhões de kwanzas, num orçamento de 900 milhões disponíveis, anunciou quarta-feira, 22, em Luanda, o director-geral da unidade de Comércio e Empresários da instituição, Virgílio Mendes. O responsável falava aos jornalistas à margem de um seminário sobre inclusão económica promovido pelo Fórum das Mulheres Jornalistas para a Igualdade no Género, que teve lugar num dos hotéis da capital.

Segundo Virgílio Mendes, o Banco Postal confere primazia ao micro crédito atribuído, sobretudo ao sector informal da economia, para que este se formalize em termos de capacidade de gestão de negócios dos clientes. "Sentimo-nos bastante confortados com aquilo que fizemos até agora, pois temos tido uma excelente aceitação dos clientes e do público angolano", frisou.

Mais conhecido pelo produto Xikila-Money, com vários quiosques instalados nas ruas e bairros, em que o cliente pode aceder a transacções financeiras mediante o uso do telefone celular, o Banco Postal aposta agora no comércio informal. "Somos o único

banco que realmente inseriu a inclusão financeira como uma oportunidade de negócios", acentuou.

O director-geral da Unidade de Comércio e Empresários do Banco Postal deu ainda a conhecer que, dos 100% de crédito desembolsados até este momento, a instituição conta com uma taxa de sinistralidade de 90%, sendo que 10% foi o retorno registado em cerca de um ano e meio de actividade.

Por seu lado, a coordenadora do Fórum de Mulheres Jornalistas para a Igualdade do Género, Josefa Lamberg, destacou o evento, sublinhando tratar-se de uma primeira experiência no âmbito da inclusão da mulher no mundo e sobre a violência económica contra a mulher. "As mulheres, embora sejam as que mais trabalham, são as mais mal pagas e as que mais têm dificuldade em aceder aos empréstimos e créditos", salientou Josefa Lamberg.

Inspirado na Associação das Igrejas Norueguesas, o Fórum das Mulheres Jornalistas para a Igualdade do Género de Angola lançou o desafio sobre a violência económica, abordando também a inclusão da mulher no mundo económico. "Muitos governos, depois do grito de Beijing (China), responderam a algumas das preocupações colocadas. Rectificaram algumas convenções da organização Internacional do Trabalho (OIT), mas ainda não funcionam", disse.

## 2.8 Lucros dos cinco maiores bancos privados quase que triplicaram

*Jornal Expansão*

*24 De Agosto de 2018*

*Texto: Maurício Vieira Dias*

Os cinco maiores bancos privados nacionais por activos quase triplicaram os lucros no I semestre de 2018, passando de 94 mil milhões Kz obtidos entre Janeiro e Junho de 2017, para 256,9 mil milhões Kz, um crescimento de 173%, de acordo com cálculos do Expansão com base nos balancetes do primeiro semestre de 2018.

O Banco de Fomento Angola (BFA), maior banco activo, foi o (BFA), maior banco privado em activos, foi o campeão dos lucros, depois de ter fechado os primeiros seis meses de 2018 com um resultado líquido de 97,5 mil milhões Kz, um crescimento de 136% face aos lucros de 41,3 mil milhões Kz obtidos no mesmo período de 2017. O resultado do BFA representa, por outro lado, 38% dos 256,9 mil milhões Kz arrecadados pelos cinco maiores bancos privados.



Já o Banco Económico (BE), que no I semestre de 2017 registou um prejuízo de 8,5 mil milhões, saiu do 'vermelho' e contabilizou lucros de 67,8 mil milhões. O Expansão questionou o Económico sobre este aumento significativo nos lucros, mas não obteve resposta até ao fecho de edição. No terceiro lugar do top 5, o Banco Angolano de Investimentos (BAI) viu os seus resultados líquidos aumentarem duplicarem, saindo de 29 mil milhões Kz para os actuais 58,8 mil milhões Kz no período analisado. Já o BIC obteve lucros de 21,3 mil milhões Kz, um acréscimo de 10,3% face aos 19,3 mil milhões

Já os lucros do Banco Millenium Atlântico (BMA) recuaram 10,9% entre Janeiro e Junho de 2018, baixando de 12,9 mil milhões Kz para 11,5 mil milhões. A soma dos lucros dos 21 bancos que disponibilizaram os balancetes do 1. o semestre de 2018 mais do que duplicaram para 321,5 mil milhões Kz no período em análise, contra os 134,2 mil milhões do mesmo período de 2017, representando um aumento de 155,6%.

De acordo com um analista do mercado, em declarações ao Expansão, este aumento dos resultados líquidos dos bancos deve-se, sobretudo, à reavaliação de activos que estão expostos à moeda estrangeira no âmbito da desvalorização cambial operada a partir de Janeiro. "Grande parte destes lucros não são relativos à actividade de trading, à actividade bancária. A exposição cambial do sistema, principalmente dos bancos que têm maior peso, é muito longa. A desvalorização fez com que esta exposição aumentasse e se reflectisse em lucros. Ao ter uma carteira de títulos indexados à taxa de câmbio, os lucros aumentaram logo para ai 50% ao longo do semestre, porque os títulos são reavaliados à taxa de câmbio", disse.

Sete instituições bancárias (três públicas e quatro privadas) não cumprem o aviso 15/07 do Banco Nacional de Angola (BNA) que as obriga à publicação dos balancetes trimestralmente "até 45 dias após o término do trimestre". Destacam-se o Banco de Poupança e Crédito (BPC) e o Banco Angolano de Negócios e Comércio (BANC) - ambos tiveram resultado negativo no exercício 2017- como os campeões dos atrasados, uma vez que têm em atraso a publicação de seis balancetes, quatro referentes aos quatro trimestres de 2017 e mais dois do ano em curso. Além do BPC e do BANC, fazem parte da lista dos incumpridores o BDA, o Banco Sol, o BAI Micro Finanças (BMF), o BCI e a sucursal em Luanda do Banco da China.

O banco central define que as instituições financeiras bancárias devem elaborar e publicar balancetes trimestrais com informações financeiras padronizadas

com esclarecimento da situação patrimonial e dos resultados, com base nas melhores práticas e padrões internacionais. "As demonstrações financeiras anuais devem ser publicadas no Diário da República e em jornal de grande circulação ou na rede internacional de computadores (internet), com acesso generalizado e gratuito", refere o Aviso 15/07.

## 2.9 Banco Sol concedeu empréstimo a jovens

*Jornal de Angola*

*25 De Agosto de 2018*

*Texto: Kamuanga Júlia*

O Banco Sol concedeu na quinta-feira, em Saurimo, 2,7 milhões de kwanzas em crédito a cem jovens formados ao longo do ano nos centros integrados de artes e s ofícios daquele município e também de Cacolo.

Os jovens obtiveram formação nas áreas de gestão básica de negócios, corte e costura, culinária, pastelaria, decoração, serralharia, electricidade e mecânica, para terem negócios próprios.

O ministro da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social (MAPTSS), a Jesus Maiato, valorizou, no acto, o protocolo estabelecido entre o Banco Sol e o MAPTSS, considerando que contribui s para a aceleração do programa a de diversificação da economia e criação de emprego.

Desde o início da implementação em 2010, sublinhou o ministro, o programa beneficiou mais de dez mil jovens em micro - crédito e proporcionou formação a mais de 91 mil em todo o país, principalmente na área de gestão de negócios.

Jesus Maiato exortou os beneficiários a terem "sentido de responsabilidade" e a usarem os valores recebidos de forma racional, para permitir que outros jovens que solicitarem" tenham oportunidade de beneficiar do crédito".

O governador da Lunda-Sul, Ernesto Kiteculo, elogiou a ideia da formação aliada ao micro crédito, que disse dar ímpeto à acção de combate à pobreza e às assimetrias entre a juventude, considerando elevado o papel do Banco Sol nesse domínio.

## 2.10 Micro-Crédito às comunidades reduz desemprego na Lunda-Sul

*Jornal O País*

*25 De Agosto de 2018*

*Texto. Domingos Bento*

O programa de cedência de micro-crédito às comunidades mais desfavorecidas em curso em todo o país está a reduzir os níveis de desempregos na Lunda-Sul, assegurou ontem o director-geral do Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional (INEFOP), Manuel Mbangui.

A província debate-se com altos níveis de desemprego, devido ao défice de investimentos privados e foi enquadrada no programa de micro-crédito, cujos valores serão canalizados em diversos sectores de actividades que vão, nos próximos tempos, possibilitar a criação de vários postos de trabalho. Os municípios de Cacolo e Saurimo foram as regiões da província contempladas pelo referido programa, numa acção conjunta entre o Banco Sol e o Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social (MAPTSS).

Numa primeira fase, foram beneficiados um grupo de 100 jovens provenientes de comunidades desfavorecidas e que receberam valores que oscilam entre os 173 mil e três milhões de kwanzas. Quanto ao reembolso do valor, os beneficiários terão direito a um período de graça de três meses e só começarão a restituir a partir do quarto mês, e o Banco Sol fará o desconto de uma taxa de juro avaliada em 1,67 por cento/mês.

Segundo Manuel Mbangui, com estes valores os beneficiários terão a obrigação de investir em pequenos sectores de actividade que vão, num futuro breve, proporcionar a independência financeira do grupo de cidadãos, bem como ajudar na criação de novos postos de trabalho para outras pessoas, reduzindo assim os níveis de desemprego que a província vem enfrentando.

De acordo com o responsável, a ideia do programa, que vem sendo implementado em todas as províncias do país, é proporcionar maior dependência financeira e estimular o auto-emprego nas comunidades mais carenciadas e que enfrentam sérias dificuldades sociais.

Antes de receberem os valores, Manuel Mbangui fez saber que os beneficiários passam por uma formação específica em matéria de empreendedorismo, de forma a saber em lidar melhor com os valores. No entanto, desde que vem sendo implementado, ou

seja, desde 2002, mais de 10 mil pessoas foram beneficiadas.

"O programa tem tido um impacto muito grande na criação de novos postos de trabalho, sobretudo para os jovens que acabam por ser as principais vítimas do desemprego, ao invés de esperar que lhe sejam dadas as oportunidades, com o programa podem torna-se independentes", explicou

Por seu lado, o ministro da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social, Jesus Faria Maiato, disse que, apesar de o país estar a enfrentar uma crise financeira, é missão do Estado garantir que as pessoas tenham qualidade de vida. E um dos pressupostos básicos para tal é a satisfação da necessidade de um trabalho ou uma fonte de rendimento com o qual os cidadãos consigam auto-sustentarem-se.

É por esta via, frisou o governante, que o seu ministério têm vindo a implementar um conjunto de acções com vista a dar oportunidade e um rumo diferente às pessoas mais necessitadas. Para os próximos tempos, Jesus Faria Maiato deu a conhecer que o programa de micro-crédito vai ser reforçado e continuará com a mesma dinâmica de forma a contribuir para a criação de novos postos de emprego, que é uma das apostas do actual governo. "Todas as acções que estão a ser desenvolvidas hoje vão posteriormente se reflectir na qualidade de vidas das pessoas e das localidades já beneficiadas. E ganham todos: o Governo e o cidadão. O Estado não pode fazer tudo. É preciso que os cidadãos se empenhem e ajudem a melhorar as condições de vida não só para as suas famílias, mas também para as comunidades onde residem", frisou. Acompanhamento rigoroso Já o governador provincial da Lunda-Sul, Ernesto Fernando Kiteculo, prometeu fazer um acompanhamento rigoroso do programa na província de forma a minimizar as dificuldades que aquela parcela do território nacional enfrenta.

Segundo o governante, vivem na capital da província, Saurimo, cerca de 460mil habitantes. A maioria são jovens que se debatem com o problema do desemprego. Porém, com a implementação e o reforço do programa muitos poderão ver as suas preocupações resolvidas e ajudar no desenvolvimento da região que precisa de investimentos.

## 2.11 Cooperativa aumenta capital social em mais de 50%

*Jornal O País*

*26 De Agosto de 2018*

O aumento do respectivo capital, registado no período de 2015, em que foi criada a Coocrefp a 2018, resultou dos depósitos efectuados pelos membros da cooperativa, avaliados em kz 30 milhões. Os números foram apresentados por Carlota Pataca. Carlota Pataca enfatizou que os micros créditos, que variaram de kz 200 mil a um milhão, serviram fundamentalmente para suprir algumas necessidades dos filiados, em função da situação financeira que o país atravessa.

Em declarações à imprensa, durante uma palestra com o tema "empreendedorismo e cooperativismo", enquadrada na comemoração do terceiro aniversário da cooperativa, a ser assinalado no dia 26 de Agosto, a responsável reconheceu que desde 2015 até à presente data a instituição também registou uma evolução no seu património líquido, registando um valor de cerca de kz 230 milhões micro crédito, priorizando os indivíduos com maior dificuldades financeiras.

O financiamento concedido aos filiados, segundo a responsável associativa, é utilizado para o consumo e desenvolver o espírito de empreendedorismo, investindo o capital em pequenos negócios. Explicou que a Concrefp é sustentada pela contribuição dos membros, que apoiam a instituição com as suas quotas. As contribuições dos associados, em parceria com outras instituições, têm servido essencialmente.

A directora avançaram que semanalmente duas pessoas filiadas beneficiam do micro-crédito para concessão de micro-crédito, que funciona rotativamente em forma de "Kixíquila" entre os filiados. Os filiados da Concrefp beneficiam também de outros serviços, como "créditos, especiais" (com taxa de juros bonificados), "cartão que alimenta", que possibilita comprar bens e serviços em prestações ou a um preço módico, bem como consultas de oftalmologia com descontos de 15% do preço habitual.

Referiu que foram concedidos micro-crédito aos associados através do capital social, em parceria com as instituições financeiras. A cooperativa de crédito Coocrefp, que tem a missão de cultivar o espírito de solidariedade para melhoria das condições económicas e sociais das famílias, é uma instituição financeira não bancária independente, criada pelos funcionários dos órgãos auxiliares da Presidência da República e supervisionada pelo Banco Nacional de

Angola (BNA), que licenciou esta cooperativa em 2014. Começou a sua actividade em 26 de Agosto de 2015, com 700 membros. Actualmente possui mil e 50 filiados.

## 2.12 Cooperativa eleva o capital social

*Jornal de Angola*

*26 De Agosto de 2018*

A cooperativa de crédito Coocrefp elevou o capital social de 18 para cerca de 50 milhões de kwanzas, o que possibilitou a concessão de 27 milhões em micro-crédito aos filiados, anunciou na sexta - feira a directora executiva da associação. Carlota Pataca indicou que o aumento do capital foi viabilizado por depósitos dos membros da cooperativa avaliados em 30 milhões de kwanzas, efectuados de 2015 quando foi criada -, até ao ano em curso.

Os empréstimos vão de 200 mil a um milhão de kwanzas, apontou Carlota Pataca durante uma palestra subordinada ao tema "empreendedorismo e cooperativismo", enquadrada na comemoração do terceiro aniversário da cooperativa, a ser assinalado hoje.

A cooperativa concede micro-crédito a dois filiados por semana, em empréstimos normalmente utilizados para o consumo e em projectos de empreendedorismo nos quais o capital é investido em pequenos negócios.

A prioridade vai para os mais necessitados, disse a directora executiva. Além do micro-crédito, os membros da cooperativa beneficiam de outros serviços, como créditos especiais, com taxa de ouro bonificado, e o "Cartão que alimenta", que permite comprar bens e serviços em prestações ou a preços mais baixos, bem como consultas de oftalmologia com descontos de 15 por cento.

"Nós concedemos micro-crédito aos associados por intermédio do nosso capital social, em parceria com as instituições financeiras", explicou Carlota Pataca. Desde que começou a operar, a cooperativa de crédito registou uma evolução do património líquido, agora avaliado em cerca de 230 milhões de kwanzas.

A cooperativa é financiada pelas contribuições dos membros, com descontos periódicos, num processo que funciona rotativamente em forma de "Kixíquila" entre os membros.

Este é um sistema informal e comunitário de poupança e financiamento sem juros, em que um conjunto de indivíduos com salário garantido

(geralmente familiares ou colegas de trabalho) contribui periodicamente com determinado valor acordado entre todos, de modo a que, rotativamente, cada um deles receba a totalidade ou parte das contribuições arrecadadas pelo grupo.

A cooperativa de crédito Coocrefp começou a sua actividade em 26 de Agosto de 2015, e, dos 700 membros inscritos na fase de arranque, conta, actualmente, com 1.050 filiados.

## 3. MERCADO INFORMAL

### 3.1 Taxa de empregabilidade ronda hoje 63 por cento

*Jornal de Angola*

*1 De Agosto de 2018*

*Texto: Ana Paulo*

O sector informal angolano emprega 62,8 por cento da população economicamente activa, numa altura em que os dados do Instituto Nacional de Estatística (INE) mostram que cerca de 700 mil pessoas realizavam o micro-negócio em 2006.

Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), Angola é o país da lusofonia com a maior percentagem da população activa a actuar no sector informal, representando quase 94 por cento.

Em 1999, o comércio informal era a maior actividade empregadora de Luanda, com indicações que vão dos 58 a 69 por cento, sendo 7,00 nos serviços, 3,00 no sector de produção, 25 na rua e igual percentual no mercado, enquanto 40 por cento praticavam a actividade em casa ou nas proximidades. A época, as vendas mensais da informalidade eram avaliadas em 325 milhões de dólares e representavam 55 por cento de um total de 51 das famílias a viverem na capital angolana.

Referências actualizadas sobre a economia informal de Angola indicam, também, que a população que recorre preferencialmente ao mercado informal varia de 44 a 66 por cento. Igualmente, acredita-se que nos últimos cinco anos, com o intensificar da crise económica, o número esteja a aumentar, com as estatísticas do INE a indicarem uma subida de 76 por cento da população economicamente activa, com 86 por cento das mulheres a dominarem o mercado informal.

O sector do auto-emprego comporta trabalhos de pequenos agricultores, comerciantes, táxi colectivo, além de outros postos de trabalho familiares nas áreas de agricultura, construção, comércio e serviços o geral, o sector agrícola emprega 97 por cento

Região deve redobrar esforços dos que trabalham na informalidade e o não agrícola possui 56 por cento.

Um estudo do sociólogo Paulo de Carvalho dá conta que o mercado informal "não deve ser combatido e os seus agentes devem deixar de ser perseguidos", ao mesmo tempo que recomenda que "políticas públicas

de integração da informalidade no mercado formal são favoráveis à inclusão social e ao bem-estar das famílias", produto interno bruto Estudos do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) de 1999 indicam que a informalidade em Angola representava entre 20 e 30 por cento do PIB não petrolífero, 44 por cento do PIB, no período 1991- 2015 e entre 25 e 65 por cento do PIB em 2018, segundo o Banco Nacional de Angola (BNA) e o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Embora os resultados de empregabilidade constituam os principais aspectos positivos do contexto actual da economia informal no país, há a destacar também a existência de aspectos negativos sérios, como o incumprimento dos princípios fundamentais e direitos constitucionais dos trabalhadores, incluindo a protecção social, as condições de trabalho e o desenvolvimento inclusivo, além da falta de delimitação do espaço físico para o exercício da actividade, incorrendo-se na debilitação da imagem das zonas comuns, vias e praças públicas.

#### Factores desestabilizadores

Entre outros factores negativos à economia informal, está o risco de incidentes com resultados nefastos para os próprios praticantes da actividade e para a segurança pública e a ausência de controlo da qualidade dos produtos comercializados, fomentando o comércio de produtos ilegais, como os perecíveis, sem controlo dos factores de contaminação, produtos fora de validade, potenciando um perigo à saúde pública.

Um outro potencial negativo é o facto de a informalidade comercial constituir um potencial factor de fuga ao fisco, limitando a capacidade de financiamento do próprio Estado e a existência de serviços com elevado risco de financiamento a práticas ilegais, como é caso do câmbio de rua feito por kinguilas e o de crédito (Agiotas).

#### Sector informal no mundo

A economia informal é um fenómeno universal, sendo que a nível do mundo, segundo a Organização Internacional do Trabalho, o sector emprega 61 por cento da população economicamente activa, com a representação da Europa e Ásia Central a situar-se em 25 por cento, as Américas com 40, a Ásia e o Pacífico com 68, os países árabes com 69 e a África Subsaariana com 86.

A directora regional da OIT, Elizabeth Tinoco, diz que, para que a região subsaariana retire cerca de 130 milhões de trabalhadores da informalidade, é



necessário redobrar esforços e melhorar os sistemas de inspecção do trabalho. "Há uma extensa legislação que protege os direitos dos trabalhadores, mas existem deficiências significativas para assegurar o seu cumprimento", reforçou.

### 3.2 Formalização da economia pode promover emprego

*Jornal O PAÍS*

*2 De Agosto de 2018*

*Texto: Domingos Bento*

A representante da OIT defendeu que é preciso que as autoridades angolanas formalizem as pequenas actividades informais que andam dispersas por falta de uma política eficaz e prática que possa estimular e garantir a criação de postos de trabalhos para a população. Nyamekie Mariana apontou a situação das mulheres que operam nos mercados informais e que, no seu entender, deveriam ver aproveitadas as suas habilidades comerciais, legalizando-as, e assim garantir o seu futuro e dos seus dependentes.

De acordo com Nyamekie Marina, que falava no acto de lançamento de um projecto de micro-crédito que beneficiou 75 mulheres, "80% da economia dos países africanos é informalizada e isso tem criado muitos constrangimentos na criação do emprego de que o continente precisa, para potencializar os jovens e mulheres que são os dois grupos de pessoas que mais são afectadas pelo desemprego.

Em reposta, o secretário de Estado do Trabalho e Segurança Social, Manuel Moreira, disse que o Executivo tem vindo a apostar numa série de medidas que têm como objectivo único a promoção do emprego nas suas mais várias das vertentes. O governante apontou a aposta na formação profissional e a entrega de micro-créditos a grupos de empreendedores nacionais como sendo uma das principais ferramentas que o Estado vem usando para o combate ao desemprego.

Para Manuel Moreira, se as pessoas estiverem formadas e forem apoiadas com acções concretas volver os seus negócios, facilmente conseguem estabilizar-se e ser o potencial parceiro do Estado na erradicação do desemprego.

"Hoje, o mercado precisa de pessoas que saibam fazer as coisas. E a formação profissional garante essa possibilidade de as pessoas desenvolverem as suas habilidades com conhecimento", notou.

Por seu lado, Manuel Mbangui, director do Instituto de Formação Profissional (INEFOP), fez saber que a

cedência de micro-crédito às pessoas com potencialidades de fazer negócio tem vindo a contribuir para a redução do número de desempregados. Só de 2008 até ao momento, o responsável deu a conhecer que o programa empreendedorismo na comunidade, iniciativa do Governo com vista à inserção de pessoas no mercado de trabalho por via de acções empreendedoras, já proporcionou emprego para muitos angolanos, sobretudo jovens das zonas mais desfavorecidas.

Desde o início do projecto, Manuel Mbangui frisou que o programa, com parceria de bancos privados, já beneficiou cerca de 19.200 empreendedores que receberam crédito no valor em Kwanzas equivalente a mil dólares norte-americanos. O referido programa, tal como explicou, tem uma taxa de juros de 1,67 por cento, sendo que nos primeiros três meses os beneficiários têm um período de graça para trabalharem sem sofrerem quaisquer descontos. Antes de receberem o crédito, todos os beneficiários, segundo Manuel Mbangui, passaram por um processo de formação específica em matéria de empreendedorismo. Neste sentido, explicou, já foram formados outras 70mil pessoas.

"O nosso foco principal é capacitar. Quanto melhor capacitado o empreendedor estiver, melhores condições terá para desenvolver a sua actividade e maior será a taxa de sucesso do seu negócio, já que a actividade que cada um desenvolve aqui é capaz de dar sustentabilidade à sua família e outros", frisou.

Ainda durante o certamente de entrega de micro-créditos, o secretário de Estado do Trabalho e Segurança Social, Manuel Moreira, procedeu à abertura do primeiro centro móvel de formação profissional do município de Icolo e Bengo, que vai formar, nos próximos tempos, um total de 85 jovens locais da Vila de Catete em diversas áreas de actividade.

### 3.3 Namibe continua a conservar a tradição pesqueira secular

*Jornal Visão*

*3 De Agosto de 2018*

Em pleno centro da capital da província do Namibe, no sul de Angola, Moçamedes conserva a tradição pesqueira secular, com centenas de embarcações que todos os dias chegam a terra com peixe, nomeadamente carapau. Cada caixa de peixe chega a ser vendida pelos pescadores por até 13.000 kwanzas, para depois ser revendida, a grosso ou a retalho, por estas peixeiras' que por vezes sozinhas garantem o sustento de uma casa inteira.

Em cada uma das 50 caixas de peixe que chega a vender por dia, Juliana Gonzaga, peixeira na praça de Moçamedes desde 2012, ganha cerca de 1.500 kwanzas, o suficiente para alimentar 12 pessoas em casa. "Os preços variam, depende dos dias, se tem muito peixe ou não": começa por explicar esta peixeira, por entre a azáfama de ganhar um cliente às outras concorrentes da praça.

A frota de pesca do Namibe, segundo dados oficiais, era composta em 2017 por 489 embarcações, das quais 220 destinada à pesca artesanal. Esta última alimenta depois mercados de peixe como o de Moçamedes, que funciona nos passeios junto à marginal e ao porto da cidade. Por ali juntam-se, logo às primeiras horas da manhã, centenas de mulheres, à procura do melhor preço para a caixa de peixe que depois vão revender, num movimento que atrai clientes e os "indesejados" que se intrometem no negócio para "levar" o próprio peixe ainda na bacia destas mulheres.

"Nós precisamos de ajuda porque o nosso sítio para vender] não tem as condições próprias. Precisamos também de polícias aqui por causa desses miúdos. As tias compram peixe e às vezes com a bacia na cabeça lhes tiram o peixe. É irritante, precisamos mesmo de polícia", desabafa Juliana Gonzaga.

"Aqui fazem tudo, praticamente": lamenta a peixeira, de 36 anos, logo apoiada por outras colegas. É o caso de Verónica Carmo, de 32 anos e que já leva 10 anos a vender peixe na

Praça de Moçamedes, onde chega antes de amanhecer, para comprar no barco o melhor pescado do dia. "Se tiver muito peixe, podemos vender mais de 100 caixas. Depende do dia" explica.

Apesar da falta de condições, em que vende o peixe ao sol, sentada sobre um pano que coloca no chão, consegue com este negócio sustentar as seis pessoas que tem a seu cargo.

"Estam os a conseguir para a escola dos filhos e para a construção da nossa casa" explica, sempre de olho na bacia do peixe, não vá ser surpreendida "pelos miúdos" que por ali circulam, à espreita da oportunidade de "deitar a mão":

Maria Samba, de 26 anos, está há apenas dois anos no negócio, que vai aprendendo com as "mais velhas" da praça. Para já vende apenas duas caixas de peixe por dia, normalmente a retalho. Num dia bom, consegue vender cada cinco carapaus por 500 kwanzas, mas tudo depende do volume de clientes e da concorrência. "Compro nos barcos, depois vendo aqui no porto. Para não ficar em casa, venho para

aqui me remediar": explica, sobre um negócio que ajuda a sustentar seis pessoas.

Amaral Nangala é pescador há cinco anos, num dos mais de 200 barcos de pesca artesanal que fazem porto em Moçamedes. Dedicar-se à pesca da malhadeira, apanhando carapau e cachucho, que todas as manhãs entrega às peixeiras em Moçamedes. Explica que já perdeu a conta aos sustos que apanhou no mar e em pleno mês dedicado às Festas do Mar do Namibe, que movimentam milhares de pessoas em Moçamedes até 31 de Março, só lamenta a falta de apoio do Estado a um sector que representa o ganho para milhares de famílias da região.

"Que o Governo nos possa ajudar na bóia salva-vidas, âncoras e bóias de iluminação. Porque uma bóia de iluminação está a comprar por um preço muito elevado, por 7.000, 8.000. Assim não dá": remata este pescador, de 21 anos.

### 3.4 Más condições ditam proibição de venda de peixe na Mabunda

*Novo Jornal*

*3 De Agosto de 2018*

*Texto: Dulcineia Lafua*

A venda de peixe fora do mercado oficial da Mabunda, no bairro da Camuxiba, em Luanda, está suspensa. A determinação é do Ministério das Pegas e do Mar, que evoca as péssimas condições de higiene no espaço onde é descarregado e comercializado o peixe. A medida deixou pescadores e comerciantes insatisfeitos, apelando a uma moratória do Executivo para a reorganização do espaço comercial.

Chatas encalhadas, zona parcialmente limpa e despovoada, comerciantes de peixe dispersos e alguns poucos fiscais mantendo o controlo do espaço foi o cenário presenciado pela reportagem do Novo Jornal durante o dia desta terça-feira, 31 de Julho, na conhecida Praia da Avó Mabunda, local muito procurado pelos luandenses que se sentem atraídos pelo baixo custo do peixe.

Organizar o local e devolver um bom ambiente à zona é a pretensão do Ministério das Pescas e do Mar, que, por "falta de higiene", proibiu toda a actividade até agora realizada nos arredores do mercado da Mabunda, descargas, escala e venda de peixes, acções que deixavam suja a área banhar e consequentemente comprometem o meio ambiente.

A determinação do Ministério inquieta pescadores, armadores, peixeiras e escamadores de peixe (pessoas

que tratam ou escalam o cardume), que vêm comprometidos os seus negócios.

Weza Tavares, de 35 anos, é pescador da zona há mais de 10 anos. Disse-nos que já estava há dois dias sem pescar, devido à determinação do governo. Sem saber como regressar a casa por falta de dinheiro, o pescador, que se encontrava sentado no seu barco arrumando a rede na esperança de voltar ao mar, disse que já estava preocupado com o sustento dos seus filhos.

«A minha casa é no Panguila e este é segundo dia que não vamos para o mar, e tudo indica que vou regressar a casa sem pão para a família. Estou preocupado como serão os próximos dias», disse o pescador, que reconhece a necessidade de um melhor saneamento básico no local.

A zona é circundada por valas de drenagem a céu aberto onde são despejadas as escamas de peixe, águas residuais e feitas igualmente necessidades fisiológicas (maiores e menores) cujos detritos desembocam no mar, deixando a zona sob um cheiro nauseabundo e propensa a doenças como paludismo e a cólera.

"Reconhecemos que o local onde são feitas as vendas do pescado representa uma grave fonte de doenças, mas a administração do mercado manda os fiscais cobrarem diariamente uma quota de 500 kwanzas para limpeza, o que não acontece", queixaram-se os pescadores, acrescentando que os fiscais só fazem limpeza no interior do mercado.

As autoridades evocam a contaminação do peixe com um vibrião colérico, porém Fernandes, escamador de peixe, nega essa hipótese. "Minha irmã, há muito tempo que estamos aqui. Só mesmo nesses dias é que descobriram que aqui tem cólera? Eu acho que essa história não está bem explicada".

### 3.5 MINPESMAR aposta na fileira da pesca artesanal, semi-industrial e aquicultura

*Jornal Expansão*

*3 De Agosto de 2018*

*Texto: M.C*

O Ministério das Pescas e do Mar (MINPESMAR) tem como objectivo, a médio e longo prazos, o aumento da produção pesqueira em cerca 300% nos próximos cinco anos, apostando na fileira da pesca artesanal, semi-industrial e a aqui cultura.

A aposta, de acordo com a Direcção Nacional de Pescas, passa pelo apoio directo às empresas do sector privado, melhorando o processamento das capturas e criando uma cadeia de distribuição e venda dos recursos processados naqueles três segmentos de pesca. Na aquicultura, ainda com indicadores de captura pouco animadores, a Direcção Nacional de Pescas adianta que pretende dobrar os investimentos, passando dos actuais 30 milhões USD, para os 60 milhões USD até 2022.

O risco das projecções prende-se com a dificuldade de alterar contratos de partilha de produção e indisponibilidade de divisas para a cobertura das despesas operacionais das empresas.

Para tal, segundo apurou o Expansão, está em curso o processo de reabilitação da Empresa Nacional de Abastecimento Técnico Material a Indústria de Pesca (ENATIP) para o reforço da capacidade pesqueira nacional. Vista como uma empresa estratégica para o sector das pescas, a ENATIP pode produzir embarcações para o segmento da pesca artesanal semi-industrial e para a aquicultura, servindo, desta forma, como meio de abastecimento técnico e material para os operadores.

Ao falar no primeiro conselho consultivo do MINPESMAR, os empresários defenderam a instalação de fábricas de arte de pesca no País como forma de reduzir as carências que ainda persistem no sector e consideraram débil o ambiente de negócios no sector das pescas, por isso, defendem a tomada de medidas que visam inverter a situação, no sentido de aumentar a produção pesqueira e assegurar o excedente para as exportações.

As associações pediram a reposição das verbas de apoio à actividade pesqueira, por parte do Estado, como estabelecido antes da crise, e permitir a compra de materiais como redes, motores e outros equipamentos.

A problemática das embalagens também preocupa os empresários, pelo que pedem o aprimoramento dos critérios de aprovação e financiamento de iniciativas empresariais, para que os projectos sobrevivam. As dificuldades que os empresários enfrentam, com destaque para o licenciamento de novas embarcações para aumentar a produção, os operadores acreditam que com mais apoios do Estado é possível melhorar o desempenho do sector privado.

A Direcção Nacional de Pescas assegura que as exportações de produtos do mar, no Iº semestre de 2018, nomeadamente peixes diversos, moluscos, farinha de peixe, crustáceos e óleo de peixe

permitiram arrecadar cerca de 10 milhões USD, com a produção de 29,5 mil toneladas. Angola tinha, em 2017, uma frota licenciada para a pesca em águas profundas, para as diversas espécies, de 114 embarcações e 157 para a captura em águas rasas.

O mapa de execução financeira dos projectos do sector, em 2017, indica que o apoio às pescas teve uma execução de 85%, ou seja, dos 14,5 mil milhões Kz aprovados no Orçamento Geral do Estado (OGE para 2017), apenas 12,3 mil milhões Kz foram disponibilizados.

### 3.6 Quarenta milhões para apoiar comércio informal

*Jornal Folha 8*

*4 De Agosto de 2018*

Banco Postal, segundo o gestor, tem um plano para financeira pessoas que se dedicam ao comércio informal em valores que vão de 100 a 700 mil kwanzas, com prazos de reembolso que vão de dois meses a um ano. Porém, disse o director, de modo geral o banco pode conceder crédito em montantes que do de 100 mil a 100 milhões de kwanzas a clientes dos segmentos de micro crédito, micro-finanças e de nível médio. As informações foram prestadas na altura em que foram formalizados os primeiros contractos, existindo dez outros clientes que aguardam financiamento no âmbito do comércio informal. Questionado sobre garantias apresentadas pelos aderentes, Virgílio Mendes explicou que a única que o banco tem é a capacidade de reembolso do dinheiro através do negócio dos clientes.

Justificou ainda que "os riscos existem para serem geridos. Não existe negócio sem riscos, nem banco sem riscos. O que tem que acontecer é um conjunto de critérios equilibrados e reais que nos ajudam a avaliar o risco".

O Banco Postal foi constituído em Setembro de 2016, em Luanda, com o objectivo de promover a criação sustentável de emprego e a dinamização da economia nacional.

A nova instituição bancária tem o capital social composto por entidades empresariais nacionais públicas e privadas, onde se destacam a Empresa Nacional de Correios e Telégrafos de Angola, E.P., a ENSA Seguros de Angola, S.A., o Grupo ENSA - Participações e Investimentos, S.A., a CGM Capital e a C8 Capital.

Com a sua constituição, o Banco Postal tornou-se na mais recente instituição do panorama bancário

nacional e pretende ser uma referência para o reforço da confiança, da segurança e da modernidade do sector financeiro do nosso país. Para os Correios de Angola, E.P. a nova instituição bancária será um forte vector de inovação do sistema bancário, ao apostar na criação de novas formas de servir o mercado e em novos produtos que irão ao encontro das reais necessidades dos clientes. "Mais do que um Banco somos uma instituição onde a cultura pelo rigor permite-nos assumir, com a maior das responsabilidades, a garantia de uma experiência financeira única", afirma o Presidente do Conselho de Administração, João Freire, acrescentando que o Banco Postal aceita "os desafios do presente como uma excepcional oportunidade para criar um futuro mais inclusivo e acima de tudo mais justo. Por isso, para nós, o futuro acontece na forma simples e inovadora como disponibilizamos serviços e produtos financeiros com impacto significativo na vida de pessoas e dos negócios".

João Freire acrescenta que "o Banco Postal aposta na diferenciação por via da diversidade e da inclusão que se materializa na sua oferta de produtos e serviços, bem como no seu património humano. Conscientes da missão a que nos propusemos, pautamos a nossa actuação com uma conduta digna e transparente, assente em valores sólidos que nos permitem contribuir de forma significativa para crescimento e fortalecimento do ecossistema financeiro angolano". "Enquanto agentes desse ecossistema, ligamos pessoas e negócios ao mundo num elo fortalecido cada dia pela mais elementar das características das relações humanas e na confiança. A confiança no que acreditamos ser justo e correcto!", diz o PCA, acrescentando que o banco pretende "igualmente diferenciar-nos pelo investimento em tecnologia, bem como em processos e modelos de gestão que lamentem a inovação, mas acima de tudo que consolidem a garantia de qualidade e excelência que pretendemos conferir a nossa marca. E como tal deixar" um profundo legado às gerações futuras".

Em Fevereiro o Banco Postal lançou duas novas Unidades de Negócio Comércio & Empresários e Corporate & Personal. Após o lançamento do Xikila Money, ocorrido em Março do ano passado, a instituição deu assim seguimento ao seu plano inicial, centrado na dinamização da economia nacional, através do fomento da inclusão financeira e social. "O Banco Postal Comércio & Empresários e o Banco Postal Corporate & Personal são duas novas Unidades de negócio altamente especializadas, inovadoras e dedicadas aos segmentos que pretendem servir", explicou na altura N'Gunu Tiny.

Comércio & Empresários visa os empresários individuais, as micro e pequenas empresas que se



encontram na economia formal e informal e que são marginalmente servidos por bancos e instituições de micro-finanças. Esta unidade conta, numa primeira fase, com três Centros de Negócios e apresenta como um portfólio de produtos de serviços de onde se desta com as soluções de crédito especialmente desenhadas para os clientes deste segmento.

Por sua vez, Corporate & Personal, visa as médias e grandes empresas e clientes particulares com elevados rendimentos. A proposta de valor diferenciadora assenta na prestação de um serviço personalizado, de elevada qualidade suportado pelas mais modernas e inovadoras tecnologias de banca digital. Corporate & Personal iniciou a sua actividade com um Centro Financeiro dedicado, localizado no Edifício ESCOM, no centro de Luanda. As novas Unidades de Negócio do Banco Postal. Comércio & Empresários e Corporate & Personal ambicionam posicionar-se como factores geradores da promoção e criação de emprego e contribuir fortemente para uma economia mais próspera e mais inclusiva.

### 3.7 Ministra apela peixeiras a utilizarem mercado oficial da Mabunda

*Jornal O PAÍS*

*5 De Agosto de 2018*

O apelo foi feito na comuna da Funda, município de Cacuaco, depois de uma visita interministerial realizada à lagoa da Kilunda para avaliar as condições de saneamento depois de um teste positivo da água com vibrião colérico.

Vitória de Barros Neto afirmou que a questão da Mabunda é o saneamento e a forma como se trata o peixe. "Temos que atacar as causas da contaminação e nestes dois locais (Kilunda e Mabunda) a causa da cólera pode ser a água contaminada".

"Se o peixe for tratado com água contaminada corre o risco de ser contaminado, portanto, por isso é que o Ministério das Pescas deslocalizou o desembarque de pescado da pesca semi - industrial da zona da Mabunda para o Porto Pesqueiro, na Boavista, que tem condições higio-sanitárias óptimas e não corre o risco de ser contaminado por água contaminada", esclareceu. A ministra recordou às peixeiras que é dentro do mercado que deve ser tratado o peixe para ser comercializado e não perto do lixo e da água contaminada, como acontece na Mabunda, pois o risco não é só para o peixe, mas também para os outros alimentos.

Quanto à comuna da Funda, a responsável adiantou que a circunscrição tem estações de piscicultura e gerou-se alguma dúvida relativamente ao pescado, por isso haverá uma educação sobre a higiene pessoal para as famílias, no sentido de utilizar, preferencialmente, água tratada não só para o seu consumo directo, mas também para o tratamento dos alimentos.

Esta semana, no âmbito da prevenção da cólera que ameaça aquela parte do litoral do distrito da Samba, as vendedoras resistiram ao processo de transferência, que abrange igualmente as embarcações de pesca industrial, para o porto pesqueiro.

Em Fevereiro deste ano, as peixeiras do mercado do peixe "Avó Mabunda", que existe há quase 30 anos, recusaram-se a exercer a actividade comercial no interior da instituição por alegada existência de concorrência desleal, já que a administração do recinto cedeu espaço aos proprietários de barcos para comercializarem o pescado a grosso fora do recinto.

Aos pescadores e donos de embarcações foi permitido realizar o comércio do peixe a grosso fora do recinto, à beira-mar, devido à função que têm de abastecer as peixeiras de Luanda, tornando o produto mais barato em relação ao das vendedoras do interior do mercado.

O mercado, concebido para a venda exclusiva de pescado, alberga, desde o dia 26 de Fevereiro, vendedores de produtos alimentares industrializados, agrícolas, roupas e calçados usados, dentre outras mercadorias. Já em Novembro de 2017 as quitadeiras abandonaram o mercado horas depois de ter sido inaugurado, pela ministra das Pescas e do Mar, Victória de Barros, por alegada falta de capacidade para albergar as mais de mil comerciantes que vendiam vários produtos.

### 3.8 Vendedoras da Mabunda acatam decisão das autoridades

*6 De Agosto de 2018*

*Jornal de Angola*

*Texto: Edivaldo Cristóvão*

Ao longo da praia da Mabunda, no distrito urbano da Samba, em Luanda, já não há venda de peixe, como vinha acontecendo até a alguns dias atrás. Ontem, as vendedoras faziam o negócio no interior do mercado oficial, mas não ocuparam as bancadas como era suposto, num dia em que poucos clientes compareceram no local.



Sem o serviço dos escarnadores de peixe, o negócio na zona baixou significativamente desde o passado dia 1 do corrente mês, devido à proibição de descarga e venda pelas autoridades, a julgar pelas más condições de higiene ao longo da orla marítima.

A zona foi declarada vulnerável propagação do vibrião colérico, causador da cólera. Isaura Ferraz vende há quatro anos na Mabunda e enalteceu a mudança de local por achar que tem melhores condições de higiene, mas lamenta a baixa procura do negócio por parte dos clientes. Elias Augusto, 28 anos, escamados de peixe na Mabunda há cinco anos, disse que a mudança do espaço a céu aberto para dentro do mercado foi boa, porque é mais organizado e limpo, sublinhando que os ganhos agora dependem da sorte. Maninha André, 42 anos, vende na Mabunda há 18 anos e disse que nunca teve baixa no negócio, como está a ter desde o passado dia 1. "Está a ser difícil arcar com as despesas em casa", argumentando que devido à fraca procura o produto teve de baixar de preço até 50 por cento do valor anterior. O Mercado do Peixe foi concebido em 2017 para a venda exclusiva de pescado e alberga desde Fevereiro vendedores de produtos alimentares industrializados, agrícolas, roupa e calçado. Tem duas naves para a venda, uma com capacidade para albergar 237 vendedoras e outra para 173. O quintal tem espaço para mais de 800 lugares, o local possui ainda um tanque de água com capacidade de 63 ministros, destinado à lavagem do peixe.

### 3.9 Problemática das zungueiras angolana num fórum dos Estados Unidos e China

*Jornal O PAÍS*

*4 De Agosto de 2018*

*Texto: Maria Teixeira*

E entrevista exclusiva OPAÍS, ontem, o presidente da Associação os Vendedores, José Cassoma, anunciou que a sua associação foi convidada a participar num fórum sobre zungueiras e/ou vendedores ambulantes que decorrerá, em Outubro, nos Estados Unidos e na China.

Segundo José Cassoma, levarão como preocupações o grande projecto que têm de conseguir um parceiro para apoiar as cooperativas da mulher zungueira em Angola, uma vez que já fizeram muitos contactos junto da classe empresarial angolana e, até ao momento, não obtiveram resposta positiva.

"Já contactámos alguns bancos para que pudessem nos dar algum financiamento e não temos tido essa

sorte. Agora vamos tentar aproximar-nos de algumas potências económicas mundiais, a partir das Organizações dos Direitos Humanos, para ver se há interesse de financiamento do nosso projecto de cooperativa agrícola", disse.

Uma outra preocupação que será levada é o facto de terem existido perseguições aos vendedores ambulantes com exageros que lesam os direitos humanos, bem como a falta de vontade política de aprovar as leis que os protegem, que regista um atraso sem justificação.

Ainda tem a questão de não se ter feito um estudo a nível de todas as províncias da actividade agrícola, que pensa ser fundamental, porque são os camponeses que se transformam em vendedores ambulantes, abandonando as suas áreas de origem e as suas terras de cultivo, em busca de melhores condições de vida na capital do país.

"A nossa preocupação é mesmo conseguir um parceiro a nível dos países de maior economia e mais industrializados, que possam solidarizar-se com o fenómeno que se passa com a mulher zungueira no nosso país" garantiu.

O governo não quer ouvir as nossas preocupações

O responsável referiu que o fórum vai tratar também do projecto Zungueiras Kwati Ketemo, que visa transformar o vendedor ambulante em pequeno e/ou grande agricultor.

"O problema da venda ambulante afecta mais a província de Luanda em relação às demais e o Governo não quer ouvir as nossas ideias. Nós achamos que isso é um atentado à sociedade, porque o Governo não pode trabalhar sozinho, deve ter parceiros e ouvir as nossas ideias", disse.

De acordo com José Cassoma, todos os programas e encontros que o Governo da Província de Luanda poderia tratar, relacionados à mulher zungueira e a sua associação, têm sido postos de parte.

"Temos sido excluídos, porque alguns pretendem criar algumas associações com fins duvidosos para desviar as verbas do Estado, os vendedores não se beneficiam de nada e isso nos preocupa", lamenta.

A AVAL tem sido sondada por alguns grupos políticos como a MUNI, uma organização política fundada nos Estados Unidos da América, no sentido de juntos encontrarem soluções para resolver os problemas dos vendedores ambulantes.

"Estamos a pensar em, através das cooperativas, inserir estes vendedores, que serão transformados em

agricultores, no sistema de assistência social, para terem alguma pensão e sobreviverem quando atingirem a idade da velhice", explicou.

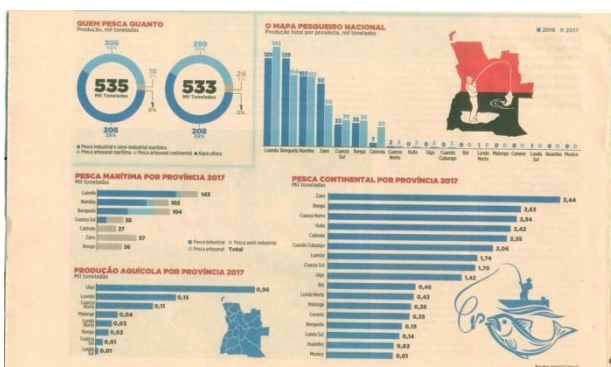
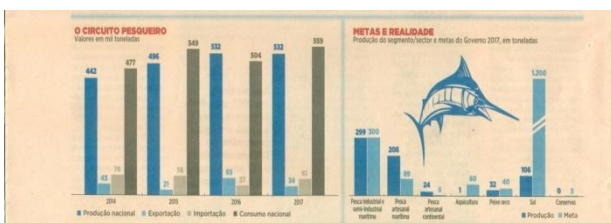
A Associação foi fundada no dia 10 de Dezembro de 2014, como objectivo de organizar a venda ambulante colaborando com o Governo da província de Luanda.

Neste momento estão inscritos 2.400 vendedores.

### 3.10 Raio X ao sector das pescas

*Jornal Expansão*  
3 De Agosto de 2018  
MINPEMAR

O sector das pescas e derivados atingiu o pico em 2016. Saiba quanto valem as pescas no Produto Interno Bruto e as quantidades produzidas pelo circuito pesqueiro angolano. O mercado de consumo ainda regista défice e o recurso às importações tem servido de tampão para suprir as necessidades. A pesca continental e a aquicultura já são um facto.



### 3.11 Associação leva informação sobre direito do consumidor

*Jornal De Angola*  
9 De Agosto de 2018  
Texto: César Esteves

Uma campanha sobre os direitos dos consumidores é lançada amanhã, a partir das 10h00, em vários mercados do município do Kilamba Kiaxi, província de Luanda, pela Associação Angolana de Ajuda ao Consumidor (AAAC), afundou, ontem, o presidente da agremiação.

Em declarações ao Jornal de Angola, Sains Maximino Bongue explicou que o objectivo da iniciativa é manter ornados os compradores somos seus direitos e alertar os fornecedores de bens e serviço para a necessidade de respeitarem os direitos dos consumidores.

A campanha vai permanecer mais tempo no Mercado dos Correios, no Golfe I, onde são vendidos acessórios de viaturas com um tempo de garantia inferior a 90 dias, contrariando a Lei do Consumidor. a presidente da Associação Angolana de Ajuda ao Consumidor lembrou que a Lei do Consumidor determina que nenhum bem duradouro deve ser comercializado com um prazo de garantia inferior a 90 dias, um princípio muitas vezes violado por fornecedores de bens e serviços, estando na origem de conflitos com clientes.

A deslocação aos mercados do Kilamba Kiaxi acontece depois de a associação ter estado, há dias, no Mercado do 30, município de Viana, onde foi elucidado um número expressivo de pessoas, muitas das quais disseram desconhecer os seus direitos como consumidores.

Polícia impordem aos mototaxistas

### 3.12 Polícia impõe ordem aos moto taxistas

*Jornal de Angola*  
9 De Agosto de 2018  
António Gonçalves

O comando provincial de Benguela da Policia Nacional avisou na segunda - feira que vai começar a multar, por desobediência, 0\$ moto taxistas que exercem a actividade à margem da lei. O aviso está num comunicado distribuído à imprensa, no qual o comando provincial explica que já terminou o "período de graça" dado aos moto taxistas para a

regularização da actividade junto da direcção provincial dos Transportes Rodoviários.

A medida é extensiva aos que, embora não façam serviço de moto-táxi, conduzem motorizadas sem a documentação exigida para cada tipo de cilindrada. O documento adianta que, à luz do artigo 188.º do Código Penal, podem ser passíveis de procedimento criminal, por suspeita de roubo, os indivíduos que não fizerem prova documental da proveniência, posse e legalidade da motorizada.

O período de sensibilização, terminado na segunda-feira, começou a 13 de Julho e o grupo alvo foi sobretudo os moto taxistas, devido à necessidade de disciplinar o trânsito rodoviário. No trabalho de sensibilização, os agentes em serviço chamaram a atenção para a necessidade de as motorizadas terem todos os acessórios, como faróis e piscas, para a garantia da segurança rodoviária. O documento assegura que, durante o período de sensibilização, não foi impedido o exercício da actividade dos moto taxistas e adianta que a Polícia Nacional vai continuar a exercer a sua função preventiva, esperando que o exercício da actividade seja agora feito de forma disciplinada. "As medidas tomadas começam a mostrar os efeitos desejados", lê-se no documento, que informa ser já uma realidade a melhoria da circulação rodoviária na cidade de Benguela.

### 3.13 Caso da Mabunda, Proibição de Pescado na Samba e Ilha

*Jornal Visão*

*10 De Agosto de 2018*

*Texto: Carlos Veiga*

O Ministério da Pesca e do Mar proibiu a descarga e venda do pescado no habitual local da Mabunda onde a nata de Luanda e não só sempre adquiriu o produto do mar. A proibição passa por toda a orla marítima da Samba distendendo-se à Ilha de Luanda configurando assim numa medida bastante penalizadora para os comerciantes bem como para quem recorre a aquisição do peixe com fim de fazer a sua dieta.

Apesar de ser uma medida de correcção, não será de impacto fácil por razões que importa referir.

Razão 1: é que de hoje em diante, ou partir da data da publicação da orientação do Ministério da Pesca que adveio em socorro da Administração da Samba, caso seja acatada da parte dos destinatários, a actividade mercantil passa a ser levada a cabo na localidade do Porto pesqueiro à Boavista no que se irá configurar em transtorno para quem mora pela zona sul ou

sudoeste da capital do país. De resto, é pelo Sudoeste que se concentra o maior focus populacional semi-urbana e urbana de Luanda. Isto abrange as zonas de Viana, nomeadamente, Luanda-Sul, Vila-Flor, Benfica incluindo toda a sua faixa litoral começando pelos Morro dos Veados et cetera. Quem fala destas localidades inclui Talatonas, Novas-Vidas, Kilambas, outras vilas e projectos urbanísticos. Nesta maratona de zonas territoriais nunca deixar de referir a Ilha tradicional de Luanda.

Razão 2: pelo surgimento tardio da medida agravada pelas alterações no plano de vida dos interessados já que os pescadores passarão a percorrer mais ao mar com fim de efectuarem sua descarga, a isso aglutinando perturbação a empregabilidade na Samba já que em bom número os habitantes terem que ficar sem algo por fazer caso se acentue a atitude manu militari evacuando todos para o outro ponto do litoral com consequente abandono do local tradicional e cultural das gentes da Samba, actual distrito urbano, espaço mercadológico por excelência, claro está que as coisas não ficariam por aí. Ou seja, o surgimento tardio da medida se adensa por não se ter precavido estudo de impacto ambiental na futura das obras referentes ao Centro de Apoio à Pesca nem dos canais de descarga e esgotos dos resíduos urbanos da capital como seria óbvio. O que foi aí concebido é uma cozinha em meio ao quarto de banho e na altura ninguém apresentou parecer que fosse no sentido de antever o actual estado situacional de coisas. Com isso só onera actual administração que condições normais deveriam indemnizar os utentes pelos transtornos criados.

Apesar da Administração relativamente a esta matéria até aqui andar bem, não seria despidendo admitir alguma reposição às populações pelos danos causados. Não terá sido feita uma obra para o futuro ou a olhar para o verdadeiro impacto social ou superveniente da mesma. Mas entre suportar o vírus de cólera e outras patologias com efeito degradante na saúde pública, bom seria continuar a persuadir os particulares a se render a favor dum lugar mais seguro em termos de higiene e ambiente. Qualquer resistência da parte dos particulares constituirá uma transgressão administrativa punível com pena de multa nos termos do artigo 161.º da Lei n03/04, de 25 de Junho. Mas tudo depende, é que bem argumentado, as populações podem arguir com base no fundamento de o estado ter feito obras sem prever a actual situação que se gerou. Com tal, podem arrogar o Direito à acção popular ex vi, artigo 74.º da Constituição.

### 3.14 Defesa do consumidor projecta novas intervenções

*Jornal Visão*

10 De Agosto de 2018

Texto: João Jorge

Segundo fez saber Pedro Bala, porta-voz da referida associação de consumidores, esta organização sem fins lucrativos tem feito o impossível e o impossível para defender os direitos do consumidor em todos os seus aspectos.

"Mesmo sem apoio a AAAC tem dado o seu contributo para repôr a legalidade quando os direitos dos consumidores são violados, bem como, resolver os conflitos entre fornecedores e consumidores, dentro das normas e leis vigentes no país": começou por explicar.

Em relação a actividade agendada para o presente mês (Agosto), Pedro Bala disse que, em função de ser uma associação comprometida com a defesa e o interesse de um universo de consumidores, tem agendado a realização de campanha de sensibilização nos mercados de Luanda, "com maior realce aos do município do Kilamba Kiaxi, onde, ultimamente, temos encontrado muitos conflitos no que diz respeito a relação de consumo.

A forma como os fornecedores vendem os seus produtos, sem observância das normas existentes que regulam os direitos e deveres dos consumidores, acrescentou, faz com realizem esta actividade para elucidar e levar ao conhecimento dos consumidores, sobre o seus direitos e também fazer compreender os fornecedores de bens e serviços, sobre determinadas atitudes que violam algumas normas básicas na relação de consumo entre ambos.

"Uma das questões tem a ver com as datas de validade ou caducidade dos produtos e a outra é a questão da compra de bens duradouros", explicou, para depois dizer que muitas vezes os fornecedores desses bens não têm observado as normas estabelecidas por lei.

A título de exemplo, em relação a garantia de um bem duradouro, Pedro Bala, referiu que não deve ser menos do que 90 dias, como acontece nos dias de hoje. "Temos observado e recebido denúncias de muitos fornecedores destes bens e serviços, como é o caso de arcas ou peças de carro e dão uma garantia de apenas sete dias, onde em muitos casos os compradores acabam por ser prejudicados e chegam mesmo a perder os seus bens", denunciou, realçando que isso é um grande atropelo a lei e ao direito do consumidor.

Por este facto, concluiu, vão fazer esta campanha para explicar melhor as populações e, "acima de tudo, descortinar alguns tabus que ainda existem na compreensão destas questões que lesam muito os consumidores a quem é nosso dever defender".

De referir que a Associação Angolana de Ajuda ao Consumidor (AAAC), com sede em Luanda, no município do Cazenga, é parceira do INADEC, cuja cooperação cinge-se no encaminhamento das denúncias e irregularidades contatadas no exercício das suas actividades.

### 3.15 IVA tem particularidades que reduzem a informalidade da economia

*Jornal Expansão*

10 De Agosto de 2018

Texto: Maurício Vieira Dias

Angola prepara-se para Implementar o Imposto sobre Valor Acrescentado OVA em2019. Que obstáculos tem encontrado o grupo de trabalho criado pelo Governo para a sua implementação?

Um dos obstáculos são os empresários que alegam não terem condições para aderirem ao IVA porque muitas empresas não utilizam sistema informático nas facturas. Utilizam sobretudo blocos de facturas ou emitem as facturas por via do Microsoft Excel. Implica que para o IVA têm que adoptar um sistema informático, porque com o IVA a comercialização de bens e serviços carece de um programa de facturação electrónico. Sem esse critério não é possível a comunicação no sistema de administração fiscal.

De que forma pensam contrariar o que dizem os empresários?

A Ordem dos Contabilistas e Peritos Contabilistas de Angola (OCPCA) deu-nos garantia que isso não é problema. Segundo o bastonário da OCPCA, há contabilistas suficientes no mercado para atender as exigências do IVA nas empresas. Vão ajudar as empresas na adopção do sistema informático exigido porque têm consciência que a adopção da legislação fiscal à nova realidade económica e social do País vai potenciar as receitas fiscais, bem como combater a fraude fiscal e a evasão fiscal, garantindo uma maior justiça tributária.

O mercado informal não é um obstáculo?

A questão da informalidade preocupa-nos, porque o IVA é um imposto que não aceita informalidade, mas também tem particularidades que ajudam reduzir o



nível de informalidade, por via do critério do policiamento. Ou seja, quando se liquida na factura, ainda que [alguém] não declare, o outro [agente económico] que vai declarar a nível dos seus custos já criou policiamento do outro. Vai ser detectado a nível do sistema informático, uma vez que vai ser declarado o ficheiro de aquisições das vendas e bens e serviços e o ficheiro não só indica as aquisições, mas também as vendas devem ser comunicadas à Administração Geral Tributária (AGT) pelos dois lados, o que vai permitir que no sistema haja cruzamento de informação e muitos que estão fora do circuito fiscal vão acabar por entrar.

Quais as empresas que estão sujeitas ao pagamento de IVA já em 2019?

O IVA vai ser aplicado com carácter obrigatório aos contribuintes cadastrados na repartição fiscal dos Grandes Contribuintes na data da entrada em vigor do código do IV A, sendo que aos outros sujeitos passivos passam a ser de carácter obrigatório a partir de dia 1 de Janeiro de 2021. Mas quem tiver volume de negócio anual acima do equivalente a 60 milhões Kz pode aderir ao IV A antes de 2021.

O IVA vai substituir o actual Imposto de Consumo. Quanto se prevê arrecadar de receitas fiscais anuais com a implementação do IVA?

Estão a ser realizados dois estudos que estão quase finalizados, um estudo é do Centro de Pesquisa da Centro de Pesquisa em Políticas Públicas e Governação Local (CPPPGL), da Universidade Agostinho Neto, e o outro do Centro de Estudos Tributários (CEI) da AGT, neles encontraremos a previsão de arrecadação fiscal com o IV A comparativamente ao Imposto de Consumo. Mas não há dúvidas que o IVA permitirá maior arrecadação fiscal por parte do Estado. O Imposto de Consumo é monofásico, cobra-se numa única cadeia. Já o IV A não, porque cobra tudo que é serviço.

Angola é o último país da SADC a aplicar o IV A e optou por uma taxa máxima de 14%, quando a taxa média dos países da SADC é de 15,5%. Porquê uma taxa abaixo da média destes países?

Fomos buscar a taxa média da SADC que são 15,5%, mas entendemos cobrar uma taxa de 14%, abaixo da média, isso porque Angola faz parte da SADC e ratificou o acordo da organização. A ratificação diz que os países não podem cobrar uma taxa de IVA inferior a 10%, ou seja, no mínimo 10% e no máximo aquilo que for definido pelo Estado. A nível da SADC há países com taxas até 20%. Moçambique, por exemplo, tem uma taxa máxima do IVA de 17%,

em Cabo Verde é 15%, mas o país que cobra a taxa mais baixa é o Botswana, 12%.

Porque avançaram com uma proposta de taxa única, quando há países com mais de uma taxa de IVA?

Das visitas técnicas que realizámos noutros países verificámos que se criam muitos problemas aos contribuintes quando são criadas mais do que uma taxa de IVA. Em Portugal, por exemplo, há três taxas de IVA, a de 6%, a de 13% e a de 23%, mas há situações em que uma fábrica cria um produto novo e obrigatoriamente tem que pedir um parecer vinculativo à administração fiscal para saber qual das taxas a aplicar. Há vezes que a administração demora a responder, mas como o produtor quer vender, aplica, por exemplo, a taxa de 13%, mas depois aparece a administração fiscal, três ou seis meses depois, a informar que a taxa é 23%, e cobrando o valor de imposto em falta.

Significa, então, que a escolha recaiu na taxa única para evitar contenciosos entre as empresas e a AGT?

Observamos que 90% dos contenciosos que existem estão associados ao enquadramento da taxa, por isso, aconselharam-nos a aplicar uma taxa única para não ter problemas de enquadramento. Mesmo a nível da SADC, nenhum país tem mais de uma taxa de IVA

Não acha que era necessário fazer-se um estudo interno para se perceber até que ponto a taxa única é vantajosa na economia nacional?

A vantagem de ser último é aprender com os erros dos outros, ganhar lição e fazer melhor. Ou seja, estamos a fazer do ponto óptimo de cada país o nosso ponto inicial. Não estamos a fazer cópia de nenhum país, embora tenhamos viajado várias vezes. O grande objectivo é ver as melhores práticas que eles têm, os problemas que enfrentaram, até aonde chegaram no ponto óptimo. Contaram-nos os seus problemas, as dificuldades que tiveram e qual foi o denominador comum achado, os denominadores comuns achados por eles têm sido os nossos pontos de partida. Aconselha-se a adoptar mais princípios do que regras, porque as regras tornam burocrático o sistema. Quando se inclui muitas regras, elas acabam por criar muitos problemas.

Os deputados vão de férias de 15 de Agosto e regressam em meados de Outubro. Receia atrasos na aprovação do Código do IVA?

A consulta pública do Código do IVA que estamos a realizar pelas províncias do país termina até final desde mês. Em Setembro vamos concluir o diploma



para submeter ao Conselho de Ministros. Logo que for aprovado em Conselho de Ministros será encaminhado à Assembleia Nacional para discussões na especialidade, que poderá levar uma semana. Sendo assim, acreditamos que ainda este ano é possível a aprovação da proposta do Código do IVA por ocasião da aprovação do Orçamento Geral do Estado 2019.

Como vai funcionar a implementação do IVA no sector bancário?

Existem alguns produtos bancários que poderão estar isentos do pagamento do IVA. Por exemplo, quando um cliente vai ao banco pedir um empréstimo, esses produtos bancários vão ser isentos. Mas tem outros serviços que os bancos prestam, como por exemplo a questão da alocação financeira, em que uma pessoa não tem como pagar 100% de viatura, a pessoa faz um contrato com o banco, a instituição bancária vai descontando todos os meses, uma espécie de crédito com amortização todos os meses, para esses casos vamos incluir o IVA.

As instituições de crédito onde os sujeitos passivos que adiram ao presente regime tenham contas bancárias, são obrigadas a comunicar à AGT, para efeitos de fiscalização e controlo, todas as movimentações efectuadas nas referidas contas bancárias.

Faz sentido definirem uma taxa do IVA quando os estudos de Impacto ainda não estão concluídos?

A taxa a ser definida, de facto, vai depender dos estudos de impacto que estão a ser realizados, a taxa de 14% não é definitiva, tudo vai depender do estudo e da decisão em termos legislativo.

### 3.16 Mais de 100 jovens no 'olho da rua'

*Jornal Visão*

*10 De Junho de 2018*

Com esta medida, mais de 100 jovens ficam sem ter uma fonte de rendimento. Escaladores (pessoas que limpam o peixe), contadores (pessoas que conferem a quantidade do peixe) e vendedoras, encontram-se agora numa situação de consternação pelo sucedido e lamentam o facto de perderem o seu "ganha pão":

A comissão Administrativa de Luanda na pessoa da presidente Maria Nelumba, informou aos órgãos de comunicação que em conjunto com o ministério das Pescas, ficou acordado a transferência das embarcações industriais para o porto pesqueiro, onde o produto poderá ser desembarcado em melhores

condições. No mesmo porto encontram-se instalados um posto de transformação de energia eléctrica para possibilitar o funcionamento da fábrica de gelo para melhorar a conservação do peixe. No que toca as condições de higiene, algumas empresas estarão a cargo da limpeza do local. Contudo, a Mabunda ganhou um novo mercado com capacidade para albergar mais de mil trabalhadores, onde os mesmos poderão exercer a actividade comercial. Por intermédio do governo, a comissão administrativa realçou que o ministério da saúde informou recentemente que as águas do mar da praia da Mabunda encontram-se contaminadas com o vibrião colérico, transmissor da cólera, tendo desaprovado o consumo do pescado daquela circunscrição.

### 3.17 Desemprego, prostituição e delinquência é o que "sobrou" da praia da Madunda

*Jornal O PAÍS*

*11 De Agosto de 2018*

*Texto: Domingos Sento*

Já passavam das 15 horas e o único dinheiro que Paulo Herculano tinham no bolso eram apenas 150 Kwanzas. Este valor não conseguiu da sua actividade diária como escamador. Foi-lhe oferecido por uma antiga cliente que horas antes estava de passagem pela estrada da Samba.

Com os 150 Kwanzas no bolso, jovem escamador, de 28 anos de idade, faz imensas perguntas e contas à vida, mas não encontrou respostas. Paulo tem mulher, que deu à luz, dias antes, o segundo filho. Em casa, os mantimentos terminaram há já uma semana. Conforme contou, no último Domingo teve que mandar o primeiro filho, de 6 anos, para a sogra porque em casa não há comida. Também, por falta de pagamento, o menor foi expulso da escola onde frequentava a segunda classe.

Dizendo-se desesperado, Paulo não sabia o que fazer com 150 kwanzas, pois precisava de apanhar um táxi até ao Rocha, onde vive, comprar algum alimento para a mulher que passara todo o dia sem comer nada, mesmo estando a amamentar o bebé que, por sinal, é xará de um falecido pescador da praia da Mabunda.

Enquanto conversava com o OPAIS, Paulo endireitava a faca, de cabo amarelo, ponta cortada, pendurada na cintura. Horas antes o instrumento tinha sido utilizado para cortar pedaços de mandioca com que se alimentou durante o dia. Foi a primeira vez, depois de uma semana, que utilizou a sua

ferramenta de trabalho que caiu em desuso com o fim da venda de pescado no tradicional espaço livre na praia da Mabunda, localizada no distrito urbano da Samba, município de Luanda.

Com lábios secos, fraco e um ar preocupado, Paulo atira todas as culpas das dificuldades que tem enfrentado nos últimos dias à recente medida do Governo.

Essa medida, devida ao surto de cólera em Luanda, segundo Paulo, destruiu a sua vida, que era totalmente dependente da escama do peixe, actividade que vinha desenvolvendo desde os 13 anos de idade. Era como escamador que conseguia pagar a escola do filho, alimentar a família, ajudar a mãe que anda adoentada e a pagar a renda de casa, cujo prazo está prestes a terminar.

"Parece azar, meu irmão. Tudo a acontecer ao mesmo tempo. O dono da casa já ligou na segunda-feira. O prazo acabou no final do mês. Com o nascimento do meu segundo filho, eu poderia estar a desfrutar da alegria, mas tenho é vivido muitas preocupações. Até dá vontade de se atirar ao mar e de lá não mais sair", desabafou o jovem, bastante apreensivo.

Enquanto conta as suas dificuldades, Paulo convida os repórteres de OPAIS a aproximar-se do mar. Os passos lentos eram para escalar o seu antigo espaço de trabalho. Postos no local, o jovem mostra um pedaço de pedra larga, em espécie de banca, que está ao lado de uma pequena embarcação estragada.

Por alguns minutos, o escamador esquece as dificuldades, solta um sorriso e fala dos ganhos e das alegrias que aquele pedaço de pedra lhe ofereceu. Eram mais de duzentos peixes, de várias espécies, que escamava diariamente. Os clientes vinham de todos os lados. Os anos na actividade tornaram-no num dos mais respeitados e conhecidos escamadores da zona. Por isso, granjeou a confiança de gente de vários cantos de Luanda que o procuravam para tratar do peixe.

A actividade começava cedo. Por volta das cinco horas já estava na praia para receber os primeiros clientes, viajantes, comerciantes e outros tipos de clientes. Às 17 horas era quando largava o espaço, levando consigo entre 15 à 20mil kwanzas diariamente.

"Com esse dinheiro, graças a Deus, consegui fazer o alambamento da minha mulher e finalizar a nona classe. Não precisei de roubar, nem de matar ninguém. A praia me dava o mínimo para viver. Agora, assim, como vamos fazer? Será que o governo

não pensou em nós?", questionou. De seguida, despediu-se da equipa de reportagem para ir ajudar um antigo cliente que acabara de chegar.

Para além dos pescadores, o grupo de pessoas de que mais se falou e pelos quais foram criadas alternativas de sobrevivências como é o caso da construção do novo mercado do peixe, ao lado do antigo espaço, outras centenas de cidadãos que dependiam directamente da venda do pescado no tradicional espaço livre na praia da Mabunda ficaram com as vidas destruídas devido ao fim das suas actividades.

Tal como constatou o OPAÍS junto dos populares, uma semana depois de o Governo de Luanda ter posto fim à venda de peixe na praia da Mabunda, os efeitos já são visíveis. Muitos dos cidadãos que dependiam daquele espaço para sobreviver, nos últimos dias inclinaram-se ao alcoolismo, na prostituição e na delinquência para continuarem a seguir a vida.

Aquele corredor da Samba, que até então era tido como relativamente calmo, segundo os frequentadores e moradores, nos últimos dias tem registado um aumento da delinquência e de outras desordens sociais, pelo que poderá afectar, num curto tempo de espaço, outras zonas circunvizinhas como a Camuxíba, Prenda e Corimba.

"Utilmente, passar aqui está difícil. Há jovens que agora, a partir das 20 horas, ficam na esquina esperando por quem passe para atacar. E muitos destes jovens eram os antigos escamadores. Até algumas moças que não conseguiram lugar no mercado também passam aqui grande parte do tempo a se prostituírem de forma clandestina. Mas fazem isso porque perderam o seu ganha-pão", afirmou Josiane Guilhermina, ex-vendedora,

De acordo com a jovem, o aumento de roubos que a zona tem vindo a registar, há uma semana, está ligado aos jovens que trabalhavam na praia da Mabunda e que hoje estão sem nada para fazer. "Agora passamos o dia todo a beber porque não temos o que fazer. O Governo chegou aqui e tirou apenas as pessoas. Mas deixou-nos com fome. Como vamos fazer para continuar a sustentar os nossos filhos? Não estudamos, não temos emprego, nem outra profissão.

Vamos é nos prostituir ou roubar. Somos milhares de pessoas que dependíamos desse espaço. Também somos humanos e temos necessidades".

Os excluídos

Porém, dados não oficiais apontam para cerca de 150 escamadores, mais de 100 chamadores (pessoas que

conquistavam os clientes para comprarem peixe nas embarcações) e um número elevado de vigilantes do estacionamento de viaturas e de comerciantes que operavam diariamente na praia da Mabunda.

Todas essas pessoas, na sua maioria jovens, ao longo da vida não aprenderam a fazer mais nada senão ganhar a vida por intermédio do peixe. Hoje, com o fim das vendas no antigo espaço, grande parte delas está voltada ao abandono, sem nenhuma alternativa. Durante o processo de discussão sobre o paradeiro das pessoas que dependiam da praia, o Governo de Luanda focou as suas atenções nos pescadores e nas peixeiras, deixando de lado outras centenas de cidadãos que sobreviviam do espaço.

O actual mercado do peixe, construído para albergar os comerciantes, não tem capacidade para acolher a toda a gente. A parte da escama, como constatamos, só tem capacidade para albergar dez escamadores, deixando de fora outros tantos. Apesar de ser uma infra-estrutura nova, parte das mesas para a actividade da escama já está danificada e os dez escamadores disputam o pouco espaço que sobrou.

Já os restantes dos escamadores que estão de fora passam as horas sentados na areia da praia à espera que alguma sorte caia. O local onde escamavam o peixe hoje está cheio de máquinas e de homens da fiscalização que a todo o instante proíbem a circulação de pessoas no recinto. À beira mar, as embarcações que traziam o peixe do fundo do mar já não atracam ali. E, com isso, as pessoas entram em desespero por verem os seus rendimentos cortados.

Sentado numa das pedras da praia, João da Costa, 32 anos, escamador há dez anos, aprecia o vai e vem das águas que batem forte e se espalham sobre a areia. Enquanto contempla o mar, faz contas do que será a sua vida daqui em diante. Os clientes, que durante muito tempo lhe davam sustento, hoje já não vêem mais.

Assim como Paulo, o primeiro entrevistado, João também tem mulher, e três filhos para sustentar. Sobre o fim da venda do peixe naquela local, ele lamenta profundamente e considera a medida como sendo um autêntico golpe que chegou de forma inesperada, quando não estava preparado para deixar de exercer a actividade que representa o seu principal ganha-pão.

"É muito difícil para nós, que só aprendemos a viver do mar, ter que arranjar outra coisa para fazer. Sempre dependi daqui, como vou conseguir arranjar outra coisa se não estudei nem aprendi uma outra profissão? Assim, se a pessoa pegar em arma e ir assaltar, a sociedade vai nos julgar, dizendo que

somos bandidos. É triste, não sei o que passa pela cabeça dos nossos mais velhos do Governo. Mas são maus", lamentou.

É também de lamentações que Cipriano Singila fala. Aos 27 anos de idade, o jovem exercia a actividade de chamador. Ele era um dos rapazes que ajudavam os clientes indecisos a chegarem até às embarcações de referência. Durante oito anos exerceu essa função e em troca recebia valores que, juntando, diariamente, oscilava entre os 10 e os 12mil Kwanzas.

Com esse dinheiro pagava a escola onde está a frequentar a décima classe e conseguia ainda ajudar nas despesas de casa e a comprar roupas e calçados para os irmãos menores.

Desde que foi anunciado o fim da venda do pescado naquele perímetro, o jovem disse estar a enfrentar sérias dificuldades. Já pensou em parar de estudar porque não vê formas de continuar a suportar os custos com as propinas. "Agora viemos todos os dias aqui só para conseguir alguma coisa. Antes, éramos nós que ajudávamos os outros, hoje estamos a depender para comer. Está duro. Mas o Governo é que sabe. Nós somos apenas povo".

### 3.18 Desespero dos lotadores de candongueiros

*Jornal Folha 8*

*11 De Agosto de 2018*

*Texto Sedrick De Carvalho*

Quando tentava chegar em casa ao fim da jornada laboral, entrei o primeiro candongueiro da fila organizada à paragem. Era o primeiro passageiro, não tinha de enfrentar o "emagrece ar por isso logo sentei-me confortavelmente no banco junto ao do motorista, à porta, deixando o do meio para quem quisesse sentar naquele lugar desconfortável,

Pouco depois subiram duas pessoas atrás. O carro começava a ter pessoas e logo partiria, para a minha alegria. E quando mais clientes entraram, então o motorista apareceu sorridente e fez um sinal ao seu companheiro cobrador para subir e partirmos.

O som do motor despertou outro jovem que aproximou-se e estendeu a mão ao cobrador exigindo pela "contribuição". Era o lotador. De que contribuição se tratava todos sabiam, mas não compreendiam a razão daquela exigência quando ele não havia, de facto, colaborado na lotação do candongueiro.

Com a certeza de que o lotador não havia lotado a viatura, o cobrador negou dar a "contribuição", e o seu colega-motorista apoiou-lhe. Imediatamente instalou-se a comum discussão do "dá o meu dinheiro porque lotei" e o "não há nada para quem não fez nada". O lotador desiste de tentar sacar o dinheiro do cobrador e vai ao motorista, mas o faz esticando o braço pela porta do banco onde me encontrava.

Com o hálito forte destilando álcool, de um whisky em garrafinha que lhe vi beber, rugia do meu lado para o motorista. Foi nesse instante que decidi interferir, impaciente por ver que alguns passageiros desciam por ordem e medo do lotador que ameaçava "fatigar" o cobrador. E a minha interferência foi categórica: que não se desse nem um Kwanza ao indivíduo. Disse porque tinha plena certeza que o sujeito não havia lotado a viatura, a começar por mim, primeiro passageiro, que cheguei ao candongueiro sem nenhuma indicação, e também porque assisti com curiosidade aos goles que o jovem dava da sua garrafinha sentado sobre um pneu a escassos metros.

O meu encorajamento desviou o alvo. O lotador passou a ameaçar-me directamente. Seus companheiros também lotadores juntaram-se à confusão exigindo pelo dinheiro. O cobrador e o motorista queriam partir daquela paragem sem os passageiros, excepto eu, e assim não teriam de pagar ao jovem e partiam com os vidros do carro intactos e sem "fatisação" física.

Mas o lotador insistia em ameaçar-me. Havia dois agentes da polícia há uns dez metros durante toda aquela algazarra. Chamei por eles e disse poucas palavras mas suficientes para um dos agentes dar um pontapé levezinho às nádegas do lotador, como se fossem amigos brincando, e lhe mandar que parasse de nos incomodar, e o lotador respondeu "ok, chefe". E assim o motorista colocou o carro em marcha, apenas comigo como passageiro. Ao longo do trajecto disse ao motorista que eles, taxistas, são também culpados pelo estado em que chegou esse sistema de lotação. Em Junho o Jornal de Angola trouxe à capa o "trabalho de 'lotador' de táxi" como atracção para "muitos jovens", ao qual dedicou quase uma página do diário estatal a destacar, primeiro, a importância desse trabalho no sustento de famílias e formação escolar e, depois, uma pequena abordagem feita por um sociólogo.

O cerne do surgimento desta actividade reside no elevado índice de desemprego. É a mesma na base da crescente taxa de criminalidade, E é aqui onde o lotador entra também nas estáticas do crime em Luanda.

Os lotadores são, a maioria, extorsionários, como no caso referido, e, sendo a extorsão uma típica acção criminosa, eles aplicam as características dessa prática: obrigam, ameaçam, destroem, agridem, e até ferem.

Denominando as paragens de candongueiros por "nossa placa", os loteadores passaram a exigir aos prestadores de serviços de transportes de passageiros pagamentos pela lotação dos veículos, independentemente de ter lotado o carro, o que ocorre sobretudo em horas de pontas, quando os passageiros menos precisam de indicação.

O não pagamento do valor exigido, que varia mediante o preço cobrado ao passageiro - se a viagem custar 200 Kwanzas então deve dar 200 ao lotador -, equivale a vidros partidos, pneus furados, espancamento, preferencialmente do cobrador, ao ponto de ser ferido e ficar sem o dinheiro todo que tiver. Uma mistura de actos que fazem a extorsão.

O segundo momento é o pagamento dum "contribuição" pela utilização da "placa". Os lotadores seniores, digamos assim, são os responsáveis por mais essa imposição. Como justificação alegam que cuidam da "limpeza e organização da placa". As paragens nunca estão limpas e a pouca organização em algumas é feita pelos próprios taxistas, que colocam-se em fila por ordem de chegada. Nesse esquema de extorsão montado por jovens está subjacente o desespero na luta diária pela sobrevivência. E é lamentável a tónica entusiasmada que o Jornal de Angola deu ao atractivo "trabalho de lotador de táxi", como que a enfatizar um programa do governo para empregar a juventude, como as caixas de engraxar sapatos distribuídas pelo MPLA na campanha eleitoral.

A postura da Polícia Nacional face aos lotadores é outro aspecto do processo extorsionário. Em quase todas as paragens encontramos agentes da polícia, mas não interferem a favor dos extorquidos.

Esta instituição inventou a "Operação Movimento" que resultou na detenção de mais de 800 lotadores em Julho. Ainda assim os lotadores continuam nas "placas", e o porta-voz da polícia em Luanda apontou que a "falta de uma boa cooperação entre a Polícia Nacional e os órgãos de Justiça tem contribuído negativamente na solução dos dois problemas".

O Ministério Público tem colocado em liberdade os jovens por falta de elementos incriminatórios, e a polícia lamenta. Ora, o MP age bem, pois este é um problema que não se resolve com cadeias e condenações, mas com a criação de postos de trabalho.



O desespero dos lotadores reflecte o desespero da juventude desempregada e sub-empregada, e caracteriza o contínuo agravamento da insegurança pública. Enquanto não aparecem os postos de trabalho, convém aos taxistas - que começa a ter uma associação forte - estabelecerem limites aos lotadores mediante uma parceria informal e funcional, sem extorsão.

### 3.19 Policias e fiscais juntam-se no combate à venda ambulante

*Jornal Liberdade*

*17 De Agosto de 2018*

*Texto: Amélio Caála*

A venda ambulante tem sido o meio de luta pela sobrevivência de muitas mulheres angolanas, muitas delas sustentam a casa e pagam a formação dos filhos através da zunga, trabalho que não tem sido fácil.

Onde há táxi há uma zungueira ao lado, ou seja, são irmãos inseparáveis, por isso, as opiniões divergem entre 15 zungueiras quando se trata do clima que se vive na região norte de Luanda. Catarina Zau, vendedora ambulante há mais de sete anos disse que não é fácil ir ao encontro dos carros para conseguir o pão dos filhos e acrescenta que “sabemos que estamos a vender no local incerto, mas somos forçados a fazer isso porque não temos como sustentar os nossos se não nos arriscamos. Desde o dia sete deste mês, a polícia e os fiscais, juntaram-se para nos correr e não estarmos a conseguir vender”, disse.

O Jornal Liberdade procurou saber das zungueiras se existe nos arredores um mercado próximo, porem, respondeu que existe mas o problema não há clientes e deixa uma sugestão " os mercados que temos forma construídos nos becos, se o estado quer acabar com a venda ambulante, os taxistas têm que desviar as rotas para trazerem os clientes porque conseguimos vender por causa deles"

Uma comerciante do mercado que fica a escassos metros da paragem da cerâmica, falando no anonimato, apresentou a sua insatisfação alegando que a venda ambulante impede os clientes chegarem num cada. "Com as zungueiras, as coisas mudaram, o comerciante é que "ai ao encontro do cliente é não o contrário e nós que vendemos aqui ficamos sem clientes, os produtos estragam e acabamos por perder o dinheiro. Por outro lado, acredito que o mercado não está preparado para receber muitos colegas embora há muito espaço, mas a vala poderá impedir o fluxo de pessoas porque não há higiene", disse.

O mercado local, está totalmente desocupado, mas a "ala não apresenta um ambiente saudável os poucos comerciantes que se encontram deitam o lixo na vala, infelizmente, a empresa da recolha de lixo quase não existe.

José Adão, taxista disse que " iniciativa tomada pela polícia é fiscal é de louvar mas critica responsáveis por não terem o poder de sensibilizar sem usar força. " A direcção da fiscalização perdeu o controlo no combate a venda anárquicas em Cacucaco, por isso pediu o reforço da policia nacional, mas esqueceu-se de sensibilizar as zungueiras, das trabalham "para sustentarem os seus filhos e esta força que estão a usar, pode causar revolta. Sou de opinião de que administração deve pautar pelo diálogo e não pela violência" disse.

Na conversa que o jornal Liberdade manteve com o sociólogo José Lourenço, explica que a educação moral seja o factor de mobilização social das administrações municipais de maneira a diminuir os choques com os agentes de fiscalização e zungueiras e acrescenta que é urgente o governo da província regularizar e cadastrar os comerciantes e as zungueiras porque contribuem muito para o orçamento e na caixa do tesouro nacional, através dos valores que poderão pagar e pede que o executivo fiscalize as administrações municipais uma vez que os mercados que rendem estão refém dos administradores que privatizam alguns mercados directamente e deu como exemplo a gestão antiga de Viana e Cazenga.

"Um recado ao presidente da República, João Manuel Gonçalves Lourenço, é preciso que faça melhor do que António Agostinho Neto e Eduardo dos santos porque uma das soluções é mesmo fazer que Neto disse havemos de voltar no caminho do mato porque a gente está cansada de sofrer com a fome e o desemprego, as assimetrias são muitas, é preciso que o camarada presidente chame os sociólogos, agrónomos e psicólogos para se fazer um trabalho colectivo. A cooperativa onde financiaram os valores para produção, a mesma encontra-se em abandono e nem se quer os agricultores receberam os valores que agora estão a cobrar juros altos, a falta de vontade de muitos o amor ao próximo leva os seres humanos à viverem como se havemos de levar coisas após a morte; disse o sociólogo.

De lembrar que durante a apresentação do novo administrador de Cacucaco Augusto José e seu adjunto, Tomás Bica Mumbundo, no dia 6 de Agosto do presente ano, governador provincial de Luanda, Adriano Mendes de Carvalho, apelou ao administrador adjunto para o Sector Político e Social de Cacucaco para se criar mecanismo no sentido de



acabar com a venda ambulante nas pedonais e paragens de táxis.

### 3.20 «Em nenhum processo a senhora Cidália juntou provas de titularidade»

*Novo Jornal*

*17 De Agosto de 2018*

*Texto: Álvaro Victória*

Reagindo às declarações de Cidália Baptista, que na segunda-feira, 13, se mostrou agastada com a alegada letargia na restituição, a seu favor, do mercado Km30, apoiando-se nas decisões e recomendações dadas pelo anterior elenco do GPL e pelo ex-PR, Carlos Cavuquila foi peremptório ao afirmar que, em momento algum, a empresária apresentou provas sobre a titularidade do mercado.

"Sobre a posse, é de direito, quem reclama ou alega um direito deve fazer a prova da sua existência. O que acontece é que, em nenhum processo que temos aqui, e mesmo nos que correm nos tribunais, a senhora Cidália juntou provas de titularidade sobre o terreno do mercado do Km30, que alega ser seu. Se não há esta prova titulada, temos que concluir que ela nunca teve a posse sobre o mercado", declarou o assessor do governador de Luanda.

Carlos Cavuquila recorreu a um edital e um despacho datados de 2006 do então administrador municipal de Viana para atestar a legitimidade pela posse do terreno por parte do Estado: "A Administração Municipal de Viana criou e organizou o mercado [...] indemnizou as camponesas que lá estavam".

"Então, qual é a posse da senhora Cidália neste caso?", indaga Carlos Cavuquila, que acusa Cidália Baptista de ter tentado ludibriar as autoridades de Luanda.

"Sabe-se que terá, em algum momento, tentado ludibriar o Governo provincial apresentando um título que até é falso. Foi provado que é falso, um título supostamente emitido pelo PIV (Pólo Industrial de Viana). A Comissão de Gestão do PIV nem sequer tem competência para ceder terrenos. O terreno do mercado Km30 situa-se à faixa esquerda no sentido Luanda-Catete, e o PIV tem jurisdição apenas do lado direito. Logo, o PIV, por mais bondade que tivesse, não poderia conceder um terreno que não lhe pertence ou que não é da sua jurisdição", referiu.

Carlos Cavuquila refutou que o documento emitido pelo anterior Presidente da República sobre o litígio

seja considerado um despacho presidencial e um instrumento para determinar o desfecho do caso.

"O que temos aí confesso que pode ter um outro nome, mas não se chama despacho presidencial. Chamemos as coisas pelos próprios nomes, o que temos aí, se calhar, é uma carta, um bilhetezinho, ou qualquer coisa assim. Mas não é propriamente dito - e com o rigor técnico-jurídico requerido - um despacho presidencial. Entretanto, o mérito ou desmérito deste documento também está a ser aferido em sede do tribunal", sustentou o assessor jurídico do governador.

### 3.21 «Mas ela mesmo é quem construiu isso»

*Novo Jornal*

*17 De Agosto de 2018*

*Texto: Álvaro Victória*

Grande parte das antigas vendedoras do mercado do Km 30 ouvidas pela reportagem do NJ referiu-se à empresária Cidália Baptista como a criadora do mercado.

"Quando viemos aqui, viemos com a dona do mercado, que é a tia Cidália", disse uma vendedora de peixe seco, cujo nome preferimos omitir.

"Só entrámos, a tia Cidália não demorou, saiu. Mas ela mesmo é quem construiu isso", declarou uma outra antiga vendedora da «Praça do 30».

Entretanto, a nossa reportagem constatou algumas informações desencontradas sobre a génese do mercado, cujas estruturas mais visíveis são os quatro pavilhões.

"Quem construiu isso somos nós mesmas. Pagámos à Administração 15 mil kwanzas para nos colocarem estes pavilhões. Quando viemos para aqui, havia muitas cobras. Nós próprias pegámos nas catanas para limpar isso", contou uma vendedora de fuba.

Sobre a génese da criação do mercado, Cidália baptista realçou ainda que é falsa a informação segundo a qual terá aproveitado do cargo de coordenadora da Comissão de Gestão do mercado para se apoderar do bem.

"Quando, em 2008, participei no concurso público para ingresso no GPL, já tinha feito o mercado, em 2006", afirmou Cidália.

"Quando correram com os vendedores lá no mercado do Quintalão da Estalagem, o meu mercado, eu solicitei o terreno do mercado do Km30. Portanto,

não se pode querer confundir as coisas. O mercado do Km30 não me foi cedido por compensação. Eu própria solicitei e construí", refere .

### 3.22 É proibido vender peças de carros e motos nas praças e ruas

*Jornal O Perfil*

*17 De Agosto de 2018*

*Texto: Marcelo Mwanza*

A medida consta de um decreto executivo conjunto, de 17 de Julho, assinado pelos ministros do Interior, do Comércio e dos Transportes, que proíbe o "exercício de venda de peças sobressalentes de veículos automóveis e motorizadas fora dos estabelecimentos autorizados": "A sociedade angolana tem vindo a constatar com bastante preocupação furtos e roubos de veículos automóveis e motorizadas que, em muitos casos, são vendidos fora das localidades em que ocorrem tais factos e noutros casos desmantelados para o aproveitamento dos salvados que são vendidos nos mercados informais": lê-se no documento; a que a Lusa teve acesso. Jantes e pneus, além dos sobresselentes, espelhos retrovisores, ópticas e todo o tipo de peças em plástico são habitualmente roubadas de viaturas estacionadas na via pública, nomeadamente em Luanda. A Polícia Nacional tem também recuperado mensalmente dezenas de viaturas, roubadas para serem desmanteladas e vendidas em peças, nas ruas e mercados informais. O decreto executivo conjunto considera que estas práticas "violam os direitos patrimoniais dos legítimos proprietários e põem em risco o bem sublime que é a vida" e admite que a necessidade de "tomar medidas destinadas a mitigar a ocorrência de furtos e roubos de veículos automóveis e motorizadas no território nacional": Desde 17 de Julho que a venda de peças sobresselentes em Angola é apenas possível em concessionárias automóveis, lojas de venda de acessórios ou oficinas de assistência técnica, mediante apresentação de documentação sobre a situação legal, a fonte de aquisição do material, condições de trabalho e documentos das viaturas. Os infractores incorrem, além da penalização através de coimas, em responsabilidade penal, podendo responder em tribunal pela prática de crime. Na praça dos Correios de Luanda a regra é não perguntar de onde vêm as peças. Um negócio ameaçado pela proibição decretada pelo Governo, de venda de peças automóveis na rua ou mercados informais, precisamente para travar a onda de furtos a viaturas. "Se nos tiram daqui é só para morrer. Não tenho mais nada para fazer, isto é trabalhar para sobreviver", explicou Alfredo Miguel, de 47 anos,

que vende naquela praça molas e amortecedores para ligeiros. As peças são usadas, garantindo que chegam de viaturas acidentadas. Ainda assim, sobre a proveniência concreta, diz que, é uma pergunta que "não vale a pena fazer" e que quem ali compra também não faz. "Cada coisa que aparece vem de um sítio, aparece com um objectivo. Nós só damos resposta que é na graça de Deus, na providência do Senhor, nosso criador": conta. Há 20 anos a trabalhar na praça dos Correios, até admite que a proibição de venda informal decidida esta semana pelo Governo pode ajudar a travar a delinquência, só não sabe é o que vai fazer quando chegarem os fiscais. "O Governo saberá como vai fazer com o seu povo. Se nos deixa a padecer e morrer": atira. Nesta praça todos sabem ao que vão e sobre as peças usadas, a regra é não fazer muitas perguntas. "Nós não temos a certeza": explica Venâncio José, em conversa com a Lusa, sobre a origem das peças. Diz que são de viaturas acidentadas, que compra a empresários nigerianos, e pouco mais. O negócio é sem facturas ou garantias e pode "passar o dia sem vender nada" Ainda assim, admite, serve para "sustentar a família" Aos 32 anos, e com 10 anos a vender todo o tipo de peças naquela praça, confessa receio com o futuro, face à proibição. "Vai-nos prejudicar. Onde vamos? Somos chefes de família. Nós vamos trabalhar onde o Governo disser que há trabalho": observa. Venâncio afirma compreender a preocupação, face à onda crescente de assaltos e roubos de viaturas, mas pede que qualquer medida seja acompanhada de apoios: "Se não quer que o filho trabalhe aqui, que mostrem onde pode o filho trabalhar":

Noutro ponto da praça, improvisada com dezenas de bancas e uma enorme chapa para proteger do sol escaldante, Fernando Elias, 37 anos, "especializou-se" na venda de peças de motor, como segmentos, capas ou juntas. "Vendemos o que nos convém, o que mais os clientes pedem": explica. Justifica que tudo o que vende é proveniente do Dubai: "Eu compro na mão daqueles que trazem a grosso": Contudo, o negócio já conheceu dias melhores, apesar da crise de peças que o mercado angolano vai enfrentando, devido aos problemas financeiros e cambiais no país, que dificultam as importações. "Não posso falar aqui que tenho tido muitos clientes porque estaria a mentir. Há dias que é proveitoso e há dias que não": confessa. Garante que tudo o que vende

é novo e que as perguntas dos clientes são poucas. "Há cliente que tem a curiosidade de fazer a pergunta e há clientes que vêm só para comprar e não fazem perguntas, sobre de onde vêm as peças": diz. Sobre o futuro, afirma simplesmente aguardar uma explicação sobre a anunciada proibição de venda na rua ou mercados informais. "Gostaria de saber porquê": atira

Fernando. Discos de embraiagem e prensas são a especialidade de Oliveira Cahombo, de 34 anos. Afirma que compra tudo no Dubai e que num "dia bom" é capaz de vender até 20.000 kwanzas (70 euros). "Mas há dias em que não vendemos nada" assume. A decisão de autorizar a venda de peças para automóveis e motociclos apenas em empresas e oficiais autorizadas tomou-se o centro das conversas na praça dos Correios, e também da preocupação de Oliveira. "Essa proibição será um grande defeito para nós. É daqui que sai o nosso pão de cada dia" conta, angustiado.

### 3.23 Executivo pretende integração da economia informal na formal

*Jorna O Perfil*

*17 De Agosto de 2018*

*Texto: Sidney David*

O governante fez este pronunciamento quando discursava no encerramento da mesa redonda sobre a economia informal que decorreu durante dois dias, numa iniciativa da Fundação Sagrada Esperança. Pedro da Fonseca destacou a política de ambiente de negócios, competitividade e produtividade e a de emprego e condições de trabalho, esta última que visa reconverter a economia informal, a empregabilidade e melhoria da organização das condições de trabalho. De acordo com o ministro, existe uma franja do sector informal cuja tendência natural é a do seu definhamento e desaparecimento final, na medida que as crises económicas forem debeladas, o sector produtivo crescer e o Estado se organizar. Apontou que para este pressuposto concorre igualmente a consolidação do sistema financeiro e uma mentalidade empresarial moderna fazendo regra. Referiu que a formalização de todo o informal passa por uma garantia de que os sistemas formais de segurança e previdência social e de prevenção das crises garantam um rendimento mínimo que o sistema informal, aparentemente, está em condições de o fazer. Realçou que o fenómeno do sector informal das diferentes economias suscitou a atenção dos analistas e investigadores sociais (particularmente economistas e sociólogos) no início da década de 70 do século passado e aparece, fundamentalmente, associado às crises económicas, ao subdesenvolvimento e à mega polarização de certas cidades do então chamado Terceiro Mundo. Salientou que nos países com economias em formação e em desenvolvimento em particular na África subsariana, o surgimento do sector informal está intimamente ligado ao fenómeno da explosão demográfica das cidades e da terciarização precoce do meio urbano, resultados negativos directos dos

modelos de desenvolvimento adoptados, que se mostraram socialmente inadequados e culturalmente inadaptados aos problemas desses países. Para o governante, estes modelos de desenvolvimento tem como foco a indústria e não a agricultura. Preconizava-se, então, uma industrialização acelerada contra o tempo e contra a corrente, um pouco desordenada por não se alicerçar numa estratégia integrada de crescimento económico e manifestamente desenraizada de um enquadramento sociocultural aderente à realidade.

Redução da informalidade requer mais investimentos

Enquanto isso, especialistas defendem que o investimento do Governo na redução das actividades informais, através da criação e implementação de políticas públicas justas e eficientes, é imprescindível, segundo conclusões produzidas no final da mesa redonda sobre a economia informal. Apesar dos efeitos nefastos sobre a economia, reconheceram que a actividade informal tem gerado rendimentos consideráveis, produção e garante a sobrevivência de uma parte significativa das famílias que residem em zonas urbanas e periurbanas. Concluíram que o crescimento do sector informal se diferencia de país para país. Em alguns países atribui-se à pesada carga tributária que as empresas são submetidas, combinada com o excesso de burocracia, das elevadas taxas de inflação e a incapacidade de absorção do sector público. Em determinados países, sobretudo os da África, atingem taxas de informalidade que variam entre 25 à 65%. Grande parte das empresas e pessoas migram para a economia informal, não por opção própria, mas em consequência da falta ou redução de oportunidades na economia formal e consequentemente pela ausência de outras formas e meios de subsistência e de certa forma, para contornar as questões de legislação e de regulação imposta. Na mesa redonda, organizada pela Fundação Sagrada Esperança, foram debatidos, entre outros temas, a importância do sector informal nos países da África subsariana, informalidade e mercado de trabalho em Angola, características de informalidade em Angola, qualificação profissional, terciarização e redução da informalidade. A implementação do IVA à luz da reforma fiscal, empreendedorismo no sector informal da economia angolana, ilegal ou legítima, opções de políticas e medidas, a contribuição das instituições financeiras para redução da informalidade na economia e efeitos perversos da concentração económica em Luanda Vs informalização, também estiveram em abordagem na mesa redonda.

### 3.24 Gestão do mercado do Km 30 é da responsabilidade do GPL

*Jornal De Angola*

*17 De Agosto de 2018*

A gestão do mercado do Km 30 é da inteira responsabilidade da Administração Municipal de Viana, até provas em contrário, e não da cidadã Cidália Cambinda que nunca apresentou documentos que atestassem a titularidade do espaço, disse o assessor jurídico do Governo da Província de Luanda (GPL).

Carlos Alberto Cavuquila falava na conferência de imprensa que visou esclarecer o litígio que opõe a Administração de Viana e a cidadã Cidália de Matos Baptista de Sousa Cambinda, que reclama pela restituição da posse sobre o mercado do Km 30, no município de Viana.

O pronunciamento de Carlos Alberto Cavuquila surge em resposta a uma conferência de imprensa realizada por Cidália Cambinda, que acusava o Governo Provincial de Luanda (GPL) e a Administração Municipal de Viana de ignorarem uma orientação presidencial atestando a devolução da posse do terreno a seu favor.

"O despacho presidencial é um acto do Presidente da República, que é exarado nos termos do artigo número 125 da Constituição e tem que ser publicado em Diário da República", esclareceu.

De acordo com o jurista, a reclamante nunca apresentou documentos que atestassem a titularidade do espaço pelo que, até prova em contrário, o mercado continuará a ser gerido pela administração local.

Relativamente à orientação dada pelo então Presidente da República, José Eduardo dos Santos, a mesma carece de publicação em Diário da República, razão pela qual é inválida.

"Quem alega um direito deve fazer prova da sua existência e o que acontece é que, em nenhum dos processos que temos aqui, a senhora Cidália juntou provas da titularidade sobre o terreno do mercado do 30 que alega ser seu", disse, duvidando que a senhora consiga provar a sua titularidade.

Cavuquila informou que decorre, nos seus trâmites legais, quatro acções cíveis e uma acção penal, nos tribunais' todas contra a Administração Municipal de Viana e seus titulares e, enquanto se aguarda pelo veredicto, o mercado continuará sob gestão do Estado.

Uma nota introdutória lida pelo director provincial do Gabinete de Comunicação Institucional e Imprensa do Governo Provincial de Luanda, Sebastião José, refere que a instituição apela à calma e à serenidade de Cidália Cambinda e para aguardar que os processos por ela movidos sejam concluídos.

Entretanto, Cidália Cambinda deu, recentemente, a conhecer que foi proprietária do antigo mercado da Estalagem' onde durante 10 anos milhares de pessoas exerceram actividade comercial e, em meados de 2006, o Caminho-de-Ferro de Luanda (CFL) apresentou uma reclamação ao GPL, tutelado nesta época pelo governador Job Capapinha, sobre as dificuldades de continuação da reabilitação da linha férrea por obstrução da mesma por vendedores do referido mercado.

Para resolver o diferendo, o GPL exigiu, na altura, a transferência dos vendedores da Estalagem para outro local, 20 km mais distante e isto ocorreu na primeira semana de Janeiro de 2007, uma operação totalmente custeada pela suposta proprietária.

Explicou que, após a nomeação do músico Zeca Moreno como administrador de Viana, em Abril de 2008, tudo mudou, pois este proibiu o acesso da senhora ao mercado' bem como se apoderou da sua gestão sob ameaças.

Já a 19 de Outubro de 2016, o Gabinete Jurídico do GPL (sob administração de Higinio Carneiro) exarou um despacho em que, não só reconhecia a titularidade do mercado a favor de Cidália Cambinda, como atesta que a mesma, por meios próprios, ergueu o mercado denominado Km 30 e que, a Administração de Viana espoliou-o da reclamante por razões cujas justificações não foram sustentadas.

Neste despacho de carácter urgente, o GPL recomendava duas soluções para o problema, "a restituição do mercado à reclamante, mantendo a política de parceria com o Estado" e "a atribuição de novo espaço com as' mesmas dimensões, acrescida de indemnização", o que nunca se veio a cumprir.

Em 2017, o então Presidente da República, José Eduardo dos Santos, exarou um despacho em que orientava o GPL a "criar com a máxima urgência as condições materiais para devolver a posse do referido terreno a favor da reclamante, assim como praticar as medidas para a legalização do terreno, com isenção de taxas legais nos termos permitidos por lei, de forma a compensá-la dos prejuízos causados durante o litígio."



A reclamante alega estar a sofrer vários atentados e um deles foi a morte do seu segurança. O mercado do Km 30, parte do qual a céu aberto, está cada vez mais extenso e tem sido ponto de encontro e de distribuição dos principais produtos do campo a nível da província de Luanda.

### 3.25 Participação dos cidadãos e o desenvolvimento económico

*Novo Jornal*

*17 De Agosto de 2018*

*Texto: Sérgio Calundungo*

Entendo eu que a participação dos cidadãos em processos de tomada de decisão também se viabiliza mediante processos transparentes de consultas e auscultação, através dos quais as comunidades ou diferentes sectores sociais, especialmente marginalizados ou excluídos, com interesses legítimos num projecto, programa ou política de desenvolvimento os influênciam.

Neste sentido, o conceito de participação - que tem sido usado entre nós, para se referir à necessidade de os cidadãos se envolverem nas discussões relativas aos vários projectos públicos - é altamente estranho. Julgo que, para isso, contribuem para algumas correntes de pensamento e abordagens que minimizam o valor do conhecimento, experiências e expectativas dos cidadãos, tradicionalmente ignoradas ou subestimadas, bem como diversas abordagens autocráticas, especialmente quando quem detém o poder de decisão opta ele próprio por fazer diagnósticos, conceber políticas, realizar intervenções que considera importante para si e para o seu grupo, sem no mínimo considerar a possibilidade de existência de outras sensibilidades interessadas no assunto. Prova disso são os vários projectos ou medidas dirigidas a sectores específicos da população que acabam por não funcionar, porque os supostos beneficiários não aderem e, às vezes, até se opõem às mesmas!

Embora, nos seus discursos, algumas pessoas responsáveis pela tomada de decisão, muitas vezes, utilizem expressões como "desenvolvimento participativo", a "participação da comunidade", a "participação cívica", a "participação dos beneficiários", bem como a participação das mulheres, e jovens; em termos práticos, estes são grupos tradicionalmente marginalizados no processo de tomada de decisões. Trata-se, em muitas ocasiões, da mera utilização de um conceito que virou moda nos discursos políticos das últimas décadas, mas não há evidências de que se tenha tornado um critério básico no trabalho de muitas instituições o Estado,

nem muito menos uma condição exigida para a aprovação de importantes medidas de natureza política, económica e social em Angola.

Senão, vejamos: qual foi o nível de participação das zungueiras nas medidas que se tomam em relação aos locais de venda ambulante? O que se conversou com os nossos compatriotas que vivem no Curoca em relação à pretensão de se instalar na zona um pólo agro-industrial? Que consulta junto dos camponeses precedeu a elaboração do projecto PAPAGRO? Quantas pessoas podem assegurar que quantos cidadãos estiveram plenamente envolvidos em processos de consulta em relação a alguma iniciativa ou programa público que visa o desenvolvimento da sua localidade e o que se está a implementar neste momento?

Prova disto é que a participação dos cidadãos habitualmente excluídos colide com várias dificuldades, nomeadamente: a) a resistência de quem manda em partilhar o poder, em parte, fruto das relações de clientelismo e submissão; b) a tradicional subestimação do conhecimento e das habilidades dos cidadãos; c) a predominância, na maioria das instituições, de uma cultura organizacional formal, vertical, hierárquica e até autoritária, pouco permeável à participação cívica; d) a hegemonia de opções tomadas com base em uma abordagem de custo-benefício, o que dificulta o investimento necessário em recursos e tempo para aproveitar a visão dos cidadãos no processo de tomada de decisão.

Se, por um lado, alguns dirigentes alegam a falta de tempo como motivo para limitar a participação cívica em processos de tomada de decisão, por outro lado, com frequência, vemos os mesmos dirigentes a apelar a participação cívica em casos que requerem a contribuição e os esforços dos beneficiários em tarefas como construção ou reabilitação de infra-estruturas em situações de pós-desastre e, acima de tudo, em acções de carácter humanitário, limpeza de vias ou sensibilização das comunidades para tarefas, tais como registo eleitoral, disseminação de informações, pagamento de impostos, etc.

A participação dos cidadãos em processos de tomada de decisão afecta as bases sobre as quais se baseiam as políticas públicas, e esta não pode considerar-se uma área sensível ou controversa, como ocorreu e ocorre em relação a muitos projectos, com particular destaque a iniciativas públicas que visam contribuir para o desenvolvimento económico local.

A auscultação dos cidadãos no processo de construção de políticas, estratégias e leis que contribuirão para o desenvolvimento deve ser



considerada apenas como meio de alcançar melhores resultados e maior eficiência e não apenas como um fim em si mesmo, inerente ao tipo e objectivo pretendido.

A participação dos cidadãos permite obter resultados no campo social muito superiores a outros modelos organizacionais tradicionais de cima a baixo, como o burocrático e o paternalista. Ela permite: ganhar em eficiência, tendo o apoio e recursos da população local; diminuir os custos dos projectos, transferindo parte deles para os próprios beneficiários; mais importante, garantir maior sustentabilidade dos projectos, na medida em que os beneficiários sintam os projectos e os resultados como próprios.

### 3.26 Vendedoras acusam fiscais de cobrar para permitir a venda em locais proibidos

*Jornal A República*

*17 De Agosto de 2018*

*Texto: Hilária de Castro*

As vendedoras ambulantes do mercado dos congolezes assumem que são obrigadas a pagar uma taxa aos fiscais para poderem exercer a sua actividade com tranquilidade.

As paragens de táxis, os passeios, e nos casos mais extremos, as beiras das estradas da cidade de Luanda são transformadas em mercado a todo instante, situação que provoca várias complicações ao trânsito.

O cidadão António Martins afirma que em toda a parte do mundo existe vendedores ambulantes' mas a venda não é de forma desordenada como em Luanda, diz não perceber, porque a desorganização é tanta que em cada esquina da cidade capital há uma praça formada desordenadamente por vendedores ambulantes. O senhor é de opinião que este cenário suja completamente a imagem da cidade, uma vez que estes vendedores não zelam pela limpeza e conservação do espaço.

Verónica Manuel diz que não é contra a venda ambulante, desde que os vendedores não se aproveitem da desorganização e simplesmente montem o seu negócio em qualquer lugar sem se importar se estão a ocupar as passagens reservadas para os pedestres, estreitando as vias e provocando embaraços ao tráfego.

As vendedoras afirmam que os fiscais aproveitam-se da autoridade que têm para explorar e extorquir dinheiro a elas, apesar de não aceitarem ser identificadas dizem que os fiscais obrigam nas a

contribuírem alguns valores para garantir a permanência destas no local.

O que deixa estas vendedoras revoltadas é o facto de terem de pagar, mesmo se ainda não tiverem vendido nada, se estas se negarem a parar os seus negócios são pontapeadas ou mesmo levadas pelos fiscais enquanto as que colaboram continuam a vender tranquilamente.

As vendedoras alegam que preferem vender nestes locais pelo fluxo de gente, uma vez que muitos dos seus compradores são pessoas apressadas e aproveitam fazer as compras logo que descem ou antes de subir no táxi, e outras dizem que dentro dos mercados vendas são muito lentas, por isso, preferem montar as suas bancadas onde, de uma forma ou outra, terão sempre alguém interessado nos produtos oferecidos.

Dentre os produtos que mais são comercializados nestes locais constam produtos de limpeza, roupas e calçados, embora algumas senhoras também vendam bens alimentícios nos passeios.

### 3.27 O mercado do Golfe II e os maus hábitos

*Jornal O PAÍS*

*23 De Agosto de 2018*

*Texto: J. Caetano*

Ilustre Director. Saudação especialíssima a todos nesta recta final do duro 2016. O péssimo estado do GOL-FE II ultrapassou as barreiras do inaceitável. De facto, imundície é muito pouco para caracterizar isto. Como dizia a minha velha, o Golfe II "está pior do que uma pocilga". Está-se muito abaixo da dignidade humana, da civilização e da vida em sociedade. Pessoas que não se sabe de onde saem, chegam às primeiras horas da manhã para sentar e vender ao longo da via onde quer que haja espaço livre.

Vendem e trazem tudo: carne, peixe, fruta, hortaliças, fritos, cozidos e fardos - roupas e calçados. E, pior ainda, as mulheres despem -se e urinam à luz do dia, exibindo as nádegas, numa promiscuidade nunca vista. Quando a Polida vem, eles correm e gritam carregando os bancos pelas mãos e os bens à cabeça, para depois voltarem a sentar como se nada temessem! Elas desafiam de facto as autoridades e são um desafio para todos nós!

O que fazer? Para mim, a Rádio e a TV, como expressão do quarto poder, deveriam "bater tanto" nesta tecla até "furar" os maus hábitos. Há dias ouvia

alguém a dizer na TV Palanca que "A venda ambulante já faz parte da nossa cultura": nada mais errado e incorrecto. Faz parte sim dos nossos maus hábitos, erros e do nosso estado de degradação, mas nunca da nossa cultura.

A nossa cultura, pelo menos a minha e a tua, não é essa! (Diz lá isso, por favor, aos teus amigos da TV, Rádio e Jornais. Por isso, meu parente, nada melhor do que começar 2017 com uma campanha de educação cívica contra os maus hábitos de vender e sujar a via pública' e exortar também as autoridades a não permitirem este estado de coisas. É certo que as pessoas só fazem isso onde há lixo, sujidade e desmazelo, razão pela qual uma das primeiras medidas seria promover a limpeza, o asseio e a ordem pública.

Sem dúvida, que a falta de mercados municipais também ajuda muito. Mas, isso é outros quinhentos. Erros de gestão que nos ultrapassam! Ainda bem que há pessoas sensíveis como tu. Agradeço a pronta publicação e desde já fico satisfeito com o teu gesto. Um abraço.

### 3.28 Banco Postal privilegia micro-crédito de olhos no mercado informal

*Novo Jornal*

*24 De Agosto de 2018*

*Texto: Hortênsio Sebastião*

O Banco Postal conta com uma carteira de micro-crédito que ascende a 200 milhões de kwanzas, num orçamento de 900 milhões disponíveis, anunciou quarta-feira, 22, em Luanda, o director-geral da unidade de Comércio e Empresários da instituição, Virgílio Mendes. O responsável falava aos jornalistas à margem de um seminário sobre inclusão económica promovido pelo Fórum das Mulheres Jornalistas para a Igualdade no Género, que teve lugar num dos hotéis da capital.

Segundo Virgílio Mendes, o Banco Postal confere primazia ao micro crédito atribuído, sobretudo ao sector informal da economia, para que este se formalize em termos de capacidade de gestão de negócios dos clientes. "Sentimo-nos bastante confortados com aquilo que fizemos até agora, pois temos tido uma excelente aceitação dos clientes e do público angolano", frisou.

Mais conhecido pelo produto Xikila-Money, com vários quiosques instalados nas ruas e bairros, em que o cliente pode aceder a transacções financeiras mediante o uso do telefone celular, o Banco Postal

aposta agora no comércio informal. "Somos o único banco que realmente inseriu a inclusão financeira como uma oportunidade de negócios", acentuou.

O director-geral da Unidade de Comércio e Empresários do Banco Postal deu ainda a conhecer que, dos 100% de crédito desembolsados até este momento, a instituição conta com uma taxa de sinistralidade de 90%, sendo que 10% foi o retorno registado em cerca de um ano e meio de actividade.

Por seu lado, a coordenadora do Fórum de Mulheres Jornalistas para a Igualdade do Género, Josefa Lamberg, destacou o evento, sublinhando tratar-se de uma primeira experiência no âmbito da inclusão da mulher no mundo e sobre a violência económica contra a mulher. "As mulheres, embora sejam as que mais trabalham, são as mais mal pagas e as que mais têm dificuldade em aceder aos empréstimos e créditos", salientou Josefa Lamberg.

Inspirado na Associação das Igrejas Norueguesas, o Fórum das Mulheres Jornalistas para a Igualdade do Género de Angola lançou o desafio sobre a violência económica, abordando também a inclusão da mulher no mundo económico. "Muitos governos, depois do grito de Beijing (China), responderam a algumas das preocupações colocadas. Rectificaram algumas convenções da organização Internacional do Trabalho (OIT), mas ainda não funcionam", disse.

### 3.29 Imigrantes ilegais 'invadem' zona de garimpo com ajuda de angolanos

*Jornal O PAÍS*

*27 De Agosto de 2018*

*Texto: Domingos Bento*

O comandante provincial da Polícia Nacional na Lunda-Sul, Aristófares dos Santos, disse, em entrevista a OPAIS, que a sua corporação está preocupada com o aumento de casos de auxílio à imigração ilegal naquela parcela do território nacional. Sem avançarem número exacto, responsável fez saber que, sobretudo nas zonas de garimpo, há um preocupante envolvimento de cidadãos estrangeiros que escalam a província por vias ilegais sob auxílio dos próprios nativos. De acordo com Aristófares dos Santos, nenhum estrangeiro ilegal sai da sua terra para outra sem que haja um ponto de contacto que - os possa encobrir. Na Lunda-Sul, os principais protectores dos imigrantes ilegais são os próprios cidadãos nacionais, acabando assim por perigar um conjunto de situações.

Há um número considerável de casos que foram encaminhados às autoridades de justiça, que dão o devido tratamento, de forma a se repor a legalidade naquela província que também é conhecida como terra dos diamantes. "Há envolvimento de cidadãos estrangeiros na prática do garimpo ilegal de diamantes. Lembro-lhe que, há cerca de seis meses, desencadeamos uma operação de grande envergadura que deu lugar à detenção de 283 cidadãos, num só dia. Deste número, 108 cidadãos eram estrangeiros, sobretudo o estes-africanos. Grande parte deles já foi repatriado", explicou

Por outro lado, Aristófanos dos Santos fez saber que a província regista, diariamente, cerca de seis crimes, o que perfaz um total 42 ocorrências semanais, sendo os roubos, os crimes contra a propriedade, furtos, as ofensas corporais, garimpo ilegal de diamante e a condução sob efeito de álcool os que lideram a lista.

A capital Saurimo, onde residem cerca de 75 por cento da população daquela província, acolhe o maior número de casos. Aqui, só no que toca à sinistralidade rodoviária, são registados entre quatro a cinco ocorrências diárias, com grande parte dos envolvidos, na sua maioria operadores de moto táxi, apanhados a conduzir sob efeito de álcool e sem habilitações. O responsável máximo da polícia local assegurou que, apesar do volume de ocorrências criminais, a situação da segurança e tranquilidade pública na província está controlada e não há motivos para grandes alaridos.

Atenção às escolas

Por outro lado, Aristófanos dos Santos disse que o órgão que dirige tem vindo, nos últimos dias, a prestar uma atenção especial aos espaços escolares por estes registarem alguns focos de ocorrências entre os alunos que acabam por constituir preocupação. Neste sentido, notou, há já em curso medidas que visam um maior patrulhamento juntos dos estabelecimentos escolares de forma a devolver o sentimento de segurança no seio da comunidade académica.

Para além da condução sob efeito de álcool, outros dos motivos que facilitam os casos de sinistralidade rodoviária, fundamentalmente no casco urbano, prendem-se com a desactualização dos sinais de trânsito nos principais pontos de circulação. Esta preocupação, segundo Aristófanos dos Santos, já é do conhecimento das autoridades locais que tomarão as medidas necessárias.

Está em curso a contratação de uma empresa que fará, nos próximos tempos, a actualização dos sinais de trânsito. "Portanto, há um conjunto de acções que

temos vindo a desenvolver de forma a melhorar a vida dos próprios cidadãos no que à segurança e tranquilidade diz respeito. É preciso que a população na província tenha uma cultura de queixa e de colaboração", sustentou.

### 3.30 Economista considera perdão fiscal uma injustiça tributária

*Jornal de Angola*

*29 De Agosto de 2018*

*Texto: Victorino Joaquim*

O Estado deve evitar o perdão fiscal da dívida e reforçar o combate à exploração artesanal de recursos naturais, por estes constituírem actos de injustiça tributária, defendeu ontem, em Luanda, o economista Arsénio Pinto, na terceira conferência nacional sobre recursos naturais.

O economista, que dissertou sobre o tema "O papel da justiça tributária e combate à evasão fiscal no sector de exploração de recursos naturais", promovido pelo grupo de organizações da sociedade civil, em parceria com o instituto para a cidadania, Mosaiko, considerou injusto o perdão fiscal decretado pelo Estado, que permitiu o não pagamento de dívidas de anos anteriores a 2013, contraídas por certas empresas, enquanto outras que não beneficiaram pagam as suas dívidas, com todas as situações que enfrentaram.

Arsénio Pinto apontou a exploração artesanal de recursos naturais como outro dos actos de injustiça, por estes não serem tributados. Segundo o economista, o Estado não deve continuar a conceder o perdão fiscal constantemente, sob pena de esta atitude incentivar os responsáveis dessas empresas a continuarem a não pagar os respectivos tributos.

Por outro lado, disse, o Estado deve reforçar o combate à exploração artesanal de recursos naturais. Segundo o economista, a constituição do país prevê o pagamento de imposto para os que exploraram recursos naturais, quer renováveis, quer não renováveis.

Mas, disse Arsénio Pinto, ainda se assiste à exploração sem o respectivo pagamento de imposto, como a actividade dos chamados garimpeiros. "Estes garimpeiros procedem à exploração, comercializam e obtêm lucros, fazendo concorrência desleal com outros exploradores que até pagam os impostos", disse.

O economista apelou às autoridades competentes no sentido de continuarem a reforçar as medidas de

combate ao fisco, tendo apontado a descentralização da "máquina tributária" como uma forma de melhor controlar e enfrentar os infractores. Arsénio Pinto falou da necessidade de canalizar - se uma parte dos lucros obtidos com a exploração de recursos para as comunidades locais, que enfrentam algumas dificuldades.

No que diz respeito à fuga ao fisco, o economista considerou as constantes alterações à lei como um dos principais motivos e apelou às autoridades para tomarem a lei mais consistente.

O director -geral do Mosaiko, Júlio Candeeiro, disse que o evento pretende criar um ambiente de diálogo e de reflexão sobre o impacto da exploração dos recursos naturais nas comunidades. Nesta conferência, disse Júlio Candeeiro, o foco incidirá ainda, sobre a necessidade de garantir-se que as comunidades que vivem em zonas de exploração de recursos naturais sejam beneficiadas e protegidas .

"Os recursos naturais não pertencem apenas aos angolanos desta geração, mas também às gerações vindouras. Logo, cabe à presente geração a responsabilidade de cuidar destes recursos", recomendou.

### 3.31 Carteira de taxista servirá para combater os falsos profissionais

*Jornal O PAÍS*

*30 De Agosto de 2018*

*Texto: Domingos Bento*

Com a criação da carteira de taxista profissional, a partir do I Semestre de 2019, pretende-se reduzir os elevados casos de crimes cometidos por marginais que se fazem passar por taxistas, segundo o presidente da Associação Nova Aliança dos Taxistas (ANATA), Geraldo Wanga.

De acordo com o líder associativo, baseando-se num estudo feito pela sua agremiação, em cada dez pessoas que são assaltadas em Luanda, oito foram vítimas nas paragens ou no interior das próprias viaturas de indivíduos que exerciam a actividade de táxi.

Essa situação tem vindo a criar um certo terror no seio dos passageiros que cada vez mais sentem-se inseguros dentro dos táxis, acabando assim por afectar a actividade que representa o principal meio de sustento de uma parte dos jovens angolanos.

Geraldo Wanga, que falava à imprensa, ontem, em Luanda, durante um encontro que juntou a direcção

do Comando Provincial da Polícia e responsáveis das empresas de transportes públicos e associações de táxis, referiu que a grande maioria das pessoas envolvidas nestes actos delituosos são jovens com antecedentes. As próprias viaturas utilizadas normalmente são roubadas e posteriormente aproveitadas para o cometimento de acções criminosas.

No entanto, face ao actual cenário, a Associação Nova Aliança dos Taxistas, em coordenação com a Polícia Nacional, tem vindo a implementar uma série de medidas que têm culminado com a detenção de alguns elementos. Mas, ainda assim, muitos insistem na prática.

No seu entender, só com a implementação da carteira de taxista profissional, que já está a ser criada com auxílio do Ministério dos Transportes, é que se prevê um combate efectivo aos assaltos e violações de pessoas dentro dos táxis. A referida carteira, explicou, trará uma série de elementos e dados que vão poder identificar com facilidade os verdadeiros taxistas.

"Actualmente não temos um controlo efectivo dos verdadeiros taxistas. Hoje, qualquer pessoa pode agarrar na sua viatura, sair à rua e fazer serviço de táxi. A carteira vai limitar o acesso à actividade porque só será atribuída a pessoas com experiência e devidamente identificadas. Acreditamos que a partir do próximo ano teremos uma redução deste tipo de crimes", explicou.

Moto-taxistas serão cadastrados novamente

A Associação dos Moto-taxistas de Angola (AMOTRANG), de acordo com o seu presidente, Bento Rafael, está a preparar um programa de recadastramento e de identificação dos verdadeiros mototaxistas com a atribuição de elementos de identificação como passes e coletes devidamente personalizados.

À semelhança dos táxis convencionais, Bento Rafael fez saber que a sua associação tem igualmente registado elevados casos de falsos moto-taxistas que se socorrem de motorizadas de duas rodas para assaltarem passageiros que têm nesses meios a única forma de locomoção em muitas zonas recônditas do país.

De acordo com o responsável, muitos destes casos terminam em mortes, pelo que há a necessidade de se recadastrar urgentemente os seus associados e alertar as pessoas para que subam apenas em motorizadas cujos condutores estejam devidamente identificados com as cores e símbolos da AMOTRANG.

Centro Integrado de Segurança Pública vai monitorar meios de transporte

Lázaro Conceição, chefe de operações do Comando Provincial da Polícia de Luanda, disse que o futuro Centro Integrado de Segurança Pública, que poderá arrancar dentro de um ano, prevê um conjunto de soluções em termos de medidas e segurança passiva, sem o envolvimento directo e físico da Polícia.

Conforme explicou, serão disponibilizados um conjunto de recursos tecnológicos que ajudarão a Polícia a exercer um trabalho de segurança em locais de risco e em transportes públicos que serão monitorizados com câmaras e sistemas de localização.

Serão instalados dispositivos GPS e sistemas de alarmes nos transportes públicos, o que permitirá que toda a acção realizada dentro desses meios seja controlada e vigiada 24 horas ao dia pela polícia.

Enquanto não se avança com esta medida, assegurou, a corporação vai reforçar o patrulhamento nas paragens de táxis, de forma a controlar a onda de criminalidade que se vem assistindo nestes pontos. Segundo o oficial, as paragens do Malueka, FTU, Mulenvos, Palanca e algumas zonas do município de Belas são as que apresentam maior preocupação e já existe um plano de reforço de policiamento



## 4. OGE, INVESTIMENOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA

### 4.1 PGR investiga dívida pública

*Jornal Liberdade*

*3 De Agosto 2018*

*Texto: Pedro Lenga-Lenga*

O facto remonta a Março, quando a secretária do Estado para o Tesouro Vera Daves, denunciou publicamente supostas cobranças por 1.700 empresas prestadoras de serviços ao Estado, entre 2014 e 2016, de atrasados não registados no sistema integrado de gestão financeira, cujo valor ultrapassa um trilhão de kwanzas, sendo que 25 por cento desse valor corresponde a serviços não prestados.

Mas a secretária do Estado não revelou os nomes das empresas envolvidas no esquema, e quem são os seus proprietários, se pertencem na antiga nomenclatura do Executivo. Na altura, o Procurador-Geral da República Hélder Pitta Grós, disse que havia, «todos os motivos» para aquele órgão de justiça iniciar o processo de inquérito para se investigar o que se passa. «Atempadamente soubemos que o Ministério das Finanças tinha mandado fazer um trabalho por algumas empresas para verem de facto o que se passava e ficamos a aguardar que esse trabalho fosse feito. Temos agora o resultado, que já foi divulgado e a partir vamos trabalhar com base nesses resultados», disse Hélder Pitta Grós, em Março.

A abertura do inquérito preliminar foi confirmada pelo director de Comunicação e Imprensa da Procuradoria-Geral da República, Álvaro João, que informou que o processo corre o seu curso normal. «Estam os a trabalhar com o Ministério das Finanças, que está a prestar o apoio técnico necessário ao apuramento dos factos que indiciem a prática de actos, que se consubstanciem com fraudes financeiras e dentro em breve teremos então a conclusão do mesmo», disse, Álvaro João, em declarações à rádio pública angolana. Segundo o responsável, «se da conclusão do inquérito resultarem indícios bastantes da prática de crime, o Ministério Público, no exercício da acção penal, irá instaurar o devido procedimento criminal, responsabilizando todas aquelas pessoas que estiverem envolvidas neste acto ilícito», refere. A secretária de Estado informou, na sua denúncia, que durante 2017 foram assinados acordos de regularização de dívida no valor de 87.170 milhões de kwanzas, correspondente a atrasados de

137 prestadores de serviços. A governante revelou que, naquela altura durante o trabalho de certificação, tinha sido já constatado que «25 por cento do que foi analisado era um serviço que não foi prestado, que era uma fraude», alerta. Trata-se de dívidas maioritariamente contraídas à margem dos pacotes orçamentais, descritas como visando atender situações de emergência.

Vera Daves avançou que, o Ministério das Finanças está a trabalhar com empresas especializadas na auditoria dos processos, o que deverá levar dois anos, estando já a permitir que o Estado poupe «muito dinheiro». «Porque se avançasse pagando sem esse processo de certificação, que leva tempo, é certo, por isso é que os prestadores de serviço reclamam tanto, porque leva tempo, mas se não levar esse tempo vamos pagar às cegas e é um perigo, não podemos alimentar fraudes, temos que cortar o mal pela raiz e a única forma que temos de cortar é analisar os processos com rigor e vagar», avisou.

### 4.2 Governador pede captação de mais receitas fora do OGE

*Jornal de Angola*

*7 De Agosto de 2018*

*Texto: César Esteves*

Os novos administradores adjuntos dos distritos de Luanda têm, como principal missão encontrar fontes alternativas de financiamento local, para reduzir a dependência exclusiva do Orçamento Geral do Estado (OGE), afirmou ontem o governador provincial. Adriano Mendes de Carvalho.

Ao dirigir-se aos 54 técnicos que deixaram o Ministério das Finanças para se responsabilizarem das áreas económica, financeira e orçamental dos distritos de Luanda, Adriano Mendes de Carvalho disse que em toda a província existem receitas potenciais, que devem ser arrecadadas, registadas e canalizadas para a cobertura de despesas de desenvolvimento local e ao serviço da população.

"Não devemos tolerar o descaminho destas receitas, por mais pequena que sejam", disse o governador provincial, ao referir-se às receitas dos mercados, da pequena publicidade dos serviços prestados aos cidadãos, das coimas, das multas, entre outras. "Todas estas receitas devem ser devidamente registadas e usadas em benefício das populações que as gerem", salientou, Adriano Mendes de Carvalho sublinhou que as receitas devem servir para ajudar a resolver os problemas da comunidade. "Por isso, exijo que sejam rigorosos e disciplinados na gestão dos recursos financeiros públicos", declarou.

Adriano Mendes de Carvalho lembrou que a missão dos empossados vai exigir muita sabedoria, abnegação e entrega", uma vez que o sucesso dos programas das administrações depende, em muito, da disponibilidade e da gestão económica dos escassos recursos financeiros disponíveis.

A lei do Orçamento do Estado, a Lei sobre as Finanças Locais e outros dispositivos legais serão a vossa bíblia. Por isso, cabe-vos garantir, escrupulosamente o seu cumprimento", frisou, para acrescentar que uma outra dimensão das funções as quais foram empossados tem a ver com o apoio técnico e assessoria que deverão prestar aos administradores dos distritos aprovadas pelo Executivo. A indicação de técnicos provenientes do Ministério das Finanças, e não mais das administrações municipais, para exercerem tais funções, segundo explicou o governador, é um acto que vem descentralizar os serviços e serve, ao mesmo tempo, de ensaio para as autarquias.

No mesmo salão onde, a 11 de Novembro de 1975, Agostinho Neto tomou posse como primeiro Presidente de Angola os empossados, dos quais 32 mulheres, juraram fidelidade a Pátria angolana e cooperar na realização dos fins superiores do Estado.

Na mesma ocasião, foram empossados Carlos Alberto Cavuquila e Maria Marta Baltazar Mendes Amaro, para as funções de assessor principal para os Assuntos Jurídicos e Autárquicos do Governo da Província de Luanda, e administradora municipal-adjunta para a Área Técnica, Infra-Estruturas e Serviços Comunitários do Cazenga, respectivamente.

#### Cólera na capital

No período da manhã, durante uma visita de campo aos municípios de Cacuaco e Cazenga, o governador Adriano Mendes de Carvalho admitiu a existência de 12 casos de cólera, com Cinco ou seis mortes. De acordo sobre o surgimento de cólera na lagoa da Kilunda, em Catete, discordou da atribuição do termo "epidemia", que é, no seu entender, algo devastador. Por isso, discorda das afirmações segundo as quais existe uma epidemia de cólera. Adriano de Carvalho afirma que preferia que não houvesse I caso algum de cólera. "Trata-se de um universo de cerca de nove milhões de habitantes em que ocorreram 12 casos. É para analisarem", sugeriu.

O governador provincial considerou a cólera um problema de higiene e pediu à população para ter cuidados com os alimentos, resolver problemas das latrinas, o tratamento e manuseamento de produtos como peixe, legumes e água. Além disso aconselha a lavar as mãos com sabão e água ou desinfestar com

lixívia, de acordo com os procedimentos da Organização Mundial da Saúde (OMS).

"Não podemos ficar satisfeitos se 110S aparecer um caso, embora haja necessidade de sermos precisamente claros, ao contrário de se fazerem especulações sobre a existência ou não de uma, epidemia de cólera", disse governador provincial.

Segundo a OMS, a cólera pode ser uma endemia ou epidemia. Basta um caso confirmado para se declarar

### 4.3 Governador pede captação de mais receitas fora do OGE

*Jornal Liberdade*

*10 De Agosto de 2018*

Os novos administradores adjuntos dos distritos urbanos de Luanda têm, como principal missão, encontrar fontes alternativas de financiamento local, para reduzir a dependência exclusiva do Orçamento Geral do Estado

A preocupação é do governador provincial de Luanda Adriano Mendes de Carvalho, que se dirigiu para os cinquenta e quatro técnicos que deixaram o Ministério das Finanças para se responsabilizarem das áreas económica, financeira e orçamental dos distritos urbanos de Luanda.

O governador disse que, em toda a província existem receitas potenciais, que devem ser arrecadadas, registadas e canalizadas para a cobertura de despesas de desenvolvimento local e ao serviço da população. «Não devemos tolerar o descaminho destas receitas, por mais pequena que sejam», disse o governador provincial, ao referir-se às receitas dos mercados, da pequena publicidade, dos serviços prestados aos cidadãos, das coimas, das multas, entre outras.

«Todas estas receitas devem ser devidamente registadas e usadas em benefício das populações que as gerem», salientou.

### 4.4 Novo imposto mais que triplica contribuição da formação do PIB

*Jornal de Angola*

*15 De Agosto de 2018*

*Texto: Natacha Roberto*

A colecta do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) vai representar 4,2 por cento do valor do Produto Interno Bruto (PIB), quando a do Imposto de Consumo, em vias de ser substituído pelo primeiro, constitui apenas 1,3 por cento.

Estas projecções, produzidas pela Administração Geral Tributária (AGT), foram reveladas ao Jornal de Angola pelo técnico daqueles serviços, Leandro Cruz, que também declarou estar em curso "um estudo de arrecadação de receitas e de impacto económico nas famílias e nas empresas para aferir o que o país vai ganhar com o novo imposto". O especialista explicou que o Imposto de Consumo se resumia a uma classe restrita de contribuintes que realizavam pagamentos de importação, produção e alguns serviços de segurança e consultoria contabilística. Ao contrário, "o novo sistema de impostos vai permitir alargar a base tributária a todos os serviços, reduzindo o comerção informal", explicou. Leandro

Cruz informou que Angola é o único pai a nível da região que tarda a introduzir o IVA no sistema de pagamento de impostos. "Angola aderiu agora a Zona de Comércio Livre da SADC, onde os produtos são comercializados livres de impostos e, se o nosso país não introduz o IVA, perde receitas, tornando-se menos' competitivo que os que utilizam o imposto", afirmou. Leandro Cruz explicou que vão ser criados regimes de tributação do IVA que abrangem todos os contribuintes com volume de negócios superior a 250 mil dólares e os que facturam abaixo desse valor. " A nossa intenção é fazer transitar os contribuintes que realizam negócios na economia informal para o regime geral de impostos num período de dois anos, entre 2019 e 2020", disse.

O técnico da AGT lembrou que o novo imposto ainda está numa fase de auscultação que termina no dia 31 de Agosto." este momento, já realizamos encontros de auscultação nas províncias de Benguela, Cuando-Cubango, Lunda Norte e Lunda-Sul", informou. Leandro Cruz apelou aos contribuintes interessados em dar novos subsídios ao Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado, que ainda está em consulta pública, a endereçarem as suas opiniões para o correio electrónico: iva. Consultapublica@minfln.gov.ao

Eficácia nos pagamentos O decano da Faculdade de Economia da Universidade Agostinho Neto (UAN ), Redento Maia, afirmou ao Jornal de Angola que o IVA garante mais eficácia nos pagamentos e aumenta o volume de receitas para o Estado. "Com o novo imposto, teremos mais segurança no pagamento dos serviços e vamos obrigar a formalização do comércio, ao mesmo tempo que vai ser imposto aos contribuintes uma contabilidade mais organizada", notou.

Redento Maia considerou importante a formação de profissionais para a cobrança de impostos e apoio às empresas que precisam organizar a sua contabilidade e todo o sistema de gestão da firma. "Considero

importante existir maior aposta na qualificação de quadros para dar resposta a maximização da arrecadação de receitas, uma vez que se pretende reduzir a iliteracia fiscal", disse. O economista acrescentou que o IV A vai dar resposta aos problemas do Imposto de Consumo, permitindo a tributação de toda a cadeia produtiva, desde a distribuição à comercialização.

#### 4.5 Agentes da administração local participam em acção formativa

*Jornal de Angola*

*23 De Agosto de 2018*

*Texto: Casimiro José*

Técnicos da administração do Estado, na província do Cuanza-Sul, participam desde ontem numa acção formativa sobre Gestão Orçamental, promovida pelo Instituto da Administração Local (IFAL). A acção formativa tem duração de cinco dias e visa dotar os participantes com conhecimentos sobre o conceito de orçamento, tipos de orçamentos, relação do orçamento com planos de médio e longo prazo, regras do orçamento e as modalidades para a elaboração de proposta orçamental.

O formador Adelino Mangonga disse que a formação pretende capacitar os quadros nas administrações municipais para responderem cabalmente às exigências das actividades do Estado e aos desafios das Autarquias. "O país está a conhecer uma nova era no domínio da gestão da coisa pública, um processo que deve contar com quadros e técnicos com competências, daí a razão desta acção formativa", disse o formador.

Na sessão de abertura, o vice-governador para as Infra-estruturas e serviços, técnicos, Demétrio Sepúlveda, considerou que o Executivo continua a empreender esforços para dar resposta aos desafios económicos do país.

#### 4.6 Financiamento do FMI reduz o rácio da dívida

*Jornal de Angola*

*27 De Agosto de 2018*

O Governo angolano pretende utilizar financiamento do Fundo Monetário Internacional (FMI) para reduzir o rácio da dívida/receitas fiscais, estimado em 114 por cento, caso seja aprovado o recurso ao programa de assistência financeira daquela instituição de Bretton Woods, anunciou o ministro da Economia e Planeamento' Pedro da Fonseca.

O ministro de Economia e Planeamento indicou que o Executivo projectou que o sector não-petrolífero deverá representar 77,2 por cento do Produto Interno Bruto (PIB), em 2022, Pedro da Fonseca argumentou que as receitas fiscais deste ano não são suficientes, por si só, para pagar a dívida que ocorre neste período. Pedro da Fonseca indicou que, para pagar o que deve em 2018, o país tem um rácio de cerca de 114 por cento, percentagem que não cobre os serviços da dívida com responsabilidade pública.

Tendo em conta este quadro, explicou o Governo de Angola recorreu ao programa de assistência financeira ao FMI, com quem vai discutir um financiamento ampliado no valor de 4,5 mil milhões de dólares. Segundo Pedro da Fonseca, uma vez alcançado um acordo, Angola, no quadro do conjunto de políticas concebidas no PDN, o indicador do rácio do serviço da dívida/receitas fiscais, vai diminuir para 68,8 por cento já no próximo ano, oscilando nos anos seguintes entre os 77,1 por cento (2020), 56,7 por cento (2021) e 68,2 por cento (2022), atingindo níveis comportáveis e muito abaixo dos de 2018.

#### Contas públicas

O ministro Pedro Fonseca garantiu que o Executivo vai reforçar as acções para equilibrar as contas públicas, procurando conter as necessidades financeiras do Estado dentro dos limites compatíveis com a capacidade do país. De acordo com o ministro da Economia e Planeamento, o objectivo é promover uma justa repartição da renda e da riqueza nacional. O ministro, que apresentava o Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN) durante uma reunião do MPLA, indicou que a economia está num cenário de recuperação moderada por conta da execução de políticas públicas eficazes e a melhoria do ambiente de negócios, assim como da introdução de incentivos financeiros à actividade económica.

O PDN prevê a adopção de 25 políticas estratégicas e 83 programas de acção, em seis eixos. O plano prevê o crescimento do sector não - petrolífero, como a agricultura, pesca, indústria transformadora, turismo, construção e de serviços. O documento, segundo o ministro da Economia e Planeamento, está articulado com outros instrumentos de âmbito internacional, tais como a Agenda 2063, da União Africana, o Plano Indicativo de Desenvolvimento da SADC 2015-2020, a Agenda 2030, da ONU, e para a graduação de Angola a País de Rendimento Médio, em Fevereiro de 2021.

O Plano incide sobre os domínios do "Desenvolvimento humano e bem-estar", "Desenvolvimento económico sustentável e

indutivo", "Infra-estruturas necessárias ao desenvolvimento" e a "Consolidação da paz", "Reforço do Estado Direito Democrático, boa governação, reforma do Estado e descentralização".

Estabelece ainda o "Desenvolvimento harmonioso do território" e "Garantia da estabilidade e integridade territorial de Angola e o reforço do seu papel no contexto internacional e regional". O PDN visa promover o desenvolvimento socioeconómico e territorial do país nos próximos cinco anos. Abrange o nível nacional, sectorial e provincial e implementa as orientações estratégicas de desenvolvimento assumidas na estratégia de longo prazo, designada Angola 2025.

O Plano, a ser implementado no período de 2018-2022, foi apresentado em Julho à classe empresarial, representantes de missões diplomáticas acreditadas em Angola, parceiros de cooperação e instituições multilaterais.

## 4.7 Receitas fiscais não cobrem a dívida

*Jornal O PAÍS*

*27 De Agosto de 2018*

Abordando o rácio do serviço da dívida/receitas fiscais, durante a apresentação do Plano de Desenvolvimento Nacional aos membros, militantes e simpatizantes do partido MPLA, referiu que para pagar a dívida em 2018, o país tem um rácio de cerca de 114%, uma percentagem que não cobre os serviços da dívida com responsabilidade pública.

Tendo em conta o quadro, o Executivo recorreu ao programa de assistência financeira do Fundo Monetário Internacional (FMI), com quem vai discutir um financiamento ampliado no valor de 4,5 mil milhões de dólares. De acordo com o governante, uma vez feito este acordo, Angola, no quadro do conjunto de políticas concebidas no PDN, poderá constatar que este indicador, rácio do serviço da dívida/receitas fiscais, vai reduzir para 68,8% (2019), 77,1% (2020), 56,7% (2021), 68,2% (2022), atingindo níveis comportáveis e muito abaixo de 2018.

"Se continuamos na mesma senda estaríamos a inviabilizar o crescimento económico, estaríamos de certa forma a inviabilizar também o crescimento económico do país", sublinhou. Durante a apresentação, o ministro falou sobre o desenvolvimento económico sustentável e inclusivo, sendo o 2º eixo do PDN, que prevê, entre outras políticas, o fomento da produção, substituição da importação e diversificação das exportações. Sem



dados comparativos, as metas projectadas até 2022, apontam para uma produção não petrolífera com uma representação de 77,9% do PIB, o aumento em 50% do um valor anual das exportações em moeda estrangeira dos produtos e fileiras tidas como prioritárias, o aumento da produção anual de rochas ornamentais em cerca de 62%, entre outras previsões.

#### **4.8 Debate no Cazenga sobre acções no OGE**

*Jornal de Angola*

*28 De Agosto de 2018*

Um debate sobre Orçamento Geral do Estado (OGE) na perspectiva de Género decorre hoje na Igreja de Santo António, no Cazenga, das 8h00 às 13h00, com objectivo de partilhar informações sobre programas direccionados às mulheres.

Organizado pela Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA), o debate sobre OGE enquadra -se nas acções do projecto Okulonga (capacitar, em português), cujo financiamento provém da União Europeia e está a ser implementado em parceria com a Ajuda das Igrejas da Noruega (NCA), o Conselho das Igrejas Cristãs de Angola (CICA) e a Comissão Africana de Justiça e Paz (CAJPL). O projecto contribui para que as organizações da Sociedade Civil e redes locais influenciem a transparência, formulação, implementação e avaliação de orçamentos públicos.

## 5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA

### 5.1 Auscultação ao processo autárquico encerra com múltiplas opiniões

*Jornal O PAÍS*

*1 De Agosto*

*Neusa Filipe*

O director do Instituto Nacional para os Assuntos Religiosos (INAR), Castro Maria, engrandeceu a iniciativa do Executivo de colocar sob consulta pública o Pacote Legislativo Autárquico, e disse esperar que as contribuições recolhidas possam ajudar, com relação aos objectivos que se pretende alcançar para a realização das autarquias locais previstas para 2020.

O responsável fez este pronunciamento no encontro realizado entre o MAT e os líderes das plataformas religiosas nacionais.

Na ocasião, Castro Maria lembrou que, independentemente daquela que é a posição do Executivo sobre as propostas de leis já elaboradas, há que se ter em conta a opinião da sociedade civil e medir até que ponto a mesma está preparada para participar no processo autárquico.

Gradualismo ou simultaneidade

Relativamente à discussão entre o modelo a ser adoptado para a realização das autarquias locais, o padre Cláudio Zua reiterou a visão da igreja Católica para que as eleições autárquicas sejam realizadas simultaneamente em todo território nacional, rejeitando, desta forma, o gradualismo adoptado pelo Executivo.

O padre argumentou a sua posição apoiando-se no princípio da igualdade, alegando que as sociedades devem observar um crescimento conjunto.

Para o bispo Samuel Pacheco, da igreja Fé Apostólica, a implementação deve ser feita numa dimensão em que não haja qualquer interesse particular, apelando para um entendimento entre as diferentes entidades políticas.

Defendeu a implementação gradual, tendo em consideração as condições precárias que alguns municípios apresentam.

"O gradualismo deve ser aplicado numa dimensão em que as autarquias funcionem em conformidade, sem nenhuma falha. Estamos a desenvolver a nossa democracia, seria uma aventura realizar autarquias em todo o país", afirmou.

Financiamento para as candidaturas

O reverendo Bernardo Ngunza, da Igreja Metodista Episcopal, defendeu, por seu turno, o financiamento do Estado para as candidaturas concorrentes no processo, quer dos partidos políticos, bem como as independentes. "Se quisermos fazer as coisas em conformidade com a lei, então seria bom que houvesse esse financiamento, assim evitaríamos as práticas ilícitas, porque não sabemos onde é que esses candidatos vão recorrer para buscar financiamento", disse Bernardo Ngunza. O processo de consulta pública ao Pacote Legislativo Autárquico teve início no dia 01 de Junho do ano em curso, tendo encerrado ontem, em todo o território nacional. A secretária de Estado da Administração do Território, Laurinda Cardoso, referiu que o MAT conseguiu obter de todas as regiões do país contribuições ricas e profundas que poderão enriquecer o Pacote Legislativo que vai conduzir as eleições autárquicas.

### 5.2 Diplomas sobre autarquias são devolvidos ao Executivo

*Jornal de Angola*

*1 De Agosto de 2018*

*Texto: Adelina Inácio*

Executivo terminou ontem processo de auscultação pública das propostas de leis o pacote legislativo autárquico que volta à apreciação Conselho de Ministro. Depois de apreciado pelo Conselho de Ministros, as repostas serão encaminhadas para Assembleia adicional para discussão e aprovação os deputados.

As propostas do Executivo estiveram durante dois meses em consulta pública em todo o país e recebeu subsídios de toda a sociedade. Depois de encerrado o processo de consulta' o Ministério da Administração do Território e Reforma do Estado vai reunir e trabalhar em todas as contribuições dadas às propostas e remeter para o Conselho de Ministros que vai apreciar a última versão antes de serem enviadas ao Parlamento.

O pacote, que esteve durante dois meses em debate público, constam as propostas de Lei Orgânica sobre a Organização e Funcionamento das Autarquias Locais, Leis das Finanças Locais, Lei Orgânica sobre as Eleições Autárquica, Lei obre a Institucionalização

das Autarquias Locais ,Lei da tutela Administrativa e Lei da transferência de Atribuições de Competências do Estado para as Autarquias Locais.

A secretária de Estado para Administração do Território, Laurinda Cardoso, que orientou o encontro com os líderes religiosos, adiantou que o Executivo, durante a auscultação pública do pacote autárquico, conseguiu recolher contribuições muito profundas e ricas para enriquecimento das propostas. "Em todos os lugares onde passámos, tentámos perceber cada um dos argumentos e fundamentos que consistiam em cada uma das propostas apresentadas e em todas conseguimos obter contribuições profundas e de realce" , disse Laurinda Cardoso. A secretária de Estado do Ministério da Administração do Território e Reforma do Estado apresentou as razões do Executivo em defender o gradualismo no processo autárquico e esclareceu que todas as medidas de política macro do país são desenhadas no âmbito central.

Para Laurinda Cardoso não se pode só legislar ouvindo apenas aqueles que são os problemas que andam em torno da malha urbana da província de Luanda. Na ocasião, o director-geral do Instituto Nacional para os Assuntos Religiosos, Castro Maria, sublinhou que as igrejas enquanto parceiras do Estado constituem um grupo importante para ajudar o Executivo a atingir os seus objectivos. "As igrejas, como parceiras privilegiadas do Estado vão ajudar o Executivo neste processo de implementação das autarquias", disse, Castro Maria.

Castro Maria disse que, com a auscultação as confissões religiosas, o Executivo pretende não só recolher contribuições para enriquecimento do pacote legislativo autárquico, mas também medir até que ponto a sociedade civil está preparada para participar do processo e apresentar a sua visão sobre o pacote que vai conduzir às eleições autárquicas.

Durante a apresentação das contribuições, os religiosos estiveram divididos quanto à implementação das autarquias locais no país. O padre Cláudio Zua, da Igreja Católica, reiterou a posição apresentada pela Conferência Episcopal de Angola e São Tomé relativamente à implementação da autarquias locais, tendo salientado que as mesmas não podem ser realizadas de modo gradual, mas em simultâneo em todas os municípios do país. O reverendo Garcia Pedra Domingos, do Conselho de Igrejas Cristã em Angola (CICA) ,disse que existe apenas consenso na realização das eleições, mas não na implementação gradual, O reverendo Bernardo Ngunza, da Igreja Metodista, pediu esclarecimento sobre o tempo de revisão das propostas de leis das autarquias locais o seja aprovada pelo parlamento.

### 5.3 Governo vai passar a cobrar taxa de lixo aos munícipes

*Jornal de Angola*

*2 De Agosto de 2018*

*Texto: Elautério Silipuleni*

Um novo programa de limpeza urbana e recolha de resíduos sólidos, que inclui a cobrança de taxa de lixo aos munícipes, começa a ser ensaiado na província do Cunene, com vista a melhoria do saneamento básico nas comunidades.

De acordo com o director provincial do Gabinete de Ambiente, Gestão de Resíduos e Serviços Comunitários, Cirilo Mwaulanga, o início de cobranças está para breve e a proposta das taxas variam entre 1.500, para o casco urbano, e 750kwanzas para a zona periférica.

O responsável sublinhou que numa primeira fase o programa vai abranger, a título experimental, a cidade de Ondjiva e as sedes municipais de Ombadja e Namacunde. "O modo de cobrança da taxa de lixo será por meio do pagamento da factura do consumo da água, à semelhança do que acontece em outras províncias do país, onde os moradores pagam, mensalmente, pela recolha e tratamento dos resíduos sólidos", salientou.

Cirilo Mwaulanga reconheceu que o êxito do programa passa por campanhas de sensibilização da população sobre a gestão ambiental. "Alguns munícipes têm um entendimento pouco claro sobre os resíduos sólidos e consideram que todo o lixo é descartável, quando, na verdade, parte desta matéria orgânica e inorgânica pode ser reciclada para fins úteis", sublinhou.

"Com este novo modelo de recolha e tratamento dos resíduos sólidos pretende-se dar uma resposta eficaz aos grandes focos de lixo que se registam nas ruas da capital da província e nas sedes municipais", disse.

### 5.4 MAT considera que objectivos da auscultação sobre pacote autárquico terão sido alcançados

*Jornal O PAÍS*

*2 De Agosto de 2018*

*Texto: José Dias*

No debate livre promovido Terça feira à noite pela TV Zimbo, Márcio Daniel afirmou que o processo permitiu a recolha de "ricas e valiosas contribuições"

que vão melhorar a proposta de lei a ser entregue à Assembleia Nacional.

Considerou igualmente que decorreu num quadro similar em que os processos de consulta pública na história política do país têm uma espécie de preconceito social de que não se vai propriamente auscultar e já se tem uma decisão e que se procura simplesmente legitimá-la.

"Sentimos neste processo também este preconceito. Tínhamos de enfrenta-lo também", frisou. Entretanto, reiterou que a visão do MAT foi de procurar desenhar um processo de auscultação que garantisse a maior abrangência possível.

Para tal, disse ter sido criada uma plataforma tecnológica para a qual qualquer cidadão podia enviar as suas contribuições e foram disponibilizadas, nas mais variadas plataformas informáticas, as propostas de lei para que qualquer cidadão pudesse ter acesso.

O MAT procurou também desenvolver encontros provinciais de auscultação em que participavam todas as sensibilidades, bem como de encontros mais técnicos, por sectores, em que se discutiram questões mais específicas.

Acrescentou que o MAT conta, nos próximos dias, promover um encontro mais académico, contando com profissionais da praça como administrativistas, constitucionalistas, sociólogos politólogos, numa iniciativa conjunta com a Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto.

"Pensamos que com este modelo o MAT estará em condições de, por um lado, de recolher o máximo de contribuições possível numa lógica de que o que se procura não é transmitir uma posição já definida, mas sim apresentar uma proposta de base e recolher contributos, compilar os contributos e voltar para o laboratório para dar o carácter técnico-jurídico a fim de depois serem submetidos à Assembleia Nacional", frisou.

Outro participante no debate, Álvaro Chikwamanga, mestre em autarquias, considerou por seu turno, que em termos de metodologia utilizada no processo de auscultação, o Executivo devia antes levar as comunidades ao entendimento do que são autarquias.

Para si, apesar de as autarquias terem sido já manifestadas pelo legislador em 1975, 1991 e em 2010, elas ainda são um elemento novo na "boca do povo". "É um elemento que tem de ser devidamente entendido de modo a receber deste mesmo cidadão beneficiário das autarquias, os melhores contributos possíveis".

"Nós verificamos que o Governo partiu para a abordagem de elementos complicados, como sendo as leis, sem o povo ter entendido o que realmente são as autarquias, daí que surgiram problemas de interpretação de um lado, e de contribuição, por outro. Portanto, só contribui aquele que tem melhor entendimento sobre que aspecto deve contribuir", realçou.

Gradualismo geográfico ou funcional?

Um dos problemas de interpretação que na sua opinião tem suscitado muito debate refere-se ao modelo de implementação, entre o gradualismo geográfico e funcional.

Citando a Constituição da República, disse que, efectivamente, o processo de criação das autarquias obedece, dentre vários princípios, ao do gradualismo, da autonomia e da descentralização.

"O que tem acontecido é que tem havido uma interpretação errada. Não se trata de condenar o princípio do gradualismo, o que acontece é que há interpretações díspares sobre aquilo que é o gradualismo", rematou.

O problema, na sua óptica, residente num outro ponto da mesma lei, referente ao alargamento gradual das suas atribuições, sendo esse o foco do problema que divide políticos e a sociedade civil. "É aqui onde há o problema. A lei fala do alargamento gradual das suas atribuições. Quando falamos do alargamento gradual das suas atribuições referimo-nos ao funcionamento. Elas podem ser criadas simultaneamente, só que nem todas vão absorver todas as competências", frisou.

Modelo de Moçambique é um erro

Por seu turno, a empresária Filomena Oliveira representou a sociedade civil no debate. Para ela, qualquer processo que diz respeito a formulação de políticas deve começar por uma consulta pública e pela formulação da proposta de lei.

"A consulta tinha de começar antes. Começou-se pelo telhado. Se nós insistentemente começamos as obras pelo telhado e não estamos a aprender com os erros, porque nós insistentemente não estamos a observar nem a ter a humildade de perceber que temos de começar mais em baixo' não é depois das leis formuladas", disse.

Criticou a escolha do modelo de implementação de autarquias gradual à semelhança de Moçambique, que, a seu ver, após 15 anos desde a sua implementação gradual tem-se revelado ser um fracasso



"Estamos a partir muito depressa tentando impor uma realidade que se chama gradualismo geográfico, que na realidade atenta contra um conjunto de direitos que estão na Constituição e aquilo que estão a fazer é exacerbar ainda mais as assimetrias daqueles municípios onde não serão implantadas, numa primeira fase, as autarquias, o que fará com que as pessoas se movimentem para as zonas onde haverá mais serviços", frisou

Para si, tem de se começar pela auscultação e só depois se definir o nosso modelo de Angola não o modelo copiado dos outros.

"E temos exemplos muito errados. Nós temos Moçambique que tem 15 anos de autarquias e que das 544 autarquias possíveis só 43 é que foram instituídas e estão na penúria. É uma desgraça completa, precisamos de aprender com os erros dos outros", frisou.

## 5.5 «Poder absoluto» substitui competências

*Novo Jornal*

*3 De Agosto de 2018*

*Texto: Nok Nogueira*

O grupo de cidadãos queixa-se também do "delírio do poder absoluto", que afirma não se ter coibido de anular a autonomia do poder local, consagrando na Constituição a tutela de mérito, que pretende fazer prevalecer por algumas décadas". "Uma coisa é a tutela de legalidade, isto é, o poder Executivo deter a capacidade de verificar se os actos da administração municipal autárquica estão de acordo com a constituição; outra, bem diferente, é a tutela de mérito", observa.

"Em bom rigor, a averiguação do mérito das administrações municipais autárquicas é da competência dos cidadãos-eleitores e cidadãs-electoras e não do poder Executivo", afirma.

## 5.6 Auscultação MAT exclui principais organizações da sociedade civil

*Novo Jornal*

*3 De Agosto de 2018*

*Texto: António Gaspar*

O processo de auscultação pública, que terminou esta semana, sobre a proposta de pacote legislativo autárquico orientado pelo Ministério da Administração do Território e Reforma do Estado

(MAT), durante um mês, deixou de fora as principais organizações da sociedade civil do país, apurou o Novo Jornal.

As associações OMUNGA, que promove acções em prol de defesa dos direitos humanos e culturais, Mão Livres, que promove e divulga as normas jurídicas e auxilia os mais desfavorecidos, Central-Geral de sindicatos Independentes e Livres de Angola (CGSILA), Associação Construindo Comunidades (ACC), Associação Justiça Paz e Democracia (AJPD), que promove acções viradas para a população, garantem não terem sido ouvidas pela instituição do Estado que realizou a consulta pública da proposta do pacote legislativo para a implementação das autarquias no país, que vai regressar para o Conselho de Ministros para ser aprovado.

O coordenador da organização não-governamental da OMUNGA, José Patrocínio, que considerou o processo de auscultação como uma "aberração", afirmou ao Novo Jornal ser uma decisão "incorrecta" daquele órgão em não se mostrar "mais uma vez" disponível para dialogar com as organizações da sociedade civil sobre as autarquias no país, considerando tal atitude "manipuladora, no sentido de fazer com que os angolanos aceitem contra a própria vontade a ideia do gradualismo".

Tendo em conta o encerramento das auscultação, o responsável da OMUNGA defendeu, por outro lado, que o governo devia antes sensibilizar as pessoas para a importância das autarquias e, depois, que se criasse espaços e modelos adequados que permitissem a participação das pessoas a nível dos bairros, escolas e empresas, por se tratar de um assunto de cidadania que deveria envolver todos.

Ainda segundo José Patrocínio, a referida auscultação foi organizada de forma "apressada e errada", pois devia ser um processo altamente popular e participativo, onde a discussão seria aberta e consensual.

"O nosso desejo era que todas as organizações civis angolanas e a população em geral participassem durante os encontros organizados pelo MAT, mas preferiram mais uma vez reunir com pessoas que estão a seu favor", afirmou o presidente do OMUNGA.

Por seu turno, Francisco Jacinto, secretário-geral da CGSILA, salientou que o governo perdeu muito tempo a realizar um "jogo" de auscultação que não "surtiu o efeito desejado".

No mesmo âmbito, o responsável da referida associação aponta que "o MAT tinha de fazer um

serviço de esclarecimento à população sobre as formas como as autarquias irão proceder" e não "organizar auscultação", que considera "desnecessária".

"O que foi realizado não é auscultação, porque encaro aquilo como uma forma de ludibriar ainda mais a mente das pessoas", disse.

Já o presidente da associação Mãos Livres, Salvador Freire, explicou que o processo de auscultação deveria ser mais abrangente, para que houvesse maior possibilidade de se discutir o assunto.

"O MAT tinha de ouvir todas as forças civis da sociedade", disse.

## 5.7 Cidadãos denunciam e criticam processo autárquico «inquinado»

*Novo Jornal*

*3 De Agosto de 2018*

*Texto: Nok Nogueira*

Um grupo de cidadãos angolanos subscreveu esta semana uma declaração pública na qual denuncia um processo de implementação das autarquias locais que afirma ter começado como um "nado-morto", decorrente daquilo a que chamou de vícios de forma e de procedimento.

"O processo de implementação das autarquias locais (administrações municipais autárquicas) começou como sendo um nado-morto, por causa dos vícios de forma e procedimento. A representação que deve ser uma acta de contínua auscultação do representado (o soberano: cidadãos e cidadãs) pelo representante (Executivo e Parlamento) foi inquinada desde o princípio", começaram por dizer na declaração a que o Novo Jornal teve acesso e subscrita por 1300 cidadãos.

"Perante a crítica de vários sectores da nossa sociedade, destacando-se a crítica segundo a qual uma consulta não é uma aula de soletração aos meninos e meninas na iniciação à leitura, a maioria eleitoral tentou inverter o formato da sua didáctica e pedagogia da prática política! Todavia, essa suposta inversão revelou-se cosmética", considera o grupo.

Crítica ainda o facto de "a administração de João Lourenço, cujos pilares são o partido, apresentar ao soberano (aos cidadãos e cidadãs da República), um pacote de propostas de leis, na sua maneira de estar na política, perfeitas e imaculadas, cabendo ao soberano apenas o papel de exaltá-las e polir a superfície".

Os subscritores afirmam que é tempo de as pessoas de boa vontade dizerem basta a uma maioria eleitoral que se auto-intitula infalível, onisciente e sábia.

"Os resultados dessa pretensão de infalibilidade, onisciência e sabedoria ressaltam à vista desarmada na precariedade do saneamento básico, nas epidemias como sejam a cólera, a febre-amarela, a malária, no estado degradante e desumano dos hospitais, na qualidade sofrível do ensino básico, técnico e superior, nos salários de miséria, enfim, no subdesenvolvimento em que vive a esmagadora maioria das angolanas e dos angolanos dos nossos dias!", escreve o grupo.

Os cidadãos e cidadão defendem ainda que a maioria eleitoral no poder não deve ser confundida com o soberano e acusam o executivo de ter manifestado uma acta de pura força ao consagrar o gradualismo e a tutela de mérito do Poder Executivo sobre o Poder Local.

## 5.8 “Autarquias e “Gradualismo” em sede da Consulta Pública

*Jornal Visão*

*3 De Agosto de 2018*

*Texto: Carlos Veiga*

É sempre oportuna que a intervenção da Igreja com base na sua autoridade, também, evangelize a política, particularmente a filosofia política sobre se devamos ou não implementar as autarquias apenas em alguns municípios pois, que nisso, dizemos, haverá muito de filosoficida de porquanto algumas pretensões sejam mais exequíveis para uns e não excluindo ironicamente as expectativas de outros pois que seria ou haveria uma oportunidade mais que oportuna de se aglutinar valores da democracia, e no caso em apreço, conjugar municipalidade e supra-municipalidade. Paradoxalmente, de notar que quem detiver a força da maioria cíclica e parlamentar irá aplicar chamar para si a definição do processo. E assim funciona a lógica da maioria.

O objectivo macro-político é muito mais importante do que isso, nos foquemos que beneficie a todos, verdadeiramente, o país em si. O país é mais importante que as sensibilidades políticas. Estamos no mesmo diapasão, Lourenço Franque. Porém, diz a tutela no a ferimento destas matérias que, a coisa esteja praticamente definida, ao sobre as autarquias se vá espelhar tudo e o gradualismo no timbre do discurso oficial. Podemos é ter esperança num aspecto, no que tange a autonomização, porquanto, pelo menos se vá aceder ao facto de que os governadores provinciais sejam meros governadores

civis. Ou seja, não deverão entrar (intrrometer) no mérito da governação autárquica (de cada município). Isso me anima.

O governador civil transmite sim, ou deveria transmitir a ideia duma figura que vá atrás, tão-somente da tutela da legalidade. Ele terá um papel civilismo, devendo controlar quem dos autarcas estaria a praticar os actos com base nas leis que dentro de alguns dias serão aprovados (ou não). Mas depois está a questão da tutela jurisdicional, aí onde não vá o governador civil distender competências sendo sim os tribunais a chamarem para si a competência.

No caso, Tribunal de Contas, nisso, jogaria um papel de realce sendo no entanto as comarcas e a Relação em representatividade a assumirem o papel de toque enquanto a jurisdição territorial do Tribunal de Contas for o que está plasmado na lei. Daí que faça muito sentido o movimento que o topo de jurisdição comum estará a fazer no sentido de aplicar/implementar mesmo o que ande plasmado em torno da reforma da Justiça no país. Mas como foi ontem mesmo (19.07.18) avançado, deixa antever que tudo esteja irreversivelmente decidido mas que nunca é demais ter em conta as actuais preocupações como as nossas ou mesmo decorrentes dos agentes de opinião ou demais entidades autorizadas do país. Permitimo-nos a opinião do intelectual Paulo Maldonado Buzi, no pertinente complemento ao tema:

"Compartilho com a vossa síntese, também revogo com toda veemência as autarquias de forma faseada subalternando esta particularidade de concomitância que seria o ideal, e por outro lado quando o princípio que se defende é a equidade. Sem presunções na minha opinião, que se aflora a fusão paralela olhando para o desenvolvimento da municipalidade para se evitar a obtenção de vantagens em benefício próprio, também para acabar com as políticas em estratos super postos. Afinal o que se procura é o bem-estar, aproximação com as comunidades e a implementação negociada das reformas': fim de citação. Porquanto apoiamos a instituição que é mestra em humanidade, através da sua doutrina social, a Igreja. Eis a análise, simplesmente, uma análise. "Deo gratias"

## 5.9 Governador de Luanda exonera Tany Narciso e Carlos Cavukila

*Jornal Visão*

*3 De Agosto de 2018*

De acordo com uma nota de imprensa, o governador exonou igualmente do cargo de Directora do Gabinete Provincial dos Recursos Humanos, do

Governo Provincial de Luanda, Hilma Sabina da Conceição Uukunde.

Para ocupar os cargos de administradores municipais foram nomeados em Comissão de Serviço, para Cacuaco, Augusto José e para Cazenga, Albino da Conceição José. Adriano Mendes de Carvalho nomeou igualmente, Tomás Bica Mumbundo, para em Comissão de Serviço exercer o cargo de Administrador Municipal Adjunto para o Sector Político e Social de Cacuaco.

Ermelindo da Silva Gonçalves Pereira foi nomeado para em comissão de serviço exercer o cargo de Vice-Presidente para Área Política Social, Assuntos Comunitários e Ambiente da Comissão Administrativa da Cidade de Luanda. Para em comissão de serviço exercer o cargo de Director do Gabinete de Recursos Humanos do Governo Provincial de Luanda foi nomeado Carlos Sebastião Macuti.

## 5.10 Segundo a UNITA MATRE está a impor o gradualismo aos angolanos

*3 De Agosto de 2018*

*Texto: Domingos Kinguari*

O responsável do braço juvenil da UNITA, que falava à Rádio Despertar, em relação ao processo de debate e auscultação realizado pelo ministro da Administração do Território e Reforma do Estado, Adão de Almeida, disse que "é de lamentar, porque o MPLA tem um slogan que diz: um só povo e uma só nação, e se o MPLA é que está a fazer essas propostas, na voz do Executivo, e se o MPLA tem este slogan, se o MPLA conseguiu realizar eleições gerais a partir de 1992, 2008, 2012, e hoje, em 2017, e conseguiu realizar o senso populacional, porque é que hoje para meter o angolano acima de todas as atenções, para a dignidade do nacional, dar tratamento igual aos patriotas, temos que chegar a este ponto de inventarmos gradualismo geográficos?», questionou-se o líder juvenil.

Alicerces Mango defende que o governo angolano tenha bom senso em implementar as eleições autárquicas de forma simultânea, como plasmado na Constituição, e evitar que seja o primeiro a violar a Lei. "Nós estamos a pedir apenas, como em 2010, já na aprovação da Constituição da República de Angola, estamos a pedir apenas que haja bom senso. O governo teve uma proposta de Constituição, aprovaram, promulgaram, e são os primeiros que estão novamente a violar a própria Constituição. E, nós estamos a defender, desde 1996 que, haja

tratamento igual, de todos os angolanos», acrescentou Alicerces Mango. Para o líder juvenil, «seria nos apegarmos aos municípios menos desenvolvidos, para podermos levá-los ao mesmo nível que os municípios que já têm uma certa estabilidade social.

Ao invés de nos preocuparmos com Luanda, de nos preocuparmos com a cidade do Huambo, com a cidade do Kuito, onde já existe um fluxo migratório de áreas que não estão desenvolvidas, a procura de melhores condições de vida, devíamos nos preocupar com essas populações que, nem se quer água potável têm; mas Angola é um dos países africanos com vários recursos que são Velosos, só para não falarmos dos rios», disse.

«Mas, estamos a assistir hoje uma luta em que o partido no poder e os partidos na oposição não estão num entendimento naquilo que é o cumprimento escrupuloso da Lei. Não nos surpreende, porque os nossos irmãos e os nossos compatriotas do MPLA, nos habituaram sempre a esta dança.

Estávamos à esperar melhor, e o Senhor Presidente, como diz que está numa nova era, está numa nova fase desse sinais positivos em que os angolanos pudessem a começar a beneficiar um bocadinho», disse. Questionado sobre o processo de auscultação em curso, o líder da JURA entende que, o que está a acontecer não é uma auscultação, mas imposição de uma ideia pelo Ministério da Administração do Território e Reforma do Estado.

«O que está a acontecer é impor uma ideia, não é uma auscultação. Quando vão nas autoridades tradicionais dizendo: se vocês aprovarem, vocês não aceitem o gradualismo geográfico, vocês vão pagar mais impostos, vocês vão sofrer mais, nós acompanhamos todos os processos, a UNITA tem assumido responsabilidades nesse país, e a UNITA não é como um partido qualquer, que vem fazer afirmações aleatórias, nós estamos a dizer isto porque o debate continua, e acho que esse debate vai terminar no dia 31, temos seguido, de facto, o ministro da Administração do Território. Nós temos, às vezes enviado alguns representantes, justamente para termos uma ideia do que é que está a ser dito», refere.

Alicerces Mango compreende que, a falta de consenso entre o partido no poder e os partidos políticos na oposição, é uma questão política, porque, o MPLA ostenta o medo de perder o poder político.

«O debate real que tem de haver é entre as forças políticas. Aqui é que temos de encontrar consenso para beneficiar o nosso povo, não é apenas fazer valer caprichos. Porque, também já chegamos à conclusão que, isto aqui é uma questão política. O

MPLA está com medo de perder o poder político, porque implementando as autarquias em todos os municípios, ele sabe que vai perder autoridade em várias questões, políticas, sobretudo.

Está a prever o ano de 2022, quem perde as eleições autárquicas em 2020, automaticamente».

Quanto à observação do voto em todo o país, nas eleições autárquicas, o responsável juvenil assegura que, esta é uma luta de todos os angolanos, defendendo que não seja a UNITA apenas a se envolver neste processo.

«Nós temos também dito várias vezes que isto é uma questão de interesse nacional. Às vezes nós ficamos com a impressão de que as pessoas pensam que essa é uma luta só da UNITA. Não! Esta é uma luta de todos os angolanos. Porque, quando assumirmos este processo, todo angolano vai beneficiar daquilo que a UNITA está se a propor. Ou seja, o que é que eu quero dizer com isso? Não queremos que seja a UNITA apenas a se envolver neste processo».

## 5.11 Despesas poderiam ser suportadas pelo OGE

*Novo Jornal*

*3 De Agosto de 2018*

*Texto: Nok Nogueira*

Os cidadãos subscritores entendem que Angola dispõe já de administrações municipais e defendem que estas funcionariam com mais ou menos recursos financeiros num contexto autárquico. "O que mudaria se as administrações municipais existentes passassem a ser administrações municipais autárquicas (administrações autónomas)?", questionam.

"Os administradores municipais passariam a chamar-se autarcas; seriam directamente eleitos pelos munícipes; deixariam de estar subordinados ao poder central do Executivo (deixariam de receber ordens do Executivo); para cobrirem as despesas do município continuariam a receber uma parte proveniente do orçamento geral do Estado e outra parte passaria a ser arrecadada localmente por via de taxas e de impostos", afirma o grupo de cidadãos.

Em relação à cobertura das despesas, o grupo é também de opinião que estas poderiam ser asseguradas, numa primeira fase, pelo Orçamento Geral do Estado e gradualmente evoluir-se para uma cobertura através das receitas com os impostos e taxas locais.



"O que impede que assim seja feito? A autonomia das administrações locais autárquicas é essencialmente de natureza político-administrativa. A autonomia financeira das administrações municipais autárquicas pode ser, gradualmente, construída com recursos locais. Todavia, competirá sempre ao Estado, por via do orçamento geral do Estado, prover parte dos recursos financeiros das administrações municipais autárquicas", lê-se.

## 5.12 Municípios querem governantes próximos da população

*Novo Jornal*

*3 De Agosto de 2018*

*A.P*

Os municípios do Cazenga e Cacuaco esperam que os novos administradores municipais, Albino da Conceição e Augusto José respectivamente, nomeados esta semana pelo governador provincial de Luanda, Adriano de Carvalho, trabalhem mais próximos da população e que resolvam os problemas que os inquietam.

O saneamento básico, a melhoria no fornecimento de água e luz, vias de acesso, o combate à criminalidade e a construção de mais escolas e hospitais são alguns dos problemas que os municípios anseiam ver resolvidos por parte dos novos administradores, a quem apelam a uma maior interação com a população.

"Nós não queremos administradores que só ficam nos gabinetes, queremos homens de campo que interajam com as pessoas e resolvam os problemas do povo", apelaram municípios.

Para alguns municípios, as exonerações de Victor Nataniel Narciso, no Cazenga, e Carlos Alberto Cavukila, em Cacuaco, já eram mais do que esperadas, por entenderem que já não respondiam aos anseios das populações. "Aqui no Belo Monte, continuamos com o problema da falta de água, luz eléctrica, e escola pública, sem nos esquecermos da criminalidade, que é um dos maiores problemas para nós", disseram os municípios de Cacuaco.

No Cazenga, municípios queixam-se igualmente dos mesmos problemas, além do amontoado de lixo nos bairros. "O Tany não fez nada aqui. É só verem como o Cazenga continua desorganizado", disseram.

## 5.13 Novos administradores adjuntos para Luanda

*Jornal de Angola*

*4 De Agosto de 2018*

O governador da província de Luanda, Adriano Mendes de Carvalho, exarou na quinta-feira 64 despachos, sendo oito de exonerações e 56 de nomeações de administradores adjuntos, distritais e comunais para as áreas económicas, financeira e orçamental.

No rol de nomeados está Carlos Alberto Cavukila, exonerado há dias do cargo de administrador do município de Cacuaco, que vai exercer agora o cargo de assessor principal para os Assuntos Jurídicos e Autárquicos do governador de Luanda, Adriano Mendes de Carvalho. O governador nomeou Lino Quienda Mateus Sebastião para o cargo de administrador municipal adjunto para a área Económica, Financeira, Orçamental e Modernização Administrativa no município do Cazenga.

Francisco Silvestre de Brito e Marionete da Rosa José Cambuandy Cristóvão foram nomeados administradores municipais adjuntos para as áreas Económica, Financeira, Orçamental e Modernização Administrativa dos municípios de Talatona e Belas. Foram exonerados Cândido da Costa Cadete, do cargo de administrador adjunto para a área Política, Social e da Comunidade do distrito do Neves Bandinha, e Egídio Cláudio da Silva Armando, do cargo de administrador municipal adjunto para a área Técnica e Serviços Comunitários do distrito urbano do Sambizanga, município de Luanda.

Elsa Mariana Holária Francisco Pitra foi exonerada do cargo de administradora adjunta para a área Económica, Financeira, Orçamental e Política do distrito da Maianga, enquanto Emílio Pedro foi exonerado do cargo de administrador adjunto para a área Política, Social e da Comunidade do distrito urbano da Samba, município de Luanda. Matilde Francisco Feliciano Neto e Maria Luísa Pedreira foram exoneradas dos cargos de administradora adjunta para a área Económica, Financeira, Orçamental e Política dos distritos do Rangel e Ingombota, município de Luanda. O governador exonerou ainda José Feliciano Lourenço do cargo de administrador municipal adjunto para a área Financeira e Orçamental do município de Talatona e Evandro Ferreira da Costa Lopes, que deixou de

exercer o cargo de administrador municipal adjunto para a área Económica, Financeira, Orçamental e Política do distrito urbano de Talatona, município de Talatona.

Adriano Mendes de Carvalho nomeou ainda administradores adjuntos para as comunas de Cabiri, Cassoneca, Quiminha e Bom Jesus, município de Icolo e Bengo. Para o município do Cazenga foram nomeados novos administradores adjuntos nos distritos do Cazenga (sede), Hoji-ya-Henda, KalaWenda, 11 de Novembro, Tala Hadi e Kima Kíeza. Foram também nomeados administradores adjunto para os distritos do Nova vida, Palanca, Sapú, Golfe, município do Kilamba Kiaxi, Ingombota, Samba, Maianga, Rangel, Neve Bendinha e Ngola Kiluange, município de Luanda.

Os distritos urbanos de Cabo lombo, Morro dos Veados, Quenguela, Ramiros, Vila Verde e comuna da Barra do kwanzas, município de Belas, têm também novos administradores adjuntos. Para o município de Viana, o governador de Luanda nomeou administradores adjuntos para os distritos urbanos do Kikuxi, Baía, Estalagem, Zango, Vila de Viana (Sede), Vila Flor e Calumbo, Foram também nomeados administradores adjuntos para as comunas do Mumbundo, Quixinge, Demba Chio, Muxirna e Cabo Ledo, município da Quiçama. Adriano Mendes de Carvalho nomeou igualmente administradores adjuntos para os distritos urbanos do Lar do Patriota, Talatona, Cidade Universitária, Futungo de Belas, Benfica, município de Talatona. No município de Cacucaco, foram nomeados os administradores adjuntos dos distritos urbanos de Cacucaco (sede), Centralidade do Sequele, Kikolo, Munlensos de Baixo e comuna da Funda

## 5.14 MAT e Faculdade de Direito da UAN promovem Conferência Internacional sobre as Autarquias Locais

*Jornal O PAÍS*

*6 De Agosto de 2018*

*Texto: José Dias*

O evento vai reunir um conjunto de especialistas nacionais e estrangeiros versados em matérias ligadas às autarquias e ao desenvolvimento local, além de personalidades cuja acção tenha particular incidência nos processos de Descentralização e Desconcentração Administrativa em curso.

O fórum estará subdividido em quatro painéis, nomeadamente "O desenvolvimento e planeamento

nas Autarquias Locais", as "Experiências Internacionais no Processo de Descentralização", o Modelo a aplicar para as Autarquias Locais em Angola", bem como sobre o "Financiamento, Atribuições e Eleições nas Autarquias Locais ". Entre os temas a abordar, incluem-se "o Plano de Desenvolvimento Nacional e as Autarquias Locais", os "Planos Directores Municipais e as Autarquias Locais", os "Desafios na Organização e Funcionamento das Autarquias Locais e Extensão Territorial", a "Autonomia Local e Tutela Administrativa", a "Dinâmica da Descentralização e Critérios de Selecção dos Municípios", a "Descentralização Financeira e Finanças Locais nas Autarquias Locais", "Atribuições, Competências e Relacionamento entre a Administração Central e Administração Autárquica", bem como o "Modelo de Participação dos Cidadãos nas Eleições Autárquicas".

O programa prevê discussões em torno dos processos de Descentralização de Cabo Verde, Moçambique e Portugal, tendo sido, para o efeito, convidados especialistas oriundos destes países.

De recordar que a consulta pública para a obtenção de contribuições sobre o Pacote Legislativo Autárquico encerrou a 31 de Julho, tendo decorrido em todo o país, como cumprimento da recomendação do Executivo a 21 de Maio. Entre os documentos constam as propostas de lei orgânica sobre a organização e funcionamento das autarquias locais, suas institucionalização e tutela administrativa, assim como a transferência de atribuições de competências e finanças do Estado para as autoridades locais.

Recentemente, o secretário de Estado para a Reforma do Estado, Márcio Daniel, fez um balanço positivo dos 60 dias do processo de auscultação pública do pacote legislativo autárquico encerrado a 31 de Julho, considerando terem sido alcançados os objectivos preconizados.

Márcio Daniel terá afirmado que o processo permitiu a recolha de "ricas e valiosas contribuições" que vão melhorar a proposta de lei a ser entregue à Assembleia Nacional.

Durante o processo, o MAT procurou também desenvolver encontros provinciais de auscultação em que participavam todas as sensibilidades, bem como de encontros mais técnicos, por sectores, em que se discutiram questões mais específicas.

Que modelo para Angola? Gradualismo geográfico ou funcional?

Entretanto, a implementação do modelo de gradualismo geográfico proposto pelo Executivo e do funcional defendido por várias esferas da sociedade angolana terá sido um dos principais pontos fracturantes do debate em torno das autarquias locais.

É que organizações da sociedade civil, como partidos políticos na Oposição e igrejas, consideram que a implementação do gradualismo geográfico fere princípios constitucionais como o da igualdade de oportunidades e vai agudizar as assimetrias regionais.

Por outro lado, entendidos na matéria têm considerado estar a haver uma interpretação errónea sobre o gradualismo, explicando que este último refere-se essencialmente ao alargamento gradual das atribuições das autarquias que, por seu turno, têm a ver com o funcionamento das mesmas.

Por este motivo, consideram que elas podem ser criadas simultaneamente e posteriormente absorver, paulatinamente, todas as competências.

## 5.15 Conferência Internacional sobre Autarquias debate modelo a aplicar em Angola

*Jornal O PAÍS*

*7 De Agosto de 2018*

*Texto: José Dias*

A actividade, uma organização da Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto em parceria com o Ministério da Administração do Território e Reforma do Estado (MAT), vai decorrer sob o lema "Construindo a autonomia local". A conferência vai constituir um espaço de diálogo e debate técnico-académico sobre o processo de institucionalização das autarquias locais. Neste contexto, vai reunir um conjunto de académicos e especialistas nacionais e estrangeiros versados em matérias ligadas às autarquias e ao desenvolvimento local, além de personalidades cuja acção tenha particular incidência nos processos de descentralização e desconcentração administrativa em curso.

Estará subdividida em quatro painéis, designadamente "o desenvolvimento e planeamento nas Autarquias Locais", as "Experiências Internacionais no Processo de Descentralização", o Modelo a aplicar para as Autarquias Locais em Angola", bem como sobre o "Financiamento, Atribuições e Eleições nas Autarquias Locais".

Em abordagem estarão temas como "o Plano de Desenvolvimento nacional e as Autarquias Locais", os "planos directores municipais e as Autarquias

Locais", os "desafios na organização e funcionamento das Autarquias Locais e extensão territorial", a "autonomia local e tutela administrativa", a "dinâmica da descentralização e critérios de selecção dos municípios".

"A descentralização financeira e finanças locais nas Autarquias Locais", "atribuições, competências e Relacionamento entre a Administração Central e Administração Autárquica", bem como o "modelo de participação dos cidadãos nas eleições autárquicas" constam ainda no leque de assuntos a discutir. O programa prevê discussões em torno dos processos de descentralização de Cabo Verde, Moçambique e Portugal, tendo sido para o efeito, convidados especialistas oriundos destes mesmos países.

De recordar que a consulta pública para a obtenção de contribuições sobre o Pacote Legislativo Autárquico encerrou a 31 de Julho, tendo iniciado em todo o país, como cumprimento da recomendação do Executivo, a 21 de Maio.

Entre os documentos constam as propostas de lei orgânica sobre a organização, institucionalização e funcionamento das autarquias locais, sobre a sua tutela administrativa e transferência de atribuições e competências do Estado para as finanças locais políticos na Oposição e igrejas consideram que a implementação do gradualismo geográfico fere princípios constitucionais como o da igualdade de oportunidades e que vai agudizar as assimetrias regionais. Por outro lado, entendidos na matéria têm considerado estar a haver uma interpretação errónea sobre o gradualismo, explicando que a mesma se refere ao alargamento gradual das atribuições que, por seu turno, tem a ver com o seu funcionamento.

Por este motivo, consideram que as autarquias podem ser criadas simultaneamente e posteriormente absorver paulatinamente todas as competências.

Durante o processo, o MAT procurou também desenvolver encontros provinciais de auscultação em que participavam todas as sensibilidades, bem como de encontros mais técnicos, por sectores, em que se discutiram questões mais específicas.

Modelos de implementação do gradualismo, geográfico ou funcional?

Entretanto, a implementação do modelo de gradualismo geográfico proposto pelo Executivo e do funcional defendido por várias esferas da sociedade angolana terá sido um dos principais pontos fracturantes do debate em torno das autarquias locais.

É que organizações da sociedade civil, assim como partidos políticos na Oposição e igrejas consideram

que a implementação do gradualismo geográfico fere princípios constitucionais como o da igualdade de oportunidades e que vai agudizar as assimetrias regionais. Por outro lado, entendidos na matéria têm considerado estar a haver uma interpretação errónea sobre o gradualismo, explicando que a mesma se refere ao alargamento gradual das atribuições que, por seu turno, tem a ver com o seu funcionamento.

Por este motivo, consideram que as autarquias podem ser criadas simultaneamente e posteriormente absorver paulatinamente todas as competências.

## 5.16 Governador pede captação de mais receitas fora do OGE

*Jornal de Angola*

*7 De Agosto de 2018*

*César Esteves*

Os novos administradores adjuntos dos distritos de Luanda têm, como principal missão encontrar fontes alternativas de financiamento local, para reduzir a dependência exclusiva do Orçamento Geral do Estado (OGE), afirmou ontem o governador provincial. Adriano Mendes de Carvalho.

Ao dirigir-se aos 54 técnicos que deixaram o Ministério das Finanças para se responsabilizarem das áreas económica, financeira e orçamental dos distritos de Luanda, Adriano Mendes de Carvalho disse que em toda a província existem receitas potenciais, que devem ser arrecadadas, registadas e canalizadas para a cobertura de despesas de desenvolvimento local e ao serviço da população.

"Não devemos tolerar o descaminho destas receitas, por mais pequena que sejam", disse o governador provincial, ao referir-se às receitas dos mercados, da pequena publicidade dos serviços prestados aos cidadãos, das coimas, das multas, entre outras. "Todas estas receitas devem ser devidamente registadas e usadas em benefício das populações que as gerem", salientou, Adriano Mendes de Carvalho sublinhou que as receitas devem servir para ajudar a resolver os problemas da comunidade. "Por isso, exijo que sejam rigorosos e disciplinados na gestão dos recursos financeiros públicos", declarou.

Adriano Mendes de Carvalho lembrou que a missão dos empossados vai exigir muita sabedoria, abnegação e entrega", uma vez que o sucesso dos programas das administrações depende, em muito, da disponibilidade e da gestão económica dos escassos recursos financeiros disponíveis.

A lei do Orçamento do Estado, a Lei sobre as Finanças Locais e outros dispositivos legais serão a vossa bíblia. Por isso, cabe-vos garantir, escrupulosamente o seu cumprimento", frisou, para acrescentar que uma outra dimensão das funções as quais foram empossados tem a ver com o apoio técnico e assessoria que deverão prestar aos administradores dos distritos aprovadas pelo Executivo. A indicação de técnicos provenientes do Ministério das Finanças, e não mais das administrações municipais, para exercerem tais funções, segundo explicou o governador, é um acto que vem descentralizar os serviços e serve, ao mesmo tempo. de ensaio para as autarquias.

No mesmo salão onde, a 11 de Novembro de 1975, Agostinho Neto tomou posse como primeiro Presidente de Angola os empossados, dos quais 32 mulheres, juraram fidelidade a Pátria angolana e cooperar na realização dos fins superiores do Estado.

Na mesma ocasião, foram empossados Carlos Alberto Cavuquila e Maria Marta Baltazar Mendes Amaro, para as funções de assessor principal para os Assuntos Jurídicos e Autárquicos do Governo da Província de Luanda, e administradora municipal-adjunta para a Área Técnica, Infra-Estruturas e Serviços Comunitários do Cazenga, respectivamente.

### Cólera na capital

No período da manhã, durante uma visita de campo aos municípios de Cacuaco e Cazenga, o governador Adriano Mendes de Carvalho admitiu a existência de 12 casos de cólera, com cinco ou seis mortes. De acordo sobre o surgimento de cólera na lagoa da Kilunda, em Catete, discordou da atribuição do termo "epidemia", que é, no seu entender, algo devastador. Por isso, discorda das afirmações segundo as quais existe uma epidemia de cólera. Adriano de Carvalho afirma que preferia que não houvesse I caso algum de cólera. "Trata-se de um universo de cerca de nove milhões de habitantes em que ocorreram 12 casos. É para analisarem", sugeriu.

O governador provincial considerou a cólera um problema de higiene e pediu à população para ter cuidados com os alimentos, resolver problemas das latrinas, o tratamento e manuseamento de produtos como peixe, legumes e água. Além disso aconselha a lavar as mãos com sabão e água ou desinfestar com lixívia, de acordo com os procedimentos da Organização Mundial da Saúde (OMS).

"Não podemos ficar satisfeitos se 110S aparecer um caso, embora haja necessidade de sermos precisamente claros, ao contrário de se fazerem



especulações sobre a existência ou não de uma, epidemia de cólera", disse governador provincial.

Segundo a OMS, a cólera pode ser uma endemia ou epidemia. Basta um caso confirmado para se declarar

## 5.17 Os académicos, e as autarquias

*Jornal de Angola*

*7 De Agosto de 2018*

Não dúvida de que a implementação das autarquias vai mexer, no bom sentido, com a vida de milhões de angolanos, que têm esperança de que a descentralização administrativa venha resolver muitos problemas que temos no país.

Quando as autarquias forem uma realidade no país, vamos poder assistir a novas dinâmicas no processo de resolução dos problemas das populações, que vão passar a escolher regularmente nas urnas os autarcas para o exercício do poder autónomo.

Depois de muita discussão sobre o pacote legislativo autárquico, cidadãos terão já se apercebido da importância da implementação das autarquias, que, por via de uma descentralização administrativa efectiva, vai libertar poder central de múltiplas tarefas no nosso vasto território.

A importância do processo de implementação das autarquias justifica que se continue a dar subsídios para se for caso disso, se melhorar os projectos de diplomas legais sobre o poder autónomo, devendo haver real disponibilidade para proceder, se for necessário, a correcções, para se evitarem problemas no futuro.

A discussão por académicos de temas à volta das autarquias, com incursões por outras experiências no nosso continente, nomeadamente as de Cabo Verde e de Moçambique, pode permitir a elaboração de boas leis e até evitar eventuais problemas que outros países tenham já vivido. Os académicos podem, com recurso ao conhecimento científico, ajudar o legislador ordinário a ponderar sobre uma série de questões, sobretudo aquelas que têm suscitado muita polémica na nossa sociedade.

É bom que não se subestime as contribuições que a sociedade vem dando para termos no país uma legislação autárquica que vá ao encontro dos interesses dos cidadãos.

Uma grande preocupação que deve estar no centro dos debates quando o pacote legislativo autárquico chegar à Assembleia Nacional deverá ser a se fazerem leis que venham a viabilizar de facto a satisfação das

necessidades dos cidadãos nos diferentes municípios do país. Temos muitos e complexos problemas por resolver nos municípios e um poder autónomo pode dar a eles solução mais célere.

O país é de todos nós, angolanos, e todos temos o direito e o dever de dar contribuições a um processo nunca antes vivido no nosso país. As experiências de outros países têm nos mostrado, na generalidade, que o poder autárquico constitui um avanço em direcção ao combate à pobreza e é gerador de boa qualidade de vida.

## 5.18 Recomendações das autarquias

*Jornal O PAÍS*

*4 De Agosto de 2018*

*Texto: Dinora Silva*

OS meus melhores cumprimentos, aos leitores. Escrevo como cidadã angolana na diáspora, preocupada com o país, onde dei o meu primeiro grito. Tenho acompanhado através dos órgãos sociais de comunicação todo o processo da instituição de Autarquias em Angola.

Venho por este meio, tecer algumas ideias acerca do tema que tem sido proposto pelo nosso governo.

Quero ver estabelecidas algumas prioridades:

- Quem deve ser nomeado para esse trabalho de poder local, e o que ele pode colocar como prioridades.

- A qualidade da pessoa. Primeiramente, vou falar na pessoa que deve ser eleita, que pode neste momento assumir a responsabilidade de uma junta de freguesia, embora para nós seja uma novidade, uma primeira experiência. Vamos procurar maneira de imitar o melhor dos outros, mas se pudermos ter em conta um modelo em que se leve em conta pessoas que já viveram fora seria muito melhor. Por quê?

Porque essa pessoa já conviveu com um estilo de desenvolvimento dum País desenvolvido, essa pessoa com uma formação ainda que seja média, mas que já viveu numa grande cidade, ainda que não seja fora, mesmo na capital de uma província, uma pessoa que já sabe o que é o trabalho de uma repartição pública eficiente, que ao ser entrevistado ou ao ter uma conversa com o superior ou um constituinte, saiba o que dizer e como dizê-lo. Em segundo lugar essa pessoa não tem necessariamente que ser só alguém que já cresceu na região, ou que vive lá, pode ser a pessoa que sente que tem algo para dar naquela área e, ao mesmo tempo, seja idónea. Sabemos como foi o comportamento deles em prévios trabalhos? Para não

haver desequilíbrio em termos de haver alguém sem experiência, mas idóneo e competente e outro com muita experiência, mas de péssima reputação e corrupto. Tenhamos também cuidado de não descurar a familiaridade da pessoa com o país e a região, procurando alguém que não vá estranhar e ser estranhado, como se fosse um estrangeiro. Em suma, escolher um candidato que tem de ser uma pessoa credível, que tenha boa formação académica e profissional, que já viveu onde viu qualidade de desenvolvimento económico e social.

Agora, as prioridades são as riquezas locais que devem ser extraídas e depois serem comercializadas ou utilizadas pelo povo e não exploradas por multinacionais estrangeiras que levam o ouro e deixam as pedras e os buracos. Mas sem as infra-estruturas básicas de estradas, água, luz, canalização e saneamento as freguesias vão ser sempre pobres. O objectivo do poder local é a governação local ser exercida por pessoas que têm de saber o que é a coisa principal para o desenvolvimento da sua freguesia. A começar pela água e luz, porque se não houver luz nem água não haverá nenhuma actividade industrial ou económica que se possa processar. Junto com o saneamento básico, esgotos, recolha e tratamento de lixo e limpeza das ruas, quantas doenças que nos matam e deixam as crianças angolanas com deficiências para toda a vida poderiam ser erradicadas?! A segunda fase deve ser a instituição de escola pública de ensino básico. Quem não aprendeu a ler, escrever e ...contar, como vai trabalhar? Como vai votar? Como vai contribuir para o futuro da nação? E, é claro, postos médicos de serviços mínimos. Não se acredita que ainda hoje a mulher angolana tenha que pagar para dar à luz correndo risco de vida e pondo o seu bebé em risco. A outra prioridade é a cidadania. Um administrador da junta de freguesia tem que trabalhar com a cidadania. Quais são as prioridades da cidadania? Cada cidadão deve ter bilhete de identidade, as crianças têm que ter registo, pois não há cidadania sem cidadãos.

Cada candidato tem que conhecer as necessidades gerais e específicas como administrador daquela junta de freguesia. E também saber melhorar aquilo que já está lá, ele não vai encontrar sempre coisas bem-feitas, mas outras coisas que ele encontrar têm de ter como um desafio, esse desafio de melhorar o que ele vai encontrar. O desafio de conseguir dinamizar o povo e a vontade numa estrutura cultural, tradicional, de usos e costumes centenários, mas dispostos a novas experiências que possam sem egoísmos, partilhar com outras juntas de freguesia, pois somos afinal um só povo, uma só nação.

Busquemos pessoas de carácter que tenham o coração e a sabedoria para servir o povo e não para se servir do povo.

## 5.19 Secretaria de Estado defende revisão dos preços das casas

*Jornal de Angola*

*7 De Agosto de 2018*

*Texto: Victorino Matias*

A secretária de Estado do Ordenamento do Território, Ângela Mingas, defendeu a revisão dos preços dos apartamentos nos projectos habitacionais do Estado, em todo o país, para serem ajustados aos custos das obras e à situação actual do mercado imobiliário.

De visita à Centralidade do Mussungue, no Dundo, Lunda-Norte, a secretária de Estado manifestou apreensão em relação aos preços praticados para a aquisição das moradias naquele projecto.

"Não é falta de capacidade financeira do cidadão em aderir ao apartamento. Os preços aplicados, para além de serem diferentes do resto do país, reduzem a capacidade do cidadão em adquirir um apartamento", disse.

Ângela Mingas reconheceu que os preços que a Imogestin pratica na Centralidade do Mussungue, província da Lunda-Norte, chegam a atingir o dobro. "Não podemos permitir que haja especulação dos valores imobiliários, já que é um património do Estado", sublinhou a Centralidade do Mussungue, Dundo, a prestação mensal da renda resolúvel com opção de compra é 90 mil kwanzas para os apartamentos T5, 68 mil kz para os T4, 74 mil para os T4+1 e 37 mil para os T3.

A secretária de Estado lamentou ainda a morosidade processo de entrega dos apartamentos e disse que a situação é consequência dos preços altos e da burocracia do processo de venda dos imóveis.

"Está bastante moroso. O processo de venda já devia ter terminado há bastante tempo, visto que o mesmo começou em Dezembro de 2015", esclareceu.

A secretária de Estado do Ordenamento recomendou ao governo provincial da Lunda-Norte para pressionar a empresa responsável pelo processo, para que conclua as vendas até ao final deste ano, a fim de se evitar a vandalização constante que acontece em apartamento em moradores.

## Vandalização

Ângela Mingas disse que a vandalização dos fogos habitacionais em todo o país, por falta de comercialização, tem sido um problema sério para o Ministério do Urbanismo e Ordenamento do Território, visto que põe em causa os investimentos do Estado.

Segundo Ângela Mingas, existem centenas de apartamentos vandalizados na Centralidade do Mussungue por não estarem ocupados. "Este vandalismo é silencioso. As pessoas entram, roubam e fecham as portas como se nada tivesse acontecido", adiantou, acrescentando que "é um caso de polícia", mas ressaltou que a comercialização "seria o remédio para a redução destes casos."

Ângela Mingas mostrou-se também preocupada com a progressão da ravina, considerando ser "urgente que se intervenha, o mais rápido possível, no estancamento da ravina da centralidade, visto que pode pôr em causa, não só a estrutura dos edifícios periféricos, assim como a preservação da vida humana e a estabilidade do investimento público."

A secretária de Estado aconselhou as autoridades locais a encontrarem soluções paliativas para evitar a progressão da ravina, enquanto se espera por uma intervenção das estruturas centrais do governo.

"O projecto de estancamento da ravina encontra -se neste momento no Tribunal de Contas a correr os trâmites legais. E espera-se que este trimestre comecem as obras de forma que a chuva não agrave a situação e o progresso da ravina", esclareceu.

Ângela Mingas disse que vão ser transferidas 43 pessoas que vivem no edifício de nove andares, da zona 4, ameaçada pela ravina, para um outro com as mesmas características, visto que são compostos por apartamento de tipologias T3 e T3 + 1.

De referir que são 730 apartamentos que o empreiteiro chinês, Panchina, não entregou ao dono da obra por apresentarem falhas no seu acabamento, sobretudo na impermeabilidade e na filtração de água da chuva, pondo em risco as estruturas arquitectónicas dos edifícios.

Dos cinco mil apartamentos da centralidade, 3.240 já foram comercializados através da propriedade resolúvel, venda livre e arrendamentos.

## Programa 200 fogos

Ângela Mingas ficou satisfeita com o nível de organização na comercialização das habitações construídas no âmbito do programa "200 fogos" na

província da Lunda-Norte. Ângela Mingas esteve no município do Cambulo, para ver os terrenos infra-estruturados pelo Estado, no quadro do programa de construção de 200 fogos em cada município do país.

## 5.20 Angola deve evitar erros cometidos por outros países

*Jornal de Angola*

*8 De Agosto de 2018*

*Adelina Inácio*

Angola deve evitar, na implementação das autarquias locais, erros cometidos em outros ordenamentos territoriais, defendeu ontem, em Luanda, Joaquim Freira Rocha, docente da Universidade do Minho, em Portugal. Angola, acrescentou, tem a vantagem de aprender com as experiências de outros países.

O docente universitário, que falou sobre o processo de descentralização em Portugal' adiantou que o facto de Angola consagrar na Constituição o princípio do gradualismo leva a que a implementação da descentralização territorial não seja feita de uma só vez."A vantagem é ir, gradualmente ao longo do tempo, descentralizando, quer do ponto de vista territorial, apenas em certas parcelas do território, quer do ponto de vista institucional, quer nas estruturas orgânicas e também do ponto de vista material. Não descentralizar tudo de uma só vez", defendeu.

Joaquim Freira da Rocha implementação das autarquias locais e eventuais riscos em Portugal; Cabo Verde e Moçambique. Olhando para o sistema português, o docente adiantou que uma grande desvantagem da descentralização é que nem Secretário de Estado da Habitação Joaquim António sempre o que está previsto na lei corresponde com a , realidade quotidiana. Para o professor português, Angola estará preparada para a implementação das autarquias se der passos pequenos e sólidos. "É preferível uma abordagem desta natureza do que tentar fazer tudo de uma só vez e de modo mais precipitado", realçou o docente. O secretário de Estado da Habitação, Joaquim António, falou sobre o Plano Director Municipal e as Autarquias Locais e considerou que o ordenamento do território é indispensável para que haja melhoria da qualidade de vida do cidadão. As autarquias locais, disse, devem intervir no ordenamento do território das suas respectivas áreas de jurisdição.

## 5.21 Executivo defende modelo fiscal misto nas autarquias

*Jornal de Angola*

*8 De Agosto de 2018*

*Texto: João Dias*

O Executivo defende um modelo fiscal misto para as autarquias locais em que, além da possível arrecadação de receitas locais, prevaleçam as transferências orçamentais, anunciou ontem, em Luanda, o ministro de estado e chefe da casa civil do presidente da república, Frederico Cardoso. O objectivo, segundo o ministro de estado, é compensar as disparidades decorrentes da heterogeneidade das condições económicas e sociais dos diferentes municípios de Angola. Frederico Cardoso discursava na abertura da conferência internacional sobre autarquias, que encerra hoje, em Luanda.

O ministro de estado indicou que, em países como Angola, a limitada capacidade de cada localidade para suportar as suas próprias despesas continua a recomendar a opção de um modelo fiscal misto, baseado nas transferências orçamentais. Frederico Cardoso sublinhou que o país tem consciência de que não existe uma fórmula universal para a descentralização fiscal. Por isso, assinalou que se torna evidente que este processo deve ser abordado de acordo com a realidade de cada país, defendendo um processo de transferência de responsabilidade fiscal faseado.

Para o ministro, o pacote legislativo para a institucionalização do poder autárquico contempla, a nível de lei como regulamentar, as disposições necessárias que delimitarão, com as futuras autarquias locais, a responsabilidade para a tomada de decisões sobre o tipo de investimento, responsabilidade no controlo da arrecadação e do uso das receitas públicas. Frederico Cardoso sugere ser necessário, nesta fase preparatória, continuar com estudos que aprofundem o conhecimento sobre o mapa tributário do país, para poder quantificar de modo claro a capacidade geradora e de arrecadação de receitas de cada um dos municípios do país. Para ele, "isso permite saber que localidades, uma vez convertidas em autarquias, têm o superável fiscal capaz de financiar as despesas decorrentes das funções administrativas que assumirão, em virtude da descentralização administrativa, e que localidades não teriam esta capacidade. "Luanda, por exemplo, uma província com vários municípios, e mais de sete

Centra grande parte das actividades industriais, financeiras, comerciais, de serviços e de construção civil do país", lembrou o chefe da casa civil do

presidente da república"em Luanda, está registada a maior parte dos domicílios fiscais das empresas, independentemente da região ou localidade do país em que estejam a operar, chamando a si, por esta razão também, uma parte significativa das receitas tributárias", acrescentou. Disse que é em virtude de factores como estes que Luanda gera maior arrecadação, concentra a mais elevada relação receita despesa percapita, enquanto, na maior parte das demais localidades do país, a agricultura constitui a principal actividade económica e, com isso, a menor receita por pessoa. "Isso exigirá uma abordagem específica e adequada no trabalho de persuasão dos cidadãos para a solução de uma nova consciência e atitudes tributárias", disse.

Ao referir-se ao estádio em que se encontra a economia nacional, o ministro disse parecer evidente que, numa primeira fase, a maior parte dos municípios não terá capacidade de financiar as suas despesas apenas com as suas receitas. Frederico Cardoso alerta para o facto de que num sistema em que as autarquias locais dispusessem apenas das receitas descentralizadas se criaria fortes desequilíbrios fiscais. Por isso, disse ser necessário instituir um modelo justo e equilibrado que Com as transferências orçamentais do executivo para as autarquias locais, além das receitas próprias arrecadadas por esta.

Para o ministro, uma descentralização fiscal mal implementada desestabilizaria a economia nacional, criaria fricções internas e instabilidade, atrasaria o próprio processo de descentralização, a evidenciado desenvolvimento territorial e comprometeria a estabilidade macro económica do país. Frederico Cardoso sugere ser necessário, nesta fase preparatória, continuar com estudos que aprofundem o conhecimento sobre o mapa Tributário do país

O ministro de estado espera que, no fim deste processo de discussão ampla do modelo autárquico a instituir no nosso país, seja possível encontrar-se a melhor maneira de conciliar objectivos como a consolidação da disciplina orçamental, o aumento da eficiência na distribuição dos recursos e a melhoria da qualidade das despesas.

Frederico Cardoso disse que o estado deve estar em condições de aferir a todo o momento como dar resposta à cadeia de valor constituída pela crescente procura de bens e serviços por parte dos cidadãos, a real capacidade das instituições de satisfazerem estas solicitações e, em melhores condições de qualidade' preço, rapidez, facilidade e de comodidade que produza um impacto positivo e directo na vida das pessoas. Neste domínio, disse, permanecerá actual a necessidade de articular-se, cada vez melhor, a gestão



orçamental à volta dos resultados exigidos e valorizados pelos cidadãos.

Na sua visão, a resolução dos problemas das comunidades exige o estabelecimento de objectivos e de metas concretas de governação que seja mensurável e se constituam nos pontos de partida e de chegada de uma estratégia robusta de gestão pública. O ministro de estado defendeu a necessidade de prestar-se uma atenção especial ao capital humano como elemento chave na execução das tarefas para a consolidação das instituições. "será necessário pensar-se num programa integral de desenvolvimento das capacidades dos recursos humanos disponíveis, tanto nos órgãos centrais, como nos que serão convertidos em autarquias" disse. Acrescentou que, no quadro do processo de desconcentração, já em curso, o país deve implementar programas específicos para o fortalecimento das capacidades dos municípios, de maneira a preparar convenientemente as autarquias locais. O fortalecimento das capacidades, frisou, deve ter como base um estudo diferenciado dos municípios para identificar que debilidades necessitariam de determinado apoio.

## 5.22 Fragilidades da administração

*Jornal De Angola*

*8 De Agosto de 2018*

*Texto: Adelino Inácio*

O membro do Conselho da República Fernando Pacheco afirmou ontem, em Luanda, que as autarquias só fazem sentido se fizerem uma diferença positiva na vida das pessoas. A concepção e implementação das autarquias tem de ser feita com as pessoas e partir da realidade de cada município, argumentou. "Não podemos ignorar que somos bons a aprovar leis e maus a implementá-las. A vida já provou que não podemos fazer tudo, em todo o lado, ao mesmo tempo", salientou.

Fernando Pacheco falou das fragilidades da administração e destacou os métodos de gestão pouco eficazes e eficientes, desresponsabilização e falta de prestação de contas, nepotismo e corrupção e estruturas orgânicas funcionais. O Executivo, disse, deve clarificar se haverá um pacote feminino de atribuições e competências para todas as autarquias ou se as competências vão ser atribuídas caso acaso.

O também engenheiro agrónomo defende que as atribuições e competências a transferir devem ser feitas na base da realidade e capacidade de cada município, mas devem ser estabelecidos membro do Conselho de mecanismos que impeçam a governamentalização do processo. O também

engenheiro agrónomo falou da necessidade de diagnosticar correctamente a realidade de cada um dos municípios, bem como avaliar as experiências já testadas de desconcentração (municipalização da saúde e combate à pobreza). Fernando Pacheco pensa que não se deve transferir para as autarquias as responsabilidades que a administração central não conseguiu cumprir. "Um bom exemplo seria recuar na proposta que só em 2035 existirem autarquias em todo território nacional", defendeu o membro do Conselho da República.

## 5.23 Quadros da UNITA em formação sobre autarquias locais

*Jornal O PAÍS*

*8 De Agosto de 2018*

Cem militantes da UNITA dos seis municípios da província do Bengo participam desde Sábado, em simultâneo, em Caxito (Dande) e Kibaxe (Dembos) em seminários de formação de quadros, em matéria de autarquias, cujo processo se realizará, pela primeira vez, no país em 2020. A acção formativa, com término previsto para hoje, congrega membros do executivo provincial e dos secretariados municipais da UNITA, LIMA e JURA e da Comissão Política, com abordagem em torno de temas como "A importância das autarquias em Angola" e "Implementação das autarquias em Angola, como princípio estruturante da autonomia local".

"Autarquias locais, Conceitos, atribuições, Funcionamento e competências, principais fontes de financiamento", autonomia local e o regime de tutela das autarquias locais" constam igualmente dos temas em abordagem no encontro. Ao intervir no acto de abertura, o representante local da UNITA, Armando Álvaro Mbuale, disse que o seminário sob o lema "autarquias, cidadania igualdade rumo ao desenvolvimento", visou preparar os militantes face aos desafios que se avizinham.

Frisou que depois de o país alcançar a paz, abriram-se vários desafios com particular ênfase para o da consolidação democrática, factor que, ao longo dos últimos anos, tem preocupado o seu partido, que entende que uma democracia sólida garante a liberdade e permite desenvolvimento. Segundo Armando Mbuale, as autarquias são um pressuposto constitucional através do qual os cidadãos participam na vida política pública e na solução dos problemas das suas respectivas comunidades.

Este seminário, disse, visa alargar a base de conhecimentos dos dirigentes e quadros do partido para capacitá-los na mobilização dos cidadãos para o

importante papel que os cidadãos terão no exercício democrático do poder local.

## 5.24 Fernando Pacheco defende gradualismo geográfico para as autarquias locais

*Jornal O PAÍS*

*9 De Agosto de 2018*

*Texto: Iracelma Kaliengue*

O activista cívico do observatório Político e Social de Angola (OPSA) Fernando Pacheco defende a realização de eleições autárquicas de forma faseada, por se tratar de um processo novo e desconhecido pela maioria dos angolanos. Em entrevista a OPAÍS, à margem da Conferência Internacional sobre a Implementação das Autarquias Locais, realizada Terça e quarta-feira em Luanda, diz que o processo autárquico deve ser feito com um número reduzido de municípios. Disse não ser sensata a ideia de criar simultaneamente o poder autárquico em todo o país, pelo que defende um "ensaio inicial" em algumas circunscrições para se acautelar eventuais problemas. "Não sabemos o que poderá acontecer e não me parece que seja sensato fazer tudo ao mesmo tempo nos 164 municípios", disse o também membro do Conselho da República.

Declarou ser a favor de um processo gradual, argumentando que este modelo pressupõe a liberdade de escolha e expressão pela cultura e pela identidade e justiça social. Fernando Pacheco, um homem com vasto conhecimento das políticas de desenvolvimento comunitário, reitera que o desenvolvimento passa pelo gradualismo geográfico. Explicou que as autarquias são um processo, e só fazem sentido se fizerem uma diferença positiva na vida das pessoas, pelo que a sua concepção e implementação devem de ser feitas com as pessoas e a partir da realidade de cada município. "Não podemos ignorar que somos bons a aprovar leis e maus a implementá-las, a vida já provou que não podemos fazer tudo, em todo o lado, ao mesmo tempo", alertou Fernando Pacheco. Recordou que o desenvolvimento é um processo que vem do passado e é "construído pelas pessoas com as pessoas", para atingir a democracia e o progresso que uma sociedade almeja, refere.

O entrevistado de OPAÍS defende também a participação activa dos cidadãos neste processo, por, segundo ele, ser a premissa para desenvolvimento. Essa participação, atendo-nos às declarações de Fernando Pacheco, é feita por indivíduos, comunidades, grupos ou organizações na identificação e execução de políticas, programas e

projectos que lhes são propostos. Nesta fase de auscultação pública, Pacheco diz ser imprescindível a informação aos cidadãos, grupos e organizações para a sua participação neste processo, o primeiro na história de Angola. Defende que durante o processo de consulta e auscultação os cidadãos manifestem as suas opiniões para que constem nas decisões finas as opiniões colhidas ao longo desta primeira fase do processo.

## 5.25 PRS acusa MAT de manipular auscultação ao Pacote Legislativo Autárquico

*Jornal O PAÍS*

*9 De Agosto de 2018*

*Texto: Neusa Filipe*

O político referiu que o seu partido não ficou satisfeito com a forma como o processo de auscultação foi conduzido, alegando que não foi abrangente, mas selectivo. Segundo Rui Malopa, apenas um grupo de cidadãos da conveniência do partido no poder fez parte dos encontros que o Ministério da Administração do Território (MAT) promoveu. O responsável reiterou a posição do PRS, que diz rejeitar a implementação do princípio do gradualismo territorial por entender que o mesmo trará desníveis e equívocos em determinadas regiões do país. "Nós descartamos essa possibilidade, até porque foi sempre a intenção de quem governa priorizar determinadas regiões da sua conveniência", disse.

### A toponímia

Rui Malopa defendeu a importância da toponímia como condição fundamental para a implementação das primeiras eleições autárquicas no país. Avançou que algumas tarefas essenciais, como é o caso do ordenamento do território e do plano director não foram ainda concluídas pelo Executivo. "Depois de termos acompanhado algumas intervenções dos quadros do MAT sobre o gradualismo territorial durante a Conferência Internacional sobre Autarquias Locais que decorreu em Luanda, concluímos que não foram executadas as tarefas fundamentais para a sua implementação", disse Malopa.

### Capacitados mais de 100 membros

Apesar das acusações contra o MAT, e pensando já nos desafios que se impõem sobre este processo, Rui Malopa informou que o partido realizou, de 09 a 18 de Maio deste ano, um ciclo de formação em que participaram mais de 100 membros.

Ministro da Administração do Território e Reforma de Estado, Adão de Almeida

Durante a formação foram abordados temas como autarquias na dimensão financeira e na Constituição da República de Angola, a relação entre a administração directa do Estado e a autarquia, o poder central e o poder local, financiamento das autarquias locais, bem como as estratégias do partido para ganhar as eleições autárquicas. A acção formativa foi extensiva a todas as províncias do país e culminou com a criação

de grupos de acompanhamento para o Cunene, Namibe, Huíla, Benguela, Cuanza-Sul, Moxico, Lunda-Sul, Lunda-Norte, Bié, Malange e Zaire.

Este grupos irão interagir com as comunidades sobre a intenção do PRS com relação às autarquias locais.

Disse estarem em fase de conclusão algumas propostas sobre a implementação das autarquias que o partido pretende submeter à Assembleia Nacional.

## 5.26 A descentralização regional em Angola é rentável? (sem ovos não haverá omeletes)

*Jornal Expansão*

*10 De Agosto de 2018*

*Texto: Alves da Rocha*

Estranha forma de colocar em reflexão - mais urna da minha parte neste Semanário - um tema da actualidade política em Angola? Não creio, porquanto estão envolvidos recursos escassos com um custo de oportunidade calculável e num contexto económico e social de inúmeras carências. Em quanto a descentralização regional influenciará o crescimento económico nacional? De que modo poderá ser um meio de atenuação das tremendas as simetrias entre litoral e interior? Em quanto a descentralização criará economias de aglomeração no interior do País? Não são suficientes suposições e especulações teóricas sobre as consequências da descentralização. De um ponto de vista político, o argumentário a favor da descentralização regional não oferece contestação, por ser um meio de fazer as populações participar na equacionação dos seus problemas e na descoberta das melhores soluções. Mas de outros pontos de vista (administrativo, constitucional e metodológico) o facto de Angola ser um Estado Unitário (tal é o preceito constitucional), determina que o essencial e mais importante das decisões políticas e de política económica continuem a pertencer ao Estado e à Administração Central do Estado (ACE), não restando à Administração Local Autárquica (ALA)

senão responsabilidades e zonas de intervenção marginais, provavelmente insuficientes para alavancar o crescimento económico e o desenvolvimento social local. Por muito que se avance na descentralização administrativa e mesmo financeira, a natureza marginal dos seus efeitos económicos perdurará. A autonomia na definição de políticas económicas próprias de cada província (com participação e repercussões dos municípios) é impossível no actual quadro constitucional.

Em Ciência Económica não há como fugir de conceitos básicos, como eficiência, eficácia, equidade e racionalidade. A questão do título poderia ser também "a descentralização regional em Angola é racional"? Ou tem condições para ser racional? É conveniente lembrar que a racionalidade é um dos postulados da economia (parte-se do princípio de que todos os agentes económicos são racionais nas suas escolhas) a par do equilíbrio (os mercados equilibram sempre por força da actuação livre dos seus mecanismos de ajustamento). São princípios definidos e defendidos pela economia liberal neoclássica, mas nem sempre ou quase nunca verificáveis nas economias reais. Via de regra, a eficiência conflitua com a equidade e se um dos objectivos da descentralização regional for o de se melhorar a equidade entre as regiões/províncias /municípios na distribuição do rendimento nacional, a observância da eficiência - se for tida como critério essencial de afectação de recursos escassos pode agravar a desigual repartição espacial do crescimento económico. E entre eficiência e eficácia as convergências são claras (1)? A eficiência tem a ver com a produtividade e a economicidade dos meios. A eficácia relaciona-se com a capacidade de se implementarem "coisas", como, por exemplo, a execução de um projecto de investimento público (reabilitação, em tempo, do eixo rodoviário Huambo-Luanda, em detrimento da construção da Cidade Administrativa, pelos efeitos centrípetos (de irradiação) que pode ter sobre o crescimento económico global e regional (acreditando-se nos efeitos de propagação tão do agrado da Economia Regional de Walter Isard). O projecto de descentralização regional está considerado em todos os documentos oficiais do Governo e do MPLA.

Também nos da Oposição, ainda que neste caso com urna vertente política acentuada. Mas o modo como as entidades de governação o apresentam e defendem é racional? Poderá ser eficiente e eficaz nos propósitos e objectivos defendidos, como o da redução das disparidades e desequilíbrios? A racionalidade, neste caso, relaciona-se com o trinómio descentralização/população/localização das empresas (actividade económica). A aplicação cega do princípio

da racionalidade económica - ligação da população à instalação das actividades económicas enquanto factor de atracção e de rendibilidade dos investimentos privados - poderia levar a que se tivesse de concentrar toda a população do País numa única área metropolitana (seguramente Luanda).

Não se pode desligar a descentralização regional da população, nem tão pouco do crescimento económico e da localização das empresas e firmas - as que, no final do dia, dão corpo ao investimento, ao aumento da produção e à criação de emprego - valendo por dizer que sem pessoas (força de trabalho e consumidores) não se cria uma massa crítica de procura económica endógena atractiva do investimento privado. Ou seja, e de acordo com os dados populacionais do INE, existem municípios com tão pouca população que nunca serão capazes de atrair actividade económica (e são em número elevado). E se estivermos de acordo com as teorias que enfatizam os factores de atracção (factores centrípetos) e de repulsão (factores centrífugos) da localização da actividade económica (uma vez mais Walter Isard), então ficaremos com a certeza de que a descentralização regional não será suficiente para atenuar os desequilíbrios territoriais actuais e futuros, que, do meu ponto de vista, tenderão a acentuar-se.

As propostas do Plano de Desenvolvimento Nacional sobre estas matérias seguramente que irão acentuar as discrepâncias entre o litoral e o interior. Respiço, transcrevendo na totalidade:

"Esses objectivos foram acompanhados pela proposta de um Modelo Territorial, orientado para uma rápida reconstrução do potencial produtivo e do bem-estar da população, tendo por base o desenvolvimento de uma rede de pólos de desenvolvimento, pólos de equilíbrio, plataformas de internacionalização e eixos de desenvolvimento, consolidados e potenciais, cujos principais traços são:

- Uma grande região metropolitana organizada em torno de Luanda, concentrando as principais infra-estruturas de internacionalização e a sede dos principais grupos económicos e das empresas e instituições internacionais que actuam no País, embora com dificuldades para ultrapassar a forte dualidade e a incapacidade de criação de emprego e garantir condições de vida condignas a todos os habitantes e, por isso, exigindo políticas fortes de ordenamento e desconcentração;
- Uma segunda plataforma de internacionalização no eixo Benguela- Lobito - com base na indústria e nas actividades logísticas, em serviços avançados e num importante sector turístico - e uma aglomeração urbana dinâmica no centro geográfico do País

(Huambo-Cuíto) na base de actividades agro-pecuárias e industriais, competitivas no mercado nacional, e de serviços avançados de educação e investigação;

.Um vasto conjunto de territórios remotos e periféricos, caracterizados por muito baixas densidades populacionais, ausência de aglomerações urbanas e muito fraca intensidade de relações económicas e de fluxos de pessoas e bens e objecto de acções públicas, visando a sua integração na economia nacional". (2).

Com Luanda a concentrar presentemente 75% da actividade económica e emprego, praticamente 30% da população total e o eixo Luanda-Benguela-Lobito a debitar praticamente 90% e 37% respectivamente, os tempos que se avizinham serão caracterizados por um agravamento das assimetrias regionais em Angola. Razões: as economias de aglomeração em torno destes dois eixos, que ainda levarão muito tempo a transformarem-se em deseconomias de aglomeração e a dificuldade em os eixos interiores apresentarem capacidades de captação de investimentos privados (os governadores provinciais estão bem conscientes destas dificuldades e têm-no manifestado em Fóruns que organizam justamente com o propósito de influenciarem os empresários privados).

É neste contexto que me atrevo a recear que se crie uma "armadilha da regionalização (autarcização)", ideia retirada de "armadilha da globalização" de Stiglitz e Krugman (3): melhoria das condições políticas de participação, sem dinamismo económico e melhoria na repartição do rendimento em cada província ou município.

(1) Têm sido muito interessantes as discussões/reflexões feitas sobre a dicotomia eficiência/eficácia dos investimentos públicos com um dos meus colegas investigadores do CEIC que defende justamente a propósito do eixo rodoviário Huambo-Luanda, que o mais importante é finalizar a sua reabilitação/construção (eficácia) ainda que com padrões mínimos de qualidade (eficiência)

(2) Plano de Desenvolvimento Nacional. 2018-2022. Páginas 69 e 70 na versão PDF.

(3) Muitos economistas. dentre os quais Stiglitz e Kru9man apontam a armadilha da globalização para muitos países afirmando-se que o que se observou a partir dos anos 80 foi uma intensificação do comércio externo sem dinamismo interno.



## 5.27 A implantação das autarquias e o mérito das suas valências

*Jornal de Angola*

*10 De Agosto de 2018*

*Texto: Filomeno Manaças*

O Ministério da Administração do Território e Reforma do Estado realizou terça e quarta-feira, no auditório do Palácio da Justiça, em parceria com a Universidade Agostinho Neto, a I Edição da Conferência Internacional sobre as Autarquias Locais.

Num evento que contou com a participação de mais de sete centenas de pessoas, entre convidados estrangeiros e nacionais, membros do Executivo, de partidos políticos, do corpo diplomático, entidades das mais diversas organizações da sociedade civil e instituições públicas e privadas, foi evidente o esforço e preocupação do Ministério da Administração do Território e Reforma do Estado em trazer a público outras experiências de construção da autonomia local, bem como abordagens multidisciplinares e abrangentes sobre os pressupostos indispensáveis para a implantação das autarquias. Além, naturalmente, de uma visão de conjunto sobre o que se pretende, em profundidade, com o processo de transferência de poderes que deverá ocorrer.

Um exercício que importa enaltecer tendo em conta que é a primeira vez que Angola se lança na empreitada das autarquias locais, por um lado, e, por outro, porque se trata de um processo cujo grau de complexidade recomenda que sejam feitos esclarecimentos para que a sociedade se vá inteirando dos passos que são necessários dar e, de igual modo, sobre qual deve ser a sua participação, o seu papel.

O formato do encontro não deixou dúvidas quanto ao objectivo do Ministério da Administração do Território e Reforma do Estado em desbravar terreno e propiciar reflexões, a nível de todos os actores políticos e sociais, que permitam abordagens realistas e assertivas sobre o processo de institucionalização das autarquias locais.

De facto, se as paixões políticas e os entusiasmos sociais derem lugar a um diálogo e debate técnico à altura dos desafios que o assunto requer e recomenda, a sociedade estará melhor servida porque bem informada sobre o que é, em substância, uma autarquia, como é que ela é implementada, quais os seus fins e quais os direitos e obrigações dos seus membros.

As autarquias entraram no nosso léxico político do dia-a-dia e é interessante, e ao mesmo tempo caricato,

constatar que muitas das discussões à volta do assunto ficaram polarizadas na questão do gradualismo, ou seja, se a sua implementação deve obedecer ao radicalismo geográfico ou territorial, ou se ao gradualismo funcional. Uma discussão desde já inquinada e que monopolizou o espaço mediático, sendo praticamente ignorados os outros aspectos do problema e pondo em causa o direito da sociedade deter acesso a uma informação equilibrada e abrangente.

A evidente redução da discussão ao aspecto do gradualismo não contribuiu, ali onde ela se desenrolou, para revestir de mérito a abordagem sobre o processo de institucionalização do poder local.

Caricato foi ver instituições respeitáveis, que levaram séculos a implantarem-se em Angola, serem arrastadas e também elas a defenderem a implantação simultânea das autarquias em todo o território nacional. Uma utopia!

Outra utopia que está a ser vendida é a ideia de que com as autarquias vai se resolver, do dia para a noite, todos os problemas de desenvolvimento que os municípios enfrentam: o problema da falta de empregos, do fornecimento de energia eléctrica, do abastecimento de água, da melhoria das condições de atendimento médico, da falta de escolas, etc.

Nada se consegue sem trabalho. E as autarquias vão exigir muito trabalho. Isso tem de ser um ponto assente e não pode haver margem para ilusões políticas.

O mérito de uma discussão sobre o processo autárquico reside precisamente na sua abordagem compreensiva e acertada do processo, do que está em causa, do que é preciso atacar, do que é preciso erguer, do que é preciso pôr a funcionar, das sinergias que é preciso construir, enfim, uma multiplicidade de questões que não podem resumir-se ao desejo incontido de ocupar o posto de autarca.

Como bem disse o engenheiro Fernando Pacheco na sua intervenção no primeiro dia da Conferência internacional, "as autarquias são um processo, não um evento eleitoral". E também, como frisou, "não são uma questão ideológica, nem um fim em si mesmo". São, sublinhou, "uma nova oportunidade para arrumar o país".

Interessante foi ouvir o homem da Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA) recomendar que se caminhe de forma gradual na implantação do poder autárquico, preferindo que seja

assegurado o êxito do processo do que a pressa e o fracasso.

Quanto mais discussões houver e mais gente estiver envolvida, melhor será para se desfazer equívocos que sabemos existirem (e não são poucos) a nível da sociedade sobre a questão das autarquias. Até 2020, e mesmo depois, haverá necessidade de se continuar a falar sobre o assunto, pois a autonomia local e a descentralização administrativa representam um dos eixos da reforma do Estado que o Executivo se propõe levar avante.

O cidadão precisa de perceber bem que um processo é um conjunto de acções a serem desenvolvidas com o objectivo de atingir um determinado fim, e que esse fim visa melhorar as condições de exercício dos seus direitos.

## 5.28 Autarquias e articulações intermunicipais

*Novo Jornal*

*10 De Agosto de 2018*

*Texto: Ismael Mateus*

O Ministério da Administração do Território e Reforma do Estado (MAT) e a Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto organizaram esta semana a primeira conferência sobre o processo autárquico.

Pudemos participar apenas numa sessão, mas há relatos de debates muito construtivos. Na sessão em que participámos, ficou evidente a intenção de alguns intervenientes de dar um passo em frente no debate sobre as autarquias. De um modo geral, as pessoas estão cansadas da bifurcação das discussões nos temas políticos e na discordância entre políticos sobre gradualismo. A obsessão dos políticos (todos eles) sobre gradualismo revela curiosamente a ideia de que os partidos estão em lados opostos a acusarem-se exactamente da mesma coisa: a subjugação dos interesses supremos da nação aos dos partidos políticos.

Infelizmente, esse debate dos políticos, para além de prolongado, tem o condão de roubar o protagonismo a todos os outros temas. Onde quer que se fale de autarquias, o debate acaba por resvalar para o tema do gradualismo e dos critérios de escolhas e uma série de problemas sérios e estruturantes acabam por ficar de fora. Mesmo quando se pretende introduzir a discussão sobre outros temas, a preocupação dos políticos é sobre o gradualismo e corremos o risco de, chegados a 2020, existirem um manancial de assuntos por definir, ou abordados sem a

profundidade requerida. Tivemos, por isso, a intenção de chamar a atenção dos decisores sobre questões concretas na implementação das autarquias. A primeira tem a ver com a necessidade

de municipalização dos serviços. Embora esteja em curso um processo de desconcentração, a implementação das autarquias implica um nível de auto-suficiência administrativa das próximas autarquias que nos leva a perguntar o que está hoje a ser feito para que um indivíduo não tenha que procurar outros municípios para ter um documento administrativo ou um alvará comercial.

Se no actual processo de desconcentração é aceitável que se estabeleçam essas cadeias de interdependência, o desejável é que chegados às autarquias, nos municípios escolhidos, os cidadãos tenham capacidade para começar e terminar os processos de prestação de serviços públicos.

Isso quer dizer que um dos desafios que se coloca é o da municipalização dos serviços, não na perspectiva apenas da desconcentração que o governo está a empreender, mas tendo em conta a realidade autárquica.

Na verdade, o governo deveria conseguir elencar um conjunto de tarefas que, independentemente de estar ou não previsto nas leis, deveria merecer a atenção no sentido operacional do termo. Não se trata apenas de um processo de transferência de poderes ou de definição de competências.

O principal problema a enfrentar é uma mentalidade centralizadora instalada e todo o sistema que se organiza à volta disso. A par das leis que se venham a aprovar, o governo deveria desencadear uma acção de educação cívica de combate à mentalidade centralizadora, acompanhada de um processo educativo para a implantação de novos processos, novas formas de atendimento e exercício lá onde houver autarquia, de ensaios municipais para a resposta integrada das autoridades municipais. Não havendo essa acção de dupla necessidade, formação e educação cívica, as leis não serão suficientes para mudar os velhos hábitos instalados.

Um segundo desafio coloca-se ao nível de articulação entre os municípios que se vierem a transformar em autarquias. Muitos dos municípios que vão assumir autonomia administrativa e financeira vão depender de outros que, estando geograficamente no mesmo corredor, por outras razões partilham interesses e fontes de arrecadação.

Em nosso entender, seria avisado que agora que se discutem os critérios para a escolha dos municípios,

também se iniciasse a discussão sobre os modelos de articulação regional.

Muitos serviços terão de ser pensados na perspectiva plurimunicipal e logo a municipalização tem de ser acompanhada de um processo de regionalização de determinados serviços. Isso mesmo, regionalização, apesar de os políticos serem sensíveis a expressões como a regionalização. O espírito é exactamente a articulação regional, mas para efeitos de consumo político podemos chamar de concertação supra municipal. Convém igualmente esclarecer que não se trata nem de uma nova esfera de eleições nem de cargos constitucionalmente previstos.

O que defendemos é que temos a partir de agora, já agora, de iniciar o debate sobre o modelo de concertação regional entre futuras autarquias. Porventura, essa discussão poderá inclusive levar a pensar na elevação a autarquias em função dos interesses regionais. Não fará muito sentido que no triângulo Waco, Quibala e Gabela, um desses municípios fique de fora. E não ficando de fora, que modelo de articulação entre eles será encontrado, apesar da autonomia de cada executivo municipal eleito?

A questão da articulação coloca-se em função de vários interesses, sejam económicos, sociais e outros na gestão de projectos supramunicipais. A perspectiva é a definição de soluções integradas do ponto de vista regional, como exemplo, a gestão de hospitais de referência, que servem mais do um município; a rentabilização regional de uma universidade, a exploração comum de uma potencialidade regional ou de um corredor turístico.

O nosso argumento é de que, ao invés da mentalidade centralizadora, deveremos investir na educação cívica e na massificação do combate à centralização, concebendo-se figuras, entidades e organizações intermédias que sejam capazes de gerir e coordenar as soluções supramunicipais e que sirvam de ponte entre as autarquias e o poder central. Na verdade, se mandássemos, nos atreveríamos a pensar que o representante do Estado central, ao invés de ser um governador provincial, deveria ser um regional, sem poderes executivos mas possuindo poderes de articulação e de cooperação entre municípios com interesses comuns, em áreas como a segurança pública, turismo, a educação, saúde, segurança social e cultura.

O objectivo é desde logo criar a mentalidade da necessidade da Cooperação Intermunicipal, da racionalização dos meios humanos e técnicos e do fomento do associativismo intermunicipal.

Há muito que somos a favor da criação de agências supramunicipais de coordenação regional, com o objectivo de desenvolver uma estratégia de desenvolvimento integrando toda a área de influência, assegurando a competitividade e a atractividade do território e a complementaridade entre os municípios; assumir a parceria com o Governo e outras estruturas nacionais na definição das políticas públicas com impacto no seu território; gerir, com base em planos de desenvolvimento, parte significativa dos programas de desenvolvimento regional; e articular os investimentos municipais com impacto supramunicipal.

A coordenação estratégica permite minimizar estes efeitos porque torna as escolhas claras e transparentes e permite identificar formas mais eficientes de afectar os recursos.

E mais: obriga as partes afectadas a sentarem-se à mesa e concertarem entre si a localização destes efeitos.

As agências de coordenação regional seriam responsáveis pela execução de estratégias de eficiência colectiva com uma visão de longo médio/prazo para os territórios, como forma de determinar um modelo de identificação das prioridades de intervenção.

Destacamos uma vez mais o turismo, não só como uma das áreas potenciais de arrecadação, mas também como projecto de desenvolvimento regional. As agências podem fomentar o aparecimento de DMOs (Destination Management Organizations), como plataformas de encontro entre a comunidade local e todos os actores públicos e privados (empreendimentos turísticos, estabelecimentos de restauração e bebidas, empresas de animação, agências de viagens, empresas de transporte, produção comunitária de artesanato e "recuerdos") para a implementação de estratégias de desenvolvimento integrado dos destinos.

## 5.29 Autarquias põem sistema eleitoral «em cheque»

*Novo Jornal*

*10 De Agosto de 2018*

*Texto: Nok Nogueira*

Se as eleições autárquicas tivessem lugar hoje, Angola enfrentaria um facto político que haveria de deixar o país perante um incidente jurídico sem precedentes na sua história política. Em causa estará o sistema eleitoral angolano, que preserva uma penalização eleitoral de extinção dos partidos políticos que não

obtenham a cifra de 0,5% dos votos nas eleições gerais.

Entretanto, este princípio de extinção previsto na Lei dos Partidos Políticos (Lei n.º 22/10, de 3 de Dezembro) poderá, de acordo com o alerta lançado pelo cientista político angolano Sérgio Dundão, deixar o país à beira de um "incidente jurídico" complexo, na medida em que a cláusula de extinção de partidos pode entrar em conflito com o sistema eleitoral angolano.

O alerta do cientista político fundamenta-se no facto de se proceder a uma revisão à Lei dos Partidos Políticos, sobretudo do artigo 33.º (extinção), antes mesmo de 2020, data prevista para a realização das primeiras eleições autárquicas, sob pena de existirem casos em que os partidos não obtenham estes valores e acabarem por ser extintos, mas manterem a posição a nível do poder local, o que, na perspectiva de Sérgio Dundão, haveria de colocar em causa o princípio da representatividade.

"Tecnicamente, se a lei se mantiver assim, vamos ter moções de censura que vão resultar de decisões judiciais que vão ter implicação na Câmara Municipal. Porque o princípio da representação é constitucional, e é um princípio fundamental. O tribunal, em nenhum momento, deverá suprimir a representação, porque, retirando a representação social, estará a retirar o princípio da legitimidade", argumenta o também jurista.

O académico fala igualmente num princípio de extinção dos partidos que é atípico nas democracias e contrário a alguns sistemas eleitorais em que se estabeleceu uma percentagem mínima de votos para um partido no poder estar representado ou ter deputado na Assembleia, é a chamada cláusula barreira, que tem Moçambique e a Alemanha. "Angola não adoptou uma cláusula barreira mas sim uma cláusula de extinção de partidos, que é um elemento atípico", explica.

De acordo com o cientista político, a cláusula barreira visa apenas delimitar as condições para um partido não ter representação na Assembleia, caso não atinja a percentagem estabelecida constitucionalmente.

"Em Angola, vigora o princípio da extinção dos partidos. Não é recorrente as democracias extinguirem partidos, e, com a situação das autarquias locais, esse princípio torna-se um factor de risco. Imagine que um partido ganha uma autarquia e depois concorre para as eleições a nível nacional e não atinge uma margem que o impede de evitar a cláusula de extinção ... temos um problema! A lei diz que o partido deve ser extinto; mas como é que se

extingue um partido com representação social, seja a nível local, seja a nível nacional?", questiona o cientista político, salientando que a "representação social é um princípio constitucional e democrático. Porque as democracias são democracias representativas".

O cientista político estabeleceu um quadro comparativo com aquilo que é prática democrática em países como Moçambique e a Alemanha, onde o princípio da cláusula barreira, no âmbito dos sistemas eleitorais, funciona como forma de evitar uma fragmentação partidária e reduzir o número de partidos com acesso ao Parlamento.

No entanto, no caso angolano, sugere Sérgio Dundão, a medida não funciona como uma cláusula barreira, mas sim um mecanismo de extinção. Por isso, reforça o seu alerta, com a introdução das autarquias locais, esta medida constitui um sério risco político para um partido representado localmente, . pois, se este decidir concorrer às eleições nacionais e não obtiver 0,5%, pode ser extinto. O que pode significar a perda automática do seu mandato local ou a preservação de um partido ilegalizado ao nível do poder local.

Recorde-se que o Conselho da República recomendou em Março deste ano a realização das primeiras eleições autárquicas em 2020. A decisão, tomada por unanimidade, não precisou o mês para a realização das referidas eleições, apenas salientou a necessidade de que "devem ser criadas todas as condições técnicas, administrativas, materiais e financeiras para a sua implementação na presente legislatura".

Foi igualmente recomendado, nas diferentes fases do processo preparatório, uma atenção às diferentes realidades dos municípios, para a implementação gradual das eleições autárquicas.

### 5.30 Desafios das Autarquias levados à 3ª edição da Feira dos municípios

*Jornal O PAÍS*

*10 De Agosto de 2018*

*Texto: Brenda Sambo*

A decorrer sob o lema "A vida faz-se nos municípios", o evento será realizado pela primeira vez fora de Luanda. A província de Benguela vai acolher o evento que, para além da feira, vai também acolher o "Fórum dos Municípios e Cidades de Angola", que abordará "A institucionalização das autarquias em Angola, desafios e perspectivas".



Segundo o secretário de Estado para a Reforma do Estado, Márcio de Jesus Daniel, na actual legislatura o tema da governação local tem merecido uma atenção especial, assim como a preocupação com os órgãos da administração local.

O governante, que falava durante o lançamento da 3ª edição da Feira dos Municípios e Cidades de Angola, edição 2018 (FMCA 2018) e também do "Fórum dos Municípios e Cidades de Angola", referiu que, neste âmbito, o Presidente João Lourenço criou dois novos órgãos colegiais e auxiliares, nomeadamente o Conselho de Governação Local e o Fórum dos Municípios e das Cidades de Angola (FMCA).

"O Conselho de Governação Local é um espaço de concertação e auscultação do Presidente da República e serve de mediação entre governadores provinciais e o Chefe de Estado, ao passo que e o Fórum dos Municípios e das Cidades de Angola (FMCA) é um espaço de interacção directa entre o Titular do Poder Executivo e os administradores municipais", explicou.

O secretário de Estado sublinha que o Fórum dos Municípios e das Cidades de Angola (FMCA) reveste-se de grande importância, na medida em que os aspectos tratados no fórum constituem um motivo de orientação para actividade da governação local.

Assegura que o fórum vai manter o lema tradicional, que é "A vida faz-se nos municípios".

"Portanto, mantém-se o desafio de fazer com que as pessoas tenham interesse em viver nos municípios", disse, avançando que, "mais do que um lema, constitui um compromisso".

Mais de 100 participantes

Quanto aos participantes, estão convidados os 164 municípios do país, governos provinciais e espera-se também pela participação de outras entidades públicas, assim como os ministérios, para, desta forma, mostrar os desafios que se colocam nos seus respectivos sectores.

O mesmo sucede com a governação local e entidades privadas com vista a apresentarem soluções de governação local, entre outras, para facilitar a governação quer das cidades, quer dos municípios.

Benguela com condições preparadas

A vice governadora da província de Benguela, Deolinda Tchocondoca Valiangula, garantiu que a província, em particular a cidade de Benguela, está preparada para acolher, nos próximos dias 22 e 23 de

Novembro, a Feira das Cidades e Municípios de Angola.

Para a responsável, constitui um motivo de satisfação para os munícipes de Benguela, pois será um motivo para demonstrar também as potencialidades da província de Benguela.

"Esse fórum vai, de certa forma, elevar à cidade de Benguela a outros níveis", precisou.

Actualmente, a província conta com 28 hotéis que podem albergar mais de 1700 pessoas, e 84 pensões com capacidade para albergar mais de 1200 pessoas, Aparthotéis e Resorts. "Em termos de alojamento, Benguela está bem", garantiu.

### 5.31 Ministro lança alerta contra o "populismo"

*Jornal de Angola*

*10 De Agosto de 2018*

*Texto: João Dias*

O ministro da Administração do Território e Reforma do Estado alertou para o perigo do populismo nesta fase de preparação para a implementação das autarquias e recomendou que seja evitado' por entender que a satisfação momentânea não leva às opções sustentáveis que o país precisa.

Para Adão de Almeida, é preciso separar o democrata do populista.

"Se a democracia e o populismo jantarem à mesma mesa, cedo conheceremos a morte da democracia por envenenamento", disse o ministro, ao encerrar a primeira Conferência Internacional sobre Autarquias.

Adão de Almeida considerou que a conferência foi um momento crucial para "fazermos melhor, para não falharmos e para que as autarquias locais sejam o ponto de viragem na aproximação e na melhoria da prestação dos serviços públicos aos cidadãos, para que a descentralização produza os resultados que todos almejamos e para que a vida se faça mesmo nos municípios".

O ministro apelou para a ponderação, por entender que se trata de algo novo e com todas as consequências daí resultantes. Adão de Almeida defendeu, igualmente, a eliminação dos receios que pairam no ar,"para que a perplexidade não faça morada entre nós e que as autarquias não sejam mais um caso de esperança falhada, de ilusão não concretizada e de sonho que se toma pesadelo".

Adão de Almeida disse ser fundamental, nesta fase, que os angolanos não tenham euforia, ou que pelo menos a tenham na justa medida, para "não eclipsar a racionalidade necessária em momentos de decisões importantes e para que não seja fonte de um arrependimento futuro".

O ministro referiu - se ainda às reformas do Estado. Disse que o país precisa delas, mas sublinhou que é preciso compreendê-las e realizá-las. Isso passa por "transformar o actual modelo, porque a descentralização se impõe e o caminho é irreversível".

Adão de Almeida pediu ousadia, força, coragem e determinação para introduzir um novo paradigma e para que "sejamos capazes de melhor reagir perante os anseios dos angolanos". O ministro lembrou que a descentralização é um processo e que é preciso, em face disso, resistir à tentação de associá-la às eleições.

"Os quereres imediatistas não nos apagam da noção realista de que o desenvolvimento que queremos não será uma realidade no dia a seguir às eleições autárquicas e para que não nos esqueçamos que temos muito trabalho pela frente e que o futuro depende da nossa capacidade de colocar os interesses primordiais acima de quaisquer outros, porque estamos a construir a autonomia local", garantiu.

O ministro da Administração do Território e Reforma do Estado defendeu igualmente consenso no processo de preparação para a implementação das autarquias.

O consenso, sublinhou, "é possível e necessário", porque "o país precisa de todos nós e todos somos poucos para a dimensão dos desafios que temos pela frente". Adão de Almeida disse ainda que "a sustentabilidade e a pluralidade de que nos une estão acima, muito acima das opções circunstanciais que nos separa".

Impostos sustentam receitas próprias das autarquias locais

Oswaldo Macaya, director do Gabinete Jurídico do Ministério das Finanças, abordou a questão das finanças locais e falou sobre as receitas próprias das autarquias, que vão ser arrecadadas por via de impostos como o IPU, Sisa, Taxa de Circulação e outras.

O jurista defendeu que as receitas locais ou próprias da autarquia não devem ser revertidas para a Conta Única do Tesouro (CUT), pois o dinheiro entra e pode ter outro destino. "Esta não canalização do valor para a Conta Única do Tesouro (CUT) permite uma afectação imediata da receita própria da administração municipal. Este mecanismo veio

conferir alguma efectividade a este movimento de desconcentração financeira", disse o jurista, que defende a abertura de um capítulo na Lei de Finanças locais que estabeleça princípios balizadores e critérios de taxas a nível municipal, já que as autarquias não criam impostos. Sobre a proposta de Lei de Finanças Locais, defendeu que devia ter outra designação, passando a ser Lei do Regime Financeiro das Autarquias Locais.

Oswaldo Macaya falou das duas categorias de que a lei é composta. Primeiro, uma categoria de receitas próprias, também das transferências orçamentais que vão ser feitas para as autarquias. Relativamente às receitas consignadas em que alguma percentagem da receita do IRT do imposto de Consumo e Industrial, deve reverter para a autarquia local, o jurista defende que deve integrar a Conta Única do Tesouro e, posteriormente, enviada para o município pela via do Fundo de Equilíbrio Municipal. O académico falou ainda do que deverá ser o endividamento das autarquias e questiona se será livre ou limitado e defendeu ser necessário começar a ver como vão ser geridas as receitas patrimoniais e como se vai operar a fiscalização do orçamento autárquico.

### 5.32 MPLA e MLSTP/IPSD trocam experiências

*Jornal De Angola*

*10 De Agosto de 2018*

*Texto: Gabriel Bunga*

O novo presidente do MLSIP /PSD, Jorge Bom Jesus, disse ontem a imprensa, em Luanda, que pretende ganhar as eleições legislativas, autárquicas e regionais em São Tomé e Príncipe, marcadas para Outubro, no final de um encontro de troca de experiências com a direcção do MPLA.

O líder do MLSTP /PSD, eleito sensivelmente há um mês, disse que o encontrou com a direcção do MPLA, representado pelo secretário-geral Paulo Kassoma, serviu para troca de experiência sobre a realização e participação em eleições.

Jorge Bom Jesus disse que o MPLA tem uma vasta experiência no domínio das eleições e que vai ser útil para a sua formação política vencer as eleições em São Tomé e Príncipe. O político são-tomense disse ser difícil, em pouco tempo de liderança enquanto presidente do partido, preparar as eleições.

"Tivemos um encontro muito frutífero. Viemos aqui para trocar experiências positivas. Normalmente, quando se está ao lado de bons amigos, tornamo-nos bons", disse o político, acrescentando que o MPLA

tem uma história de sucesso nas eleições pela sua experiência e queremos beber desta experiência.

O MLSTP/PSD, partido que proclamou a independência em São Tomé e Príncipe' está na oposição e Jorge Bom Jesus disse que vai contar com outras formações políticas da oposição para vencer as eleições.

O presidente do MLSTP/PSD disse que conta também com o apoio de partidos amigos no estrangeiro, como MPLA. Jorge Bom Jesus disse que o primeiro passo foi ganhar as eleições a nível do partido e o passo seguinte vai ser disputar a liderança do país. "Queremos tirar o país da situação em que se encontra, queremos inverter esse estado de coisas", disse, sublinhando que "o actual Governo dividiu os são-tomenses e dilacerou o país em termos sociais. Jorge Bom Jesus disse estar convicto de que o seu partido vai ganhar as eleições.

### 5.33 Mulheres bem representadas na consulta do poder autárquico

*Jornal Liberdade*

*10 De Agosto de 2018*

*Texto: Pedro Lenga -Lenga*

No âmbito do acompanhamento da consulta pública e contribuições das propostas de lei para as autarquias locais levadas a cabo pelo Executivo angolano através do MATRE, de Junho e Julho, o OBEA realizou quatro workshops sobre a avaliação da proposta de lei orgânica sobre as eleições autárquicas, que contou com a participação de 53 líderes comunitários, entre os quais 26 por cento mulheres e 8 por cento representantes dos partidos políticos.

O processo levado a cabo pelo OBEA foi considerado como parte fundamental das tarefas de observação eleitoral e parte das tarefas de educação e informação eleitoral aos cidadãos. Como parte do seu objecto social, aquela organização da sociedade civil, durante os dois últimos meses, usou uma metodologia de trabalho que consistiu, num primeiro momento de introdução sobre os princípios fundamentais da organização do poder local à luz da Constituição da República, e num segundo momento, a interpretação articulada da proposta de lei em grupos e discussão em plenário e recomendações ao relatório final das contribuições à proposta da lei orgânica sobre as eleições autárquicas.

O relatório final que foi apresentado no MATRE contém 64 páginas com contribuições a partir do artigo 7º até ao artigo 113º da proposta da lei orgânica sobre as eleições autárquicas.

Francisco de Sousa Cristóvão do OBEA do Kilamba-Kiayi, disse que «monitoramos a participação pública nesta urbe, assim como a sua inclusão dos principais actores de forma democrática no processo de institucionalização das autarquias locais indicadas para 2020.

O OBEA é um consórcio de organizações não governamentais nacionais, de deliberação, de concertação e de conjugação de esforços entre as organizações, que o integram, no âmbito das tarefas ligadas à educação cívica e eleitoral, monitorização e observação eleitoral doméstica a nível nacional. Tem como missão trabalhar no engajamento da sociedade civil e dos agentes eleitorais para os processos eleitorais, credíveis, participativos, livres, transparentes, justos e pacíficos.

Por sua vez, o líder do Núcleo das Autoridades Tradicionais e Representante dos Reis de Angola em Luanda (NATRRAL) João Miguel, apelou ao Ministério da Administração do Território e Reforma do Estado (MATRE) no sentido de se obter o consenso geral em termos do modelo de aplicação das autarquias no país marcadas para 2020.

«MATRE devia alargar o tempo das contribuições»

Aquela autoridade tradicional que falava durante o encerramento do processo de auscultação autárquico, que não teve a presença de nenhum membro do MATRE e nem do ministério da Cultura dizendo que, «deve haver um entendimento colectivo que permita com que todos os angolanos se possam rever no processo e contribuam de forma satisfatória para a concretização deste objectivo preconizado pelo Executivo e destinado a participação directa e a melhoria das condições de vida das comunidades», refere.

A actividade promovida pelo NATRRAL, esclarece que o MATRE devia alargar o tempo de recolha de contribuições para que todos os angolanos possam dar o seu parecer aos instrumentos legislativos tendo em conta que serão as bases para aplicação e funcionamento das autarquias.

### 5.34 Oposição quer que governo desista da ideia de gradualismo

*Novo Jornal*

*10 De Agosto de 2018*

*Texto: António Gaspar*

Membros dos partidos políticos da oposição aconselham o governo a desistir da ideia de realizar eleições autárquicas baseadas no gradualismo

geográfico, pois entendem que a opção do executivo "viola os direitos de liberdade e garantias fundamentais e o princípio democrático do Estado angolano".

As declarações foram feitas durante a 1. Conferência Internacional sobre as Autarquias Locais, promovida pela Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto em parceria com o Ministério da Administração do Território e Reforma do Estado (MAT), que decorreu no auditório do Palácio da Justiça, em Luanda.

Falando ao Novo Jornal, o presidente do PRS, Benedito Daniel, afirmou que o MAT "não deve insistir na questão do gradualismo territorial" e "recuar" da ideia, levando em consideração as exigências para que não se trilhe um caminho diferente daquele que os angolanos desejam.

"A população em geral discorda da implementação das autarquias assentes no gradualismo territorial. percebe-se claramente que os cidadãos estão distanciados quanto ao processo gradual. É tempo de o governo pensar de outra forma para encontrar consenso, ou seja, recuar na ideia e acatar aquilo que é a exigência da população", disse Benedito Daniel, sublinhando "o nível de desproporções que poderá causar' aos angolanos".

Segundo o líder do PRS, a realização das autarquias locais não "resolverá todos os problemas", mas também "não podemos procurar soluções que venham ainda mais dificultar a vida dos cidadãos".

Na sua perspectiva, uma parte das preocupações será resolvida, porque o poder estará muito próximo da população e que, se a questão é levar o poder aos cidadãos, tem de ser feito de uma forma equitativa, universal e igualitária para que as autarquias possam resolver os problemas do cidadão.

A deputada da UNITA Mihaela Webba, que aconselha de igual modo o governo a recuar, é da opinião que "não podemos fazer distinção de pessoas" nem "de territórios, porque somos todos angolanos e a riqueza deve servir para todos, sem excepção".

"Nós entendemos que os dados estão lançados e vamos conversar para tentar chegar ao maior consenso possível. Penso que, se colocarmos esse processo todo ao serviço de Angola, poderemos chegar a uma plataforma de entendimento", augurou.

Segundo a deputada do partido do "galo negro", "o MAT está a tentar forjar as pessoas para que pensem de forma igual. Até agora não conseguiu que houvesse uma participação inclusiva. Eles entendem

que devem fazer autarquias da sua forma e nós não concordamos, porque todos os 164 municípios actualmente existentes no país devem ser tornados autarquias", insistiu a deputada.

Por fim, o presidente da Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), Lucas Ngonda, que também participou no evento, salientou que, "se nos basearmos nos processos jurídicos sobre a implementação das autarquias, não será amanhã que poderemos ter esse sistema em Angola". Por este motivo defendeu que, "neste momento, a efectivação das autarquias é uma necessidade da consolidação do processo democrático, que faz com o cidadão participe".

### 5.35 Rostos das Autarquias Kilamba Kiaxi (Errata)

*Jornal Manchete*

*10 De Agosto de 2018*

Manuel Proença de Oliveira, Ex-Dirigente da JMPLA na província de Luanda, é filho do Kilamba-Kiaxi, nasceu e cresceu no bairro Popular onde é muito popular, sobretudo pela juventude, maior franja dos eleitores do município.

O Professor Proença como é carinhosamente tratado pelos seus pupilos e colegas e gestor escolar desde muito jovem. O seu percurso associativo esteve ligado a várias associações e foi desde muito cedo dos primeiros quadros jovens do MPLA a receber a formação de formadores do Centro de Formação Política do Partido (CEFOP), nesta condição faz arte do Núcleo de conferencistas do MPLA em Luanda, onde aborda questões relacionadas ao Socialismo Democrático. Formado em Engenharia electromecânica pela Faculdade de Engenharia da Universidade Agostinho Neto, Manuel Proença, foi durante vários mandatos membro do Secretariado Provincial da JMPLA de Luanda, onde exerceu os cargos de Secretário Para Educação Política e Patriótica, Secretário para Organização e Mobilização e Secretário para Administração e Finanças. Actualmente é o Segundo Secretário do MPLA no município de Talatona. Foi membro do Comité Provincial da JMPLA de Luanda e do seu Secretariado nos mandatos em que foram Primeiros Secretários Anabela dos Santos (2002-2009); Nhanga de Assunção (2009-2014);e Tomás Bica Mumbundo (2014-2016).

Dos candidatos à autarquia no Kilamba Kiaxi é dos poucos que não tem a ficha maculada, apresentando-se como figura ideal para liderar o partido a conquista das eleições. Quadro de missões Manuel Proença



conhece todos os cantos do município e pertence a principal classe trabalhadora de eleitores, os professores.

### 5.36 Superávit fiscal nas autarquias

*Jornal Economia e Finanças*  
10 De Agosto de 2018

Que localidades, uma vez convertidas em autarquias, têm o superávit fiscal capaz de financiar as despesas decorrentes das funções administrativas que assumirão, em virtude da descentralização administrativa, e que localidades não teriam esta capacidade é das matérias prioritárias que o Executivo quer identificar.

O ministro de Estado e Chefe da Casa Civil do Presidente da República, Frederico Cardoso, disse esta semana, em Luanda, que uma descentralização fiscal mal implementada desestabilizaria a economia nacional, criaria fricções internas e instabilidade, atrasaria o próprio processo de descentralização, a eficiência no desenvolvimento territorial e comprometeria a estabilidade macroeconómica do país.

Sugere por isso, ser necessário, nesta fase preparatória, continuar com estudos que aprofundem o conhecimento sobre o mapa tributário do país, para que se possa quantificar de modo claro a capacidade geradora e de arrecadação de receitas de cada um dos municípios do país.

"Num sistema em que as autarquias locais dispusessem apenas das receitas descentralizadas se criaria fortes desequilíbrios fiscais. Por isso, é necessário instituir um modelo justo e equilibrado que contará, por algum tempo, com as transferências orçamentais do Executivo para as autarquias locais, além das receitas próprias arrecadadas por esta", disse

Frederico Cardoso defendeu igualmente que o pacote legislativo para a institucionalização do poder autárquico contempla, tanto a nível de lei como regulamentar, as disposições necessárias que delimitarão, com as futuras autarquias locais, a responsabilidade para a tomada de decisões sobre o tipo de investimento, responsabilidade no controlo da arrecadação e do uso das receitas públicas.

"Em países como Angola, a limitada capacidade de cada localidade para suportar as suas próprias despesas continua a recomendar a opção de um modelo fiscal misto, baseado nas transferências orçamentais", disse. Segundo o Ministro de Estado e chefe da Casa Civil do Presidente da República, o país tem consciência de que não existe uma fórmula

universal para a descentralização fiscal "tornando-se evidente a necessidade de se abordar este processo de acordo com a realidade de cada país através de um processo de transferência de responsabilidade fiscal faseado", perspectiva.

### 5.37 Autarquias faseadas para o MPLA "Afinar" a máquina

*Jornal Folha 8*  
11 De Agosto de 2018

O membro do Conselho da República de Angola, Fernando Pacheco, considerou no 07.08 "não ser sensata" a ideia de criar simultaneamente o poder autárquico em todo o país, defendendo um "ensaio inicial" em alguns municípios para se "acautelar eventuais problemas".

Os argumentos foram apresentados na 1.ª Conferência Internacional sobre Autarquias Locais, que decorreu no Palácio da Justiça, em Luanda, referindo que Angola não tem nenhum município desenvolvido e que o poder autárquico deve ser entendido como um processo.

"Penso que a institucionalização das autarquias é um processo novo, desconhecido. Não sabemos o que poderá acontecer e não me parece que seja sensato fazer tudo ao mesmo tempo nos 164 municípios. Penso que poderíamos ensaiar uma solução com um número reduzido de municípios", sustentou.

Na intervenção na conferência internacional, organizada pela Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto com apoio Ministério da Administração do Território e Reforma do Estado falou sobre "Autarquias Locais e Desenvolvimento", Fernando Pacheco realçou também que não defende "o propala do gradualismo".

"O que eu defendo é que o processo de efectivação das autarquias deve ser entendido como um processo, ou seja, que, sendo um facto novo, ele deve ser testado e acautelado, para que não tenhamos com as autarquias alguns dos problemas que tivemos em algumas instituições", argumentou.

As eleições autárquicas em Angola estão previstas para ter início em 2020, findo o processo de auscultação pública do pacote legislativo autárquico, elaborado pelo Governo e que deve ainda ser discutido no Parlamento.

Este processo, que antecede as primeiras eleições autárquicas em Angola, decorre no meio de discussões divergentes em volta de um modelo eficaz para a implementação das autarquias, com o Governo

a defender o "gradualismo territorial" e a oposição o "gradualismo funcional". A conferência visa também obter contributos de Portugal, Cabo Verde e Moçambique, cujos representantes vão apresentar as experiências dos seus respectivos países, olhando sobretudo para o modelo e extensão territorial de Angola. Joaquim Freitas da Rocha, professor de Direito na Universidade do Minho, em Portugal, referiu que o princípio do gradualismo consagrado na Constituição angolana se traduz num fundamento de que o processo de implementação das autarquias em Angola seja gradual.

"Leva a que a implementação desta descentralização territorial não seja feita de uma só vez. A grande vantagem será precisamente esta, irmos gradualmente descentralizando, quer do ponto de vista territorial, quer do ponto de vista institucional", sublinhou.

Para Mário Silva, professor de Direito Constitucional e Administrativo do Instituto Superior de Ciências Jurídicas e Sociais de Cabo Verde, a transferência de competências do poder central para o municipal ou autárquico depende de vários factores.

"No caso de Cabo Verde é fácil, devido à sua dimensão territorial. Quando um território é grande a organização é outra. No caso de Angola, a Constituição permite o gradualismo -, realçou.

Por sua vez, Eduardo Chiziane, professor na Faculdade de Direito da Universidade Eduardo Mondlane, em Moçambique, recordou que os processos de descentralização "são bastante desafiantes" e "requerem uma forte disponibilidade de recursos humanos".

"Quem faz a descentralização acontecer são homens e mulheres (...) e a experiência [moçambicana] que podemos partilhar foi a desenvolvida através do Estado, de uma administração directa, estimulando a transferência de quadros para essa nova entidade", referiu.

## 5.38 A sustentabilidade financeira das autarquias locais em Angola.

### Perspectivas

*Jornal O PAÍS*

*15 De Agosto de 2018*

*Texto: Pedro Fiete*

#### 1 Considerações preliminares

Ao contrário do que muitas vezes se pensa, a implementação das autarquias locais em Angola é um processo que não se resume - e nem deve restringir-

se ao acto de eleições autárquicas. Pois, aqueles que assim o entendem assumem claramente uma concepção reducionista que, de resto, ignora todos os outros pressupostos que envolvem esta realidade.

Na verdade, vários são os elementos que devem ser tidos em conta no âmbito do processo de criação efectiva das autarquias locais em Angola, os quais saliente-se a dimensão financeira.

Como é sabido, as autarquias locais são, por natureza, entidades autónomas quer do ponto de vista administrativo, quer do ponto de vista financeiro, o que significa, por um lado, que os seus respectivos órgãos não se encontram em nenhuma relação de hierarquia face aos órgãos estaduais e que, por isso mesmo, devem ser providos não por nomeação do Estado central, mas antes por via de eleição das respectivas populações.

Por outro lado, a autonomia das autarquias pressupõe ainda a capacidade de disposição de recursos financeiros suficientes para prosseguirem livremente as suas atribuições e competências. Pois, entende-se que de nada adianta que os seus órgãos detenham poderes funcionais em vários domínios, sem os recursos necessários para financiar as respectivas despesas. Aliás, como bem afirma uma certa doutrina, "transferir atribuições e competências sem recursos financeiros, seria o mesmo que transferir problemas".

Por esta razão, a sustentabilidade financeira dos municípios (enquanto palco natural das autarquias), assume-se, desde cedo, como uma questão determinante que, a nosso ver, e ao contrário do que parece ser tendência actual, deve centrar igualmente as preocupações em torno do debate à volta desta matéria. Embora verdade, como corolário do que acima se afirmou, resulta que as autarquias não dependem e nem devem depender das dotações do Orçamento Geral do Estado. Por outras palavras, a autonomia financeira que assume-se, desde já, como um dos atributos do princípio da autonomia do poder local autárquico não permite que aquelas dependam financeiramente das "mesadas" do Estado. Muito pelo contrário, devem, sem prejuízo de outros, ter acesso a meios de financiamento próprios para cobrir as suas despesas.

Desta feita, coloca -se naturalmente a questão de saber que meios de financiamento terão as autarquias para custear as respectivas despesas? Por outras palavras, de que forma se procurará assegurar a sustentabilidade financeira dos municípios em Angola?

Trata -se, porém, da questão chave que tentaremos aqui responder; uma questão que deve, desde logo,

ser entre nós encarada com muita responsabilidade e seriedade, sobretudo num período como o actual em que os recursos económicos e financeiros se afiguram cada vez mais escassos.

Assim, a nossa exposição incidirá, num primeiro momento, para uma análise em torno das principais fontes do financiamento das autarquias; no segundo momento, procuraremos diagnosticar se as limitações existentes no domínio desta matéria permitem, ainda assim, assegurar a ideia da sustentabilidade dos municípios no quadro do actual contexto angolano.

## 2. Das fontes do financiamento autárquico em geral

Primeiramente, saliente-se que município constitui o reduto natural das autarquias locais. Aliás, a este propósito, entre nós, a CRA posiciona -se em termos muito claros neste sentido ao referir expressamente que as "as autarquias organizam -se nos municípios" (cfr. art.18.º, n.º 1).

Deste modo, a nossa reflexão em torno das fontes do financiamento das autarquias locais no actual contexto não pode deixar de tomar o município como o ponto de referência.

Pois bem, de um ponto de vista tradicional, as autarquias locais, no geral, dispõem de três principais fontes de financiamento, nomeadamente o património, os tributos e os empréstimos. Para além destas, a autonomia financeira local pressupõe ainda, pela sua relevância, a existência uma quarta fonte de receitas; referimo-nos concretamente das "receitas não próprias", isto é, aquelas que decorrem, essencialmente, das chamadas transferências financeiras.

Esta é, portanto, a fórmula geral do sistema de financiamento municipal que tem sido, de resto, adoptada pela generalidade dos países que ostentam uma longa tradição autárquica. O que equivale dizer que as nossas opções estarão muito próximas deste modelo, na medida em que o já aludido princípio da autonomia financeira local constitucionalmente proclamado entre nós (cfr. art. 220.º da CRA), não permite ignorar as dimensões aqui assinaladas.

Este princípio, como é sabido, desdobra -se em várias dimensões, às quais destacam-se a autonomia patrimonial, a autonomia tributária e autonomia creditícia. Não cabe-nos aqui desenvolver, em pormenor, o conteúdo que cada uma delas encerra, cumprindo-nos, apenas, referenciar que, dentre as fontes de receitas apresentadas, a mais significativa decorre, sem dúvida, dos tributos, designadamente os impostos e taxas locais.

Aliás, em bom rigor, não podemos deixar de assinalar que a verdadeira autonomia financeira é aferida quando o maior percentual das receitas no orçamento municipal resulte, essencialmente, das receitas tributárias (impostos e taxas locais). De contrário, o núcleo essencial dessa autonomia pode vir a conhecer significativas limitações' considerando a natureza das autarquias demais fontes.

Por exemplo, refira-se, por um lado, que o património municipal é, em regra, limitado e escasso, não havendo, por isso, pela exploração do mesmo, garantias de arrecadação de grandes receitas para atender interesses público-locais.

Por outro lado, o empréstimo, apesar de ser hoje reconhecido como um meio legítimo de financiamento municipal, conhece - e deve naturalmente conhecer inúmeras restrições, por razões de vária ordem.

Pelo que, não tem sido recomendável que os entes locais façam o recurso sistemático ao endividamento para fazer face a despesas municipais.

No caso angolano, espera -se que legislador ordinário imponha, numa primeira fase, isto é, em sede da futura lei das finanças locais, apertadas restrições na contracção de empréstimos pelos entes municipais. Restrições essas que deverão ter uma incidência nos montantes, os prazos de reembolso, o âmbito especial de concessão, às instituições a contrair, só para citar algumas.

Aliás, tendo em consideração a realidade cultural angolana, o legislador deve, numa primeira fase, restringir o crédito público municipal aos empréstimos de curto prazo, isto é, aqueles com uma maturidade não superior a um ano, recorríveis apenas nas situações de existência do chamado défice de tesouraria.

Finalmente, as transferências financeiras, embora devidas pelo direito que as autarquias detêm constitucionalmente de participar na repartição dos recursos públicos' nomeadamente nos impostos directos e indirectos do Estado, também não são as mais consistentes. Pois, a elas são geralmente associados determinados condicionalismos susceptíveis de afectar o núcleo essencial da autonomia financeira local.

Basta, para o efeito, pensarmos nas chamadas transferências afectadas em que os recursos financeiros são geralmente condicionados à apresentação de despesas municipais específicas.

Apesar disto traduzir uma situação que afecta a liberdade municipal no domínio do dispêndio da receita ou realização da despesa (outra componente do princípio da autonomia financeira local), a verdade é que tem sido uma prática admissível em muitos países; prática essa que se tem concretizado, geralmente, com uma certa tipologia de fundos destinados ao financiamento de certas despesas específicas, com destaque para as do sector social. Tal é o que sucede, por exemplo, no Brasil com o chamado FMS- Fundo Municipal de Saúde e o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.

Para além disso, por decorrer das transferências uma receita do Estado (e não da Administração central) que, por conseguinte, corresponde à já referida "receita municipal não própria", o certo é que, também, existem, curiosamente, exemplos internacionais de vários entraves que, de um ponto de vista prático, se tem verificado no seu acesso concreto (v.g. o fenómeno dos significativos atrasos na transferência dos recursos do Estado para município).

Por isso, do nosso ponto de vista, as transferências financeiras do Estado, ainda que se baseiem formalmente em critérios de natureza objectiva, não devem, portanto, ser confiadas como o principal suporte financeiro das autarquias locais.

Em face do exposto, parece não restar dúvidas que os tributos apresentam-se, à partida, como sendo a fonte mais consistente para assegurar o financiamento 'dos municípios. Pois, resulta que os impostos e taxas locais constituem o protótipo ou fonte natural das receitas das autarquias locais, não apenas por serem arrecadados localmente, mas também por ostentarem um carácter ordinário e definitivo.

Deste modo, ocorre-nos por agora analisar a questão dos tributos locais e as suas principais limitações; uma análise que nos vai permitir aferir a existência ou não, no futuro, de uma eventual sustentabilidade das autarquias locais em Angola.

### 5.39 Parlamento encerra ano com foco nas autarquias

*Jornal de Angola*

*15 De Agosto de 2018*

*Texto: Adelino Inácio*

Os presidentes dos grupos parlamentares esperam que, no próximo ano legislativo que começa a 15 de Outubro, o Parlamento dê prioridade ao pacote de leis sobre a implementação das autarquias locais e à aprovação do novo Código Penal e de Processo

Penal. O ano parlamentar encerra hoje, com a intervenção do presidente da Assembleia Nacional, Fernando da Piedade Dias dos Santos, e com a apresentação do relatório das actividades realizadas durante o ano parlamentar. Os presidentes dos grupos parlamentares do MPLA, UNITA, CASA-CEe o representante do PRS falaram ao Jornal de Angola sobre o ano parlamentar que encerra hoje e as perspectivas para o próximo ano legislativo que começa dentro de dois meses.

O grupo parlamentar do MPLA, no próximo ano legislativo, vai centrar a acção no pacote legislativo autárquico para que o Executivo tenha uma legislação adequada para preparação, organização e realização das primeiras eleições autárquicas. Os deputados do MPLA, de acordo com o parlamentar, vão igualmente centrar as acções na aprovação do OGE, da Conta Geral do Estado e da proposta de lei do novo Código Penal e de Processo Penal. O grupo parlamentar, adiantou' vai também aperfeiçoar a sua acção política junto do eleitorado.

"Realizamos visitas em todos os municípios do país que vão permitir a inclusão das preocupações apresentadas pela população no OGE para o próximo ano", sublinhou o deputado. Salomão Xirimimbi considerou também positivo o ano parlamentar por permitir a realização, com êxito, das jornadas parlamentares do MPLA, na província do Cunene.

#### Propostas da UNITA

O presidente do grupo parlamentar da UNITA, Adalberto Costa Júnior, afirmou que, nesta legislatura que termina, a UNITA teve muitas iniciativas legislativas, por isso considera um ano legislativo produtivo. Entre as iniciativas propostas pela UNITA, o deputado destacou o pedido de inquérito à dívida pública, o Projecto de Lei sobre o Regime Especial de Regulação Patrimonial e os projectos sobre as eleições autárquicas.

"O grupo parlamentar da UNITA foi o único que avançou com" iniciativas sobre o poder local e do repatriamento de capitais", afirmou o deputado. Para Adalberto Costa Júnior, o facto de o Orçamento Geral do Estado, neste ano legislativo, ser aprovado "um pouco mais tarde", trouxe algumas 'consequências na gestão e dinâmica interna da Assembleia Nacional. Adalberto Costa Júnior disse que os grupos parlamentares têm tido atrasos financeiros, o que prejudica a sua planificação. "Neste momento, estamos com quatro meses de atraso e isso prejudica o trabalho", disse o deputado da UNITA. O deputado voltou a insistir na transmissão em directo das plenárias e salientou que a UNITA vai



continuar a pressionar o Parlamento para que se consiga ultrapassar esta questão. "Não é que haja grande dificuldade de carácter técnico, há falta de vontade política em mostrar aos angolanos aquilo em que se passa nas plenárias", afirmou o deputado.

#### Convergência

Para o presidente do grupo parlamentar da CASA-CE, André Mendes de Carvalho, o balanço do ano legislativo "não foge à situação dos outros anos, em que houve atitudes positivas por parte da Assembleia adonal." André Mendes de Carvalho reconheceu que o Parlamento teve uma nova dinâmica, marcada pela presença do Presidente da República, João Lourenço, na Assembleia Nacional para a apresentação do Orçamento Geral do Estado. "Não era prática habitual nas legislaturas passadas", disse. O deputado salientou também o facto de Assembleia Nacional aprovar a Lei do

Repatriamento de Capitais. "Pretendíamos que houvesse maior consenso entre as partes' mas acabou por ser uma lei praticamente aprovada pelo MPLA e que tem, no nosso entender, muitas lacunas", disse o parlamentar. O deputado reconheceu que foi melhorada a questão dos tempos de intervenção dos grupos parlamentares e a dos assistentes. "Tudo isso temos que ter em consideração, apesar de não ser muito diferente da legislatura passada. Reconhecemos pequenos avanços, mas esse trabalho não pode ser considerado bom, mas suficiente", disse. André Mendes de Carvalho espera que o Parlamento aprove o pacote legislativo para as autarquias locais com consensos de todos os partidos políticos. "Naturalmente que nem sempre é possível encontrar consenso se, às vezes, temos de admitir que há necessidade de aprová-las por maioria, mas pedimos que haja consensos pelo menos naquilo que é fundamental", disse. O deputado do PRS, Bendito Daniel, defende que o Parlamento, na próxima legislatura, dê prioridade ao pacote autárquico e à proposta do novo Código Penal, que aguarda aprovação final global. O deputado do PRS considerou o ano legislativo, que termina hoje, "árduo", uma vez que foram aprovadas vários diplomas importantes para o desenvolvimento do país. Bendito Daniel criticou a não transmissão dos debates da Assembleia Nacional em direito. OPRS e a FNLA não têm direito a assistentes, nos termos da Lei.

## 5.40 A sustentabilidade das autarquias locais em Angola. Perspectivas (conclusão).

*Jornal O PAÍS*

*16 De Agosto e 2018*

*Texto: Pedro Fiete*

### 1. A sustentabilidade das autarquias locais em Angola face às limitações financeiras.

Como referimos, a ideia de auto-administração subjacente ao poder local autárquico, pressupõe auto-sustentabilidade financeira.

Ora, até aqui ficou demonstrado que a principal fonte de receitas municipais recai, sem dúvida, para os impostos e taxas locais. Pois, estes tributos constituem, a chamada "renda própria do município".

Porém, ainda neste domínio, nem tudo é um "mar-de-rosas", pois existem, via de regra, inúmeras restrições ou limitações susceptíveis de afectar o âmago da própria autonomia tributária - enquanto manifestação da autonomia financeira local. Na verdade, tudo depende da realidade concreta de cada país.

Vejamos, em síntese, as principais limitações a confrontar no domínio tributário.

a) Em primeiro lugar, saliente-se que nem todos os impostos têm a natureza local. Ou seja, existe em sede de qualquer sistema fiscal, impostos completamente estranhos às lides locais. Aliás, a maior parte dos impostos - e até mesmo os mais significativos em termos de receitas - pertencem não ao município, mas sim ao próprio Estado. Tal é o que sucede, por exemplo, com a generalidade dos impostos sobre o rendimento e consumo.

Na verdade, os impostos tipicamente locais são, em regra, aqueles que incidem sobre a detenção e transmissão de imóveis, bem como aqueles que, no geral, incidem nos veículos automóveis. É o que teremos, seguramente, entre nós, com o IPU e a Sisa ou outros correspondentes a pertencerem ao município e os demais sob alçada do Estado central.

b] Em segundo lugar, a autonomia tributária dos municípios em matéria de impostos, aparece desde logo limitada pela própria Constituição da República de Angola, pelo facto de subtrair o poder tributário daquelas no domínio da criação formal de impostos. Isto significa que, mesmo quanto aos impostos locais, a futura assembleia municipal não disporá de poderes de os instituir. Uma limitação que se impõe, apenas, em relação aos impostos, não podendo, por isso, aplicar-se no domínio das taxas; estas poderão ser instituídas pelos próprios entes locais, desde que respeitem, obviamente, os pressupostos e parâmetros legais.

c) Uma outra restrição tributária aplica-se, para já, no domínio das taxas locais. Assim, ao contrário dos impostos, as taxas, como é sabido, exigem certas contrapartidas públicas (prestação de um serviço público ou utilização de um bem do domínio público) nem sempre fáceis de satisfazer, surpreendendo-se, desse ponto de vista, com algumas limitações quanto à sua criação; limitações essas que, a nosso ver, deverão decorrer de uma futura lei sobre o regime geral das taxas das autarquias locais, o que significa, desde logo, que os entes autárquicos não poderão, portanto, instituir taxas quando bem entenderem. Pelo contrário, terão naturalmente de observar os critérios, limites e fundamentos previstos na lei.

d] Finalmente, uma outra limitação de ordem prática - e que é, de resto, a decisiva - reconduz-se ao facto de a arrecadação de receitas tributárias, a nível local, depender da existência de certas bases de sustentação. Isto significa, por um lado, que é possível proceder ao lançamento de impostos, apenas, se existir geração de riqueza ou capacidade contributiva (capacidade de pagar). Caso contrário, a fiscalidade local torna-se, portanto, absolutamente insustentável.

No caso angolano, por exemplo, o IPU ou qualquer outro imposto municipal equiparado que seja instituído, só poderá gerar receitas significativas para os cofres do município, se neste existirem vários prédios ou imóveis avaliados acima dos cinco milhões de kwanzas. Desse ponto de vista, parece não haver dúvidas que os municípios rurais - que são, de resto, a maioria no país - estariam seriamente comprometidos.

Em face disso, defendemos a criação, entre nós, de um novo imposto municipal que, no essencial, para além de aproveitar a base tributária do actual IPU, estenda o seu âmbito de incidência aos prédios rústicos.

Por outro lado, o lançamento de uma eventual derrama enquanto adicional ou imposto municipal

que incidirá sobre uma certa percentagem da colecta (ou da matéria colectável) do imposto industrial, só fará sentido entre nós se houver uma certa dinâmica da actividade económica e/ou comercial no espaço territorial do município. Caso contrário, as autarquias não terão condições de subsistência.

## 2 Conclusões

Aqui chegados, passemos em revista as nossas posições:

- A subsistência das autarquias locais, no geral, depende, fundamentalmente, da componente financeira;
- A dimensão financeira das autarquias é, classicamente, norteadada pelo princípio constitucional da autonomia financeira local que, entre outros, preconiza a existência de várias fontes de financiamento municipal' nomeadamente o património, os tributos, os empréstimos e as transferências.
- Não obstante, ficou demonstrado que apenas os tributos, pela sua natureza, constituem "receitas próprias" do município. Aliás, defendemos que a verdadeira autonomia financeira é aferida quando o maior percentual das receitas no orçamento municipal decorram de impostos e taxas locais e não das "mesadas" do Estado central' oriundas através das transferências.
- A propósito dos impostos e taxas locais, também não se pode falar de uma "auto-suficiência tributária" , pois, como vimos, existem limitações de várias ordens, com destaque para a actual situação de Angola em que a generalidade dos municípios se afiguram desprovidos de um potencial tributário ou bases de sustentação dos tributos, susceptíveis de comprometer a sustentabilidade financeira das futuras autarquias locais. Por isso, pensamos ainda existir um longo caminho a percorrer.

## 5.41 Governadores não devem interferir na gestão autárquica

*Jornal O PAÍS*

*16 De Agosto de 2018*

*Texto: Ireneu Mujoco*

Baseado numa auscultação feita em Julho deste ano em 12 municípios das províncias de Benguela, Cunene, Huambo, Huíla, Luanda e Malanje, e a 837 homens e 454 mulheres, a ADRA apresenta mais de 20 mensagens chave (contribuições).

A auscultação foi feita a cidadãos com menos de 25 anos, constituídos por agricultores, pescadores, comerciantes locais, membros de associações, funcionários das administrações comunais, líderes religiosos e representantes de instituições do poder tradicional.

Apresentado pelo seu director, Belarmino Jelembi, entre as várias contribuições, o relatório da ADRA destaca o alargamento dos critérios de selecção dos municípios da primeira fase e a implementação faseada das autarquias locais.

A audição, que abrangeu também contactos com a comunidade San no Sul de Angola, e com comunidades maioritariamente pastoris, segundo o relatório, os inquiridos defendem que o candidato a presidente da Câmara Municipal seja residente no município, e os membros da Assembleia Municipal devem ser remunerados.

Eles primam, igualmente, pela redução do período para implementação efectiva das autarquias locais em todo o território nacional para um máximo de 10 anos, bem como a revisão dos termos em que se coloca o Poder de Tutela.

Os inquiridos defendem, também, a necessidade de estabelecer regiões ou serviços complementares entre municípios seleccionados e não seleccionados.

#### Divisão administrativa

Os mais de mil cidadãos ouvidos pela ADRA advogam a divisão administrativa do território, transformando algumas comunas em municípios, ou criando autarquias infra-municipais após as primeiras eleições.

São ainda pelo limite de 2 mandatos para o presidente da câmara, cujos mandatos devem ser quatrienais, ao invés de quinquenais, bem como a revisão do registo eleitoral, para melhor controlo da população votante e mais transparência nas eleições.

#### Financiamento das campanhas

As campanhas eleitorais, segundo ainda os cidadãos ouvidos pela ADRA, devem beneficiar de financiamento do Estado, mediante condições específicas.

Estas condições específicas resumem-se à apresentação do número de assinaturas para as candidaturas e este deve ser estabelecido de acordo com a população do município.

Dizem os cidadãos, citados no relatório, que os espaços de participação institucionalizados não se

devem resumir às comissões de moradores, e as autoridades tradicionais não devem apresentar candidaturas para presidente da Câmara Municipal.

Eles defendem a transferência de responsabilidades conforme as prioridades de cada região, evitando "transferir o que se sabe que não pode ser feito no município".

Alargar o tempo de passagem de pasta para autarquias locais e estabelecer uma norma que penaliza o administrador municipal incumpridor, e a limitação das interferências do Governador Provincial na gestão autárquica também consta nas contribuições.

Na óptica dos cidadãos destas seis províncias, o lugar e o papel do governador provincial no exercício da tutela administrativa deve ser esclarecido.

#### Destituição

Neste aspecto particular, a destituição do presidente da Câmara só ocorrerá mediante decisão do tribunal e não da Tutela, "porque o autarca é eleito", refere o relatório.

Quanto à aprovação do Orçamento, este não deve merecer qualquer interferência da Tutela, apenas da Assembleia Municipal, realçando a divulgação de mais propostas para a criação dos fundos de apoio ao desenvolvimento municipal.

Finalmente, os inquiridos apelam para um reforço na educação sobre autarquias junto às populações' funcionários das administrações locais e activistas dos partidos políticos.

Refira-se que esta auscultação foi feita no âmbito da missão da ADRA de contribuir para o processo legislativo em curso e para a produção de informação útil ao debate em curso na sociedade sobre a implantação das autarquias locais e da descentralização a partir de 2020.

## 5.42 ADRA quer dois mandatos para presidente de Câmara

*Jornal de Angola*

*18 De Agosto de 2018*

A Lei de Organização e Funcionamento das Autarquias Locais deve estabelecer um limite de dois mandatos para o presidente de câmara municipal, devendo os mesmos durar quatro anos, ao invés de cinco, como vem na proposta apresentada pelo Executivo, defendeu a ADRA (Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente).

A proposta de Lei de Organização e Funcionamento das Autarquias Locais, que esteve em consulta pública, prevê que o mandato de todos os órgãos eleitos das autarquias locais é de cinco anos, sendo omissa quanto a limites para a reeleição.

A proposta consta no relatório de auscultação e educação sobre o pacote legislativo autárquico, realizado em Julho, em 12 municípios das províncias de Benguela, Cunene, Huambo, Huíla, Luanda e Malanje.

De acordo com a síntese do relatório, apresentado quarta - feira, em Luanda, a ADRA defende financiamento do Estado das campanhas eleitorais, mediante condições específicas.

Outra proposta é o alargamento dos critérios de selecção dos municípios da primeira fase e o asseguramento da implementação faseada das autarquias locais.

### 5.43 Desafio económico das autarquias

*Jornal de Angola*

*18 De Agosto de 2018*

*Texto: Carlos Gomes*

Terminou a consulta pública sobre as autarquias que o Executivo, através do respectivo departamento ministerial (MAT - Ministério da Administração do Território), levou a cabo em todo o território nacional. Só não participou quem não quis ou não pôde por força de circunstâncias ponderadamente objectivas, tendo perdido por conseguinte a oportunidade de debitar o seu ponto de vista, como entende o que devem ser as autarquias no nosso país, realidade bastante comum em várias partes do mundo, mas que para Angola, não deixa de constituir "novidade" a moderna forma de gestão administrativa, mais próxima dos cidadãos nas respectivas circunscrições/localidades.

Como reconheceu recentemente o ministro do pelouro, "a pertinência das contribuições ultrapassou a expectativa inicial...". Resta agora a compilação das mesmas para a reformulação de todo o pacote legislativo que servirá de alicerce e base legal em que assentará o novo paradigma de gestão administrativa desconcentrada dos municípios, sem que isso "... afecte a discussão sobre a unidade nacional e a paz social que o país tão duramente alcançou .. ." como bem se referiu o constitucionalista Raul Araújo na primeira conferência sobre as autarquias, chamando ainda à atenção para a "necessidade de evitar-se que o processo autárquico fomente o regionalismo que

pode levar à ideia errada de que só os que vivem ou nasceram em determinada região é que devem ser eleitos autarcas".

Embora exista ainda um caminho a percorrer para o consenso (?? ... ) sobre a imperiosidade da implementação gradual das autarquias, em respeito ao interesse público, que se sedimenta na prudência a observar por imperativos de constrangimentos da base contributiva fiscal, ditada pela ainda incipiente malha empresarial e patrimonial geradora de renda tributável, como pressuposto incontornável para que o autarca e as autarquias cumpram com o seu propósito de concretização das expectativas dos municípios e desenvolvimento das localidades, malgrado o descaminho de avultados recursos financeiros, que criaram ricos ao invés de riqueza, que tornaria mais fácil todo o percurso de implantação das autarquias.

Tratando-se já de um processo irreversível, por tudo que nos une e o irrelevante (gradualismo territorial) que circunstancialmente nos divide/separa, "cartão amarelo" para algumas vozes que apressadamente já se levantam piscando olho à oportunidade de "um pé de meia" que o momento pode(rá) oferecer, com os cofres das autarquias ainda que "magros" mas de fácil alcance, se não forem convenientemente protegidos e com limites rígidos, sob pena de desestabilização macroeconómica; não colhe igualmente, o argumento populista segundo o qual: os municípios que não forem contemplados na primeira fase do gradualismo que a nossa realidade aconselha, arriscam-se a parar no tempo, ficando arredados de qualquer desenvolvimento - como que, o Estado tivesse que se demitir das suas responsabilidades políticas, de combate (imperativo) das assimetrias regionais, apesar do quadro macroeconómico dantesco herdado, mas que em resultado da aplicação combinada de políticas ousadas do novo Executivo (com os apertos inerentes à que nos ajustamos), sinalizam já a reversão do mesmo, arejada (ainda bem) pela tendência positiva e consistente do preço do barril de petróleo acima de \$70,00 dólares contra os \$50,00, tidos como base de elaboração do OGE - Orçamento Geral do Estado, para exercício fiscal e económico de 2018.

Aproveitemos pois da melhor maneira, o benefício da dúvida que a nova conjuntura interna e internacional hoje nos oferecem, para que " ... a democracia não morra por envenenamento do populismo .. ." sic.



## 5.44 UNITA acusa MAT de conduzir mal o processo de auscultação das autarquias locais

*Jornal O PAÍS*

18 De Agosto de 2018

Texto: Constantino Eduardo

O Secretário provincial para formação e quadros da UNITA em Benguela, Crisóstomo Domingos Chipilica, acusou o Ministério da Administração do Território e Reforma do Estado (MAT) de ter conduzido mal o processo de recolha de contribuições para o Pacote Legislativo Autárquico.

De acordo com o responsável, o processo de auscultação que levará o país à implementação das autarquias locais não foi bem conduzido por este departamento ministerial por não ter correspondido aos padrões internacionais.

"Esta auscultação que se fez à sociedade não é aquela que devia ser feita ou tem sido feita nos outros países. Nós podíamos pensar, por exemplo, num referendo", disse Crisóstomo Chipilica.

Para o responsável, o MAT continua a insistir no gradualismo geográfico, "quando vários segmentos sociais não se revêem em tal proposta", apelando, deste modo, a que, dada as responsabilidades que lhe cabem, este órgão deve levar em conta as sugestões contrárias.

"As elites mais esclarecidas do país estão todas na repulsa do gradualismo geográfico, mas as comunidades nas aldeias, que nós chamamos de Angola profunda não foram informadas sobre isso", disse.

Ganhar e governar

No âmbito da implementação das autarquias, as ambições políticas da UNITA nesta província consistem em eleger um número considerável de autarcas e governar a maior parte do território da província.

Por essa razão, o seu partido continua a desenvolver seminários de capacitação, para permitir aos quadros informar melhor as comunidades sobre os princípios do gradualismo geográfico, defendido pelo Governo, e o funcional pelo seu partido.

Nesta senda, o secretariado provincial da UNITA em Benguela já capacitou perto de mil quadros como antecâmara para os desafios políticos que se avizinham. Informou que, no Norte da província foram capacitados mais de 600 membros, e 200 a Sul.

Desde o dia 14 deste mês, estão em acção formativa outros 300 quadros. Crisóstomo Chipilica justificou que os quadros, fundamentalmente jovens, precisam de saber os desafios que esta força política terá, para tirarem o maior proveito possível durante o processo da sua implementação.

Salientou que o seu partido leva a cabo, desde Fevereiro deste ano, um ciclo de formação em todos os municípios da província, visando potenciar os quadros para responderem às exigências autárquicas. Para haver melhor resposta, disse o responsável, torna-se imperioso a preparação política deles, de maneira a esgrimirem objectivamente o impacto das autarquias para a vida das comunidades.

## 5.45 Autarquias favorecem arrecadação de receitas

*Jornal de Angola*

20 De Agosto de 2018

Texto: Kamuanga Júlia

A implementação das autarquias favorece a criação de condições para os municípios arrecadarem receitas, declarou, em Saurimo, o director nacional do Ministério da Administração do Território, Vadim João.

Ao apresentar o plano estratégico do Executivo para a implementação das autarquias no país, num encontro organizado pela associação Amangola, Vadim João falou do impacto da desconcentração e descentralização administrativas e da necessidade de formação de quadros em gestão autárquica, a fim de corresponder às necessidades dos municípios.

Sobre o princípio do gradualismo na implementação das autarquias, o director nacional do MATRE argumentou que o mesmo salvaguarda a concretização do poder local em função das condições criadas em cada região.

O vice-governador da Lunda-Sul para o Sector Técnico e Infra-estruturas, Evanerson Caputo, disse que o encontro consolida o conhecimento dos cidadãos sobre matérias ligadas à descentralização.

N o seu entender, o diálogo com as comunidades contribui para que as decisões e interesses sejam de acordo com as potencialidades que cada região apresenta.

A efectivação das autarquias, além de permitir ao cidadão fazer a fiscalização dos programas de governação, disse, representa um mecanismo para o combate às assimetrias regionais, a fim de contribuir

na solução dos principais problemas que afligem a população.

O encontro serviu para a promoção do diálogo entre os cidadãos e deu início à sensibilização sobre as autarquias, a cargo da Amangola.

## 5.46 Mulheres devem dirigir metade das províncias

*Jornal de Angola*  
20 De Agosto de 2018

A OMA quer que metade das províncias e municípios do país seja dirigida por mulheres. De acordo com a secretária-geral da OMA, Luzia Inglês Van-Dúnem "Inga", se por um lado o número de ministras no Governo ronda os 39 por cento, por outro, apenas uma mulher é governadora, a do Bengo, no conjunto das 18 províncias.

Segundo Luzia Inglês Van-Dúnem "Inga", a OMA está a mobilizar as mulheres para se candidatarem às futuras autarquias.

A OMA (Organização da Mulher Angolana) é o "braço" feminino do MPLA, cujo objectivo é mobilizar, organizar e educar as mulheres, para a materialização dos ideais políticos do partido.

No Bengo, responsáveis e segundos secretários dos comités municipais, reunidos no município de Pango Aluquém, recomendaram mais acções de mobilização nas estruturas de base, visando o crescimento do partido.

O secretário para a Informação e Propaganda do Secretária-geral da OMA Luzia Inglês Van-Dúnem

Comité Provincial do MPLA no Bengo, António Francisco Quina, disse que os participantes recomendaram o cumprimento das orientações do partido, tendo em conta os grandes desafios nesta fase de transição na liderança.

No Uíge, o primeiro secretário municipal do MPLA, Carlos Alberto David, defendeu maior divulgação do processo das eleições autárquicas junto dos militantes e da população, para um melhor entendimento sobre esta forma de governação participativa.

## 5.47 Importância dos municípios

*Jornal de Angola*  
22 De Agosto de 2018

Segundo o ponto de vista de Herculano, o municipalismo desempenhou historicamente pelo menos sete funções principais, intimamente interligadas umas nas outras: 1) o triunfo do princípio da liberdade; 2) a emancipação das classes trabalhadoras; 3) a luta contra as classes privilegiadas; 4) a aliança com o poder régio; 5) a organização e desenvolvimento do poder local; 6) a administração e defesa do país real; e 7) a garantia da independência nacional. Herculano apontou claramente os dois princípios que se têm digladiado ao longo da história humana: a liberdade contra a desigualdade. A criação e expansão do municipalismo é o índice mais evidente da vitória da liberdade contra as forças retrógradas que defendiam então as desigualdades e a permanência do statuquo.

A resistência surda, durante séculos, dos trabalhadores contra os senhores originou, pouco antes do início da nacionalidade, a constituição dos municípios onde aqueles estavam seguros dos vexames e exigências dos privilegiados. Os concelhos instituídos são, no dizer de Herculano: "associações do homem de trabalho contra os poderosos, contra a manifestação violenta e absoluta do princípio da desigualdade, contra a anulação da liberdade das maiorias".

O municipalismo prova à evidência que a "história encerra um protesto perene da liberdade contra a desigualdade". Na perspectiva herculeana, o municipalismo é um sistema de administração que evitará a ditadura de um indivíduo ou de uma classe. Usando as suas próprias palavras, uma reforma administrativa assente na estrutura municipal, restaurada e adaptada a necessidades modernas, evitará "o despotismo de um só, ou o predomínio tirânico das oligarquias da inteligência, da audácia e da riqueza."

A segunda função dos municípios medievais foi proporcionar a ascensão das classes populares, mantidas até então numa menoridade política, social e económica, por efeito do predomínio quase exclusivo dos membros da nobreza e do clero. O povo, desde o servo da gleba ao agricultor, nada era

diante dos instintos dos grandes senhores que viviam do suor de quem trabalhava. Herculano escreveu: " os municípios se instituíram e obtiveram garantias mais sólidas e importantes contra a prepotência da pobreza e do clero, ao passo que progredia a libertação do homem de trabalho".

Há uma circularidade de influências entre a luta de classes na idade média e a criação dos concelhos. Estes aparecem como causa e, simultaneamente, efeito da libertação popular em luta contra os privilegiados e ociosos.

Afirma Herculano:" influindo a existência dos municípios nessa libertação, a robustez moral e material, que por benefício dela o povo adquiria, vinha de novo dar forças às tendências para o estabelecimento dos concelhos. Os dois factos exerciam assim entre si uma acção mútua" . Sem ser marxista, Herculano reconhece voluntariamente que a proliferação de municípios revela directamente da luta de classes.

A terceira função do municipalismo, em íntima conexão com as anteriores, diz respeito ao seu papel na luta do terceiro Estado (apoiado pelos reis) contra as duas grandes classes sociais preponderantes. A difusão em tão grande abundância dos municípios por todo o país transformou estes organismos de poder local em agentes aceleradores da marcha da história ( em termos reformistas, entenda-se): contendo e opondo-se aos abusos, extorsões e regalias de que usufruíam habitualmente as classes privilegiadas. A quarta função importante da instituição municipal, historicamente falando, diz respeito à aliança contraída entre o poder régio e os concelhos. Esta aliança estratégica entre o vértice e a base da pirâmide social só se explica porque havia interesses legítimos a acautelar por ambas as partes, em face dos inimigos comuns: o clero e a nobreza. No sentido de enfraquecer o poderio e de abater o orgulho destas duas classes, o rei e a organização municipal apoiavam-se mutuamente, de modo particular quando se reuniam em cortes. A lenta e segura ascensão do povo (que veio a dar a burguesia na também converter-se numa entidade política". Herculano explica bem as vantagens mútuas para ambos os aliados. Os habitantes dos concelhos obtinham a liberdade de se autogovernarem, de ficarem imunes da ingerência ou invasão dos nobres e ainda a certeza da posse perpétua e hereditária das suas propriedades. O rei alcançava também três benefícios: " fortalecer o povo como aliado da coroa contra as classes aristocráticas, e em especial contra o clero; a necessidade de criar uma fonte de rendimentos que compensasse o desbarato dos bens da coroa". A quinta função do municipalismo, aliás a razão de ser actual é, precisamente: a organização e

desenvolvimento do poder local. Desde a sua origem, os municípios promoveram o povoamento e bem estar das suas regiões, sendo verdadeiros dinamizadores do desenvolvimento económico, do equilíbrio social e da igualdade jurídica. Os dois princípios reguladores da vida interna e externa dos municípios foram: dum lado, a autonomia administrativa e a independência, relativamente à cobrança de impostos e as sentenças dos tribunais dos senhores: por outro lado, a divisão dos poderes e a divisão de tarefas confiadas a pessoas diferentes, evitando assim colisões ou interferências geradoras de mal-estar. Em 1853,Herculano escreveu: "o municipalismo ( ... ) nos oferece o único meio possível de mantermos a nacionalidade, ao passo que seria o mais poderoso instrumento de uma liberdade verdadeira, convertendo o governo representativo, de uma imensa decepção, numa realidade prática". O municipalismo Herculano não pretende substituir e anular o poder central do Estado, mas tão somente fazer com que ele não destrua a individualidade de cada região nem inutilize as suas potencialidades, esterelizando as iniciativas locais. E mais o município deve conservar intacta a sua individualidade na nação, e os povos não devem ser absorvidos ( ... ) por isso, quando as individualidades desaparecem pelo sistema de centralização, que coloca todo o poder em uma só autoridade central, desprezando a liberdade de acção nos graus inferiores, o progresso do povo é impossível" . A administração deve ser revigorada e obedecer a este princípio basilar, formulado deste modo por Herculano: " A administração da localidade pela localidade deve chegar até o último limite em que não repugna ao direito das outras localidades constituídas uniformemente. A administração central abrange tudo o que fica além desses limites no regimen práctico da sociedade".

A sexta função do municipalismo herculaniano decorre directamente do que fica dito, isto é, organiza ao nível das autarquias locais a descentralização do poder central, tornando viável o "governo do país pelo país". A descentralização é a condição sine qua non para a democracia económica, social e cultural. "Quem diz descentralização, diz municipalismo: são coisas que se não separam. O municipalismo é a fórmula única da descentralização; sem ele esta seria dissolução e anarquia" . Ao invés, a concentração da vida política na capital, efeito inevitável da centralização, é definida assim por Herculano: "é a tirania, é o escárnio do governo representativo, é o poder mefistofélico que converte a liberdade em falsa miragem" . Meia dúzia de linhas abaixo, condena a democracia que assenta no centralismo estatal exagerado: "a democracia centralista é uma coisa alheia às populações; que se contentar de as dominar pelo exército e pelo imposto sem curar da vida

pública local". O municipalismo é visto como o meio ideal para se operar a necessária descentralização do país, mas Herculano não é tão fanático que esqueça a existência e a conveniência de órgãos de soberania supra municipais.

"O princípio municipal é um entre os muitos que regem a sociedade. Julgamo-lo único?"

A sétima grande função que Herculano atribui ao municipalismo consiste na defesa da independência do país e a reforma municipalista o ideal instrumento para se acabar com as assimetrias regionais confiando ao país a sua administração e a defesa dos seus valores é o lema herculaniano.

## 5.48 Agentes da administração local participam em acção formativa

*Jornal de Angola*

*23 De Agosto de 2018*

*Texto: Casimiro José*

Técnicos da administração do Estado, na província do Cuanza-Sul, participam desde ontem numa acção formativa sobre Gestão Orçamental, promovida pelo Instituto da Administração Local (IFAL). A acção formativa tem duração de cinco dias e visa dotar os participantes com conhecimentos sobre o conceito de orçamento, tipos de orçamentos, relação do orçamento com planos de médio e longo prazo, regras do orçamento e as modalidades para a elaboração de proposta orçamental.

O formador Adelino Mangonga disse que a formação pretende capacitar os quadros nas administrações municipais para responderem cabalmente às exigências das actividades do Estado e aos desafios das Autarquias. "O país está a conhecer uma nova era no domínio da gestão da coisa pública, um processo que deve contar com quadros e técnicos com competências, daí a razão desta acção formativa", disse o formador.

Na sessão de abertura, o vice - governador para as Infra-estruturas e serviços, técnicos, Demétrio Sepúlveda, considerou que o Executivo continua a empreender esforços para dar resposta aos desafios económicos do país.

## 5.49 Jornalista e activista cívico defendem gradualismo funcional nas autarquias

*Jornal O PAÍS*

*24 De Agosto de 2018*

*Texto: Constantino Eduardo*

O jornalista Francisco Rasgado e o activista cívico José Patrocínio, coordenador da organização não - governamental angolana OMUNGA, defendem a fusão de alguns municípios para se implementar o gradualismo funcional nas eleições autárquicas.

O jornalista é a favor do gradualismo funcional, justificando que a promessa para a realização de eleições autárquicas remonta ainda no consulado do Presidente José Eduardo dos Santos, mas só agora é que será concretizada.

"Já lá vão mais de 10 anos, desde que se falou da implementação das autarquias. Agora é necessário que sejam mesmo implementadas", desabafou o também director do Jornal Press, editado em Benguela.

Francisco Rasgado refere que, mais do que autarquias, é necessário que as câmaras municipais voltem a fazer parte do ambiente político-administrativa, por ser um modelo que melhor organizou as cidades.

Nesta senda, considera ser necessário auscultar pessoas que trabalharam nas referidas câmaras no tempo colonial, para que delas se recolham subsídios valiosos.

Segundo disse, se não se optar pelo princípio do gradualismo funcional, continuar-se-á a assistir as assimetrias regionais: "haverá município que vão desenvolver-se substancialmente em detrimento dos outros", disse.

Nesta perspectiva, sugere que, não havendo condições de implementação, se fundam alguns municípios com outros, formando, neste sentido, uma única autarquia.

O jornalista reprova, entretanto, a desanexação da Catumbela do Lobito porque, no seu ponto de vista, a localidade não dispõe de condições para ser um município.



Lembrou que para uma localidade ascender à categoria de cidade obedece a uma série de pressupostos, designadamente o número de habitantes, existência de serviços públicos (finanças, fundamentalmente, para arrecadação de impostos), tribunais, entre outros.

"O que é isso da Catumbela?

Catumbela estava bem no Lobito. O Caimbambo pode perfeitamente ficar com o Cubal e assim em diante. Assim teremos condições para, de facto, assistir ao desenvolvimento simultâneo em todo o país", justificou.

Gradualismo geográfico viola Constituição

Por sua vez, José Patrocínio socorre-se da Constituição da República para sustentar que o gradualismo geográfico viola o princípio da igualdade, justificando que os cidadãos gozam de direito de participação.

"Não pode haver direitos para uns e direitos para outros. Todas as províncias têm direito de participar nas eleições autárquicas", argumenta.

Os direitos sociais e económicos, sustenta o activista cívico, são obrigatórios, mas essa obrigatoriedade a que se refere obedecem ao gradualismo.

"As funções para as autarquias já estão definidas. Agora, o que vai ser gradual é a saída ou ausência do Estado em determinadas tarefas", explicou.

Patrocínio critica o Estado por não ter exercido como tal o seu papel nos municípios, esperançado de que as autarquias possam permitir a inversão do actual cenário das localidades, mormente na garantia das necessidades vitais das comunidades.

"Vamos imaginar que a educação primária passe a ser responsabilidade dos municípios, todos eles têm essa obrigação. Agora se não existem recursos 'em determinados municípios, vai ser suportada por um maior investimento do próprio Estado", esclarece.

Em relação à tese defendida por alguns segmentos políticos segundo a qual alguns municípios não dispõem de condições para as autarquias em simultâneo, José Patrocínio pensa ser necessário haver uma política de redefinição da situação geográfica das localidades.

"Há municípios que não deviam existir como município. Se calhar é preciso juntar municípios. É preciso haver uma estratégia de definição do espaço autárquico", sugere.

## 5.50 Autarquias concorrem no combate à corrupção e desvios no erário

*Jornal O Crime*

*25 De Agosto de 2018*

*Texto: Loide da Costa*

Ekukui, que falava à margem do seminário de capacitação de quadros da U ITA no município de Belas, considera que, com a efectivação do processo, os partidos políticos, coligações e gestores públicos estarão receosos em cometer tais práticas, porque, se por um lado não temem o sistema judicial, temerão a população que passará a ter em sua posse o poder decisório por intermédio das urnas.

Com isso, segundo o mesmo, os partidos políticos poderão estar mais preocupados em resolver os problemas das populações e mostrar ao eleitorado a sua capacidade organizativa e administrativa, com medo de perder a confiança do povo na localidade que governa.

O também secretário municipal do Galo Negro no município de Belas é de opinião que haja justiça e justeza durante todo o processo, para que aqueles que se apegam à corrupção como meio de atingir o poder possam ser dizimados e, conseqüentemente, a construção de uma sociedade harmoniosa com líderes competentes e honestos.

Ekukui classifica a falta de valores, honestidade e lealdade a par da boa formação política e académica por parte dos actuais dirigentes do país,

como estando na base das inúmeras irregularidades cometidas, ao avançar, dentre outras, a saída da democracia representativa para a participativa, onde o cidadão vai participar directamente na gestão do seu município, a não dependência total do governo central e a elaboração local dos programas de governo locais, como sendo as principais vantagens das autarquias.

O secretário defende a realização, em simultâneo, das autarquias em todos os municípios do país, pelo facto de a mesma configurar-se na oportunidade dos municípios para adquirirem a independência económica e política.

"Angola precisa urgentemente de um novo tecido, uma das sugestões é o rejuvenescimento na elite política, com inserção de jovens nas lideranças dos partidos enquanto os mais velhos passarem as experiências. Isso trará nova dinâmica para os partidos políticos e para o país em geral", referiu.

Nelito Ekuikui disse ainda que as autarquias vão trazer homens com novo valor e, uma vez que a UNITA e os demais partidos da oposição nunca tiveram oportunidades de governar Angola, as autarquias serviram para estes mostrarem ao povo a sua capacidade administrativa.

Enquanto isto, os participantes à formação foram unânimes em afirmar que, desde 1991 que as autarquias foram instituídas, o MPLA nunca se predispôs em realizá-las com o único intuito de não partilhar o poder, coisa que até agora está a tentar fazer com a implementação do gradualismo territorial.

Para eles, o sofrimento que o povo enfrenta hoje é fruto da exacerbada corrupção e desvios do erário público que se instalou no país a favor do partido no poder, pelo que vêem uma luz no fundo do túnel para o fim deste cenário com a efectivação das autarquias.

Do outro lado, referiu que congratula-se com a posição da CEAST e das demais intuições nacionais e estrangeiras que defendem a implementação das autarquias em todos os municípios em simultâneo, que põe, automaticamente, o partido no poder sozinho na sua luta de querer implementar o gradualismo territorial, com o único objectivo de não repartir o poder, expondo o país a riscos de assimetrias regionais e outras consequências.

### 5.51 PRS quer consenso na implementação da autarquias

*Jornal O PAÍS*

*25 De Agosto de 2018*

*Texto: Daniel Miguel*

Os membros do Comité Nacional do (PRS) reafirmaram, durante a segunda reunião ordinária, decorrida esta semana, em Luanda a necessidade de que as eleições autárquicas sejam realizadas em todo território nacional e sem qualquer imposição. Segundo o comunicado final' os dirigentes daquele partido concluíram que as eleições autárquicas devem ser realizadas em todo o território nacional com base no princípio da universalidade.

"As eleições e as campanhas dos candidatos devem ser financiadas pelo Governo, sem exclusão de candidaturas", disse o porta-voz do encontro, António Solia. Entretanto, nesta mesma perspectiva, os dirigentes da terceira força política na Oposição defendem que exista consenso durante o processo de institucionalização das autarquias locais, envolvendo todos os estratos sociais.

"O Governo deve respeitar a opinião do povo", acrescentou António Solia. O comunicado final sustenta a tese da universalidade nas eleições autárquicas como mecanismo de afastar os casos de êxodo rural que se assiste em algumas provinciais e também das asimetrias regionais. Outra questão que preocupa os dirigentes do PRS, segundo António Solia, esta relacionada com a actual situação social ao qual está votada a população angolana.

"O Governo angolano deve melhorar a situação social do povo nos domínios da saúde, educação, habitação, emprego, saneamento básico, iluminação pública e vias de acesso, para se alcançar o bem-estar social e a construção de uma sociedade justa", lê-se no comunicado final. Mais rigor e disciplina Líder do PRS, Benedito Daniel manifestou a necessidade de reforçar a disciplina e rigor partidário para se promover uma maior coesão e unidade entre os militantes, tendo em conta os desafios que se avizinham, com destaque para as eleições autárquicas.

Benedito Daniel encorajou ainda a massa militante do seu partido e simpatizantes a depositarem maior confiança nos princípios ideológicos que norteiam aquela formação política com destaque ao federalismo.

Durante dois dias, os membros do Comité Nacional abordaram vários documentos sobre a vida interna do partido, designadamente a preparação organização e participação ao processo eleitoral autárquico e a situação política, económica e social de Angola.

### 5.52 João Lourenço reúne Conselho de Ministro e de Governação Local no Huambo

*Jornal O PAÍS*

*27 De Agosto de 2018*

O Presidente da República, João Lourenço, deslocou-se amanhã, Terça-feira, 28, à província do Huambo, onde vai dirigir a Oitava reunião ordinária do Conselho de Ministros. Esta reunião acontece um mês depois de o Chefe de Estado ter efectuado um encontro no dia 9 Agosto no Uíge em que participaram igualmente o anfitrião Pinda Simão e os governadores de Cuanza-Norte, Malanje e Zaire, respectivamente José Maria dos Santos, Norberto dos Santos 'Kwata Kanawa' e José Joanes André.

Nas terras do bago vermelho, João Lourenço e os auxiliares analisaram a situação sócio-económica dos habitantes das referidas províncias, assim como os principais projectos em curso. Em Julho, a Huíla foi o palco escolhido para a reunião da Comissão

Económica do Conselho de Ministro, reunindo nesta localidade igualmente os governadores das províncias do Namibe e do Cunene.

A segunda sessão ordinária do Conselho de Governação Local também terá lugar nesta mesma província, isto é, na Quarta-feira, 29. O Conselho Nacional da Governação junta ministros de Estado, secretários do Presidente da República, ministros, governadores provinciais, serviços de Apoio ao PR, entre outras individualidades. Fontes deste jornal indicam que estarão presentes no encontro os ministros e a maioria dos governadores provinciais, sendo que apenas dois destes, que se encontram ausentes por razões de saúde, poderão ser representados pelos respectivos vice-governadores.

Neste encontro poderão estar em cima da mesa aspectos relacionados com a intervenção das estruturas centrais nos órgãos provinciais e perspectivar uma melhor articulação entre estas duas estruturas. 'Em suma, acreditamos nós que serão analisados temas relacionados sobretudo com a descentralização e a desconcentração que se assiste no país', contou uma fonte.

A primeira sessão do Conselho de Governação Local aconteceu em Benguela, no dia 19 de Fevereiro deste ano. Recorde-se que foi nesta reunião em que o Presidente da República manifestou o desejo de realizar a primeira reunião do Conselho da República ocorrida em Março e apontado 2002 como o ano da realização das primeiras eleições autárquias no país.

Recordou que a instituição do poder autárquico em Angola, pela primeira vez em mais de 40 anos de independência, resulta do cumprimento de uma promessa eleitoral e que, os anos de 2018 e 2019 serão decisivos para a preparação das primeiras eleições.

"Apenas se nos coloca o desafio jurídico-constitucional sobre o que fazer, como fazer e quando fazer, para que a produção legislativa e as acções sejam programadas de forma ordenada e faseada. O Executivo assume de forma clara o compromisso de implementar as autarquias locais e, para tal, importa preparar a proposta de legislação básica para o efeito, e estruturar as equipas técnicas de trabalho, encarregues de conduzir e executar as diferentes tarefas", disse ainda na altura.

## 5.53 Administração mais próxima do cidadão

*Jornal de Angola*

*29 De Agosto de 2018*

*Texto: João Dias*

O Conselho de Ministros apreciou ontem o Regulamento dos Conselhos Provinciais e Municipais de Concertação Social e o Regulamento dos Conselhos de Auscultação da Comunidade, instrumentos jurídicos que estabelecem normas de organização e de funcionamento dos órgãos de consulta da administração local do Estado e promover a participação de vários actores na vida pública.

O ministro da Administração do Território e Reforma do Estado, Adão de Almeida, referiu que as propostas visam continuar a materializar o processo que conduz a uma Administração Local cada vez mais forte e actuante e mais próxima do cidadão.

Os dois instrumentos aprovados pelo Conselho de Ministros' sublinhou, abrem a Administração Local à participação do cidadão, resultando num governo mais integrado e participado, o que garante um funcionamento mais harmónico entre a Administração Local e a Administração central.

No âmbito da reorganização do processo de tramitação da documentação a submeter ao Titular do Poder Executivo, o Conselho de Ministros apreciou um modelo de relatório a apresentar pelos órgãos da Administração Local do Estado. Pretende-se, com este modelo, elevar o sentido de transparência, prestação de contas e de monitorização, dos órgãos da Administração Local do Estado a observância de pressupostos que concorram para a boa governação.

### Exportação de espécies

No domínio do ambiente, o Conselho de Ministros aprovou o Regulamento sobre a Importação e Exportação de Espécies da fauna e flora selvagem ameaçadas de extinção. O documento contém normas para garantir a protecção e conservação da biodiversidade contra as diferentes ameaças que os fenómenos de importação, exportação, reexportação e de introdução de espécies da fauna e flora provenientes do mar podem representar.

Na cidade do Huambo, o Conselho de Ministros apreciou, para envio à Assembleia Nacional, as propostas de Resolução que aprovam, para ratificação, o Acordo de Cooperação entre o Governo de Angola e o Governo da República do Congo no domínio da Segurança e Ordem Pública e o Memorando de Entendimento no Domínio da Defesa entre o Ministério da Defesa de Angola e o Departamento de Defesa dos Estados Unidos da América. Foi também apreciado o acordo entre Angola e a República Popular da China sobre facilitação de vistos.

### 5.54 Autarquias fortalecem democracia participativa

*Jornal de Angola*

*29 De Agosto de 2018*

A implementação das autarquias vai contribuir para o fortalecimento da democracia participativa em Angola, considerou o jurista Walter Ferreira Felipe.

Ao intervir numa mesa redonda sobre as autarquias, realizada no Instituto Superior Politécnico Tocoísta (ISPT), o jurista disse que a comunidade académica deve ter um papel mais activo no processo das autarquias, para evitar que os partidos políticos utilizem as autarquias com o único propósito 'de consolidação do seu poder.'

O jurista advogou a criação de associações cívicas, capazes de contraporem os interesses dos partidos políticos que dão primazia à acção eleitoral, em detrimento da resolução das questões mais prementes dos municípios.

A mesa - redonda contou, também, com a intervenção do jurista Albano Pedro, que falou sobre as finanças locais. Citando a proposta de lei das finanças locais, disse que 70 por cento das receitas autárquicas devem ser arrecadadas pelas respectivas autarquias, enquanto o Estado será responsável por 30 por cento.

A forma de arrecadação das receitas vai ser por via do Imposto Predial Urbano esta vertente, Albano Pedro defendeu a criação de impostos para os detentores de grandes extensões de terras.

### 5.55 Partidos na Oposição apoiam candidatura de David Mendes para autarca do Cazenga

*Jornal O PAÍS*

*30 De Agosto de 2018*

*Texto: Ireneu Mujoco*

Em entrevista a OPAÍS, o político informou que, com excepção da UNITA e da Aliança Patriota Nacional (APN), este último extra-parlamentar, com os quais ainda não teve contactos, os restantes garantem o seu apoio incondicional.

Trata-se dos partidos integrados na coligação CASA-CE (PADDA-AP, PALMA, PPA, PNSA, PDP-ANA, e BD), a FNLA e o PRS, que manifestaram o seu apoio ao também deputado independente da Assembleia Nacional pela bancada da UNITA.

David Mendes falava à margem de um encontro recentemente realizado no Cazenga com um grupo de jovens proponentes da sua candidatura a autarca do Cazenga.

O político disse que nos próximos dias vai contactar o presidente da APN, Quintino Moreira, e só mais tarde é que o fará com Isaías Samakuva.

Disse que a sua intenção de concorrer para a autarquia do Cazenga já é do conhecimento do líder do Grupo Parlamentar da UNITA, Adalberto Costa Júnior.

Informou que contactará Isaías Samakuva quando estiver consolidado o apoio de que necessita do povo do Cazenga. "Aí avançarei para pedir o apoio formal da UNITA", sublinhou.

Ainda sobre a CASA-CE, David Mendes disse não ter contactado o presidente desta coligação, Abel Chivukuvuku, aliás, agora coordenador, segundo referiu o acórdão nº 497/2018 do Tribunal Constitucional (TC), de 14 de Agosto.

Recentemente, o TC emitiu um acórdão que anulou a figura de Presidente do Conselho Presidencial da CASA-CE, designando-o "coordenador da Coligação", em resposta a um recurso interposto pelos líderes dos partidos políticos membros que



pediam a clarificação da condição de Chivukuvuku na coligação.

#### Apoio da sociedade civil e empresários

O entrevistado revelou que, além dos partidos políticos já referenciados, conta também com o apoio de associações cívicas, de igrejas cristãs, e de uma comunidade islâmica constituída por crentes angolanos do município do Cazenga.

Conta também com um grupo de empresários locais, cujos nomes não revelou, que, segundo ele, vai apoiá-lo na campanha para as eleições autárquicas.

Em conversa com OPAÍS, o também político, líder do Partido Popular (extra-parlamentar), revelou que tem recebido encorajamento de intelectuais de várias áreas do saber do município do Cazenga para concorrer.

"São escritores, jornalistas, médicos, engenheiros, advogados, professores, enfim, uma série de pessoas de vários estratos do saber", reforçou.

#### Desmente mudança de residência

David Mendes desmentiu informações segundo as quais estava de volta ao Cazenga, deixando a zona urbana onde vive, para convencer os munícipes de que nasceu mesmo na circunscrição.

"Eu não preciso voltar ao Cazenga, porque nunca saí do Cazenga. Sou do Cazenga, nasci no Cazenga e tenho lá casa. Os meus pais, irmãos, tios e outros têm lá casa. Saí do Cazenga por altura em que exercia funções no Governo".

Avançou que, tanto em privado como em público, sempre se assumiu como natural do Cazenga, e não de Luanda." Nasci no Pau Grande, lá no Cazenga, e nunca me escondi que sou de lá, há quem diga que é de Luanda, mas esconde que nasceu no Cazenga", concluiu.

## 5.56 Regime financeiro local

*Jornal de Angola*

*30 De Agosto de 2018*

*Texto: João Dias*

Na reunião de ontem, o Conselho de Governação Local apreciou um memorando sobre a implementação do Regime Financeiro Local, documento que reporta as acções já realizadas e em curso, para a consolidação do processo de reforço da desconcentração financeira, designada mente, a criação e funcionamento do Portal do Município, a

formação dos administradores adjuntos para área financeira e orçamental e outros gestores de unidades urbanas, bem como a criação de condições técnicas e tecnológicas de operacionalização do sistema de arrecadação e execução de receitas pelas Administrações Municipais.

O novo Regime Financeiro Local visa dotar os Órgãos da Administração Local do Estado de instrumentos que lhes permitam, por meios próprios, arrecadar e gerir receitas indispensáveis para a prossecução do interesse público e a satisfação das necessidades da actividade, ao nível da província e do município.

O Conselho de Governação Local foi informado sobre a implementação do diploma sobre o Regime Geral da Delimitação e Desconcentração de Competências e Coordenação da Actuação Territorial entre a Administração Central e a Administração Local do Estado, a coberto do qual está em curso o processo de transferência de atribuições e competências dos Órgãos Centrais para os Governos Provinciais, e destes para as Administrações Municipais, incluindo os respectivos recursos humanos e financeiros e sobre a implementação do Decreto Presidencial nº208/17, que regula a Organização e Funcionamento dos Órgãos Locais do Estado, através da aprovação dos estatutos orgânicos dos Governos Provinciais e das Administrações Municipais e respectivo quadro de pessoal.

O conselho foi também informado sobre o Relatório do Processo de Auscultação Pública âmbito do Pacote Legislativo Autárquico e o ponto de situação do concurso de ingresso e acesso no sector da Saúde e sobre os resultados das acções desenvolvidas por um grupo de trabalho multidisciplinar, com objectivo de prevenir e reprimir o fenómeno de roubo e vandalismo de equipamentos públicos.

#### Acidente mortal

O governador do Huambo, João Baptista Kussumua, considerou positiva a visita do Presidente da República. Entretanto, lamentou a morte, por atropelamento, de uma menina, que se deslocava ao aeroporto para assistir a partida do Presidente, endereçando condolências à família e prometeu apoiar as despesas com o funeral.

## 6. URBANISMO E HABITAÇÃO

### 6.1 Pagamento do IPU rende mais de 42 milhões de kwanzas

*Jornal O PAÍS*  
3 De Agosto de 2018

Quarenta e dois milhões, 136 mil e 389 kwanzas são o valor arrecadado pela sexta região tributária, na província do Cunene, resultante do pagamento do Imposto Predial Urbano (IPU), no primeiro e segundo trimestres de 2018

A informação foi prestada à imprensa na Quinta-feira, 2, pelo chefe de departamento do serviço fiscal da AGT - Cunene, Jorge Bernardo. Referiu que, comparativamente ao período homólogo de 2017, este ano houve o acréscimo de sete milhões, 782mil84Kwanzas. Salientou que desse valor, 24 milhões, 475 mil e 199 recaem sobre o IPU património, cuja liquidação é feita nos meses de Janeiro e de Julho, enquanto 15 milhões 486 mil e 33 kwanzas recaem sobre a modalidade de arrendamento que é liquidado mensalmente.

Sem precisar o número de contribuintes que efectuaram o pagamento do Imposto Predial Urbano, disse que nos últimos tempos os serviços têm registado adesão satisfatória em relação ao ano transacto, fruto das acções de sensibilização à importância do pagamento do imposto, sua função e seu contributo no processo de diversificação da economia.

Elogiou, por isso, a maturidade dos contribuintes em relação à importância que atribuem ao pagamento do IPU, que incide sobre os prédios urbanos arrendados e não arrendados. Lembrou que imóveis avaliados até 5 milhões de kwanzas estão, de acordo a lei, isentos de pagamento do IPU, enquanto os com valor superior a 5 milhões pagam 0,5 por cento deste montante. Já no sistema de imóveis arrendados, disse que a taxa é de 15 por cento sobre o valor das rendas recebidas, que podem ser descontado pelos respectivos inquilinos.

### 6.2 Terras em Malanje com melhor gestão

*Jornal De Angola*  
4 De Agosto de 2018  
Texto: : Luso Vitorino

Malanje tem plano territorial que vai permitir definir as principais linhas estratégicas e de desenvolvimento de uma determinada área, organizar e gerir da melhor forma o território e proporcionar qualidade de vida à população, segundo o chefe de Departamento do Instituto de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano.

Alcibiades Guyuhy, que falava durante a apresentação do paradigma e conceitos fundamentais sobre planos de urbanização do bairro Carreira de Tiro, disse que o plano territorial permite disponibilizar lotes de terreno para a auto-construção dirigida em áreas devidamente urbanizadas, evitando erros de ocupação de terrenos. De acordo com Alcibiades Guyuhy, o plano permite também reservar espaços para a implementação de equipamentos sociais, como saúde, educação, creches, infra-estruturas técnicas, actividades económicas, espaços verde, turísticos, entre outros, para contribuir na arrecadação de receitas para o município de Malanje.

O chefe de Departamento do Instituto de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano disse que o plano urbanístico da Carreira de Tiro conta com 273 hectares, para zonas habitacionais, com várias tipologias, acessos devidamente classificados e estruturados, bem como equipamentos sociais para a melhoria da qualidade de vida dos habitantes da região.

Relativamente às infra-estruturas já existentes no bairro, o arquitecto explicou que levantamentos estão a ser feitos, para o reenquadramento e harmonização das estruturas, que devem estar alinhadas com o novo plano de urbanização. Alcibiades Guyuhy disse que o plano urbanístico da Carreira de Tiro não prevê demolições das estruturas existentes. Segundo o administrador municipal de Malanje, João de Assunção, a elaboração do plano urbanístico da Carreira de Tiro e a realização do levantamento para elaboração do plano do bairro Quizanga vão ajudar a prevenção e controlo da ocupação ilegal de terras e de construções anárquicas.

### 6.3 PGR quer por fim à ocupação ilegal nas novas centralidades

*Jornal de Angola*

*7 De Agosto de 2018*

*Texto: Adelina Inácio*

A Procuradoria Geral da República (PGR) discute amanhã, em Luanda, em seminário, a problemática da ocupação ilegal dos imóveis nas centralidades do Sequele, zango, Kilamba, KK5.000 e outros projectos habitacionais do Estado.

De acordo com uma fonte do Jornal de Angola, a Procuradoria Geral da República vai agir com base na legislação e onde houver crime "vai actuar para que os cidadãos desocupem os imóveis ilegalmente em sua posse", disse. Sem precisar o número, a fonte acrescentou que há muitos imóveis ocupados ilegalmente nestas centralidades, por isso a PGR vai trabalhar com a Imogestín, o Fundo de Fomento Habitacional e a SONIP para mapear e identificar os imóveis que estão ilegalmente ocupados e despoletar os procedimentos legais.

A fonte esclareceu que os cidadãos que ocuparam ilegalmente os imóveis podem responder criminalmente por essas práticas.

Segundo uma nota da PGR, as situações de aparente ocupação ilegal de imóveis tornaram-se um fenómeno cujas consequências se têm revelado, cada vez mais, prejudiciais para os supostos ofendidos que recorrem, com frequência crescente, aos órgãos de justiça.

"Impõe-se por isso, que estejamos vigilantes e actuemos em prontidão, fazendo funcionar a lei, de modo a que o Estado desempenhe o seu papel de administrador da justiça, preenchendo o espaço que tais situações abrem para a tentativa de realização de 'Justiça privada', com todos os transtornos e prejuízos daí advenientes para a nossa sociedade", refere a nota da PGR, para justificar a realização do seminário.

Como fiscal da legalidade e órgão director da instrução criminal e titular da acção penal, acrescenta a nota, a PGR entendeu afinar os meios de actuação legal de modo a dar melhor resposta a estas situações, tendo exarado um instrutivo, no mês passado, para conceder aos cidadãos ofendidos mecanismos legais expeditos para protecção e reparação dos seus direitos violados.

Com o seminário, a PGR pretende reflectir, debater e uniformizar os procedimentos sobre essa matéria.

A nota acrescenta que o combate da ocupação ilegal de imóveis do Estado requer a mobilização de todos os órgãos que intervêm na administração da justiça. "Só com a intervenção de todos é possível a total erradicação dos males que enfermam a nossa sociedade", lê-se na nota. Participam no seminário representantes de órgãos judiciais e administrativos para concertação e aprimoramento dos mecanismos de colaboração, em como representantes do Governo da Província de Luanda, do Fundo de Fomento Habitacional, da Imogestín e outras imobiliárias, representantes da sociedade civil e de associações afins para pôr fim à ocupação ilegal de imóveis em Luanda.

Em Janeiro do ano passado, o director para a área comercial da Imogestín, empresa gestora dos projectos habitacionais do Estado, revelou que 1234 apartamentos das tipologias T3, T 4 e T5 estavam ocupados de forma ilegal no Kilamba. Segundo Gilberto Monteiro, a empresa já tinha accionado os procedimentos judiciais para responsabilizar os infractores.

Em 2014 vários apartamentos das centralidades do Kilamba, Zango 0 e Cacuaco foram ocupados ilegalmente por cidadãos angolanos. No Kilamba, os que ocupavam apartamentos em vários blocos foram despejados e muitos deles enfrentam processos judiciais. As vendas foram processadas em regime de renda resolúvel, com e sem capital inicial, num horizonte de 15 a 20 anos.

Ainda em 2014, a Policia Nacional deteve urna rede de trabalhadores da SONIP, sob acusação de terem forjado contratos e facilitado a ocupação ilegal de mais de 100 apartamentos na Centralidade do Kilamba.

### 6.4 Secretaria de Estado defende revisão dos preços das casas

*Jornal de Angola*

*7 De Agosto de 2018*

*Victorino Matias*

A secretária de Estado do Ordenamento do Território, Ângela Mingas, defendeu a revisão dos preços dos apartamentos nos projectos habitacionais do Estado, em todo o país, para serem ajustados aos custos das obras e à situação actual do mercado imobiliário.

De visita à Centralidade do Mussungue, no Dundo, Lunda-Norte, a secretária de Estado manifestou

apreensão em relação aos preços praticados para a aquisição das moradias naquele projecto.

"Não é falta de capacidade financeira do cidadão em aderir ao apartamento. Os preços aplicados, para além de serem diferentes do resto do país, reduzem a capacidade do cidadão em adquirir um apartamento", disse.

Ângela Mingas reconheceu que os preços que a Imogestim pratica na Centralidade do Mussungue, província da Lunda-Norte, chegam a atingir o dobro. "Não podemos permitir que haja especulação dos valores imobiliários, já que é um património do Estado", sublinhou a Centralidade do Mussungue, Dundo, a prestação mensal da renda resolúvel com opção de compra é 90 mil kwanzas para os apartamentos T5, 68 mil kz para os T4, 74 mil para os T4+1 e 37 mil para os T3.

A secretária de Estado lamentou ainda a morosidade processo de entrega dos apartamentos e disse que a situação é consequência dos preços altos e da burocracia do processo de venda dos imóveis.

"Está bastante moroso. O processo de venda já devia ter terminado há bastante tempo, visto que o mesmo começou em Dezembro de 2015", esclareceu.

A secretária de Estado do Ordenamento recomendou ao governo provincial da Lunda-Norte para pressionar a empresa responsável pelo processo, para que conclua as vendas até ao final deste ano, a fim de se evitar a vandalização constante que acontece em apartamento em moradores.

#### Vandalização

Ângela Mingas disse que a vandalização dos fogos habitacionais em todo o país, por falta de comercialização, tem sido um problema sério para o Ministério do Urbanismo e Ordenamento do Território, visto que põe em causa os investimentos do Estado.

Segundo Ângela Mingas, existem centenas de apartamentos vandalizados na Centralidade do Mussungue por não estarem ocupados. "Este vandalismo é silencioso. As pessoas entram, roubam e fecham as portas como se nada tivesse acontecido", adiantou, acrescentando que "é um caso de polícia", mas ressaltou que a comercialização "seria o remédio para a redução destes casos."

Ângela Mingas mostrou-se também preocupada com a progressão da ravina, considerando ser "urgente

que se intervenha, o mais rápido possível, no estancamento da ravina da centralidade, visto que pode pôr em causa, não só a estrutura dos edifícios periféricos, assim como a preservação da vida humana e a estabilidade do investimento público."

A secretária de Estado aconselhou as autoridades locais a encontrarem soluções paliativas para evitar a progressão da ravina, enquanto se espera por uma intervenção das estruturas centrais do governo.

"O projecto de estancamento da ravina encontra -se neste momento no Tribunal de Contas a correr os trâmites legais. E espera-se que este trimestre comecem as obras de forma que a chuva não agrave a situação e o progresso da ravina", esclareceu.

Ângela Mingas disse que vão ser transferidas 43 pessoas que vivem no edifício de nove andares, da zona 4, ameaçada pela ravina, para um outro com as mesmas características, visto que são compostos por apartamento de tipologias T3 e T3 + 1.

De referir que são 730 apartamentos que o empreiteiro chinês, Panchina, não entregou ao dono da obra por apresentarem falhas no seu acabamento, sobretudo na impermeabilidade e na filtração de água da chuva, pondo em risco as estruturas arquitectónicas dos edifícios.

Dos cinco mil apartamentos da centralidade, 3.240 já foram comercializados através da propriedade resolúvel, venda livre e arrendamentos.

#### Programa 200 fogos

Ângela Mingas ficou satisfeita com o nível de organização na comercialização das habitações construídas no âmbito do programa "200 fogos" na província da Lunda-Norte. Ângela Mingas esteve no município do Cambulo, para ver os terrenos infra-estruturados pelo Estado, no quadro do programa de construção de 200 fogos em cada município do país.

## 6.5 Centralidade à vista na 'cidade de Ndalatando

*Jornal De Angola*

*9 De Agosto de 2018*

O Governo da província pretende construir a centralidade de Ndalatando, com mais de quatro mil fogos, desenvolver a segunda fase para a requalificação da cidade do Dondo, além de reabilitar a estrada entre Alto-Dondo e Capanda e o troço São Pedro da Quilemba/ Alto-Dondo. No município do Cazengo, devem também ser erguidas infra-estruturas integradas externas e internas, alargamento à estrada



nacional 230 entre o Alto-Dondo/Morro do Binda e Ndalatando, Lucala, reabilitação da estrada nacional Alto-Dondo/ desvio da Munenga ao Libolo (Cuanza-Sul) e entre Maria Teresa e Dondo.

Em estudo está a reabilitação do troço Caso/Samba-Lucala, na estrada nacional 230, bem como a reabilitação e manutenção de vias secundárias e terciárias. A cidade de Ndalatando, de acordo com o programa do Governo da província, será ainda contemplada com a construção do Centro Regional do Instituto de Formação da Administração Local (IFAL), para além da construção e apetrechamento de um centro local de emprego e a construção do Serviço Integrado de Atendimento ao Cidadão (SIAC). O Programa de Investimento Público de Combate à Fome e à Pobreza reserva a construção de sistemas de fornecimento e abastecimento de água em vários municípios, a construção de Infra-estruturas de caris social em Ambaca, para além da construção do Tribunal Municipal do Golungo Alto e de 200 fogos habitacionais em Ndalatando.

O governador do Zaire, José Joanes André, vai apresentar o balanço dos programas executados na província desde o alcance da paz, em 2002, bem como as de país necessidades da população. Joanes André, que preferiu não entrar em pormenores para não esvaziar os assuntos a serem apresentados hoje ao Presidente da República, avançou, no entanto, que dos mais 1. 700 quilómetros de estradas nacionais a serem asfaltadas no Zaire, 400 já estão concluídos, tendo realçado a ligação da província com a cidade de Caxito, no Bengo. O Governador provincial do Uíge, Pinda Simão, apontou ainda como desafios traçados o governo a construção de estabelecimentos de ensino como os institutos Médio e Saúde e de Energias Renováveis

## 6.6 Actuação sincronizada e célere para travar ocupações ilegais

*Novo Jornal*

*10 De Agosto de 2018*

*Texto: António Paulo*

No final do encontro, os participantes do colóquio recomendaram, de entre várias medidas, o cumprimento escrupuloso do Instrutivo n.º 03/2018, de 06 de Julho, do Procurador-Geral da República, que determina os procedimentos de actuação do Ministério Público e dos órgãos de investigação criminal relativamente à ocupação ilegal de imóveis, mormente no que concerne à averiguação criteriosa da eventual existência de crimes.

Recomendaram ainda uma actuação sincronizada e célere dos órgãos que intervêm na administração da justiça, no tratamento das questões referentes às ocupações ilegais de imóveis.

Uma maior colaboração com os órgãos de justiça, por parte das instituições do ramo imobiliário, foi outra recomendação dos participantes.

## 6.7 Ministério do território propõe revisão dos preços

*Jornal Visão*

*10 De Agosto de 2018*

De visita à Centralidade do Mussungue, no Dundo, Lunda-Norte, Ângela Mingas reconheceu que os preços que a Imogestim pratica na referida Centralidade chegam a atingir o dobro do valor que geralmente são comercializadas as residências.

"Não é falta de capacidade financeira do cidadão em aderir ao apartamento. Os preços aplicados, para além de serem diferentes do resto do país, reduzem a capacidade do cidadão em adquirir um apartamento e não podemos permitir que haja especulação dos valores imobiliários, já que é um património do Estado", sublinhou. Na Centralidade do Mussungue, Dundo, a prestação mensal da renda resolúvel com opção de compra é 90 mil kwanzas para os apartamentos T5, 68 mil kz para os T4, 74 mil para os T4+ 1 e 37 mil para os T3.

A secretária de Estado lamentou ainda a morosidade no processo de entrega dos apartamentos e disse que a situação é consequência dos preços altos e da burocracia do processo de venda dos imóveis.

A mesma recomendou ao governo provincial da Lunda-Norte que pressione a empresa responsável pelo processo, para que conclua as vendas até ao final deste ano, a fim de se evitar a vandalização constante que acontece em apartamentos sem moradores.

## 6.8 Ocupantes ilegais de imóveis e de terrenos na mira da PGR

*Novo Jornal*

*10 De Agosto de 2018*

*Texto: António Paulo*

A Procuradoria-Geral da República (PGR) angolana quer travar a "impunidade" que se assiste na ocupação ilegal dos imóveis do Estado, bem como na usurpação de terrenos. O assunto foi abordado esta

semana, em Luanda, num seminário que juntou à mesma mesa magistrados judiciais, oficiais de investigação e administradores municipais. Actuação sincronizada e célere no tratamento das questões referentes às ocupações ilegais é o que defendem os participantes do encontro.

Intervindo na abertura do seminário sobre "Ocupação Ilegal de Imóveis", o vice-procurador-geral da República, Mata Liz, defendeu a necessidade de se responsabilizar todos os cidadãos envolvidos na ocupação ilegal e sabotagem dos imóveis do Estado, para que seja respeitada a lei e o próximo.

Mata Liz culpou o Estado pela atitude dos infractores, que se têm aproveitado de alguma "desorganização e facilidades das fragilidades do sistema". "É o momento de despertar a autoridade; Por isso é que estamos cá, polícias, procuradores e administração, para abordagem de um tema particular que é o património imobiliário", sublinhou a fonte, para quem o executivo angolano tem feito um "esforço gigantesco" para colmatar o défice habitacional no país.

"Nos últimos anos, o governo angolano investiu na construção de zonas habitacionais, porém assistimos impávidos e serenos à destruição e à sabotagem desse mesmo património", frisou o governante, sublinhando que a situação ocorre num quadro mais ou menos generalizado de impunidade.

"As pessoas fazem e desfazem porque acreditam facilmente que a autoridade não está presente ou está distraída. O país endividou-se, construíram-se cidades, centralidades, muitos jovens em Luanda viram realizado o sonho da casa própria, mas, infelizmente, pessoas oportunistas aproveitaram-se de alguma desorganização e passaram a invadir essas mesmas centralidades. É o momento de despertar a autoridade. O problema tem de ser travado", apelou. O vice-procurador-geral da República lembrou que as leis são feitas para regular a sociedade e que instituições como a Procuradoria-Geral da República devem fazer a aplicação da lei e o seu cumprimento. Porém, "infelizmente, nem sempre a sua acção alcança a eficácia que se espera".

"A ocupação ilegal de imóveis, sobretudo nas zonas urbanas, e a usurpação de terras fazem parte de relatos diários, com casos mesmo de uma residência ou terreno ter mais do que um proprietário", observou Mata Liz, lembrando que a gestão do património público precisa de ter sustentabilidade.

"A ocupação ilícita de imóveis é um problema concreto dos nossos dias e a gestão desse património público precisa de ter sustentabilidade, para que

quem o adquire possa assumir os respectivos encargos e garanta a continuidade do projecto", concluiu.

Saliente-se que participaram no evento, que decorreu no Instituto Nacional de Estudos Judiciários (INEJ) de Angola, magistrados do Ministério Público e judiciais, administradores municipais, comandantes da Polícia Nacional, directores e chefes dos Serviços de Investigação Criminal, fiscais das administrações municipais e convidados que, ao longo do dia 8, quarta-feira, discutiram a questão da ocupação ilegal de imóveis nos projectos habitacionais públicos.

## 6.9 PGR preocupada com elevado índice de ocupação ilegal de imóveis

*Jornal O PAÍS*

*10 De Agosto de 2018*

*Texto: Maria Cústodia*

A afirmação é do procurador-geral da República, Hélder Pitta Gróz, e foi feita quando intervinha, nesta Quarta-feira, 8, em Luanda, na abertura do Colóquio Sobre Ocupação Ilegal de Imóveis, organizado pela instituição que dirige.

Segundo o magistrado, a PGR tem sido com muita insistência procurada por cidadãos que se vêem impedidos de exercer os seus direitos, porque as suas casas foram ocupadas por terceiros enquanto continuam a ser descontados nos salários pelas mesmas, mas havendo outros cidadãos a viver nelas.

Para se colocar cobro a esta situação, Hélder Pitta Gróz disse ser necessário combater a impunidade contra os que praticam estes crimes.

Denunciou que alguns destes ocupantes usam documentos falsos, sendo que outros fazem-no por ocupação, daí ter reiterado a necessidade de um combate cerrado contra este mal.

"O momento é para afinarmos os mecanismos legais que existem para se combater a impunidade", apelou o procurador-geral da República, para quem o combate à impunidade não visa substituir os tribunais, mas para ajudar o cidadão a exercer os seus direitos.

Aliás, disse ser esta a razão de, em companhia de outras entidades competentes, realizarem este seminário para, em conjunto, encontrarem o melhor ponto de vista e a melhor forma de actuar.

Entretanto, um comunicado de imprensa divulgado no fim do seminário, entre outros pontos, refere ser imperioso que a PGR, enquanto órgão da fiscalidade, tome as providências necessárias para o restabelecimento da paz social.

O comunicado defende, com urgência<sup>1</sup> a necessidade da uniformização de procedimentos do Ministério Público e dos órgãos de investigação criminal, com vista a dar tratamento aos casos que incidem na prática de crimes que resultam da ocupação de imóveis, em prejuízo dos seus legítimos proprietários. O Colóquio, antecedido de um seminário, recomendou ainda o cumprimento rigoroso do Instrutivo nº 37/2018, de 06 de Julho, do Procurador Geral da República, que determina os procedimentos de actuação do Ministério Público e dos órgãos de investigação criminal relativamente à ocupação ilegal de imóveis, mormente no que tange a averiguação da eventual existência de crimes.

Recomenda igualmente a actuação sincronizada e célere dos órgãos que intervêm na administração da justiça, no tratamento das questões referentes às ocupações ilegais de imóveis, bem como uma maior colaboração com os órgãos de justiça por parte das instituições do ramo imobiliário.

## 6.10 Preços podem ser revistos

*Jornal Economia e Finanças*  
10 De Agosto de 2018

A secretária de Estado do Ordenamento do Território, Ângela Mingas, manifestou apreensão em relação aos preços praticados para a aquisição das moradias na Centralidade do Mussungue, no Dundo, Lunda-Norte.

"Não é falta de capacidade financeira dos cidadãos em aderir aos apartamentos. Os preços aplicados, para além de serem diferentes do resto do país, reduzem a capacidade do cidadão em adquirir um apartamento", disse à imprensa, aquando da sua visita àquele projecto habitacional do Governo.

A secretária de Estado defendeu a revisão dos preços dos apartamentos nos projectos habitacionais do Estado, em todo o país, para serem ajustados aos custos das obras e à situação actual do mercado imobiliário.

Reconheceu que os preços que a Imogestim pratica na Centralidade do Mussungue, província da Lunda Norte, chegam a atingir o dobro. "Não podemos permitir que haja especulação dos valores imobiliários, já que é um património do Estado", sublinhou.

Na centralidade do Mussungue, a prestação mensal da renda resolúvel com opção de compra é 90 mil kwanzas para os apartamentos T5, 68 mil kz para os T 4,74 mil para os T4+1 e 37 mil para os T3.

Lamentou ainda a morosidade no processo de entrega dos apartamentos e disse que a situação é consequência dos preços altos e da burocracia do processo de venda dos imóveis.

"O processo de venda já devia ter terminado há bastante tempo, visto que o mesmo começou em Dezembro de 2015", esclareceu.

Recomendou ao governo provincial da Lunda Norte para pressionar a empresa responsável pelo processo, para que conclua as vendas até ao final deste ano, a fim de se evitar a vandalização constante que acontece em apartamentos sem moradores.

## 6.11 Procurador vai processar ocupantes ilegais

*Jornal de Angola*  
10 De Agosto de 2018

A Procuradoria - Geral da República (PGR) tranquilizou, na quarta-feira, em Luanda, os cidadãos, cujas casas nas centralidades e terrenos estejam ocupados de forma ilegal, ao anunciar que vai reforçar os mecanismos de investigação para responsabilizar criminalmente os seus ocupantes.

O procurador-geral da República, Hélder Pitta-Grós, que falava no encerramento do seminário sobre a ocupação ilegal de imóveis organizado pela Procuradoria-Geral da República, disse que, sem substituir os tribunais, a PGR vai apoiar os cidadãos cujos direitos de propriedade sobre os seus imóveis e terrenos foram esbulhados por terceiros.

"Não queremos substituir os tribunais, mas vermos ali onde podemos agir para ajudar o cidadão a exercer os seus direitos", disse o procurador-geral da República. Hélder Pitta-Grós alertou os cidadãos que se dedicam à ocupação ilegal de casas nas centralidades e de terrenos que vai reforçar as acções de investigação para pôr fim a estas práticas.

Segundo o procurador-geral da República, o objectivo é combater a impunidade. Hélder Pitta - Grós disse que a PGR está preocupada com o número de reclamações que tem recebido dos cidadãos em relação à ocupação das suas residências, em particular nas centralidades.

"Temos sido procurados com muita insistência por cidadãos que se vêem impedidos de exercer os seus

direitos de propriedade porque as suas casas estão ocupadas por terceiros", disse, para acrescentar que as acções da PGR vão incidir também contra os cidadãos com documentos falsos para ter acesso às residências nas centralidades.

No seminário, o governador provincial de Luanda, Adriano Mendes de Carvalho, manifestou preocupação com a venda ilegal de terrenos, até nas zonas que constituem reservas fundiárias do Estado. Para Adriano Mendes de Carvalho, a venda ilegal de terrenos tomou-se num negócio na capital do país.

## 6.12 Primeira centralidade do Uíge foi aberta ontem aos habitantes

*Jornal de Angola*

*11 De Agosto de 2018*

*Texto: Silvino Fortunato*

A centralidade de Kilumoso, arredores da cidade do Uíge, começou ontem a ser habitada, com a entrega simbólica de chaves aos primeiros moradores pelo Presidente da República, João Lourenço.

O projecto habitacional Kilumoso tem 1.010 apartamentos prontos a habitar e 48 lojas. Todas as habitações são de tipologia T3 (três quartos, sala, cozinha, casa de banho) construídas, cada numa área de 100 metros quadrados.

Os edifícios da centralidade têm até quatro pisos e cada bloco possui um total de oito apartamentos.

Em fase de acabamento, encontram-se o centro infantil, jardim-de-infância, uma escola primária, outra secundária e um posto de saúde.

A ministra do Ordenamento do Território e Habitação' Ana Paula de Carvalho, garantiu, na ocasião, que a maioria das infra-estruturas está executada acima de 50 por cento, salientando que o centro médico será a única estrutura que não deverá ser entregue com os equipamentos necessários. Para Ana Paula de Carvalho, o processo de comercialização das residências na centralidade do Kilumoso teve início a 6 de Agosto último e 30 clientes são diariamente chamados para procederem ao processo de formalização de candidaturas.

Ainda de acordo com explicações da ministra do Ordenamento do Território e Habitação prestadas ao Presidente da República, os beneficiários adquirem as residências por renda resolúvel, arrendamento e pronto pagamento.

A ministra esclareceu também que a centralidade está dotada de um sistema de tratamento e abastecimento

de água potável e de escoamento de águas residuais' de subestação eléctrica e outros equipamentos.

O sistema de abastecimento de água à centralidade possuiu uma capacidade de armazenamento de 3.500 metros cúbicos. Possui ainda reservatórios com capacidade para armazenar 275 metros cúbicos de água.

O programa de construção de habitações sociais na província contempla a construção de sete mil habitações, sendo 4.500 para a cidade do Uíge e 2.500 para o município do Negage.

A ministra garantiu estarem já criadas as condições para a implementação da próxima fase de construção dos imóveis em falta.

### Habitação condigna

O governador do Uíge, Pinda Simão, disse, a propósito, que a centralidade do Kilumoso vai permitir que muitos cidadãos, sobretudo jovens, tenham acesso à habitação social condigna. Bento Monteiro, de 23 anos, um dos beneficiados, disse ter concretizado o sonho de ter uma casa própria. Prometeu andar bem da moradia e espera que o processo prossiga para permitir que mais jovens sejam contemplados.

### Acções prioritárias

O Governo Provincial de Malanje tem um plano operativo avaliado em 119.519.619.792 kwanzas para a implementação de acções prioritárias e imediatas que permitirão solucionar, a curto prazo e de forma coerente e consistente, os problemas que condicionam o bem-estar da população.

O plano, apresentado à Comissão Económica do Conselho de Ministros reunido no Uíge pelo governador Norberto dos Santos "Kwata Kanawa", foi elaborado no quadro das especificidades da província, bem como das prioridades nacionais, espelhadas nas estratégias de desenvolvimento definidas no Plano de Desenvolvimento Nacional 2018/2022.

A estratégia define sete prioridades, distribuídas em 112 projectos que se pretende cumprir até 2022. Destina-se ao aumento da rede de equipamentos escolares do ensino primário.



### 6.13 PR inaugura centralidade no Uíge

*Jornal de O PAÍS*  
12 De Agosto

Situada a três quilómetros do centro da cidade, a nova área habitacional vai albergar, nesta etapa, quatro mil e 500 moradores.

O projecto, que prevê a construção global de cinco mil e 500 apartamentos, integra prédios de quatro andares com oito apartamentos cada e moradias de um e dois andares.

O processo de comercialização teve início na Segunda-feira última, pelo que se espera ter a centralidade completamente habitada até ao final do ano.

A entrada em funcionamento da centralidade enquadra-se no programa de melhoria das condições de vida da população, segundo o governador provincial, Pinda Simão.

Adjacentes à centralidade estão as sub-estações de águas e energia eléctrica, também visitadas pelo Presidente da República.

Ainda no segmento da construção' o Chefe de Estado angolano constatou o grau de execução do Projecto Habitacional e de infra-estruturas integradas de Catapa, na periferia da cidade do Uíge.

Trata-se de um projecto desenvolvido num espaço de 100 hectares (um hectare equivale a um campo de futebol), inserido no Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017.

No quadro da deslocação ao Uíge, o Presidente João Lourenço esteve nesta Sexta-feira no Hospital Provincial, onde visitou a pediatria e o novo edifício, antes de entregar medicamentos para reforçar a capacidade de resposta da unidade.

À margem da visita, a ministra da Saúde, Sílvia Lutucuta, anunciou para o ano em curso o início das obras de reabilitação do Hospital Provincial do Uíge, uma unidade com mais de 70 anos.

A reabilitação, que será feita de forma faseada, deverá abranger os serviços de pediatria e bloco operatório, e, posteriormente, as outras dependências da unidade sanitária. Nessa província do Norte do país, o Titular do Poder Executivo orientou os trabalhos da Oitava Reunião Ordinária da Comissão Económica do Conselho de Ministros.

### 6.14 Imogestin «congela» vendas nos Zangas

*Novo Jornal*  
17 De Agosto de 2018  
Texto: Faustino Diogo

A imobiliária Imogestin não vai comercializar este ano apartamentos na centralidade do zango 8000 nem no Zango O, contrariamente ao anunciado esta semana pela ministra do Ordenamento do Território e Habitação.

Ana Paula de Carvalho, que falava no final da visita, na terça-feira, 14, às referidas centralidades, garantiu que as vendas dos apartamentos aí construídos iriam começar este ano.

"No Zango 8000 o que está a faltar é a estação de tratamento de águas residuais, que tem a sua previsão de conclusão para o mês de Outubro. Mas, independentemente, disso estamos a concertar o início da comercialização daquelas casas que já têm um sistema alternativo que seriam fossas sépticas e poços rotos, para esta altura. E estamos a falar na ordem de 2600 casas", disse a ministra.

No entanto, o Novo Jornal sabe que essas habitações serão entregues aos funcionários públicos e às empresas que concorreram à compra directa para os seus funcionários no ano passado. O processo de venda livre vai apenas ser aberto quando as restantes habitações destas e outras centralidades da capital estiverem concluídas.

De acordo com o porta-voz da Imogestin, não se justifica abrir agora um processo de vendas, quando há pessoas à espera que já concluíram os seus processos.

"Só quando estiverem todas as casas distribuídas é que vamos voltar às vendas livres. Não faz sentido abrir novas vendas com tão poucas casas. Vamos atender os clientes que aguardam desde ano passado", disse Mário Guerra.

O quadro da imobiliária responsável pela comercialização dos projectos habitacionais do Estado avançou que, para além das casas do Zango 8000, estarão também disponíveis apartamentos no Zango 0.

"Para além dos 2800 apartamentos no Zango 8000, temos também 300 apartamentos para serem entregues Mesmo sendo funcionário público, o nosso interlocutor lamenta nunca ter sido contemplado nos diversos projectos habitacionais que já beneficiaram

profissionais deste sector.

"O meu Ministério já recebeu e distribuiu casas em vários projectos, mas infelizmente nunca fui contemplado. Por isso é que pretendo comprar nas centralidades", conclui.

Neusa João é outra cidadã que aguarda ansiosa por mais vendas agora que está melhor financeiramente.

"Quando venderam o Kilamba ainda não tinha um trabalho fixo. Hoje, graças a Deus, isso está ultrapassado, mas infelizmente não abrem as vendas. Mas vou continuar a esperar e quem sabe no próximo ano consigo comprar", disse a cidadã, esperançosa.

no Zango o. Todos estes apartamentos serão entregues na proporção de 70 por cento aos funcionários públicos, por via dos seus departamentos, e os restantes 30 por cento àquelas empresas que se candidataram directamente para a compra de apartamentos para os seus trabalhadores", explicou.

Mário Guerra avançou que a venda livre foi contemplada no ano passado com a abertura de candidaturas por via online.

"No ano passado atendemos a venda directa com 1300 apartamentos no KM 44 e todos já foram entregues. Agora não vamos abrir processo de venda até atendermos os segmentos que aguardam", reforçou.

Nesta senda, fica excluída a intenção de venda, ainda este ano, avançada pela ministra do Ordenamento do Território e Habitação, gorando assim as expectativas de alguns cidadãos que continuam a sonhar com a casa própria.

"No ano passado não consegui candidatar-me pelo site porque todos sabemos o que se passou. E depois de ouvir a Ministra pensei que seria desta vez, mas parece que também não será", disse António Pedro, funcionário do Ministério da Educação.

## 6.15 Venda de casas em Luanda confirmada para Outubro

*Jornal de Angola*

*18 De Agosto de 2018*

*Texto: César Esteves*

A notícia veiculada ontem por alguns órgãos de comunicação social, segundo a qual a venda de casas em Luanda pela Imogestim estaria congelada, não corresponde à verdade, garantiu ao Jornal de Angola

o assessor jurídico e porta - voz da empresa imobiliária.

Mário Guerra informou que as moradias vão ser vendidas no prazo anunciado recentemente pela ministra do Ordenamento do Território e Habitação, Ana Paula de Carvalho.

A comercialização de moradias vai ser feita em Outubro e apenas a trabalhadores da Função Pública e de empresas, acrescentou Mário Guerra. "Nessa leva não haverá venda ao público, por já ter sido feita", esclareceu o porta - voz da Imogestim, empresa gestora das novas urbanizações construídas pelo Estado.

Mário Guerra afirmou que a informação sobre um eventual congelamento das vendas no Zango O e Zango 8.000 foi "sensacionalista" e acentuou que já esclareceu aos órgãos de comunicação social que a veicularam que a mesma não é verdadeira. "Creio que já não voltarão a colocar tal título, por não corresponder à verdade", salientou Mário Guerra.

O porta - voz da Imogestim lembrou que há três modalidades de venda, nomeadamente, a "Livre", dirigida ao público a partir do portal de candidatura da empresa imobiliária, "Venda à Função Pública", dirigida aos organismos estatais, quer sejam centrais ou locais, e a "Venda às Empresas", públicas e privadas. A primeira modalidade já foi realizada.

"Como já foram entregues 1.300 casas, na venda livre, através do portal, o ano passado, agora as casas vão ser vendidas à Função Pública e a empresas, ou seja, a trabalhadores", sublinhou Mário Guerra.

Na fase de vendas em Outubro, 70 por cento das casas vão ser comercializadas à Função Pública e 30 por cento a trabalhadores de empresas interessadas.

Mário Guerra avançou que tal medida só vai ser materializada nessa fase, o que quer dizer que não vai ser sempre assim.

Para o caso das empresas, Mário Guerra esclareceu que os seus trabalhadores não vão concorrer a título individual. "São as empresas que vão concorrer por eles", salientou Mário Guerra.

O assessor jurídico da Imogestim lembrou que está estabelecido que, pelo menos, 40 por cento das vendas têm de ser para pessoas com menos de 40 anos.

Segurança Social

Mário Guerra esclareceu que as empresas públicas que não têm as contribuições regularizadas junto do

Instituto Nacional de Segurança Social vão poder concorrer à compra de casas para os seus trabalhadores sem algum impedimento. Por serem instituições estatais, explicou, o próprio Estado vai regularizar.

"Os trabalhadores da Edições Novembro, da Rádio Nacional de Angola, da Angop e da Televisão Pública de Angola não vão ser prejudicados por causa disso", garantiu, para acrescentar que as candidaturas só podem ser feitas pelas empresas, o que significa que os trabalhadores, a título individual, não o poderão fazer.

O responsável adiantou que as vendas para a Função Pública e empresas não vão ser feitas através do portal da Imogestim. As empresas é que terão de concorrer.

Quanto à venda dirigida ao público, Mário Guerra não deu garantia da sua retomada, mas não descartou essa possibilidade. No Zango 8.000 vão estar disponíveis 2.627 casas, no Zango Zero 336 e no KM44 338.

## 6.16 Administração municipal do Kilamba Kiaxi encerra Mediateca devido à degradação da infraestrutura

*Jornal O PAÍS*

*19 De Agosto de 2018*

A Administração Municipal do Kilamba Kiaxi, em Luanda, ordenou o encerramento imediato da Mediateca da circunscrição devido à sua degradação não oferecer condições de segurança para os usuários. O imóvel construído há três anos pela Comissão Administrativa de Luanda, tem várias fissuras nas paredes e o pavimento interior degradado.

Fontes da administração referem que muito antes do encerramento da Mediateca, o material bibliográfico e alguns equipamentos da instituição, que se encontravam sob responsabilidade da Comissão Administrativa de Luanda já não se encontrava no local. Preocupada com a situação, a fonte disse temer que o mesmo venha a servir de refúgio para marginais, uma vez que grande número de portas e janelas estão destruídas.

Refira-se, no entanto, que antes do seu encerramento, há cerca de uma semana, apenas uma sala da mediateca estava em funcionamento e era frequentada maioritariamente por estudantes do complexo escolar Ana Paula, situado nessa área.

## 6.17 Banco Postal cria crédito para habitação social e produtos para transformar sector informal

*Jornal Expansão*

*24 De Agosto de 2018*

*Mirene da Cruz*

As pessoas que queiram realizar o sonho de ter casa própria poderão encontrar resposta no Banco Postal. A instituição disponibilizou o crédito Postal Habitação Social, que dá até 10 milhões KZ para as construções dirigidas. A informação foi avançada pelo director-geral da Unidade de Comércio e Empresários do Banco Postal, Virgílio Mendes, à margem do seminário sobre inclusão financeira "Apoio a Projectos de Negócio de Mulheres Empreendedoras", promovido em conjunto com o Fórum das

Mulheres Jornalistas Para a Igualdade no Género. Virgílio Mendes disse que o banco já disponibilizou mais de 200 milhões de KZ para micro-crédito, sobretudo no sector informal, e pretende apostar na literacia financeira como pilar do crescimento de clientes. O director geral da Unidade de Comércio e Empresários afirmou que o Banco Postal tem disponível um orçamento global de 900 milhões KZ para este efeito. "Neste momento, temos uma carteira de micro-crédito que ascende a 200 milhões de kwanzas para um orçamento de 900 milhões disponíveis. Claro que o micro-crédito é um grande desafio, muito pelo factor da capacidade de gestão de negócios de cada um dos clientes", explicou.

A coordenadora para o Fórum de Mulheres Jornalistas para Igualdade no Género (FMJIG) em Angola, Josefa Lamberg, considerou que o mercado informal no País, envolvendo sobretudo mulheres, é "cada vez mais violento", ao mesmo tempo que anunciou ciclos de formação para inclusão financeira. Segundo Josefa Lamberg, a inclusão da mulher no mundo económico é um dos desafios que a plataforma de igual de no género se propõe enfrentar, porque, sustentou, as mulheres continuam a ter "pouco acesso" ao mercado do trabalho.

"Porque as mulheres, embora sejam as que mais trabalham e tenham duplicidade de horas de trabalho, ainda são as mais mal pagas e continuam a ter dificuldade em aceder a empréstimos. Tudo isto leva a que elas constituam a camada mais pobre da sociedade, a todos os níveis", fundamentou. A parceria entre o Banco Postal e o Fórum de Mulheres Jornalistas para Igualdade no Género serviu, de igual modo, para elucidar os membros sobre os produtos disponíveis no banco e as facilidades para saírem do

sector informal e passar os seus negócios para o sector formal. "A inclusão da mulher no mundo económico é um dos desafios da plataforma, porque as mulheres têm pouco acesso ao mercado do trabalho", rematou.

## 6.18 Administração revela proposta de investimentos no próximo ano

*Jornal de Angola*  
26 De Agosto de 2018  
Texto: Vidas da Purificação

A Administração Municipal de Icolo e Bengo prevê que as receitas e despesas para o Programa de Investimentos Públicos (PIP) de 2019 atinja os 6,2 mil milhões de kwanzas, ou o dobro do que está este ano em execução naquela região. Em 2018, as receitas e despesas do PIP de Icolo e Bengo situaram -se em 3,1 mil milhões de kwanzas, segundo uma nota do Gabinete Municipal de Estudos, Planeamento e Estatística (GEPE) citado ontem pela Angop.

O próximo ano, indica o documento, os fundos do PIP são empregues na construção e apetrechamento do Hospital Municipal da Centralidade do km 44 e a reabilitação, ampliação e apetrechamento da escola nº 6014, situada na localidade de Mazozo. A construção de um centro de saúde na comunidade Cabiri, devido ao crescimento demográfico naquela localidade, a reabilitação, ampliação e apetrechamento da escola nº 6014, da Lalama, e a construção e apetrechamento de um posto policial constam igualmente da proposta.

## 6.19 Estado perde mais de mil milhões de kwanzas em IPU

*Jornal de Angola*  
28 De Agosto de 2018  
Texto: Victorino Joaquim

Obras inacabadas ou abandonadas pelos promotores representam, para o Estado, perdas de algo como mil milhões de kwanzas por ano, pela falta ao pagamento do Imposto Predial Urbano (IPU), obrigatório para os proprietários de imóveis.

Uma fonte da Administração Geral Tributária disse ao Jornal de Angola que o cálculo resulta de uma estimativa do valor mínimo do que seria arrecadado pelo Estado em receita, caso o IPU sobre todos esses edifícios fosse regularmente pago.

O IPU é representado por 0,5 por cento sobre o montante do valor patrimonial dos edifícios que

excedem os cinco milhões de kwanzas. Para os prédios que se encontram arrendados, aplica-se a taxa de 15 por cento sobre o total da renda.

O Jornal de Angola apurou que, em grande parte, o abandono das obras está ligado às dificuldades de importação de materiais de construção, acentuadas com a escassez de divisas que se seguiu à queda do preço do petróleo no mercado internacional, em Junho de 2014.

As obras são levantadas até onde permitem os materiais de construção produzidos e disponíveis no país, como cimento, blocos e vigas de aço. Quando chega a vez dos acabamentos, as edificações param.

Contam -se em dezenas os edifícios de grande envergadura inacabados em Luanda, embora a nossa reportagem não tenha podido obter uma lista de obras nessa situação das fontes institucionais que lidam com o problema a nível de Luanda.

Há obras inacabadas na Marginal de Luanda, onde se conta a sede do Banco de Poupança e Crédito (BPC) - de acordo com informações obtidas, já terá sido pago ao abrigo da linha de crédito da China - e um edifício contíguo. Incluem -se, ainda, obras nas Ingombotas e na rua Comandante Gika, na Maianga.

### Problema antigo

O engenheiro civil António Venâncio declarou à nossa reportagem, para ilustrar a situação, que depois de 1975 houve zonas em Angola em que os -prédios inacabados ou abandonados ressaltavam mais que os acabados, provocando um cenário que evidencia o subdesenvolvimento provocado por anos consecutivos de guerra.

Em Luanda, a situação resumia-se, inicialmente, ao já demolido prédio da "Tchetchenia", no Rangel, ao prédio da Lagoa do Kinaxixi, nas Ingombotas, ao também deitado abaixo prédio da Angola Telecom, no Largo das Heroínas, Maianga, onde também está um, logo no começo da rua Marien Ngouabi.

Estes edifícios começaram a ser construídos ainda na época colonial, entre 1967 e 1974. O conflito armado, que se prolongou daquele ano até 2002, levou o poder instituído a fazer escolhas baseadas numa permanente escassez de recursos financeiros para superar a situação, o que não permitiu a concretização de acções sobre essas construções, lembrou o engenheiro.

Com a intenção de concluir as obras de vários imóveis, particularmente em Luanda, prosseguiu, a Direcção Provincial da Habitação de Luanda, representando o Ministério do Urbanismo e



Ambiente, naquela altura, concedeu, em Novembro de 2014, a entidades singulares e colectivas, a possibilidade de concluir os edifícios inacabados.

Mas, continuou a fonte, presume-se que dos grandes factores, senão mesmo o único, que inviabilizou o processo, foi o realojamento das famílias que os ocuparam e de forma ilegal. Os promotores temiam que os custos envolvidos no realojamento fossem encarecer os investimentos na recuperação ou acabamento, inviabilizando a obtenção de lucros.

Perigo iminente

António Venâncio considerou ser mais dispendioso recuperar infra-estruturas nessas condições do que substituí-las, devido, principalmente' ao factor autenticidade, que consiste na manutenção da tecnologia e das características pré-definidas no projecto.

O engenheiro António Venâncio advertiu para a periculosidade que as obras inacabadas representam, propondo a realização de um estudo para avaliar o estado físico destes edifícios e determinar o estado das fundações, resistência da estrutura e a qualidade do material, com vista a decidir a sua recuperação ou uma eventual demolição.

## 6.20 Burlados pela Build Angola apresentam provas à PGR

*Jornal O PAÍS*  
29 De Agosto de 2018

O Coordenador da "Comissão dos Lesados pela Build Angola", Hélio Silvestre, ontem, em conferência de imprensa, revelou que entregaram oficialmente à Procuradoria-Geral da República (PGR) um conjunto de documentos que comprovam o pagamento de valores a fim de obterem imóveis no âmbito do Projecto "Build Angola".

Depois de escaparem da responsabilidade criminal, os promotores do projecto "Build Angola", que resultou em burla, vão enfrentar agora um processo Civil em tribunal, através do qual os lesados pretendem reaver mais de USD 230 milhões "roubados". No processo constam 237 contratos de aquisição de residências e lojas que poderão servir para a PGR acusar os promotores de burla, esperançados que o tribunal os responsabilize civilmente.

Os processos são de 240 cidadãos, segundo a Angop. Contudo, a burla afectou acima de mil pessoas, um litígio que começou a ser forjado em 2007, envolvendo empreendedores brasileiros e angolanos. A pretensão dos lesados é receberem as casas ou

recuperarem o dinheiro investido para a aquisição de moradias.

## 6.21 Garantia Soberana jeosat Angola

*Jornal Liberdade*  
3 De Agosto de 2018  
Texto: Ana Mendes

Segundo o documento enviado à Redacção do Jornal Liberdade, o Presidente do Conselho de Administração da referida empresa, Carlos Alberto Rodrigues, acusa as referidas figuras de roubarem, burlar a jeosat, a população do Cazenga, os antigos combatentes e veteranos da pátria em 2015, "e temos vindo a fazer várias diligências para se resolver entre as partes mas não tem sido fácil, e já recorreremos até às instancias superiores mas nem água vai nem água vem",

De acordo com o documento enviado a este Semanário, o titular da empresa jeosat Angola, foi notificado pela Direcção Nacional de Prevenção e Combate à Corrupção (D, N.r.C.C), para ser ouvido como declarante no processo n°0027/DNPCC/PGR-ING-2018, e assim feito de lá para cá, o assunto continua naquela instituição de directo. Carlos Rodrigues denunciou ainda que a garantia soberana emitida pelo governo angolano e pelo então ministro das Finanças, Severino de Moraes, fora arquivado nos arquivos mortos em Cabinda, e a conta da jeosat no Banco BESA não tem valores disponíveis quer em kwanzas ou em dólares.

O presidente da jeosat salientou ainda que estão envolvidas várias figuras do aparelho do Estado a ponto que utilizaram o Banco de Negocio e Indústria (BNI), para fazerem transferências para Portugal (Madeira) e Argentina. "Estas figuras utilizaram os projectos de requalificação do Cazenga e Kissanguluka, usando contas fictícias não domiciliadas com números correctos, mas sob domínio de alguém ainda por se identificar".

A forma ousada e como essas entidades ligadas aos projectos de requalificação do Cazenga têm acesso aos demais financiamentos existentes através de garantia soberana, usaram a garantia soberana usando de forma ludibriada fontes fictícias, mas na realidade só a garantia jeosat Angola (Lda) cobria todas as despesas sem recursos a outras fontes, uma vez que existiu um triunvirato, BESA, BPC, BNA, com o MINFIN, já que a garantia soberana também é homologada pelo MINFIN/BNA.

Os titulares da empresa estão ligados ao projecto porque são empresas suas e outras contactadas para o efeito com pagamentos de avultadas comissões na

ordem de trinta por cento e devidamente identificadas. Entende-se que jeosat não tenha conexão com factos alegados uma vez que só na pessoa da Sra. Catarina Cardoso Marques, também sócia da jeosat, tenha conhecimento de todas manobras financeiras feitas, pois há vários condomínios onde surge a coimáveis como titular sem divulgar a participação da jeosat Angola Lda.

Foram detectados valores acima de 62 milhões de dólares, no projecto de requalificação do Cazenga e mais de 29 milhões de dólares no Kissanguluka ligado aos antigos combatentes no Sumbe, mas depreendeste se que só utilizaram o termo financiamento chinês, mas verdade foi através da garantia soberana e ocultaram, mas estamos no encaço. Em síntese eis a informação até agora.

No princípio do contraditório, este Semanário contactou por via telefónica o General Leopoldina Fragoso, que afirmou "Eu já falei, não tenho nada a comentar sobre este assunto". Por outro lado contactamos o Ex-director do Gabinete Técnico de Reconversão Urbana do Cazenga e Sambizanga e as demais figuras como sabemos em Angola os dirigentes são alérgico em prestar declarações a imprensa privada, os nossos esforços não caíram em saco roto.

Hélio Silvestre disse que a PGR informou, após recepção dos documentos, que foi constituída uma comissão para trabalhar no caso que foi retomado 10 anos após ter adormecido sem qualquer esperança. Entre os acusados de burla estão várias empresas e cidadãos brasileiros e angolanos, contudo, o coordenador recusou-se a adiantar pormenores. "Há muitos angolanos envolvidos nisso, e nós mencionámos os nomes das pessoas e as empresas nos documentos entregues hoje à PGR.

A Procuradoria vai pronunciar-se a tempo sobre isso", disse o lesado. Questionado sobre se Pelé era investidor ou apenas rosto de publicidade do projecto, afirmou que nos vídeos que têm disponíveis aquele cidadão brasileiro apresenta-se como investidor. A Build Angola se havia comprometido a erguer projectos como o Bem Morar, Centro Comercial Build Boulevard, Copacaba na Palace, Nossa Villa, Nosso Lar, Quintas do Rio Bengo, 'The One e o Condomínio Villa Gongga.

## 6.22 Venda de terrenos para autoconstrução

*Jornal de Angola*

*19 De Agosto de 2018*

*Texto: Matias da Costa*

A Administração Municipal do Cuito, província do Bié, está a vender terrenos para a autoconstrução dirigida, a habitantes do município, dando prioridade a jovens que não têm casa própria. São ao todo, cinco mil e 50 lotes de terra que foram devidamente loteados para o efeito, anunciou ontem à imprensa o administrador municipal, Avis Vieira.

"Os lotes de terra já estão devidamente preparados e a serem distribuídos na localidade de Calueque 1,2 e 3", disse, adiantando que o seu elenco está a dar prioridade aos cidadãos que conseguem provar que não têm casa própria. O responsável informou que já foram distribuídos mil 150 espaços, "respondendo, deste modo, gradualmente à pressão que os jovens fazem à Administração Municipal" para aquisição de terreno.

"Temos mais de cinco mil solicitações de requerentes com necessidades para construir a casa própria. Portanto, em função deste número, estamos a preparar espaços correspondentes, e encontrar resposta satisfatória para construções urbanísticas", adiantou. Avis Vieira frisou que o processo de cedência de terrenos está a obedecer os padrões de ordenamento, pois os beneficiários vão erguer as residências num projecto preconcebido, onde terão espaços para serviços diversos.

## 6.23 Beco dos Mercadores clama por preservação

*Jornal de Angola*

*21 De Agosto de 2018*

O programa de actividades sobre "10 Anos Campanha Reviver - Revitalização Beco dos Mercadores" é apresentado, hoje, às 11h00, no Centro Cultural Brasil Angola, na Baixa de Luanda. A directora -adjunta do Centro de Estudos e Investigação Científica de Arquitectura (CEICA), Susana Matos, e a representante da Associação Kalu, Maria Cristina Pinto, são as oradoras e vão falar sobre a campanha, que visa assinalar o Dia Internacional da Abolição da Escravatura, comemorado a 23 de Agosto. A "Campanha Reviver" visa sensibilizar a população sobre a preservação do património, os riscos do património classificado e em extinção e

procura dar o "arranque" à promoção do turismo cultural através de passeios guiados pelo centro histórico da cidade. O projecto inclui conferências, pesquisas históricas, arquitectónicas e a difusão pública dos objectivos. Durante a actividade vai ser apresentada uma intensa programação cultural promovida em conjunto pelas três entidades e pelos comerciantes daquela localidade. Exposição itinerante A exposição itinerante "A Língua Portuguesa em Nós" patente ao público desde 12 de Junho, no Centro Cultural Brasil - Angola (CCBA), encerra sexta-feira, e já teve mais de mil e 800 visitantes. A mostra tem sido visitada por estudantes das escolas do ensino de base, médio e universitário.

De acordo com o programa de actividades, há sessões de cinema, jogos e brincadeiras. A mostra reúne, também, peças de teatro, feiras de livros, espectáculos musicais e recitais de poesias, que constam em actividades paralelas abertas para crianças e adultos, entre as 10h00 e as 20h00. A mostra é uma iniciativa do Itamaraty, em parceria com o Governo do Estado de São Paulo, a Fundação Roberto Marinho, o Museu da Língua Portuguesa e o Instituto Internacional da Língua Portuguesa, com a coordenação da Expomus. Conta com o apoio da Premium Consultoria e da Aplha Medic, e tem procurado difundir e valorizar a língua portuguesa, mostrando a convergência nos países falantes, permitindo uma maior divulgação da cultura de ambos países.

## 6.24 Académicos defendem "revitalização" do Património de Luanda

*Jornal O PAÍS*

*22 De Agosto de 2018*

*Texto: Jorge Fernandes*

As académicas falavam ontem durante uma conferência de imprensa para apresentação de uma série de eventos, que decorrerão nos próximos três dias (Sexta-feira, Sábado e Domingo), e visam celebrar os dez anos de existência da Campanha Reviver e o Dia Internacional da Abolição da Escravatura, que amanhã, 23, se comemora e cujo palco principal será a "Rua dos Mercadores", no centro histórico de Luanda.

Ao tomar a palavra, a arquitecta Suzana Matos, do Centro de Estudos de Investigação da Universidade Lusíadas de Angola, considerou que no âmbito da Campanha Reviver, a mesma está engajada em questões que se prendem com o Património e sua consequente Revitalização.

Desse modo, considera imperioso respeitar a memória, cuidar do que se recebeu com a devida atenção e não deixar ao abandono. Daí deparamo-nos com a dimensão do Património 'sobrevivente' da cidade capital, alguns deles em avançado estado de degradação.

A arquitecta reconhece que esse mau estado resulta dos limitados recursos disponíveis, pelo que é difícil fazer opções sobre o património que justifica o esforço de preservação e aquele que não é possível atender.

Entretanto, entende que a Revitalização Patrimonial é algo em que vale a pena intervir num determinado momento ou em conjunto, se o usufruto desse monumento estiver assegurado. "Quando falamos em usufruto, trata-se de um espaço em que vivemos ou no espaço que é habitado. Assim as pessoas e o património são indissociáveis", rematou.

Na sequência, Suzana Matos afirmou que o Património deve ser reconhecidamente amado pelas pessoas e utilizado pelas mesmas.

O que é revitalização patrimonial? Questiona, a arquitecta e ao mesmo tempo que dá resposta à sua inquietação, ao dizer que a Revitalização Patrimonial é voltar dar vida ao Património

"Entendo que se pode dar vida pelo uso original ou eventualmente um novo uso que seja compatível ao original. E que se respeite o Património. Na nossa cidade já temos muitos bons exemplos de Património com nova vida", apontou. Nesse sentido, Suzana Matos apresentou alguns bons exemplos de revitalização, como são os casos do edifício em que actualmente funciona o Centro Cultural Brasil-Angola (CCBA), antigamente (Grande Hotel), o Palácio de Ferro, um testemunho de uma nova vida que o edifício ganhou depois de uma intervenção. "Estamos a falar em construções que foram sujeitas a restauro e que trouxeram uma nova dinâmica ao edifício e de que a comunidade pode se beneficiar", acrescentou.

'Maus exemplos'

Se, por um lado, são apresentados alguns exemplos de edifícios reabilitados que mantiveram a sua característica originária, por outro, há maus exemplos de outros edifícios na cidade de Luanda que não tiveram a mesma sorte, como referenciou a professora de História, Cristina Pinto.

Na sua comunicação, a historiadora lamentou o estado de degradação e destruição de sobrados característicos da capital como, como os casos da

"Rua do Sol", na zona do Palácio da cidade Alta, esta que foi destruída.

O edifício da casa do escritor Alfredo Troni, junto à Universidade Lusíada, a destruição do Palácio Dona Ana Joaquina, que a levou à desclassificação. Apesar de já estar construída, nota-se o nascimento do Shopping defronte a Fortaleza de São Miguel, que a vai desvalorizar, quando devia ter sido registada na UNESCO para ser classificada à semelhança do que aconteceu com a cidade de Mbanza Kongo. E ainda o Largo do Pelourinho, o Elinga Teatro entre outros.

"Temos de saber pensar e refletir a história da cidade. E sentir que gostamos da cidade para melhorá-la, envolver os governantes para melhorar a iluminação pública da cidade e conseqüente melhoramento da segurança da cidade. Crescimento não significa desenvolvimento. Os governantes têm que saber respeitar a história patrimonial e histórica desta cidade", reafirmou a também membro da Associação dos Naturais, Residentes e Amigos de Luanda (KALU).

A "Rua dos Mercadores" está em grande risco de deixar de ser classificado porque está a perder peças desse conjunto histórico. Essa é a nossa luta e também a nossa paixão, a Campanha Reviver vive e revive em relação a revitalização da herança patrimonial, justificaram as professoras.

Refira-se que, na actual "Rua dos Mercadores" além da degradação física dos edifícios, é possível notar o amontoado de viaturas estacionadas, bem como a prática do comércio de produtos alimentares diversos.

Exibições movimentam "Rua dos Mercadores"

Assim, para animar e dinamizar a referida rua, várias modalidades artísticas estarão à disposição dos visitantes, desde a literatura, a pintura, o cinema, a fotografia, a música, a gastronomia e outras formas de arte.

Durante o acto inaugural, que será dia 23 às 15 horas, depois dos discursos institucionais, está prevista a exibição de um documentário intitulado "O Povo Brasileiro-Matriz Africana", a ter lugar no CCBA.

Mais tarde, às 17 horas, haverá descerramento da placa "Rua dos Mercadores", Património Histórico, seguido de uma exposição fotográfica sobre a história da rua, a que se seguirá um sarau de capoeira pela companhia Abadá.

No dia seguinte, a programação reserva apresentações de Rap de rua, a conversa no quadro "Puxa-Palavra", entre Gabriel Liprinice e o escritor

Manuel Rui, cujo último romance de sua autoria "Kalunga" foi recentemente apresentado. O dia encerra com dança de rua com grupo Pé de Salsa.

Sábado, às 9 horas, iniciará um tour pelo centro histórico de Luanda, concretamente a Rota dos Escravos. Para essa actividade, é necessário que os interessados inscrevam-se sem qualquer custo adicional. O filme "Xica da Silva" será exibido no CCBA, culminando com a apresentação do documentário "DNA África", no mesmo espaço.

## 6.25 Crescimento urbano aumenta vulnerabilidade

*Jornal de Angola*

*28 De Agosto de 2018*

O crescimento urbano acelerado e não planeado tem conduzido a um aumento da vulnerabilidade urbana considerou ontem, em Luanda, Hermenegildo José Feliz, em representação do ministro do Interior, Ângelo da Veiga Tavares.

O responsável disse que, aliado a isso, o país não dispõe ainda de um perfil detalhado e exaustivo de riscos de desastres, numa perspectiva de gestão do território' preparação para a resposta, gestão agrícola, pecuária e florestal.

No "seminário nacional sobre a redução de riscos de desastres", que decorrerá de 27 a 31 deste mês, informou que o país regista maior susceptibilidade e periculosidade em relação às ameaças de inundações, secas, incêndios florestais, erosão costeira, deslizamentos de terra, epidemias, descargas atmosféricas e seca.

Para Hermenegildo Feliz, os integrantes do sector reconhecem que o conhecimento exaustivo do risco constitui um pré-requisito para a integração da redução de risco de desastres no planeamento e políticas sectoriais.

Durante o evento, os participantes serão dotados de técnicas de elaboração de perfis de riscos e conhecimento aprimorado da avaliação de risco probabilístico.

Vão ser abordado análise de custo e benefício para a mobilidade de recursos e ferramentas de financiamento de redução do risco e como lidarem com a mitigação.



## 7. TERRA

### 7.1 Fiscais agredidos por invasores de terrenos

*Jornal De Angola*  
2 De Agosto de 2018

Um grupo de invasores, que se dedica a ocupação ilegal e venda de terrenos, no distrito Urbano da Vila Flor, no município de Viana, em Luanda, insurgiu-se ontem, pelas 9 horas, contra sete agentes de fiscalização, com objectos contundentes' entre catanas, enxadas, barrotes e pedras.

A responsável do Gabinete de Comunicação Institucional e Imprensa da Administração Municipal de Viana (GCII), Elisabeth Smith, disse ao Jornal de Angola que se trata de um acto bárbaro e que da agressão resultou no ferimento grave de seis fiscais e um presumível invasor de terreno.

Elisabeth Smith esclareceu que dado a gravidade das lesões, as vítimas foram encaminhados para o Hospital Provincial de Luanda, onde quatro dos seis fiscais receberam alta e os dois outros continuam internados com ferimentos graves.

Dada a gravidade da situação, a responsável GCII condena tal acção e considera ser um acto de desacato à autoridade, punível podei. Lembrou que os agentes da fiscalização foram surpreendidos por um grupo de invasores quando efectuavam trabalho de contenção as transgressões administrativas.

Os agressores, segundo a porta-voz do GCII, já se encontram a conta com à Polícia Nacional, para posteriormente serem responsabilizado criminalmente.

No distrito urbano da Vila Flor, frisou, existe muitos terrenos, boa parte são reservas fundiárias do Estado e outros de particulares, mas os invasores insistem em talhar os terrenos para depois os comercializarem.

### 7.2 Terras em Malanje com melhor gestão

*Jornal De Angola*  
4 De Agosto de 2018  
Texto Luso Vitorino

Malanje tem plano territorial que vai permitir definir as principais linhas estratégicas e de desenvolvimento de uma determinada área, organizar e gerir da melhor forma o território e proporcionar qualidade de vida à

população, segundo o chefe de Departamento do Instituto de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano.

Alcibiades Guyuhy, que falava durante a apresentação do paradigma e conceitos fundamentais sobre planos de urbanização do bairro Carreira de Tiro, disse que o plano territorial permite disponibilizar lotes de terreno para a auto-construção dirigida em áreas devidamente urbanizadas, evitando erros de ocupação de terrenos. De acordo com Alcibiades Guyuhy, o plano permite também reservar espaços para a implementação de equipamentos sociais, como saúde, educação, creches, infra-estruturas técnicas, actividades económicas, espaços verde, turísticos, entre outros, para contribuir na arrecadação de receitas para o município de Malanje.

O chefe de Departamento do Instituto de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano disse que o plano urbanístico da Carreira de Tiro conta com 273 hectares, para zonas habitacionais, com várias tipologias, acessos devidamente classificados e estruturados, bem como equipamentos sociais para a melhoria da qualidade de vida dos habitantes da região.

Relativamente às infra-estruturas já existentes no bairro, o arquitecto explicou que levantamentos estão a ser feitos, para o reenquadramento e harmonização das estruturas, que devem estar alinhadas com o novo plano de urbanização. Alcibiades Guyuhy disse que o plano urbanístico da Carreira de Tiro não prevê demolições das estruturas existentes. Segundo o administrador municipal de Malanje, João de Assunção, a elaboração do plano urbanístico da Carreira de Tiro e a realização do levantamento para elaboração do plano do bairro Quizanga vão ajudar a prevenção e controlo da ocupação ilegal de terras e de construções anárquicas.

### 7.3 Actuação sincronizada e célere para travar ocupações ilegais

*Novo Jornal*  
10 De Agosto de 2018  
Texto: António Paulo

No final do encontro, os participantes do colóquio recomendaram, de entre várias medidas, o cumprimento escrupuloso do Instrutivo n.º 03/2018, de 06 de Julho, do Procurador-Geral da República, que determina os procedimentos de actuação do Ministério Público e dos órgãos de investigação criminal relativamente à ocupação ilegal de imóveis, mormente no que concerne à averiguação criteriosa da eventual existência de crimes.

Recomendaram ainda uma actuação sincronizada e célere dos órgãos que intervêm na administração da justiça, no tratamento das questões referentes às ocupações ilegais de imóveis.

Uma maior colaboração com os órgãos de justiça, por parte das instituições do ramo imobiliário, foi outra recomendação dos participantes .

#### **7.4 Administração de Viana «reprova» trunfo de ancião enviado à Presidência**

*Novo Jornal*

*10 De Agosto de 2018*

*Texto: António Paulo*

Uma licença de construção, em nome de Armando Manuel, ancião que há dois anos disputa com o actual comandante-geral da Polícia Nacional, comissário-geral Gaspar Paulo de Almeida, a titularidade de 11 hectares de terra, em Viana, está a ser posta em causa pela administração municipal local, que diz não confirmar a autenticidade do documento, que, supostamente, teria sido emitido por aquele órgão do Estado em 2004. A licença foi enviada pelo ancião ao Presidente da República como a única matéria de prova da sua titular idade do espaço, de acordo com fontes do NJ.

O documento da administração a que o Novo Jornal teve acesso, datado de 27 de Abril deste ano, foi assinado pelo administrador municipal, André Soma, que respondeu a uma solicitação do gabinete do comandante municipal de Viana, para a verificação da autenticidade de uma cópia de licença de construção passada em nome de Armando Manuel, supostamente emitida pela Administração de Viana, a 23 de Fevereiro de 2004.

Em resposta, aquela instituição informou que "não se confirma a autenticidade do referido documento uma vez que a estrutura e forma de texto revelam fortes indícios de adulteração e não estão em conformidade com os modelos utilizados na data referida", lê-se no despacho.

O processo de litígio de terra encontra-se no Tribunal Supremo, onde, a 11 de Abril do corrente ano, o então Comissário-chefe Paulo Gaspar de Almeida foi constituído arguido pelo DNIAP, órgão da Procuradoria-Geral da República, após um recurso interposto pelo camponês Armando Manuel, que, em 2017, já havia perdido o caso em tribunal de primeira instância.

Além do litígio em tribunal, o ancião Armando Manuel acusa um oficial de campo do comandante Paulo Almeida de estar a proferir ameaças de morte a si e à sua família, facto que foi refutado, esta semana, ao Novo Jornal por uma fonte do oficial da polícia identificada por superintendente José António Ekundi.

"É mentira, ninguém está a ameaçá-lo. Este mais-velho é um aldrabão, falsificou documentos, invadiu por três vezes o espaço do comandante Paulo, que é o legítimo proprietário desde 1998. Ele e o seu grupo foram detidos e julgados e perdeu a causa no tribunal municipal de Viana em 2017 e recorreu ao Tribunal Supremo. Agora, o senhor aparece a dizer que querem matá-lo. Isto é chantagem. Há pessoas estranhas por detrás disto para comprometer o comandante-geral", disse a fonte, que fala na abertura de um processo-crime, na próxima semana, contra o ancião e o órgão que publicou o assunto sem o contraditório.

Contactado por via telefónica por este semanário, o advogado de Armando Manuel, Edson Lianjanga, disse não estar autorizado a comentar assuntos em segredo de justiça.

"Não me posso pronunciar por um documento [licença de construção] a que não tive acesso. Os documentos foram enviados aos tribunais e são eles que devem atestar a sua autenticidade. Não estou a ver um mais-velho de 71 anos de idade a querer disputar um terreno que não é seu, com o comandante-geral da Polícia Nacional", observou o causídico.

#### **7.5 Governador denúncia supostos efectivos das FAA e Policia no «negócio»**

*Novo Jornal*

*10 De Agosto de 2018*

*Texto: Alvaro Victória*

É uma denúncia várias vezes feita por cidadãos comuns e que agora ganha corpo com as declarações do homem que comanda Luanda: há presença de supostos efectivos das FAA e da Polícia Nacional no "negócio" de terrenos na capital do país.

Mas não são apenas estes agentes da ordem a que se referiu Adriano Mendes de carvalho que estarão envolvidos num segmento fértil em litígios.

Funcionários públicos, autoridades tradicionais e líderes de comissões de moradores poderão estar também metidos no "negócio", segundo declarações do patrão do Palácio da Mutamba, que falava durante o Colóquio sobre Ocupação Ilegal dos Imóveis do Estado.

Bastante contundente nas suas declarações, o governador de Luanda afirmou que a "ocupação ilegal" dos imóveis do Estado e sobretudo a "ocupação ilegal de terrenos" se tornou um "verdadeiro negócio".

Chamou de "cidadãos ávidos da vida fácil" aqueles que decidem, numa "cena de verdadeiro terror", abrir frente contra as autoridades ocupando ilegalmente "até zonas que constituem reserva fundiária do Estado".

Adriano Mendes de Carvalho aproveitou, por isso, a ocasião para esclarecer que, à luz da lei, "ninguém é permitido" explorar terrenos do Estado "sem que previamente obtenha deste a necessária autorização ou concessão".

Admitiu, entretanto, que é necessário que haja uma maior oferta no domínio das habitações, mas insistiu, à guisa de esclarecimentos, que as terras do Estado "não devem ser adquiridas por usucapião", sendo que "qualquer posse só é legítima" se for autorizada pelas instituições competentes.

Presente no colóquio, o ministro do Interior, órgão ao qual pertencem alguns dos visados nas denúncias do governador de Luanda, prometeu agir contra os efectivos que estiverem do "lado errado".

"Todos aqueles membros do Ministério do Interior que estiverem do lado errado da tarefa, nomeadamente dê suporte a esses cidadãos que procedem de forma incorrecta, vão sentir a mão pesada da direcção do Ministério do Interior", declarou Ângelo da Veiga Tavares.

## 7.6 PGR preocupada com elevado índice de ocupação ilegal de imóveis

*Jornal O PAÍS*

*10 De Agosto de 2018*

*Texto: Maria Cústodia*

A afirmação é do procurador-geral da República, Hélder Pitta Gróz, e foi feita quando intervinha, nesta Quarta-feira, 8, em Luanda, na abertura do Colóquio Sobre Ocupação Ilegal de Imóveis, organizado pela instituição que dirige.

Segundo o magistrado, a PGR te sido com muita insistência procurada por cidadãos que se vêm impedidos de exercer os seus direitos, porque as suas casas foram ocupadas por terceiros enquanto continuam a ser descontados nos salários pelas mesmas, mas havendo outros cidadãos a viver nelas.

Para se colocar cobro a esta situação, Hélder Pitta Gróz disse ser necessário combater a impunidade contra os que praticam estes crimes.

Denunciou que alguns destes ocupantes usam documentos falsos, sendo que outros fazem-no por ocupação, daí ter reiterado a necessidade de um combate cerrado contra este mal.

"O momento é para afinarmos os mecanismos legais que existem para se combater a impunidade", apelou o procurador-geral da República, para quem o combate à impunidade não visa substituir os tribunais, mas para ajudar o cidadão a exercer os seus direitos.

Aliás, disse ser esta a razão de, em companhia de outras entidades competentes, realizarem este seminário para, em conjunto, encontrarem o melhor ponto de vista e a melhor forma de actuar.

Entretanto, um comunicado de imprensa divulgado no fim do seminário, entre outros pontos, refere ser imperioso que a PGR, enquanto órgão da fiscalidade, tome as providências necessárias para o restabelecimento da paz social.

O comunicado defende, com urgência<sup>1</sup> a necessidade da uniformização de procedimentos do Ministério Público e dos órgãos de investigação criminal, com vista a dar tratamento aos casos que incidem na prática de crimes que resultam da ocupação de imóveis, em prejuízo dos seus legítimos proprietários. O Colóquio, antecedido de um seminário, recomendou ainda o cumprimento rigoroso do Instrutivo nº 37/2018, de 06 de Julho, do Procurador Geral da República, que determina os procedimentos de actuação do Ministério Público e dos órgãos de investigação criminal relativamente à ocupação ilegal de imóveis, mormente no que tange a averiguação da eventual existência de crimes.

Recomenda igualmente a actuação sincronizada e célere dos órgãos que intervêm na administração da justiça, no tratamento das questões referentes às ocupações ilegais de imóveis, bem como uma maior colaboração com os órgãos de justiça por parte das instituições do ramo imobiliário.

## 7.7 Procurador vai processar ocupantes ilegais

*Jornal de Angola*  
10 De Agosto de 2018

A Procuradoria - Geral da República (PGR) tranquilizou, na quarta-feira, em Luanda, os cidadãos, cujas casas nas centralidades e terrenos estejam ocupados de forma ilegal, ao anunciar que vai reforçar os mecanismos de investigação para responsabilizar criminalmente os seus ocupantes.

O procurador-geral da República, Hélder Pitta-Grós, que falava no encerramento do seminário sobre a ocupação ilegal de imóveis organizado pela Procuradoria-Geral da República, disse que, sem substituir os tribunais, a PGR vai apoiar os cidadãos cujos direitos de propriedade sobre os seus imóveis e terrenos foram esbulhados por terceiros.

"Não queremos substituir os tribunais, mas vemos ali onde podemos agir para ajudar o cidadão a exercer os seus direitos", disse o procurador-geral da República. Hélder Pitta-Grós alertou os cidadãos que se dedicam à ocupação ilegal de casas nas centralidades e de terrenos que vai reforçar as ações de investigação para pôr fim a estas práticas.

Segundo o procurador-geral da República, o objectivo é combater a impunidade. Hélder Pitta - Grós disse que a PGR está preocupada com o número de reclamações que tem recebido dos cidadãos em relação à ocupação das suas residências, em particular nas centralidades.

"Temos sido procurados com muita insistência por cidadãos que se vêem impedidos de exercer os seus direitos de propriedade porque as suas casas estão ocupadas por terceiros", disse, para acrescentar que as ações da PGR vão incidir também contra os cidadãos com documentos falsos para ter acesso às residências nas centralidades.

No seminário, o governador provincial de Luanda, Adriano Mendes de Carvalho, manifestou preocupação com a venda ilegal de terrenos, até nas zonas que constituem reservas fundiárias do Estado. Para Adriano Mendes de Carvalho, a venda ilegal de terrenos tomou-se num negócio na capital do país.

## 7.8 Construção em áreas de risco desencorajada no Huambo

*Jornal De Angola*  
16 De Agosto de 2018  
*Texto: Marcelino Wambo*

O comandante do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros do Huambo, subcomissário de bombeiros aconselhou as pessoas a ganharem consciência e a evitarem construir em zonas de risco, por constituir um perigo iminente às suas vidas.

Joaquim Domingos António apontou como, exemplo, a construção em zonas ribeirinhas, sobre as condutas de água, cabos eléctricos de alta tensão, linhas férreas e em terrenos inclinados, sendo que tais zonas, segundo ele, deixam as residências vulneráveis a incidentes.

A unidade do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros no Huambo, de acordo com o comandante, tem agendado, no seu programa de actividades, campanhas de sensibilização com o objectivo de prevenir construções anárquicas em locais impróprios' a fim de evitar incidentes, principalmente em época chuvosa, que está prestes a começar.

"A situação é preocupante, visto que tem provocado perdas de vidas humanas e outros prejuízos. Vamos sensibilizar as populações sobre os perigos' cuidados e medidas a adoptar para se evitar este mal que, em muitas ocasiões, não é observado pelos cidadãos", disse.

A corporação registou, durante o segundo trimestre do ano, 1.085 ocorrências, entre incêndios de médias e pequenas proporções, desencarceramentos e afogamentos, principalmente de crianças, com idades compreendidas entre os sete e 15 anos de idade, em rios, cacimbas, charcos e valas.

Joaquim António avançou que 420 pessoas ficaram desabrigadas, no primeiro semestre, altura em que ocorreram grandes enxurradas na província, com maior frequência nos municípios do Huambo, Caála, Bailundo, Longonjo e Cachiungo, os mais abrangidos.



## 7.9 «Em nenhum processo a senhora Cidália juntou provas de titularidade»

*Novo Jornal*

17 De Agosto de 2018

Texto: *Alvaro Victória*

Reagindo às declarações de Cidália Baptista, que na segunda-feira, 13, se mostrou agastada com a alegada letargia na restituição, a seu favor, do mercado Km30, apoiando-se nas decisões e recomendações dadas pelo anterior elenco do GPL e pelo ex-PR, Carlos Cavuquila foi peremptório ao afirmar que, em momento algum, a empresária apresentou provas sobre a titularidade do mercado.

"Sobre a posse, é de direito, quem reclama ou alega um direito deve fazer a prova da sua existência. O que acontece é que, em nenhum processo que temos aqui, e mesmo nos que correm nos tribunais, a senhora Cidália juntou provas de titularidade sobre o terreno do mercado do Km30, que alega ser seu. Se não há esta prova titulada, temos que concluir que ela nunca teve a posse sobre o mercado", declarou o assessor do governador de Luanda.

Carlos Cavuquila recorreu a um edital e um despacho datados de 2006 do então administrador municipal de Viana para atestar a legitimidade pela posse do terreno por parte do Estado: "A Administração Municipal de Viana criou e organizou o mercado [...] indemnizou as camponesas que lá estavam".

"Então, qual é a posse da senhora Cidália neste caso?", indaga Carlos Cavuquila, que acusa Cidália Baptista de ter tentado ludibriar as autoridades de Luanda.

"Sabe-se que terá, em algum momento, tentado ludibriar o Governo provincial apresentando um título que até é falso. Foi provado que é falso, um título supostamente emitido pelo PIV (Pólo Industrial de Viana). A Comissão de Gestão do PIV nem sequer tem competência para ceder terrenos. O terreno do mercado Km30 situa-se à faixa esquerda no sentido Luanda-Catete, e o PIV tem jurisdição apenas do lado direito. Logo, o PIV, por mais bondade que tivesse, não poderia conceder um terreno que não lhe pertence ou que não é da sua jurisdição", referiu.

Carlos Cavuquila refutou que o documento emitido pelo anterior Presidente da República sobre o litígio seja considerado um despacho presidencial e um instrumento para determinar o desfecho do caso.

"O que temos aí confesso que pode ter um outro nome, mas não se chama despacho presidencial. Chamemos as coisas pelos próprios nomes, o que temos aí, se calhar, é uma carta, um bilhetezinho, ou qualquer coisa assim. Mas não é propriamente dito - e com o rigor técnico-jurídico requerido - um despacho presidencial. Entretanto, o mérito ou desmérito deste documento também está a ser aferido em sede do tribunal", sustentou o assessor jurídico do governador.

## 7.10 Angolanos abandonados em Viana apontam corrupção e abandono das autoridades

*Jornal A República*

17 De Agosto de 2018

Texto: *Coque Mukuta*

Deslocados e sinistrados encontram-se em campos nos arredores de Luanda

Milhares de angolanos encontram-se instalados em situação de riscos em Luanda, depois de terem sido retirados das suas áreas de residência a favor de empresas ou porque se encontravam em zonas consideradas de risco.

São cerca de 126 famílias colocadas numa via pública, no Zango 3, desde 2012, enquanto outras estão instaladas atrás do cemitério municipal de Viana, e na Zona do Calumbo, todos nos arredores de Luanda.

Evaristo António, conhecido por "Cassumuna", que vivia no antigo Gika, distrito da Maianga, disse que as famílias têm sofrido muito.

"Nós passamos mal, debaixo das águas da chuva, sol, poeira e muitos têm sido atropelados", lamentou António.

Outra moradora, Catarina Francisco, mãe de 8 filhos, que com eles partilha uma casa de chapa, perdeu a oportunidade de ter uma casa por não estar presente no dia do cadastro.

"O problema é a corrupção das entidades que estão à frente e que nunca deixa as autoridades visitarem esta zona para não conhecerem o nosso", denunciou.

Alberto Chaves, morador da zona, preocupado com a situação chama a atenção as autoridades pelo perigo por que passam os cidadãos.

"O Governo só vai pôr o pé aqui quando um carrinha perder os travões e destruir estas "bate-chapas", alertou.

A VOA tentou contactar o governador da província de Luanda e o administrador Municipal de Viana, mas não obteve qualquer resposta.

No Zango existem cerca de seis campos de sinistrados em estado de abandono.

### 7.11 Militares e polícias envolvidos na ocupação ilegal de terrenos

*Jornal Visão*

*17 De Agosto de 2018*

Segundo o governante, "a ocupação ilegal dos imóveis do Estado e, sobretudo, a ocupação ilegal de terrenos tornou-se um verdadeiro negócio" em Luanda, que envolve "indivíduos de vários estratos sociais".

Nomeadamente: "Supostos elementos das Forças Armadas Angolanas (FAA), Polícia Nacional (PN), funcionários públicos, Autoridades Tradicionais, Comissões de Moradores e etc"

O governador de Luanda acrescentou que os casos de venda e ocupação ilegal de terrenos na capital do país ocorrem "até nas zonas que constituem reserva fundiária do Estado, assistindo-se a cenas de verdadeiro terror entre as autoridades e alguns cidadãos ávidos da vida fácil"

Apesar de reconhecer que é "necessário que o nível de oferta de casas aumente", o responsável lembra que, nos termos da lei, "a ninguém é permitido explorar terrenos do Estado sem que previamente obtenha deste a necessária autorização ou concessão.

Adriano Mendes de Carvalho clarificou que "as terras do Estado não se adquirem por usucapião" pelo que "qualquer posse só é legítima se estiver titulada", e se esse título provir de uma autoridade competente.

MININT promete averiguar

O governador apelou ainda à punição exemplar dos cidadãos que insistem e persistem nessas práticas ilícitas "e que hoje se tornaram negócio para muitos".

O repto foi ouvido pelo ministro do Interior, Ângelo da Veiga Tavares, que também marcou presença no Colóquio, promovido na última quarta-feira, 8, pela PGR.

"Todos aqueles membros do Ministério do Interior que estiverem do lado errado da tarefa, nomeadamente de suporte a esses cidadãos que procedem de forma incorrecta, vão sentir a mão

pesada da Direcção do Ministério do Interior": garantiu o governante.

### 7.12 Venda de terrenos para autoconstrução

*Jornal de Angola*

*19 De Agosto de 2018*

*Texto: Matias da Costa*

A Administração Municipal do Cuito, província do Bié, está a vender terrenos para a autoconstrução dirigida, a habitantes do município, dando prioridade a jovens que não têm casa própria. São ao todo, cinco mil e 50 lotes de terra que foram devidamente loteados para o efeito, anunciou ontem à imprensa o administrador municipal, Avis Vieira.

"Os lotes de terra já estão devidamente preparados e a serem distribuídos na localidade de Calueque 1,2 e 3", disse, adiantando que o seu elenco está a dar prioridade aos cidadãos que conseguem provar que não têm casa própria. O responsável informou que já foram distribuídos mil 150 espaços, "respondendo, deste modo, gradualmente à pressão que os jovens fazem à Administração Municipal" para aquisição de terreno.

"Temos mais de cinco mil solicitações de requerentes com necessidades para construir a casa própria. Portanto, em função deste número, estamos a preparar espaços correspondentes, e encontrar resposta satisfatória para construções urbanísticas", adiantou. Avis Vieira frisou que o processo de cedência de terrenos está a obedecer os padrões de ordenamento, pois os beneficiários vão erguer as residências num projecto preconcebido, onde terão espaços para serviços diversos.

### 7.13 Advogado de camponês desiste do processo contra Paulo de Almeida

*Jornal O PAÍS*

*23 De Agosto de 2018*

*Texto: Paulo Sérgio*

O advogado Edson Roberto Hossi Lionjanga, defensor de Armando Manuel, o cidadão que acusa o actual comandante-geral da Polícia Nacional, Paulo de Almeida, de esbulho violento de uma parcela de terra de 12 hectares, em Viana, Luanda, abandonou o caso invocando questões éticas. Segundo uma fonte de OPAÍS, o causídico recebeu no seu escritório, a semana passada, um grupo de cidadãos maiores de

idade que manifestaram-se disponíveis a irem à sala do Cível e Administrativo do Tribunal Provincial de Luanda, testemunhar a favor de Armando Manuel.

No entanto, Edson Lionjanga ter-se-á surpreendido com as informações prestadas pelas "testemunhas" bem como sugestões que lhe foram apresentadas sobre como deveria conduzir o interrogatório delas junto do Tribunal, em defesa do seu constituinte.

Essa situação, acrescida com as provas documentais que atestam que o camponês é o titular do terreno, alegadamente com fortes indícios de terem sido forçadas, o advogado não terá visto outra saída senão abandonar o caso. Na última Quinta-feira, 16, deu entrada de uma declaração de renúncia ao Tribunal, depois de comunicar à pessoa que o contratou para defender o queixoso, numa altura em que a juíza da causa estava para decidir sobre a providência cautelar que interpusera.

O causídico terá devolvido os honorários que lhe haviam pago adiantadamente para defender o camponês Armando Manuel, neste caso. Camponês diz que não conhecia advogado Contactado por esse jornal, o camponês confirmou que Edson Lionjanga abandonou o seu caso, entretanto, disse que não o conhece pessoalmente e que lhe havia sido indicado por um amigo chamado Sofia, alegadamente funcionário do Ministério da Administração do Território e Reforma do Estado. "Não o conheço. Nunca reuni com ele, e nem sei qual é a sua posição", alegou.

Negou também que alguma vez se reunira com o seu advogado, na presença de outras pessoas. Armando Manuel disse que este é terceiro advogado a que recorreu para o defender neste caso: o primeiro, cujo nome não soube precisar, abandonou-o na fase inicial do processo, alegando que se deslocaria temporariamente ao exterior do país. Por conta disso, contratou outro, conhecido apenas por Bruno. "Esse que está em causa eu não conheço. Quem me indicou é o meu amigo Sofia, funcionário do Ministério da Administração do território.

Andei durante muito tempo a lhe pedir para me apresentar o meu advogado, mas não o fez até agora", declarou. Interrogado acerca de quem pagou as despesas judiciais inerentes à tramitação processual e parte dos honorários de Edson Lionjanga, Armando Manuel referiu que não tem problemas em partilhar dinheiro. "Eu na massa não tenho problema. Eu só quero uma pessoa que me ajude a tirar aquilo das mãos daquele senhor, ou então, que lhe faça parar com os seus movimentos para que eu possa fazer os meus serviços", rematou.

Esperançada em obter mais dados referentes ao assunto, a nossa equipa de reportagem, pelo telefone, contactou o advogado Edson Lionjanga, este que alegou que não podia falar, pelo facto de estar numa audiência de julgamento. No entanto, prometeu que retomaria o contacto logo que terminasse a sessão, o que não aconteceu.

## 7.14 Paulo de Almeida pode ser “tramado” por documentos do terreno em litígio

*Jornal O PAÍS*

*31 De Agosto de 2018*

*Texto: Paulo Sérgio*

Os documentos que supostamente atestam que o comissário-geral Paulo de Almeida e o seu irmão Generoso de Almeida, ex-banqueiro, são titulares de duas parcelas de um terreno em litígio no Kikuxi, em Luanda, dizem que o mesmo tem apenas dez hectares, repartidos em partes iguais, e não 12.

No documento, emitido pelo Gabinete de Desenvolvimento e Aproveitamento Hidráulico do Kikuxi (GADAHKI), órgão afecto ao então Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, a que OPAÍS teve acesso, diz que o comandante-geral é concessionário de uma parcela de terreno para fins agro-pecuários, com uma área de cinco hectares, situada no perímetro sob sua jurisdição.

A autenticidade dos documentos, datados de 15 de Novembro de 2006, foi confirmada por fontes contactadas por O PAÍS.

Quanto às coordenadas geográficas, diz que o terreno de Paulo de Almeida está localizado 06.01 de Latitude, Norte e Sul, e 13.01 de Longitude, a Este e Oeste. Faz fronteira a Norte com um terreno ocupado por um cidadão que atende pelo nome de Filipe Muacasso, a Sul e Oeste por terrenos ocupados por camponeses (sem especificar nomes) e a Este por terrenos de pequenos agricultores.

Já os documentos que atestam a atribuição do terreno a Generoso de Almeida dizem que o mesmo tem as seguintes coordenadas geográficas: Latitude 06.02, Norte e Sul, e 23.01 longitude Este/Oeste.

Esse terreno está limitado a Norte por um cedido ao cidadão Damião Estevão, a Sul com Filipe Muacasso (detentor do espaço que também faz fronteira a Norte com o do Paulo de Almeida), a Oeste está um ocupado por camponeses (sem especificar os nomes) e a Este pelo terreno do senhor Bruno Manuel.

A estes documentos estão anexados aos dois contratos de Concessão de Exploração Agropecuária números 754/06 (o do comandante-geral) e 753/06 (o de ex-banqueiro), emitidos pelo GADAHKI no ano acima mencionado.

Já nos documentos apresentados pelo camponês Armando Manuel, que diz ser proprietário do terreno em causa, consta que a Sul tem uma rua projectada, a Norte terreno de terceiros, a Este uma rua projectada que dá acesso à esquadra do Zango O e a Oeste com terrenos de terceiros. Os nomes dos titulares dos terrenos ao lado também não estão especificados.

As coordenadas geográficas constantes no referido documento, datado de 14 de Junho de 2017, são totalmente contrárias às dos terrenos dos irmãos Paulo e Generoso de Almeida.

Em função da queixa-crime por esbulho violento de terreno apresentada por Armando Manuel à Direcção Nacional de Investigação Criminal e Acção Penal (DNIAP), órgão da Procuradoria-Geral da República, foi instaurado o processo número 16/17 e o denunciado notificado a contestar em tempo oportuno.

Em sua defesa, Paulo de Almeida queixou que estava a ser vítima de invasões abusivas, danos materiais e morais por parte do senhor Armando Manuel e comparsas. Para sustentar a sua tese, contou que no dia 15 de Novembro do ano passado, por volta das 14 horas, o imóvel em causa (terreno vedado) sofreu uma invasão protagonizada por um cidadão que atende pelo nome de Firmino Solipi Pintar, arquitecto, que foi interpelado em flagrante delito pela patrulha da Polícia Nacional.

Na ocasião, fazia o loteamento do espaço, alegadamente amando de Armando Manuel, com quem havia celebrado um contrato um dia antes. Paulo de Almeida diz que o arquitecto apresentou aos polícias um contrato de prestação de serviço celebrado com o camponês que tem mais de 70 anos, no qual manifestam a pretensão de construir residências no aludido terreno.

Na contestação, para sustentar a titularidade do terreno, o comissário-geral da Polícia Nacional anexou a sentença nº 235/012, do processo número 108/011-A, de 3 de Outubro de 2012, da 2ª Secção da Sala do Cível e Administrativo do Tribunal Provincial de Luanda, que foi alvo de um recurso interposto ao Tribunal Supremo.

Uma fonte de OPAÍS diz que terá sido essa uma das razões que levaram Domingos Baxe, procurador-geral-adjunto da República, a ordenar a constituir

arguido Paulo de Almeida, na data dos factos 2º Comandante-Geral da Polícia Nacional para a Ordem Pública. "Existem nos autos indícios mais do que suficientes que o participado, Comissário-Chefe Paulo Gaspar de Almeida, cometeu o crime de abuso de poder", lê-se no documento a que OPAÍS teve acesso.



## 8. SERVIÇOS BÁSICOS

### 8.1 Restringido abastecimento de água potável

*Jornal de Angola*

*4 De Agosto de 2018*

Três dos cinco bairros da cidade de Mbanza Kongo, capital da província do Zaire, estão privados de água potável há mais de um ano, devido à danificação da tubagem que permite o abastecimento à zona periférica da circunscrição. O director municipal da Energia e Águas, Pedro Divaika, disse à Angop que a destruição da tubagem foi provocada por uma empresa de construção civil, que desde finais de 2016 executa trabalhos de construção do novo sistema de captação, tratamento e distribuição de água à cidade de Mbanza Kongo e arredores.

Actualmente, acrescentou, só beneficiam parcialmente de água potável os moradores dos bairros Sagrada Esperança e Martins Kidito, situação que está a criar sérios constrangimentos à população afectada. Informou que a situação vai alastrar -se por mais tempo até a conclusão dos trabalhos (data não especificada). Disse, por outro lado, que 4.434 ligações domiciliárias serão feitas nos próximos meses nos bairros da zona urbana e periurbanas da cidade de Mbanza Kongo, no âmbito do novo projecto de distribuição de água.

Presentemente, disse, decorrem trabalhos de instalação de 129 novos chafarizes, que vão reforçar os 64 fontanários concebidos no programa do novo sistema de captação, tratamento e distribuição de água.

### 8.2 O mar não tem cólera

*Jornal O PAÍS*

*4 De Agosto de 2018*

*Texto: Jesus Castro Martins*

Caro director

Eu só quero perceber como funciona a cabeça dos nossos jornalistas e também a dos nossos governantes. Agora estão a dizer-nos para não consumirmos peixe da Mabunda porque tem cólera. Isso é o mesmo que dizer que não devemos entrar na água do mar porque tem cólera.

A informação está errada, na forma como tem passado. Se calhar é um erro feito de propósito. Mas

este erro pode ter consequências diferentes das que esperamos.

O mar não está contaminado de cólera, onde pode haver o micróbio da cólera é são os locais onde o peixe é descarregado, onde é armazenado e na forma como é tratado, sobretudo com que água usada.

Vamos ser honestos e olhar um pouco para o passado, passado bem recente. Tanto neste jornal, como noutros meios de comunicação, há anos que se fala de investimentos no sector das pescas, de centros de tratamento, de entrepostos frigoríficos, de portos pesqueiros, de embarcações de pesca artesanal e semi-industrial, de formação para as peixeiras, etc. A ministra das pescas está entre as que mais aparecem na comunicação social. Portanto, o peixe não pode ser um perigo para a saúde depois de tantos investimentos. Ou o dinheiro foi mal aplicado, não foi, ou há incompetência. Agora, dizer que o peixe vem com cólera é um absurdo.

Da forma como têm passado a notícia, até parece que que até se tomou perigoso dar uns mergulhos na praia. A cólera tem uma única razão: as autoridades não têm tido competência para manter os locais em que habitamos limpos, asseados, e muito menos ainda para tratar as águas e os resíduos. Este é o problema.

Por favor, digam às pessoas que devem continuar a comer peixe, fresco de preferência, acabado de sair do nosso mar. O Governo que faça a sua parte. E que a faça bem.

### 8.3 A absurda falta d'água e luz na Carimba

*Jornal O PAÍS*

*5 De Agosto de 2018*

*Texto: Paula Rodrigues*

Prezado Director d'OPAÍS Começo por saudar a si e a sua equipa pelo Jornal que editam e que, do meu ponto de vista, devo orgulhar-me pelo trabalho que têm vindo a desenvolver.

Venho com esta carta saber a quem devemos nos dirigir para termos água na Corimba.

A população daquela zona há década que não tem nem gota de água nos seus cúbicos, excepto na casa da falecida Ti Maria e pouco mais. Estamos fartas de acarretar água, e é só isso o que eu vejo desde que aqui cheguei, quer dizer, há mais de 20 anos.

Na zona que fica mesmo próximo do outro lado da estrada da Samba as pessoas passam dias seguidos

sem energia eléctrica, é absurdo. Essa gente sai de casa para ir ao serviço, na cidade, às 4 ou 5 horas, na escuridão, e ao voltar para casa também anda na escuridão. Será que a população que lá reside não tem dinheiro para pagar ou mesmo firmar o contrato? Aonde andam os nossos governantes? Com tantos rios no país e tantas barragens que Angola tem e falta assim água e energia eléctrica?! O Estado perde muito dinheiro com isso. A população daquela zona não sofre só com o problema da crise, mas também com carência de energia eléctrica e nós aqui perto da praia sofremos muito com a falta da água que tanta falta faz à vida humana. Até os animais e pássaros precisam desse líquido.

Cordialmente

## 8.4 Inauguração impede moradores da Barraca de consumir água do charafiz

*Jornal O PAÍS*

*5 De Agosto de 2018*

*Texto: Alberto Bambi*

Os moradores da localidade da Barraca, município de Icolo e Bengo, em Luanda, manifestaram a OPAÍS o seu descontentamento pelo facto de estarem privados do consumo de água potável, havendo um fontanário instalado há mês e meio na zona e que permanece inoperante, sob pretexto de ainda não ter sido inaugurado.

Segundo eles, as obras, que deviam ser concluídas no primeiro trimestre deste ano, só tiveram fim no mês de Maio, sendo que, desta fase até Quarta-feira, 1, dia desta reportagem, as torneiras do chafariz foram abertas por três ocasiões.

"A terceira vez que abriram as torneiras foi no dia 19 de Julho, mas só passou água durante menos de 20 minutos, quase ninguém aproveitou, eu é que consegui encher um bidão de 20 litros e depois tive de dar um pouco para aqueles que pediam para beber", disse Salomão Benguela, tendo revelado que, nas anteriores ocasiões, o precioso líquido jorrou ainda por menos tempo.

A insatisfação da população dessa área de Luanda foi aumentando cada vez que, depois de encerrarem a conduta, funcionários chineses exibiam as chaves e alegavam que os habitantes deviam ter calma, pois estavam a cumprir ordens superiores, até ao dia da inauguração.

"Se isso fosse verdade, os chineses não deviam abrir as torneiras repetidas vezes, porque não vêm fazer

experiência, aliás, anunciam-nos que já vamos acarretar água, à vontade, mas quando registam enchente no chafariz encerram-no e dizem para esperarmos até os chefes inaugurarem.

As senhoras da comunidade não entendem como é que um bem de necessidade diária tem de esperar pelo administrador ou pelo governador para inaugurar, enquanto a população, que já viveu muito tempo à espera de água, fica a sofrer por não ter acesso ao líquido vital.

"Por que é que não dão oportunidade ao coordenador da Barraca para inaugurar o chafariz, em vez de esperarmos pelos chefes da cidade que não têm muito tempo para vir aqui?", questionou Justina Justino, realçando que o sofrimento das mulheres da comunidade redobrou, porque os camionistas que vendiam água à população local deixaram de frequentar a zona com regularidade.

Importa referir que estes habitantes conseguiam água a partir de camiões-cisternas saídos de outras paragens de Luanda e pagavam 400 Kwanzas por um tambor de 200 litros. Mas tratava-se de água captada do rio, que ainda requeria um tratamento para ser consumível, segundo disseram os próprios moradores.

O que Justina Justino e outras senhoras não querem voltar a experimentar é a dependência total dos camiões cisterna, de modo a evitar também gastos financeiros avultados.

"Quase todas as donas de casa da Barraca chegavam agastar mil e 600 Kwanzas, se enchessem os tambores quatro vezes por semana", calculou a interlocutora deste jornal, adiantando que nenhuma família conseguia sobreviver por via dessa alternativa.

Por isso, a senhora apelou aos responsáveis do município e da província para autorizarem definitivamente a abertura das torneiras.

Receio de estragos

Vasco Luís está preocupado com a expectativa que o chafariz causou à população local, ao ponto de todos os dias um ou outro morador manipular as torneiras dos fontanários, a ver se será ou não dia em que vai jorrar água.

"Por causa dessa ânsia, podemos ver as torneiras estragadas, então, é melhor que os responsáveis providenciem o funcionamento do chafariz e passem a responsabilidade à coordenação do bairro.

De acordo com Vasco Luís, os trabalhadores da empresa destacada para a canalização da água na

Barraca fizeram o mais difícil, que, no seu entender, é a escavação do solo e a colocação dos tubos, razão pela qual não se justifica as suas actuais alegações, segundo as quais têm de esperar por alguém para inaugurar ou pela chegada da conduta à localidade Maria Teresa.

Recomendou, igualmente, que os técnicos autorizem o consumo do precioso líquido e, quando os alegados inauguradores tiverem tempo, que venham ao bairro e formalizem a tão invocada inauguração.

"Não faz sentido ter água e ficar impedido de consumir ou usar", desabafou o entrevistado, tendo acrescentado que tal decisão ressuscita o negócio de água salobra ou do rio na localidade.

Energia da comarca reclamada

Os entrevistados de OPAÍS referiram -se à necessidade de o bairro ter energia eléctrica, uma vez que as localidades vizinhas de Cassoneca e Maria Teresa já possuem o referido bem público.

"Uma coisa que nos deixa muito tristes é que por aqui tudo passa, a energia, a água e só depois é que pensam em nós", reclamou Vasco Luís, baseando-se na realidade dos outros bairros já referenciados.

Finalmente, Vasco Luís desabafou dizendo que não conseguia perceber como é que na Comarca, localizada a menos de oito quilómetros da Barraca, tinha energia eléctrica e no seu bairro não havia luz. "Não acho que uma instalação de lá para cá custe muito dinheiro", presumiu.

Rendimentos, caça e agricultura A maior parte dos habitantes dessas paragens da província de Luanda dedica-se à agricultura e à caça, não espantando, portanto, que a venda de produtos agrícolas, como o milho, tomate, cebola, bem como de animais capturados, dominem o mercado improvisado à beira da "Estrada Nacional Número 230.

O carvão é outro produto que entra nas contas desses aldeões como fonte de rendimento. A par da carne de caça, é considerado pelos residentes como o negócio mais rentável, custando entre dois e três mil Kwanzas o saco.

## 8.5 Municípios buscam água em cacimbas e lagoas

*Jornal de Angola*

*9 De Agosto de 2018*

As obras de construção do sistema de captação, tratamento e distribuição de água, na sede municipal de Maquela do Zombo, provinda do Uíge, estão paralisadas há cinco anos, o que leva os habitantes da localidade a recorrerem às cacimbas, poços e lagoas. O administrador municipal, Benji Henriques, disse que as obras do sistema de captação de água são da responsabilidade do Governo central e estão paralisadas por falta de verbas.

"Toda estrutura continua intacta e segura no local, tão logo haja disponibilidade financeira as obras serão retomadas", disse, adiantando que "falta ser montado os equipamentos de bombeamento e distribuição". O referido sistema, que está a ser construído a partir do rio Luidi, terá capacidade para produzir 400 mil metros cúbicos de água potável por dia.

A rede de distribuição tem 500 ramificações para ligações domiciliárias, que Populares recorrem a cacimbas para tomar banho poderão atender mais de 65 mil habitantes. O município de Maquela do Zombo, que existe há 107 anos, dista 310 quilómetros da cidade do urge, e tem 122 mil 320 habitantes, distribuídos em três comunas e 306 povoações.

## 8.6 Empresários contestam aumentos na água que chegam aos 99%

*Jornal Expansão*

*10 De Agosto de 2018*

*Texto: Nauwick Tchilau*

A nova tabela de preços da água, autorizada pelo Instituto Regulador de Abastecimento e Distribuição de Energia e Água, está a provocar descontentamento, por causa dos aumentos que nalguns casos chegam aos 99%.

José Pereira, gerente do restaurante "A Grelha", um dos estabelecimentos hoteleiros mais movimentados da província, diz que a sua factura mensal passou de 11.350 Kz para 13.150 Kz, o que traduz um aumento de 16%.

"O instituto regulador deve rever o tarifário, porque nos obrigará a subir os preços, tendo em conta a quantidade de água que utilizamos, principalmente na cozinha e nos banheiros", afirmou o gerente de "A Grelha", admitindo "reduzir a disponibilidade de alguns serviços".

Nelito Monteiro não se manifestou surpreendido com os aumentos, porque eram esperados, e desvaloriza o "impacto" da subida, porque a água que utiliza nas suas fazendas não é da rede. O empresário, ligado à agricultura, acredita que os aumentos vão permitir melhorias no fornecimento.

A nova tarifa, que vigora desde início de Agosto, pesa sobretudo sobre os consumidores domésticos. É aqui que os aumentos mais se reflectem. Deolinda Sangala, residente no bairro da Goa, viu a factura passar de 2.100 Kz para os 3.976 Kz, um aumento de 89%. E Carla Sampaio, moradora num 5<sup>a</sup> andar do centro da cidade, viu o valor que paga disparar dos 4.325 para os 7.060 kz, uma subida de 63%.

Os preços variam de acordo com a zona, com as urbanas a registarem as maiores subidas. Aqui o preço médio mensal passou de 3.250 kz para 6.480, aumentando 99%.

No bairro da Calomanga, Benguela, e na zona Alta do Lobito, os consumidores estão a organizar-se em grupos para se manifestarem contra a nova tabela.

O Expansão soube que a aplicação do novo tarifário deve-se ao fim da subvenção do Estado, na ordem dos 50%, às empresas de fornecimento de água.

Apesar dos aumentos, o presidente do Instituto Regulador dos Serviços de Energias e Aguas, Luís

Mourão da Silva, disse que "não haverá agravamento nas facturas", e que até deverá reduzir nos consumos, abaixo de 5 metros cúbicos.

O economista Janísio Salomão considera que os aumentos não estão de acordo com os salários, que sofreram uma depreciação na ordem dos 37%, e adverte para subidas na energia eléctrica.

## 8.7 Recursos Hídricos

*Jornal Economia e Finanças*

*10 De Agosto de 2018*

*Texto: Samuel Gonçalves*

A escassez dos bens é um assunto do âmbito da análise dos economistas, e tudo que é escasso acaba por ter preço, às vezes muito alto, a água é um destes recursos. De toda a água existente no nosso planeta, cerca de 97,5 por cento é salgada e apenas 2,5 é doce. No séc. XXI, não obstante os problemas relacionados com a escassez de diversos bens naturais, um dos problemas que os países terão de enfrentar estará, obviamente relacionado ao acesso à água doce, tanto para o consumo humano, animal, como para a indústria e serviços.

O recente alerta vem da cidade de Cape Town, na África do Sul, onde a implementação de políticas para minimizar o problema da escassez de água é crucial. Aliás, para quem tem a pretensão de estudar naquela cidade recebe instruções precisas sobre a utilização da água, também do Japão, onde as altas temperaturas vêm exigindo um consumo cada vez maior de água e' no Nordeste do Brasil que de acordo com a pesquisa do Sebrae os empresários locais estão preocupados com a facturação devido aos problemas relacionados com a falta de água.

A preservação das fontes naturais da água, ou dos rios, não é necessariamente um "capricho dos ecologistas e nem é luxo dos países ricos". Trata-se, na verdade, de uma questão de soberania. As reportagens da Televisão Pública de Angola, no Telejornal dos dias 23 e 27 de Julho, mostraram o que está a acontecer: (i) na província de Cabinda, o lixo, a lavagem de carros e as construções anárquicas tomaram de assalto um determinado rio; (ii) o garimpo de água que vem sendo efectuado por cidadãos chineses, utilizando-se, inclusive, de laboratórios pouco convencionais para a produção de água engarrafada, no distrito urbano do Kikuxi. Estes factos, além de fazerem bradar os céus, situam-se num contexto marcado pela degradação, perda da biodiversidade e o aumento dos riscos à saúde.



Thdo indica que vivemos um paradoxo, pois ao mesmo tempo que precisamos da água para a nossa existência, enquanto espécie humana, destruímos as fontes para obtê-la num gesto de pura irracionalidade.

O cientista francês Louis Pasteur tinha alertado para o facto de 90 por cento das doenças serem originadas pela carência de água. Erik Orsenna afirmou que a "ausência de água mata 10 vezes mais do que as guerras". O problema da escassez de água no Sul da Europa e a sua qualidade no Norte, a desertificação que surge um pouco por toda a África, a reduzida produção agrícola, senão mesmo a escassez de alimentos, e os regulamentos dos governos sobre o consumo de água cada vez mais rígidos, assentam no pressuposto real do desaparecimento do precioso líquido.

Diante de um contexto tão catastrófico resta-nos, enquanto agentes económicos, repensarmos o uso e a gestão das fontes deste recurso. É necessário considerarmos propostas de melhorias do quadro actual sem criarmos rótulos para os ambientalistas ou ecologistas de "eco-chatos",

Aliás, a cobrança pelo consumo de água doce deve servir de um estímulo para um uso mais racional, em função das condições de escassez em quantidade e em qualidade, já que a água deixou de ser um bem livre e passou a ser um bem com valor económico.

As evidências levam-nos a três cenários: (i) água para todos, sob inerência de um mundo que cresce de maneira integrada e contínua (ii) água para alguns, em função do crescimento económico desigual e desenfreado que o mundo vem conhecendo (iii) água para poucos, resultante da falta de preocupação com a sustentabilidade e das gerações vindouras e carentes de conceito de "destruição criativa".

A magnitude da crise de água doce e os riscos associados são quase sempre subestimados. A água é fundamental para o alcance dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio das Nações Unidas e é uma variável imprescindível para a sustentabilidade social e crescimento económico a longo prazo, sem descorar a sua importância para a segurança energética.

Deve haver maior responsabilização por parte dos indivíduos que cometem atrocidades relativamente ao mau uso consciente ou inconsciente dos recursos hídricos que pode colocar a vida em perigo.

As soluções para o dilema da água são prementes e Loic Fauchon, ex-Presidente do Conselho Mundial de Águas deu o tom de como as sociedades devem encarar, esse desiderato: "temos de dizer clara, nítida

e incisivamente que a água é um direito, o que nunca foi dito em alto e bom som, porque um certo número de países se nega. Ela é um elemento essencial para a sobrevivência e dignidade humana, e deve estar inscrito na Constituição de todos os Estados, pois, para além do aspecto simbólico, esta atitude será muito corajosa".

Porque se assim não for, a factura continuará a ser alta, e o que se paga hoje será apenas algo irrisório, face ao custo futuro.

## 8.8 Sindicatos acusados de «entornar» água na EPAL

*Novo Jornal*

*10 De Agosto de 2018*

*Texto: Dulcineia Lafua*

O movimento sindical está agitado na Empresa Pública de Água de Luanda (EPAL). O 1.º secretário da empresa, Cândido Rodrigues, cujo mandato está vencido, foi reconduzido administrativamente pelos líderes das representações sindicais em que a empresa está filiada: UNTA-CS, USL, SPTAPSL. Trabalhadores, zangados com a situação, exigem a realização de uma assembleia geral para a escolha de um novo representante, sob pena de abandonarem os sindicatos.

A decisão saiu de um encontro dos trabalhadores da EPAL, realizado na sexta-feira, 3, onde os funcionários decidiram dar um ultimato de 15 dias aos órgãos sindicais para a "reposição da legalidade" e "democracia", por alegadamente sentirem "usurpada" a liberdade de escolha dos trabalhadores, segundo Bernardo Tungo, coordenador da comissão criada para a convocação de nova eleição.

"A empresa está filiada em três representações sindicais, nomeadamente a UNTA-CS, a SL e ao SPTAPSL. São estes órgãos que reconduziram administrativamente o 1.º Secretário. Os nossos líderes sindicais não observaram o princípio democrático que consiste na participação dos trabalhadores para a eleição dos seus representantes sindicais", criticou.

Acentuando, disse que "os trabalhadores não foram tidos nem achados, o que belisca o movimento sindical", reprovou o coordenador, salientando que o actual representante sindical da EPAL nunca chegou a ser eleito desde o seu primeiro empossamento no cargo.

"O 1.º Secretário Cândido Rodrigues está no cargo, em substituição do ex-secretário António Gaspar, que foi afastado da empresa".

Apar desta situação, os trabalhadores queixam-se de cíclicos atrasos salariais bem como cortes nos subsídios.

Reagindo às acusações, o 1.º Secretário do SPTAPSL, Fernando Cristóvão, minimizou as queixas dos filiados, adiantando que as eleições serão realizadas somente em Dezembro e não dentro de 15 dias, como pretendem os trabalhadores "para se evitarem problemas que podem pôr em causa o acto", venceu.

## 8.9 EPAL cobra nova tarifa a partir do corrente mês

*Jornal De Angola*  
12 De Agosto

A Empresa Pública de Águas de Luanda (EPAL) anunciou, em carta dirigida ao Jornal de Angola, que o novo tarifário de água vai ser aplicado na facturação do mês de Julho e o seu processamento está previsto para os primeiros dias de Agosto.

Ao reagir a uma matéria publicada, há mais de três semanas, por este jornal sobre as tarifas cobradas a nível da Cidade do Kilamba, a EPAL explica que o novo tarifário, plasmado no Decreto Executivo Conjunto nº 230/18, de 12 de Junho de 2018, tem apenas incidência sobre os consumidores, nos próximos dias.

Quanto aos moradores da Cidade do Kilamba, a carta avança igualmente que estes têm uma facturação com base na leitura de contador. Na ausência de leituras, por falta de acesso ao edifício ou aos armários de contadores, recorre-se à média de consumo, que é ajustada logo que se consiga efectuar a leitura.

Nesses casos, esclarece ainda a carta da EPAL, o acerto pode resultar em débito, se o consumo registado no contador for superior aos valores facturados, ou em crédito, se o consumo estiver inferior à cobrança.

Mas, a EPAL afirma que a facturação da Cidade do Kilamba diferencia-se das outras zonas devido à cobrança da Taxa de Saneamento' resultante de serviços prestados na Estação de Tratamento de Águas Residuais que existe naquela parcela da província de Luanda.

A carta, rubricada pelo director de Comunicação e Marketing da EPAL pede ainda os moradores do Kilamba para exporem as suas reclamações junto da

agência comercial, sita na rua Amílcar Cabral nº198 B, Quarteirão L, ao posto de cobrança do centro comercial "Xyami" e ao posto móvel, localizado no quarteirão W, junto ao edifício 11. Antes da divulgação da matéria que suscitou esta reacção da EPAL, o Jornal de Angola procurou ouvir responsáveis desta entidade pública, por meio de contactos telefónicos (voz e mensagens, ainda registadas) de membros do seu Gabinete de Comunicação e Marketing, durante cerca de três semanas, mas os esforços saíram gorados, por indisponibilidade destes, na altura.

## 8.10 Milhares de habitantes com mais água potável

*Jornal de Angola*  
15 De Agosto de 2018  
Texto: Isidoro Samutula

Cerca de oito mil habitantes das localidades de Cangongo, Mulo, Chico Mateus e Mungua Quínguri, no município do Xá-Muteba, província da Lunda - Norte, contam, desde o fim-de-semana, com mais água potável, na sequência da inauguração de sistemas de captação, tratamento e abastecimento. A inauguração dos referidos sistemas enquadra-se nas estratégias das autoridades locais que visam melhorar a qualidade de vida da população nas zonas rurais, bem como prevenir a proliferação de doenças provocadas pelo consumo de água imprópria. O governador da Lunda-Norte, Ernesto Muangala, disse que a construção dos sistemas de captação e abastecimento de água às zonas rurais teve início em 2014, a cargo da empresa Israelita Mittnelli, mas, por razões financeiras, as obras foram paralisadas em 2015 e retomadas em Maio do ano em curso.

Ernesto Muangala pediu à população para conservar e proteger os sistemas de abastecimento de água e outros bens públicos que nunca tiram nas referidas localidades e que marcam uma mudança qualitativa do nível de vida da população das comunidades beneficiárias. O governante aproveitou a oportunidade para anunciar outros projectos sociais que vão ser desenvolvidos no município de Xá-Muteba, com financiamento do fundo europeu, em que a província da Lunda-Norte foi contemplada com cerca de 30 milhões de dólares.

O programa, de acordo com o governador provincial, prevê a construção de um hospital materno infantil, duas escolas com dez salas de aula cada, uma com seis salas e um campo multiuso. o governador avançou ainda que a disponibilização do fundo municipal de equilíbrio, estimado mensalmente em 25 milhões de kwanzas, vai permitir dar maior

dinamismo à execução de Vários projectos sociais paralisados por falta de financiamento e assegurar a curto prazo melhores condições de vida às populações. Para o administrador municipal de Xá-Muteba, Joaquim Miguel, a expansão dos serviços de abastecimento de água às populações das zonas rurais é um ganho significativo, pois "a população sobreviveu ao longo dos anos com água retirada em cacimbas e lagoas que surgem no tempo de chuva".

O administrador municipal garantiu que o seu pelouro vai tomar medidas para proteger e conservar os sistemas de captação e abastecimento, bem como evitar a sua vandalização. Segundo o administrador, a empresa construtora garantiu a assistência técnica, durante um ano, dos sistemas inaugurados.

Joaquim Miguel informou que o abastecimento de água ao município do Xa-Muteba vai melhorar substancialmente, com a conclusão, em Dezembro próximo, de um sistema de maior dimensão, que contempla dez chafarizes e 80 ligações domiciliárias, na sede municipal. As comunidades de Cangongo, Mulo, Chico Mateus e Mungua Quinguri são as primeiras beneficiárias do projecto de expansão de sistemas de abastecimento de água potável às zonas rurais. São no total quatro sistemas de água, um em cada uma das localidades, 23 chafarizes, quatro balneários e oito torneiras públicas.

A localidade de Mungua Quinguri conta com 19 chafarizes, por ter maior número de habitantes, cinco mil no total. Foram também construídos dois tanques que armazenam 600 metros cúbicos de água e instaladas electrobombas. Nas localidades de Cangongo, Mula e Chico Mateus, por terem poucos habitantes, foram instalados sistemas com capacidade para bombear cinco metros cúbicos de água por hora. As referidas localidades contam também com tanques de 120 metros cúbicos de água. A administração municipal de Xa-Muteba assegurou que o fornecimento de água potável nessas comunidades será feito de forma periódica, sendo duas horas no período matinal e duas no período vespertino.

Essas medidas, segundo técnicos da administração municipal, visam garantir o uso racional dos equipamentos, combustível e educar a população para a necessidade da preservação dos bens públicos postos à sua disposição. A satisfação da população foi manifestada pelo soba Cabeto Camuanhi, da localidade de Cangongo, lembrando que para trás ficam as dificuldades que as comunidades enfrentavam em busca de água. "As mulheres eram obrigadas a sair às 5 horas da manhã para ir às cacimbas para conseguir água. Esses momentos tristes ficaram para trás", regozijou-se o soba Cabeto Camuanhi.

## 8.11 Empresa de Águas facturou 961 mil e 730 Kz no primeiro

*Jornal O PAÍS*

*17 De Agosto de 2018*

Em declarações à imprensa, o presidente do conselho de administração da empresa de Águas e Saneamento, Adolfo Elias Gomes, mostrou-se satisfeito com os montantes arrecadados.

A despeito deste aumento nas receitas, sublinhou que muitos consumidores furtam -se ao pagamento, facto que tem causado avultados prejuízos à empresa, porque condiciona a a manutenção e melhorias no sistema de abastecimento.

No entanto, admitiu que o volume de água fornecida diariamente pela empresa, 1360 metros cúbicos/hora, não satisfaz ainda a demanda na cidade do Huambo e nas vilas da Caála e Lossambo.

Adolfo Elias também apontou práticas condenáveis, como o desperdício de água e a retirada de contadores, que levaram à criação de equipas de fiscalização para cadastrar consumidores e que montaram contadores para conter o esbanjamento.

## 8.12 Governo retoma obras dos sistemas de água

*Jornal de Angola*

*26 De Agosto de 2018*

*Texto: Walter Gomes*

O Governo retoma, nos próximos dias, a construção e reabilitação dos pontos, furos artesianos e sistemas de captação, tratamento e distribuição de água potável avariados, danificados ou não concluídos nos 16 municípios e comunas da província do Uíge, anunciou ontem, na cidade do Uíge, o secretário de Estado da Energia e Águas, Luís Filipe da Silva.

Em declarações à imprensa, no fim de uma visita de trabalho ao Uíge, o secretário de Estado constatou os transtornos no abastecimento de água à população e manifestou a necessidade do alargamento da rede de distribuição de água potável a algumas zonas com carência do líquido.

No seu entender, a melhoria dos sistemas de abastecimento de água será feita dentro do programa do Ministério da Energia e Águas, que prevê a reabilitação e expansão de pequenos sistemas municipais de abastecimento de água, tendo assegurado a transferência de verbas para os trabalhos ao governo provincial.

Luís Filipe da Silva reconheceu que a província ainda enfrenta inúmeras dificuldades no fornecimento de água potável, sobretudo nas sedes municipais, comunais e aldeias, por causa da densidade populacional dos seus municípios. "Para suprir o défice, o ministério está a trabalhar para recuperar, dentro de pouco tempo, os vários sistemas de furos e fontes de água construídos ou que se encontram inacabados por questões financeiras' bem como aqueles que foram danificados", recuperação dos furos e sistemas danificados, serão construídos mais de 160 pontos de água no âmbito da continuidade do programa "Água para Todos". Neste momento, informou, está a ser feito um levantamento para se determinar a densidade populacional de cada município para que, numa primeira fase, sejam contemplados os municípios com maior número de habitantes e dificuldades de água.

O secretário do Estado condenou a vandalização dos equipamentos colocados para o abastecimento de água às comunidades, facto que tem deixado muitos sistemas fora de uso em pouco tempo. Apelou às administrações municipais, autoridades tradicionais e à população para estarem atentas e protegerem os equipamentos que o Governo instala nas comunidades.

### 8.13 Governo vai passar a cobrar taxa de lixo aos municípios

*Jornal de Angola*  
2 De Agosto de 2018  
Texto: Elautério Silipuleni

Um novo programa de limpeza urbana e recolha de resíduos sólidos, que inclui a cobrança de taxa de lixo aos municípios, começa a ser ensaiado na província do Cunene, com vista a melhoria do saneamento básico nas comunidades.

De acordo com o director provincial do Gabinete de Ambiente, Gestão de Resíduos e Serviços Comunitários, Cirilo Mwaulanga, o início de cobranças está para breve e a proposta das taxas variam entre 1.500, para o casco urbano, e 750kwanzas para a zona periférica.

O responsável sublinhou que numa primeira fase o programa vai abranger, a título experimental, a cidade de Ondjiva e as sedes municipais de Ombadja e Namacunde. "O modo de cobrança da taxa de lixo será por meio do pagamento da factura do consumo da água, à semelhança do que acontece em outras províncias do país, onde os moradores pagam, mensalmente, pela recolha e tratamento dos resíduos sólidos", salientou.

Cirilo Mwaulanga reconheceu que o êxito do programa passa por campanhas de sensibilização da população sobre a gestão ambiental. "Alguns municípios têm um entendimento pouco claro sobre os resíduos sólidos e consideram que todo o lixo é descartável, quando, na verdade, parte desta matéria orgânica e inorgânica pode ser reciclada para fins úteis", sublinhou.

"Com este novo modelo de recolha e tratamento dos resíduos sólidos pretende-se dar uma resposta eficaz aos grandes focos de lixo que se registam nas ruas da capital da província e nas sedes municipais", disse.

### 8.14 Reforçada estratégia contra cólera

*Jornal De Angola*  
5 De Agosto de 2018  
Texto: Kílsia Ferreira

Uma comissão multisectorial vai trabalhar, a partir de amanhã, na formulação de uma estratégia de prevenção da cólera na província de Luanda, anunciou ontem, em Cacuo, o secretário de Estado da Comunicação Social. Celso Malavoloneke, que falava à imprensa no final de uma visita de membros da comissão multisectorial à lagoa da Kilunda, na Funda, município de Cacuo, assegurou que o trabalho da comissão vai incidir sobre a lagoa da Kilunda e na praia da Mabunda, por admitir-se que sejam focos da cólera, havendo casos notificados nalguns bairros da província de Luanda.

A comissão multisectorial é integrada por técnicos dos Ministérios da Saúde, Energia e Águas, Pescas e do Mar, Ambiente e da Comunicação Social. O secretário de Estado da Comunicação Social informou que, no âmbito da estratégia, vai ser realizada uma campanha de sensibilização, com a participação de mais de 100 agentes comunitários.

Os agentes comunitários vão de casa em casa explicar às famílias as melhores práticas de prevenção da cólera e tratamento da água. O secretário de Estado da Comunicação Social alertou que "a água tratada pode novamente ser contaminada se não obedecer às boas práticas." Celso Malavoloneke acentuou que a estratégia inclui um plano de rastreio e monitorização com o objectivo de controlar casos suspeitos de cólera, uma doença causada pelo vibrião colérico encontrado em alimentos e água contaminados. Na sua opinião, os órgãos de comunicação social devem trabalhar e apoiar a população com a divulgação de informação com clareza de que, por exemplo, "não é o peixe que está contaminado, mas sim a água."



Celso Malavoloneke adiantou que, se um alimento estiver bem confeccionado, pode ser consumido sem nenhum problema. Por sua vez, a ministra das Pescas e do Mar, Vitória de Barros Neto, assegurou que o peixe da praia da Mabunda pode ser consumido desde que seja bem confeccionado. A ministra acentuou que, através da corrupção multisectorial, as famílias da Funda vão beneficiar de educação para a saúde, por via da qual vão aprender as melhores práticas de saneamento básico e de tratamento da alimentação e da água.

Quanto à situação da praia da Mabunda, Vitória de Barros Neto sublinhou que o problema reside no saneamento básico precário, que põe em causa a saúde da população. A ministra disse esperar que as peixeiras desenvolvam a actividade no novo mercado da Mabunda, em cumprimento das orientações das autoridades, devido à falta de condições higiénicas no antigo espaço.

"A prevenção e cuidados no tratamento dos alimentos são uma forma de garantir uma saúde saudável e segura", acrescentou a ministra das Pescas e do Mar. A ministra da Saúde, Sílvia Lutucuta, alertou que a defecação ao ar livre ainda é um problema na comuna da Funda. A lagoa da Kilunda, de onde a população tira água para consumo doméstico, é também utilizadas por animais.

"Vamos trabalhar com os mobilizadores sociais no sentido de esclarecer a população que a água retirada da lagoa para o consumo deve ser tratada", prometeu a ministra, afirmando que "a prevenção envolve a melhoria das condições de saneamento e do acesso à água potável." Até ao dia 29 de Julho, a província de Luanda tinha 12 casos de cólera notificados pelo Instituto Nacional de Investigação da Saúde, sendo dois na Samba, um no Sambizanga, um na Ingombota, dois em Viana e seis em Cacuaco.

## 8.15 Discutida estratégia para recolha do lixo

*Jornal De Angola*

*6 De Agosto de 2018*

*Texto: Luísa Vitoriano*

Autoridades ligadas à recolha e tratamento do lixo na cidade de Malanje, estiveram reunidas para encontrar as melhores fórmulas para o bom andamento deste processo. O director provincial do Ambiente. Gestão de Resíduos e Serviços Comunitários, José Neves que orientou o encontro defendeu o recrutamento de entidades privadas para a recolha e tratamento dos resíduos sólidos na província. José Neves disse que devem ser encontrados mecanismos para evitar a

poluição dos solos, promover o tratamento das águas residuais e de outros males que comprometem a sustentabilidade do meio ambiente. O responsável frisou que deve ser criada uma lei para regular a gestão de resíduos sólidos, de modo a que as entidades envolvidas neste processo cumpram rigorosamente com as suas obrigações' Quanto às questões ambiental, José Neves disse que esta em curso um programa de educação que visa xpH ar as medidas que devem ser adoptadas pejo cidadão para proteger o meio ambiente. É necessário promover acções de sensibilização para que os habitantes de Malange depositem o Lixo nos sítios adequados, de modo a evitar constrangimento para as empresas contratadas

A primeira fase do programa arrancou no bairro da carreira de Tiro, canâmbua Rítondo. O ambientalista Edgar Ndala, na sua dissertação sobre o pacote legislativo do meio ambiente e a gestão dos resíduos sólidos, manifestou preocupação com o aglomerado de lixo em várias artérias da cidade de Malange. "É necessário promover acções de sensibilização para que os habitantes de Malange depositem o lixo nos sítios adequados, de modo a evitar constrangimentos para as empresas contratadas para esse fim", disse. Paulo Jorge, outro ambientalista que abordou o tema "Responsabilidades por Danos Ambientais", disse que numa primeira fase, deve ser feita uma incursão ao programa legislativo sobre a matéria. A actividade ambiental em Angola deve ser regulada por um conjunto de leis, de modo a que pessoas singulares e colectivas sejam responsabilizadas por danos causados pela poluição", disse.

## 8.16 Cólera faz vinte mortes

*Jornal de Angola*

*12 De Agosto de 2018*

*Texto: César Esteves*

A cólera fez 20 mortes em Angola, no período compreendido entre Janeiro e Junho, tendo sido diagnosticados 1.370 casos em todo o país, revelou ontem, em Luanda, a directora nacional da Saúde Pública, Isilda Neves.

A informação foi dada na abertura da campanha contra a cólera e a malária, na comuna da Funda, município de Cacuaco, numa iniciativa da Rede Ambiental Maiombe. As províncias mais afectadas são as de Cabinda, Zaire, Uíge, Cuanza-Norte e Luanda. De Julho a Agosto, a capital registou 80 novos casos suspeitos, dos quais 13 positivos e seis óbitos.

As comunidades vão ser sensibilizadas contra a cólera, malária, febre-amarela e outras endemias.

Fraco saneamento

O secretário de Estado para a Saúde Pública, José Cunha, aponta o deficiente saneamento do meio e o fraco fornecimento de água potável como principais factores. Durante uma campanha de sensibilização contra a cólera e a malária, José da Cunha sublinhou que "esses dois factores conjugados são propícios ao surgimento de uma série de doenças como a cólera, malária, febre-amarela e outras".

O secretário de Estado disse ser fundamental a tomada de medidas enérgicas para evitar a disseminação da cólera e a luta contra esta doença deve envolver todos os sectores de sociedade.

Apesar de haver novos casos, o secretário de Estado garantiu que a situação está sob controlo. Para evitar a propagação da cólera José Cunha aconselha a população a observar as medidas de prevenção, que incluem a higiene pessoal e colectiva.

Lavar as mãos com água e sabão (antes e depois de fazer qualquer refeição ou depois de usar a casa de banho), utilizar a lixívia como desinfectante da água (cinco gotas em um litro de água) e não defecar ao ar livre são algumas medidas que podem evitar a propagação da cólera. "Se essa mensagem sobre os cuidados primários for acatada pelas famílias, acredito que mesmo no período de chuva não teremos tantos casos, como aconteceu na província do Uíge", realçou.

José da Cunha informou que a comissão multisectorial de combate à cólera e à malária, que integra técnicos dos ministérios da Saúde, Energia e Ambiente e de outros sectores' está a intensificar as medidas de controlo.

A campanha de sensibilização vai estender - se a todo o país. Em Luanda, particular atenção será dada ao município de Cacuaco, onde foram diagnosticados alguns casos que, entretanto, não resultaram em óbito.

A campanha incidiu no mercado do Sabadão, na lagoa da Kilunda e no bairro Muculo, em Cacuaco, e contou com a participação da ministra do Ambiente, Paula Coelho, e da secretária de Estado da Família e Promoção da Mulher, Ruth Mixinge.

## 8.17 Moradores da Casa Lurdes clamam por intervenção

*Jornal de Angola*

*14 De Agosto de 2018*

*Texto: César Esteves*

Moradores da rua da Casa Lurdes, bairro Sagrada Esperança, no distrito urbano da Maianga, clamam por uma pronta intervenção da administração, devido ao cheiro nauseabundo que inalam todos os dias, proveniente de um amontoado de lixo que se encontra numa vala de drenagem inacabada:

A referida abertura, que passa bem à frente das suas casas, explicam os moradores, foi aberta, em 1992, por uma empresa, cujo nome não precisaram, para a construção de uma vala de drenagem, mas, por motivos desconhecidos, a construtora abandonou os trabalhos.

"Já informámos várias vezes à administração do distrito, mas nunca obtivemos resposta", contou a moradora Suzana Xavier, que disse ter saído, há poucos dias, do hospital, por culpa de uma malária. "Só não morremos todos, aqui, porque Deus ainda está connosco", declarou.

Devido a esta situação, avançou que doenças como febre tifóide, malária e infecção urinária tomam conta dos moradores da zona.

Feidi Catumbila, morador da zona, há mais de 25 anos, contou que a empresa Odebrecht chegou a visitar o local, na altura em que construía as valas de drenagens do Rocha Pinto e da Samba, mas, mesmo assim, não deu em nada. "Limitaram - se apenas a fazer fotos e a sinalizar a área", recordou.

O morador explicou que algumas famílias que não resistiram à situação tiveram de abandonar as casas, tendo em conta que, no tempo chuvoso, a situação fica pior.

"Muitas casas ficam inundadas e a zona torna - se quase que intransitável. Os moradores têm de se 'virar nos trinta' para evitarem o pior", salientou Feidi Catumbila.

Apesar da quantidade de lixo e do cheiro nauseabundo, a vala é o local preferido pelas crianças, que chegam a ficar horas e horas a brincar.

Os moradores lançam um grito de socorro numa altura em que está prestes a começar a época chuvosa. "Nós, habitantes da rua da Casa Lurdes, tememos que a zona seja afectada pelo surto de cólera que assola, neste momento, algumas regiões do país."

Administrador pede desculpa

O administrador distrital da Maianga, Fernando Cardoso, admitiu haver alguma morosidade na resolução do problema, mas esclareceu que a mesma se deve, sobretudo, à falta de meios técnicos para fazer o desassoreamento não só daquela vala como de outras existentes no distrito.

Fernando Cardoso explicou que o distrito não dispõe de meios para realizar alguns trabalhos, daí recorrer, nalgumas vezes, à Unidade Técnica de Gestão do Saneamento de Luanda, que ajuda quando pode.

Tendo em conta os transtornos causados à população da rua Casa Lurdes, o administrador aproveitou a ocasião para pedir desculpas aos moradores, embora reconheça ser da responsabilidade dos locais a colocação do lixo na vala.

"Reconhecemos a nossa culpa pela situação da vala, mas nunca deixamos de colocar à disposição os contentores nos arredores. É a população que prefere deitar o lixo naquele buraco", disse o administrador do distrito da Maianga.

Para minimizar a situação que se vive em muitas artérias do distrito, Fernando Cardoso anunciou que foi já criada uma comissão, para levar a cabo um trabalho permanente de sensibilização junto das comunidades, no sentido de passarem a deitar o lixo nos locais apropriados.

"É nossa obrigação acudir toda a aflição manifestada pela população", declarou o administrador, que revelou que o dossier "Vala da Casa Lurdes" já foi remetido à Comissão Administrativa de Luanda, no sentido de encontrar-se uma solução. O administrador Fernando Cardoso assegurou que, nos próximos dias, vai visitar a zona, para constatar o actual estado da vala e, depois, tomar uma medida mais concreta para o problema.

Numa ronda, o Jornal de Angola constatou que há outras valas de drenagem a nível de Luanda com amontoados de lixo. São os casos verificados na Samba, Cariango, Senado da Câmara.

## 8.18 Prevista construção de aterros sanitários em todas as províncias

*Jornal de Angola*

*18 De Agosto de 2018*

Até 2025 as 18 províncias de Angola terão aterros sanitários, anunciou ontem o secretário de Estado do Ambiente, Joaquim Manuel.

Em declarações à Angop, o secretário de Estado deu a conhecer que estão em construção aterros nas províncias do Huambo, Cabinda e Bengo, e nas demais regiões foram identificados os locais para a sua instalação, porém, condicionada a financiamentos que estão a ser processados.

Joaquim Manuel realçou que, devido aos custos elevados, será construído apenas um aterro por província. Sublinhou que cada aterro custa entre os 15 e 20 milhões de dólares, de acordo com a capacidade, dimensão e integração de serviços complementares anteriores à deposição final nestes locais.

O secretário de Estado explicou que a construção de aterros torna-se caro com a integração de serviços como centros de triagem ou segregação, reciclagem e valorização quer energética, quer biogás.

A criação de aterros tem respaldo numa orientação do Plano Estratégico de Gestão de Resíduos Urbanos (PRESGRU), aprovado por Decreto presidencial n.º 196/12, de 30 de Agosto, que estabelece que cada uma das capitais das províncias do país deve ter estas infra-estruturas até 2025.

O secretário de Estado abordou também a proposta de implementação das ecotaxas no país, para melhorar os indicadores de desempenho social, ambiental e económico, reduzindo os encargos do Estado no que concerne à limpeza pública e recolha de resíduos sólidos.

Afirmou ser uma forma de responsabilização directa dos agentes económicos "produtores e importadores" pelos eventuais danos provocados pela comercialização dos seus produtos, cujas embalagens não sejam reutilizáveis, promovendo a mudança de comportamentos e, em consequência, a introdução no mercado nacional de produtos em embalagens reutilizáveis, "amigas do ambiente".

Para Joaquim Manuel, a institucionalização da ecotaxa não se traduz num imposto definitivo, mas temporário, na medida em que forem alterando os hábitos dos agentes económicos em produzir e importar produtos em embalagens não reutilizáveis.

"Um dado importante é que as eco taxas não deverão recair sobre os consumidores finais, daí o fortalecimento do sistema de fiscalização a ser montado" - referiu.

Indicou medidas associadas à implementação das ecotaxas, tal como o incentivo à promoção da indústria de reciclagem e outras formas de valorização, gerando, à partida, postos de emprego e novas oportunidades de "negócios empregos verdes".

A 26 de Julho deste ano, foi apresentada publicamente em Luanda uma proposta de legislação para cobrar ecotaxas aos produtores e importadores de matérias não degradáveis em Angola, que variam entre 0,25 e 0,90 por cento sobre o valor de produção ou importação de plásticos, pneus, baterias e pilhas.

A proposta apresentada pelo grupo técnico de apoio à sua aplicação e instituição, sob a égide do Ministério do Ambiente, sugere a cobrança de taxas de 0,25 por cento sobre o valor de produção.

Por seu turno, António Jaime adiantou que, apesar de tardia, a obra é de louvar, uma vez que vai facilitar a circulação das pessoas em tempo de chuva.

O administrador municipal adjunto do Sumbe, Fonseca Rafael, afirmou que a empreitada deverá estar concluída na primeira quinzena de Setembro.

A cidade do Sumbe tem duas valas de drenagem, a da Comarca, que desagua no mar, e a da Serração, com término no do Cambongo.

O desenvolvimento das infra-estruturas integradas da cidade do Sumbe na província de Cuanza-Sul, será executada em três fases e com um orçamento de 442,5 milhões de dólares americanos. Os valores provêm de uma linha de financiamento chinês, cuja primeira fase compreende a estabilização das encostas da Quissala e Bumba, construção de residências e realojamento da população na urbanização do Cuacra, a 24 quilómetros da cidade do Sumbe.

A segunda fase servirá para custear a implantação da micro e macro-drenagem, assim como iluminação pública da cidade.

A terceira fase tem a ver com a implantação de 24 quilómetros da estrada e uma ponte com 500 metros de comprimento e 21 de largura.

## 8.19 Projecto de requalificação das valas de drenagem do Sumbe avança

*Jornal Economia e Finanças*  
24 De Agosto de 2018

As valas de drenagem dos bairros periféricos da cidade do Sumbe, sede da província do Cuanza Sul, estão a beneficiar de reabilitação, no âmbito da requalificação da circunscrição.

Os trabalhos de limpeza e desassoreamento tiveram início segunda-feira e incidem sobre os bairros da Londa, São Francisco, Bombeiro e Bairro Novo.

Em declarações à Angop, a munícipe Maria Paulino disse que os trabalhos vão facilitar a circulação e melhorar a segurança das pessoas que vivem próximo às valas. "Esperamos que o trabalho não pare por aqui, visto que no Sumbe quando chove toda a água vai para o centro da cidade, frisou.

Facilitar a circulação



## 9. GÉNERO E VIOLÊNCIA

### 9.1 Mulheres exigem criminalização do assédio sexual no trabalho

*Jornal de Angola*

*2 De Agosto de 2018*

*Texto: Edivaldo Cristóvão*

O Comité Nacional da Mulher Sindicalizada da UNTA- Confederação Sindical revelou, ontem, em Luanda, ter apresentado uma proposta ao Executivo para a criminalização do assédio sexual e moral, uma conduta que está a crescer nos locais de trabalho.

A informação foi tomada pública, em Luanda, pela presidente do comité, Maria Fernanda, durante a cerimónia de encerramento de um seminário sobre a "Violência e assédio no trabalho", realizado em saudação ao Dia da Mulher Africana, ontem assinalado.

Maria Fernanda disse que, apesar de não estar no actual Código Penal o assédio sexual e moral como crime, as mulheres assediadas devem recorrer à UNTA, por ter decidido criar, ainda este ano, uma comissão para dar assistência jurídica e psicológica às vítimas de assédio sexual e moral.

A sindicalista disse que, no âmbito do combate à violência e ao assédio no trabalho, a UNTA defende acções de sensibilização da sociedade e das entidades empregadoras em tomo da necessidade de asseguramento da paz nos locais de trabalho.

As empresas devem, no entender da sindicalista, promover discussões entre o empregadores e os trabalhadores, com o objectivo de garantir a paz social e evitar despedimentos sem justa causa e desavenças no local de trabalho.

A sindicalista disse estar preocupada com o aumento de casos de assédio sexual no país e, mencionou como exemplo, a província de Luanda, onde, até ao ano passado, foram registados pela inspecção do sindicato mais de mil queixas.

O andamento de processos relacionados com assédio sexual fica comprometido por não haver no país uma legislação que condene o assédio sexual e moral.

A sindicalista reconheceu que é difícil a recolha de dados nas outras províncias, por estas não apresentarem "números concretos", devido ao facto de algumas vítimas, de ambos os sexos, preferirem

calar-se, por vergonha, e à falta de interacção entre o sindicato e os associados.

"Infelizmente, o assédio sexual e moral tem vitimado mulheres e homens, porque muita gente utiliza esse método para garantir emprego a outras pessoas ou satisfazer certos caprichos fora do contexto do trabalho", acentuou a sindicalista.

Na sua opinião, o assédio moral nas empresas acontece normalmente quando um trabalhador ou um sindicalista, depois de apresentar legitimamente uma reclamação ao empregador, perde o cargo que ocupava ou passa a ser controlado de forma excessiva.

"Quando isso acontece, as vítimas sofrem diversas formas de ataque e uma delas é receberem orientações sobre um trabalho que não dominam", disse a sindicalista, para quem o objectivo é o despedimento 'por justa causa, se houver incumprimento.

A maior parte dos casos de assédio sexual é registada na Administração Pública e no trabalho doméstico. Os empregados domésticos, segundo Maria Fernanda, "estão expostos a muitos riscos". O Comité Nacional da Mulher Sindicalizada da UNTA, com cerca de 400 mil membros em todo o país, e foi criado a 28 de Abril de 1998.

Ao longo dos anos, o comité apresentou várias propostas ao Governo. "Quando o trabalho de sindicalização começou, as mulheres apenas tinham dois meses de licença pós-parto e, agora, têm três meses. Já as mulheres com partos múltiplos têm seis meses", lembrou Maria Fernanda.

A intervenção do comité permitiu ao pai ter um dia de licença para acompanhar o filho doente ao hospital e à regularização do aleitamento materno e do abono de família, com o pagamento de subsídios.

Por sua vez, a coordenadora para África do Departamento de Género da Confederação Sindical Internacional (CSI), Ghislaine Saizonou, afirmou que o combate ao assédio sexual e moral no local de trabalho deve envolver todos os sindicalistas. "A violência no mundo do trabalho é um facto", declarou Ghislaine Saizonou, que disse ser um mal que afecta milhões de trabalhadores, de ambos os sexos.

A responsável disse estar a Confederação Sindical Internacional a trabalhar para a criação de uma convenção contra esse mal.

O seminário sobre violência e assédio no local de trabalho foi realizado pelo Comité da Mulher

Sindicalizada da UNTA-Confederação Sindical e decorreu no âmbito da jornada do Dia da Mulher Africana, assinalado ontem. No encontro estiveram presentes as coordenadoras dos núcleos provinciais.

## 9.2 Mulheres bem representadas na consulta do poder autárquico

*Jornal Liberdade*

*10 De Agosto de 2018*

*Texto: Pedro Lenga -Lenga*

No âmbito do acompanhamento da consulta pública e contribuições das propostas de lei para as autarquias locais levadas a cabo pelo Executivo angolano através do MATRE, de Junho e Julho, o OBEA realizou quatro workshops sobre a avaliação da proposta de lei orgânica sobre as eleições autárquicas, que contou com a participação de 53 líderes comunitários, entre os quais 26 por cento mulheres e 8 por cento representantes dos partidos políticos.

O processo levado a cabo pelo OBEA foi considerado como parte fundamental das tarefas de observação eleitoral e parte das tarefas de educação e informação eleitoral aos cidadãos. Como parte do seu objecto social, aquela organização da sociedade civil, durante os dois últimos meses, usou uma metodologia de trabalho que consistiu, num primeiro momento de introdução sobre os princípios fundamentais da organização do poder local à luz da Constituição da República, e num segundo momento, a interpretação articulada da proposta de lei em grupos e discussão em plenário e recomendações ao relatório final das contribuições à proposta da lei orgânica sobre as eleições autárquicas.

O relatório final que foi apresentado no MATRE contém 64 páginas com contribuições a partir do artigo 7º até ao artigo 113º da proposta da lei orgânica sobre as eleições autárquicas.

Francisco de Sousa Cristóvão do OBEA do Kilamba-Kiixi, disse que «monitoramos a participação pública nesta urbe, assim como a sua inclusão dos principais actores de forma democrática no processo de institucionalização das autarquias locais indicadas para 2020.

O OBEA é um consórcio de organizações não governamentais nacionais, de deliberação, de concertação e de conjugação de esforços entre as organizações, que o integram, no âmbito das tarefas ligadas à educação cívica e eleitoral, monitorização e observação eleitoral doméstica a nível nacional. Tem como missão trabalhar no engajamento da sociedade civil e dos agentes eleitorais para os processos

eleitorais, credíveis, participativos, livres, transparentes, justos e pacíficos.

Por sua vez, o líder do Núcleo das Autoridades Tradicionais e Representante dos Reis de Angola em Luanda (NATRRAL) João Miguel, apelou ao Ministério da Administração do Território e Reforma do Estado (MATRE) no sentido de se obter o consenso geral em termos do modelo de aplicação das autarquias no país marcadas para 2020.

«MATRE devia alargar o tempo das contribuições»

Aquela autoridade tradicional que falava durante o encerramento do processo de auscultação autárquico, que não teve a presença de nenhum membro do MATRE e nem do ministério da Cultura dizendo que, «deve haver um entendimento colectivo que permita com que todos os angolanos se possam rever no processo e contribuam de forma satisfatória para a concretização deste objectivo preconizado pelo Executivo e destinado a participação directa e a melhoria das condições de vida das comunidades», refere.

A actividade promovida pelo NATRRAL, esclarece que o MATRE devia alargar o tempo de recolha de contribuições para que todos os angolanos possam dar o seu parecer aos instrumentos legislativos tendo em conta que serão as bases para aplicação e funcionamento das autarquias.

## 9.3 ICRA atento à igualdade de género

*Jornal de Angola*

*11 De Agosto de 2018*

O Instituto de Ciências Religiosas de Angola (ICRA) realiza, no próximo dia 15, na Mediateca de Luanda, uma cerimónia de apresentação pública de urna campanha de sensibilização comunitária, seguida de formação sobre género e participação, informou a instituição, em comunicado.

De acordo com o documento, o evento, enquadrado no projecto "Educação e Participação para Igualdade" e que conta com apoio da União Europeia e da ADRA, tem como base a situação diagnosticada no âmbito do Mapeamento e Linha de Base.

O objectivo, diz o documento, é contribuir para a sensibilização da população na propagação de acções que promovam comunidades cada vez mais igualitárias em matéria de género.

Sob o lema "Promovendo a Igualdade e Participação", o projecto vai formar nove formadores

e 18 activistas, que vão realizar 360 sessões em 72 aldeias.

## 9.4 Marginais soltos "aterrorizam" cidadãos

*Jornal O PAÍS*

*17 De Agosto de 2018*

*Texto: Stela Cambamba.*

O comissário-geral da Polícia Nacional, Paulo Gaspar de Almeida, revelou ontem, em Luanda, que muitos dos que apoquentam a tranquilidade dos cidadãos são pessoas que já passaram várias vezes pelas prisões.

Ao discursar na abertura da primeira reunião com os comandantes provinciais que presidiu, orientou os comandantes a reflectirem sobre isso e sobre a chamada de atenção do Comandante-em-Chefe, feita no dia do seu empossamento, de que "o combate à criminalidade não é tarefa exclusiva da Polícia, mas de toda sociedade".

Entretanto, orientou os mais altos dirigentes da Polícia nas 18 províncias do país a mobilizarem os cidadãos, as instituições públicas, privadas e religiosas para colaborarem nas tarefas da prevenção e combate à criminalidade, monitorando-os nas acções de manutenção da segurança pública.

Por outro lado, defendeu que é nas unidades municipais que o trabalho da Polícia começa. Por esse facto, a corporação deve prestar-lhes mais atenção, quer do ponto de vista organizativo, funcional e, sobretudo, operacional.

Paulo de Almeida recomendou aos seus colaboradores directos uma melhor cobertura policial ao nível dos municípios, comunas, bairros e centralidades, respondendo oportunamente às preocupações dos cidadãos. Sublinhou que a prestação de serviços e atendimento à cidadão tem que ser mais credível.

Reconheceu que na corporação há bons agentes, subchefes, oficiais, chefes e comandantes, pelo que devem ser valorizados, dando-lhes a oportunidade de demonstrarem as suas reais capacidades.

O comandante-geral apelou aos comandantes a não ofuscarem as boas perspectivas em matéria de recursos humanos, tendo em conta que, o êxito do trabalho depende da harmonia, camaradagem e coesão. "Os comandantes não devem ter grupos, o seu ou o meu homem, devemos ser um por todos, todos por um", frisou. Detalhou que o respeito, a disciplina, o civismo e o espírito de liderança devem

ser atributos dos comandantes. "Infelizmente, tem-se constatado excessos nas actuações a nível da corporação, assim como registado a participação de agentes, a distintos níveis, em actos criminais. Estes devem responder criminal e disciplinarmente e serem afastados da corporação", acentuou.

Quantos às estratégias de actuação dos efectivos, referiu que continuarão a trabalhar na base dos programas existentes, bem como nas directrizes providas do Ministro do Interior e das orientações do Presidente da República.

"Quero com isto dizer que não há, nem pode haver nenhuma interrupção na actividade desenvolvida, pelo facto de ter havido uma mudança do Comando", sublinhou Paulo de Almeida.

Por outro lado, considera que os crimes contra o património público constituem uma ameaça ao desenvolvimento do país e o apagar das conquistas do povo e do Governo. Neste sentido, devem redobrar as capacidades operacionais para detectar os novos modos de actuação da criminalidade qualificada. Apelou também aos órgãos do sistema de justiça a continuarem a julgar em harmonia com a lei e a consciência patriótica, objectiva e realista, de modos a não desencorajar ou enfraquecer os esforços daqueles que lutam pela manutenção da ordem e tranquilidade públicas.

## 9.5 Debate no Cazenga sobre acções no OGE

*Jornal de Angola*

*28 De Agosto de 2018*

Um debate sobre Orçamento Geral do Estado (OGE) na perspectiva de Género decorre hoje na Igreja de Santo António, no Cazenga, das 8h00 às 13h00, com objectivo de partilhar informações sobre programas direccionados às mulheres.

Organizado pela Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA), o debate sobre OGE enquadra -se nas acções do projecto Okulonga (capacitar, em português), cujo financiamento provém da União Europeia e está a ser implementado em parceria com a Ajuda das Igrejas da Noruega (NCA), o Conselho das Igrejas Cristãs de Angola (CICA) e a Comissão Africana de Justiça e Paz (CAJPL). O projecto contribui para que as organizações da Sociedade Civil e redes locais influenciem a transparência, formulação, implementação e avaliação de orçamentos públicos.

## 9.6 Cerca de 80% dos luandenses sofreram assaltos à mão armada na via pública nos últimos seis meses

*Novo Jornal*

*24 De Agosto de 2018*

*Texto: Dulcineia Lufua*

Benguela e o Instituto Politécnico Superior Sol Nascente do Huambo.

Oitenta e dois por cento dos luandenses foram vítimas de assalto na via pública com recurso à arma de fogo nos últimos seis meses. As conclusões são de um estudo de opinião sobre o sentimento de insegurança na capital do país, apresentado por estudantes do Instituto Superior politécnico Jean Piaget de Benguela e o Instituto Politécnico Superior Sol Nascente do Huambo.

O estudo, coordenado por Carlos Pacatolo, David Boio e Martinho Bangolo, foi realizado em cinco municípios da cidade capital: Cazenga, Cacuaco, Viana, Luanda e Belas, onde 54 por cento dos assaltos ocorreram no período nocturno e 25 por cento no período diurno.

De acordo com a pesquisa apresentada durante a Conferência sobre "Segurança e Desenvolvimento", que decorreu terça-feira em Luanda, 20,42 por cento das pessoas assaltadas apresentaram queixa à Polícia, mas apenas foram atendidas duas a três horas após a denúncia da ocorrência, sem o efeito desejado para as vítimas.

O período nocturno é o que maior insegurança apresenta, de acordo com 70 por cento dos inquiridos, que revelam ter receio de caminhar à noite pelas ruas dos cinco municípios em que decorreu a pesquisa. Segundo o estudo, a onda de criminalidade nas localidades em referência deixa inseguros os cidadãos até dentro das próprias casas, sendo Viana, Cazenga e Cacuaco os municípios que registam maior índice de insegurança.

Apesar de se sentirem inseguros, os habitantes recusam-se a recorrer ao uso de arma fogo ou arma branca para auto-defesa, confiando a segurança da zona à Polícia Nacional, por via de denúncia. Contudo, diz a pesquisa, "a maioria dos inquiridos defende que a policia deveria aumentar a sua actividade de patrulhamento para inibir a criminalidade e afugentar os criminosos".

Saliente-se que a pesquisa foi realizada no período de 9 a 13 de Agosto do corrente e contou com a participação de mais estudantes universitários do Instituto Superior politécnico Jean Piaget de



## 10. AMBIENTE

### 10.1 Engenheiros abordam propagação das ravinas na província do Moxico

*Jornal O PAÍS*

*2 De Agosto de 2018*

*Texto: Milton Manaça*

A província do Moxico acolhe hoje um workshop sobre a contenção das ravinas existentes em várias localidades desta região do país, para encontrar soluções duradouras e eficientes.

Na cidade do Luena, onde os técnicos convidados pelo Governo Provincial fizeram estudos, foram identificadas várias ravinas, como a de Chongombo, situada próximo da linha dos carrinhos-de-ferro de Benguela e a ravina de "Engenharia Militar 1 e 2" situadas próximo a EN 180, todas elas desenvolvidas ao longo do Rio Luena. Uma delas, com cerca de 15 metros de largura, ameaça cortar a circulação nessa estrada.

O governo local propõe a criação de um projecto ambiental, por entender que o alastramento das ravinas deve-se às queimadas e eliminação da vegetação de origem.

O engenheiro Angelino Quissonde, um dos técnicos convidados como palestrante, disse a OPAÍS que se pretende passar medidas de contenção de ravinas com soluções técnicas que permitam fazer a contenção de gastos, em função dos recursos de que dispõe o Governo de Gonçalves Muandumba. O Bairro do Aço, na capital Luena, é um dos que apresentam maior perigo, por aí estar situada a maior ravina, com cerca de 15 metros de largura, mais de um quilómetro de comprimento e uma profundidade de 13 metros na área mais crítica. "O Luena está em risco por causa desta ravina que se está a desenvolver e é necessário consolidar os trabalhos já feitos pelo Governo para que não tenhamos dissabores nas enxurradas que se avizinham", disse o responsável da instituição Vias do Bem, dedicada à formação de técnicos da área de engenharias.

Causas da erosão dos solos

A equipa convidada pelo Executivo local entende que o surgimento das ravinas deve-se em parte à desertificação de que a província tem sido alvo pelo abate de árvores e pelas queimadas da vegetação de origem. Os solos, segundo Angelino Quissonde, são facilmente arrastados pelas águas porque não

encontram amortização da vegetação, razão pela qual, "mais do que velar pela contenção das ravinas torna-se imperioso criar um projecto para repor o equilíbrio ambiental", disse o engenheiro civil, acrescentando que a plantação de eucaliptos é uma das soluções.

Importa frisar, que na Faculdade de Engenharia da Universidade Agostinho Neto (UAN) existe um centro que se dedica à investigação de diversos tipos de plantas que devem ser aplicadas em diferentes áreas do nosso país, tendo em conta os tipos de solo.

Em situações como a que o Moxico vive actualmente, os engenheiros propõem que este centro deveria ser chamado a desempenhar o seu papel.

O workshop vai reunir governantes e técnicos da província que lidam com a matéria das ravinas, de modo a encontrar as melhores soluções com vista a conter o fenómeno. O certame contará com a presença dos ministros da Construção e Obras Públicas, Manuel Tavares de Almeida, e do Ambiente, Paula Francisco Coelho.

### 10.2 Ministra reconhece dedicação dos fiscais florestais

*Jornal de Angola*

*3 De Agosto de 2018*

A ministra do Ambiente, Paula Francisco, reconheceu, numa mensagem, a dedicação dos fiscais dos parques e reservas no combate à exploração ilegal da fauna e flora selvagem em Angola. Na mensagem, fornada pública por ocasião do Dia Mundial dos Fiscais dos Parques e Reservas, assinalado, terça-feira, sob o lema "Inspirando e desenvolvendo a nova geração de Fiscais", a ministra Paula Francisco admitiu a insuficiência de meios, sobretudo para a patrulha, que é um dos principais problemas que dificulta o trabalho dos efectivos.

"Continuamos a envidar esforços para minimizar estas insuficiências, no quadro da estratégia de combate aos crimes ambientais em Angola", lê-se na mensagem da ministra do Ambiente. A recuperação e a construção de infra-estruturas de apoio aos parques nacionais são uma das apostas do Ministério do Ambiente, com vista à melhoria das condições de trabalho dos fiscais e à promoção do ecoturismo, garantiu a ministra Paula Francisco.

O Ministério do Ambiente controla 16 áreas de conservação, entre parques, reservas naturais, integrais: parciais e especiais, a maioria das quais criada no período colonial. O Dia Mundial dos Fiscais dos Parques é uma iniciativa da Federação

Internacional dos Fiscais em parceria com a Fundação Linha Verde. No âmbito da efeméride, o presidente da Federação Internacional dos Fiscais, Sean Willmore, referiu, também numa mensagem, que os fiscais lutam para impedir que os "pulmões da terra sejam serrados até ao chão" e contra a extinção das mais variadas espécies. "Eu estou com os fiscais em todo o mundo. Vamos partilhar a nossa mensagem para que ela seja ouvida em vários lugares, como na floresta amazónica, na cordilheira de Virunga, que cruza a República Democrática do Congo, Uganda e Ruanda, a última fortaleza dos gorilas das montanhas e perto de onde cinco dos meus colegas foram recentemente mortos a tiro", acentua Sean Willmore, na mensagem.

### 10.3 Ministra recomenda criação de instrumentos legais para fiscalizar áreas de risco

*Jornal O PAÍS*

*5 De Agosto de 2018*

A ministra do Ambiente, Paula Francisco Coelho, recomendou esta semana, no Luena (Moxico), a criação de um instrumento legal que vise detectar, identificar, monitorar, bem como fiscalizar as áreas de riscos para se eliminar o surgimento de ravinas.

A governante, que fez tal recomendação no acto de abertura do workshop sobre as ravinas em Angola, argumentou que a propagação das ravinas não só afecta as comunidades como também condiciona o desenvolvimento sustentável do país e a conservação do ecossistema.

Para se inverter o quadro, entre outras medidas, a ministra apontou a necessidade de adoptar boas práticas ambientais, dedicar maior atenção aos factores que desencadeiam as ravinas, quer sejam naturais como a própria acção do homem que resulta na destruição da cobertura vegetal, eliminando o seu papel de protector.

"Por vezes a construção e abertura de novas estradas e outras obras de construção civil implica a movimentação de solo de um lado para outro, contribuindo para o aparecimento do fenómeno erosivo", sublinhou.

Fez saber, por outro lado, que as alterações climáticas representam um fenómeno potencialmente multiplicador dos factores desencadeadores de ravinas, sendo que o aquecimento global e o seu impacto afectam a erosão dos solos.

Por sua vez, o governador do Moxico, Gonçalves Muandumba, disse que a resolução dos problemas das ravinas trará segurança física e económica às populações.

Apontou o facto de a província ter uma população maioritariamente jovem como um factor importante que permitirá a implementação da educação ambiental, afirmando de no futuro assumirem o desafio de cuidar do meio e fazer da ecologia prática diária.

"Quando dizemos que a vida faz-se nos municípios, no presente caso queremos sublinhar a importância de que esta discussão seja feita a nível das comunidades e das escolas, dois espaços emblemáticos que podem e devem forjar atitudes e práticas ecológicas" defendeu.

Gonçalves Muandumba mostrou-se ainda preocupado com o abate indiscriminado de árvores que se vem registando, bem como das escavações de terras de forma desregradas, cuja prática, na sua óptica, deve ser banida.

Decorrido sob o lema "Proteger a natureza e prevenindo a erosão", o workshop abordou questões relacionadas com a "acção do homem no surgimento e agravamento das ravinas", "erosões e o caso particular das ravinas", "estudo e caracterização das ravinas de Angola" e monitoramento de processos erosivos em Angola.

Participaram no encontro de carácter regional, representantes das províncias da Lunda-Sul, Cuando Cubango e Moxico (anfitriã).

### 10.4 Trabalhadores do Atlântico plantam árvores em Talatona

*Jornal O PAÍS*

*7 De Agosto de 2018*

Uma equipa de colaboradores do Banco Millennium Atlântico, acompanhados pelos seus filhos, realizaram, na manhã de Sábado, uma campanha de arborização da Travessa 2 A de Talatona, em Luanda.

Com essa acção, de acordo com uma nota de imprensa enviada a OPAÍS, os seus mentores pretendem reforçar a cultura de "Investimento Social do Atlântico" e influenciar positivamente a proposta de valor do banco a longo prazo, em equilíbrio com o bem-estar do ecossistema, a preservação dos recursos naturais, do clima e do meio ambiente. O administrador do Distrito Urbano de Talatona, Joaquim Israel, um dos participantes, considerou "a acção de extrema importância para a comunidade e

que demonstra a preocupação do banco com o meio ambiente".

Afirmou que o seu elenco recebeu de bom grado e ficou sensibilizado com esta iniciativa do banco e está aberto ao diálogo com outros parceiros para acções da mesma natureza.

Esta iniciativa resulta da implementação de um dos pilares fundamentais do "Plano Estratégico Atlântico 2.1", que se traduz em ser um banco que "deixa marca na sociedade" e prevê o reforço permanente da eficiência, através da criação e implementação das melhores práticas alicerçadas na criatividade e na inovação.

O plano prevê ainda acções de sensibilização ambiental junto dos colaboradores e das suas famílias, dos parceiros e dos clientes.

Odyle Cardoso, administradora executiva do Banco Millennium Atlântico, disse que a sua instituição tem cultura e está focada na implementação de um pilar fundamental: deixar marcas na sociedade.

"Esta é mais uma iniciativa entre muitas que temos desenvolvido, com vista a contribuirmos para um ambiente mais verde e para reforçarmos o nosso compromisso com a sustentabilidade ambiental em Angola." A inclusão dos filhos dos colaboradores nesta acção visa contribuir para a sensibilização das crianças que, como em todas as sociedades, são o garante da efectivação das melhores práticas de gestão em qualquer sector de actividade no futuro.

## 10.5 Ravina destrói infra-estruturas no município de Cunhinga

*8 De Agosto de 2018*

*Jornal de Angola*

*Texto: Mateus da Costa*

Uma ravina de grande proporção destruiu postos de energia eléctrica, condutas de água, lancis e invadiu algumas ruas, na sede do município de Cunhinga, na província do Bié. A ravina, no bairro ova Vida, está a progredir em direcção ao Projecto 200 Fogos, constituído por 100 residências.

Aida Fernanda moradora no Projecto 200 Fogos disse que a comissão de moradores se dirigiu à Administração Municipal para pedir ajuda, e foi informada de que a solução do problema é da exclusiva responsabilidade do Governo Provincial. "O quadro é preocupante, no período da noite há escuridão em toda a zona porque os postos de luz foram engolidos pela ravina", disse a moradora,

funcionária na Educação. Clementino Paixão viu realizado o sonho da aquisição da casa própria no projecto mas está na iminência de voltar à condição anterior.

"Estamos conscientes de que se trata de incidentes naturais' mas as autoridades competentes devem ser céleres a solucionar esta questão", sublinhou. Clementino Paixão informou que a comissão de moradores decidiu criar "mecanismos rudimentares" para travar a progressão da ravina, como a aplicação de travessas e plantação de árvores. O vice-governador do Bié para o Sector Técnico e Infra-estruturas, José Tchatuvela, disse que o Governo Provincial já fez um levantamento para realizar os trabalhos de contenção da ravina, "O projecto está inscrito apenas para o OGE de 2019". Vários municípios da província do Bié estão a ser assolados por ravinas, particularmente na idade capital, Cuito e Andulo, onde este fenómeno ameaça engolir residências e várias infra-estruturas públicas. O Governo Provincial do Bié pouco ou quase nada faz para dar solução à maior parte destes casos, pois as obras para conter as ravinas são da responsabilidade do Ministério da Construção.

## 10.6 Arranca hoje a nova campanha de exploração florestal nacional

*Jornal de Angola*

*14 De Agosto de 2018*

*Texto: André dos Anjos*

A "Campanha Florestal 2018" é aberta hoje na localidade do Úcua, província do Bengo, onde o ministro da Agricultura e Florestas, Marcos Nhunga, procede à entrega simbólica das primeiras licenças do ano destinadas à exploração de madeiras.

O lançamento da campanha acontece depois de um período de seis meses de suspensão pelo país de todas as actividades relacionadas como corte, transporte e comercialização de madeira.

A medida indicada pelo ministro da Agricultura e Florestas, que entrou em vigor a 1 de Fevereiro, foi justificada, na altura, pela necessidade de repor a ordem no sector, face as crescentes denúncias de abate, transporte e comercialização desordeira de madeiras, com envolvimento de cidadãos estrangeiros. As primeiras medidas foram de natureza normativa.

Apesar da nova Lei de Florestas e Fauna Selvagem datar de 24 de Janeiro do ano passado, o documento que a regula só foi aprovado, por Decreto Presidencial, em Julho deste ano. Ainda no quadro

das medidas normativas, foi revogado o Despacho Interno n.º 15/2000, de 20 de Abril, do ministro da Agricultura e Desenvolvimento Rural, sobre competências no licenciamento da exploração florestal.

Sobre a emissão de licenças de exploração florestal que, ao abrigo do referido despacho, era tratada, em alguns casos, a nível local, o Ministério da Agricultura e Florestas chamou a si a exclusividade das competências.

No domínio técnico, as acções incidiram na modernização, padronização e informatização dos modelos de licença de Exploração Florestal, Guia de Trânsito, Certificado de Origem, Certificado de Exportação de Produtos Florestais, Certificado Fitossanitário, Certificado de Produto em Estância, Certificado de Registo de Empresa de Tratamento da Madeira, Declaração de Fiel Depositário, Manifesto de Propriedade.

O trabalho de modernização, padronização e informatização dos modelos visa, fundamentalmente, garantir a fiabilidade dos documentos e torná-los menos vulneráveis à falsificação. Com o mesmo espírito, está prevista a criação de um "software" de gestão do sistema de emissão e controlo das licenças de exploração florestal e faunística.

Espécies interditas

A partir da presente campanha florestal, segundo apurou o Jornal de Angola, vão ser estabelecidas quotas de exploração por província e por licença, para assegurar que a capacidade produtiva de cada floresta e província não seja ultrapassada.

Durante o Conselho Consultivo Alargado do Ministério da Agricultura e florestas, realizado na província do Moxico, na semana finda, foi anunciada a interdição da exploração das espécies mais exploradas e exportadas, tais como o chamado Mussivi (*Guibourtia coleosperma*) e o Pau Rosa (*Swartzia fistuloides*).

Em nota de imprensa distribuída ontem, o Ministério da Agricultura e Florestas afirma que a interdição deve ser anunciada formalmente por Marcos Nhunga, ainda hoje, por ocasião do lançamento da campanha. Inseridas, também, nas medidas técnicas e administrativas, está em perspectiva a introdução gradual de um regime de contrato de concessão de exploração florestal e um processo de saneamento das empresas do sector, com base na sua capacidade técnica e financeira de intervenção e em conformidade com a nova legislação.

Regras de exportação são mais rígidas

Os exportadores ficam sujeitos à apresentação de carta de crédito irrevogável ou comprovativo de transferência bancária emitida por um banco no exterior a favor da conta do exportador em banco domiciliado em Angola, nos actos de exportação de produtos florestais, como condição prévia para o seu licenciamento.

Para garantir que as operações de prospecção, corte e concentração da madeira sejam feitas apenas por cidadãos nacionais, o Ministério passa a exigir a apresentação dos contratos de eventuais parcerias com cidadãos estrangeiros, para a verificação e validação. No pacote de medidas técnicas e administrativas está igualmente prevista a elaboração de preços mínimos de referência da madeira para exportação, com vista a servirem de base no cálculo das taxas devidas ao Estado.

Consta ainda do pacote a construção de Entrepostos de Produtos Florestais, serviços polivalentes destinados a recepcionar os produtos florestais, em especial a madeira proveniente das áreas de exploração florestal e das unidades de sem transformação, para facilitar a fiscalização e a comercialização interna e externa entre os diversos operadores.

Dados apresentados no Conselho Consultivo do Ministério indicam que os resultados da produção de madeira da Campanha Florestal 2017/2018 ficaram abaixo de 80 por cento dos registados na campanha anterior, ao situarem-se em 22,12 mil metros cúbicos contra os 86 mil registados na campanha anterior. O Plano de Desenvolvimento Nacional fixa as metas de exploração de madeira em cerca de 252 mil metros cúbicos de madeira.

O lançamento da campanha estava inserida nas actividades paralelas ao primeiro Conselho Consultivo Alargado do Ministério da Agricultura e Florestas, mas por razões técnicas foi transferido para hoje.

## 10.7 Obras para conter ravinas vão finalizar em Outubro

*Jornal de Angola*

*10 De Agosto de 2018*

*Texto: Isidoro Samutula*

As obras de contenção das ravinas que ameaçam destruir vários prédios da zona IV da centralidade do Mussungue, e algumas infra-estruturas na cidade do Dundo, provinda da Lunda-Norte, iniciaram ontem.



Os trabalhos que serão executados durante três meses, por um valor acima de quatro mil milhões de kwanzas, estão a cargo da empresa Griner Engenharia, SA, que venceu o concurso público, para o efeito, realizado pelo Ministério da Construção e Obras Públicas.

As obras vão basear-se na contenção de quatro ravinas que progridem em direcção à centralidade do Mussungue, Aeroporto do Kamaquenzo e nas estradas nacionais 180 e 225, no sentido Dundo-Xa-Muteba.

Para se travar as ravinas, de acordo com o estudo técnico apresentado pelo empreiteiro, serão feitos 58 mil 290 metros cúbicos do volume de escavação e um volume de aterro de 43 mil 983 metros cúbicos.

A intervenção inclui também terraplanagem, estruturas de drenagem das águas fluviais e integração paisagística de 41 mil 831 metros quadrados. A fiscalização das obras, segundo estão a cargo das empresas BDM engenharia e da DAR Angola.

O ministro da Construção, Manuel Tavares de Almeida, disse que o arranque das obras da cidade do Dundo marca o início de um programa de estabilização das ravinas na região leste do país, que inclui as províncias da Lunda-Norte, Lunda-Sul e do Moxico.

O programa, segundo o ministro, vai continuar nos próximos dias, nas restantes províncias onde existem também este fenómeno, com realce para as províncias do Cuando Cubango, Cunene, Huíla, Uíge e Zaire, que, de acordo com o governante, são locais situados numa extensão territorial susceptível de erosão hidráulica.

Manuel Tavares de Almeida disse que o órgão que tutela "fez o levantamento completo" das ravinas que se estão a desenvolver nestas regiões e "traçou programas concretos" para as estancar.

"Estão cumpridas as formalidades e procedimentos administrativos exigíveis por lei e assegurados os recursos financeiros para esses trabalhos, o que cria as condições para que o sector da Construção e Obras Públicas possa levar a cabo as obras programadas de estancamento das ravinas", sublinhou.

O ministro disse ainda que, paralelamente aos trabalhos de estabilização das ravinas, o Ministério da Construção está a desenvolver projectos de estudo de bacias que envolvem os aglomerados populacionais nas regiões com ravinas, com vista a projectar sistemas de macro drenagem para evitar que os fluxos

hidráulicos provoquem o desenvolvimento e a progressão das ravinas existentes.

Manuel lavares de Almeida apelou ao empreiteiro e às empresas de fiscalização para "fazerem o melhor dentro das competências de engenharia", de modo a terminar a empreitada nos prazos, apesar do período das chuvas que se avizinha.

O governador provincial da Lunda-Norte, Ernesto Muangala, disse, na ocasião, que o acto demonstra a capacidade do Executivo em congregar esforços para a resolução dos problemas da população.

Realçou que a província da Lunda - Norte tem 70 ravinas registadas que aguardam pela resposta positiva do Ministério da Construção e Obras públicas para intervenção.

Ernesto Muangala pediu à população para evitar práticas que contribuam para o surgimento de erosões, como queimadas, desmatamento e exploração ilegal de inertes, entre outras.

"A população deve juntar sinergias aos esforços do Estado na adopção de medidas de prevenção e contenção de ravinas, para que se possa eliminar os riscos de destruição das infra-estruturas, habitações e empreendimentos públicos", disse, o governador provincial, que também apelou ao empreiteiro a cumprir com o estabelecido contratualmente.

## 10.8 Produção de madeira regista diminuição de 87 por cento

*Jornal Economia e Finanças*  
10 De Agosto de 2018

A produção de madeira na presente campanha florestal (2017/1018) registou uma queda acentuada situada em 87 por cento, em comparação à campanha do ano anterior, informou o director do Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística do Ministério da Agricultura, Altemiro Diogo.

De acordo com o responsável que apresentava o balanço das actividades do ano Agrícola 1017/1018, no âmbito do 1º Conselho Consultivo do Ministério da Agricultura e Florestas, a produção de matéria ficou longe de atingir os 151 mil e 643 metros cúbicos, prognosticada no âmbito do Plano de Desenvolvimento Nacional, atingindo apenas 22.012 metros cúbicos, correspondente a nove por cento, contra mais de 86 mil metros cúbicos do ano anterior.

O director justificou na ocasião que o curto período de exploração esteve na base da baixa na produção.

## Produção

Na fileira de frutas disse que o país produziu mais de três milhões de toneladas, com um acréscimo de 2,8 por cento de produção, em comparação ao ano agrícola 2016/2017, com maior destaque para o abacate, ananás, a manga, citrinos e a banana.

De acordo com os dados apresentados, o país colheu ao todo, um milhão 541 e 968 toneladas, numa área de 105 mil e 635 hectares, tendo registado uma baixa de (0,8) por cento comparativamente à época anterior.

Entre os alimentos mais produzido nesta fileira, destacam-se o repolho, a cenoura, o tomate, a cebola e o alho.

Em termos de quantidade de produção, o "Ranking" é liderado pelas províncias do Huambo (produção de cereais e leguminosas oleaginosas), Uíge (produção de raízes e tubérculos) e Benguela (produção de frutas e hortícolas).

## Balanço

Quanto a cereais, o país registou a produção de dois milhões e 150 mil 853 toneladas de milho durante o ano agrícola 2017/2018, tendo aumentado 16 por cento em comparação à época anterior, semeada numa área compreendida a dois milhões e 408 mil e 351 hectares.

Altemiro Diogo informou que a produção do arroz permaneceu estática, ao registar dois milhões e 150 mil e 853 toneladas durante o período em análise, dos três milhões e sete mil e 110 toneladas que tinha sido constituído como meta.

Em relação à produção do feijão, informou que o sector da Agricultura registou um decréscimo avaliado em 4,5 por cento, tendo atingido apenas 15 mil e 247 toneladas das 19 mil 316 prognosticadas.

## 10.9 Construção em áreas de risco desencorajada no Huambo

*Jornal De Angola*

*16 De Agosto de 2018*

*Texto: Marcelino Wambo*

O comandante do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros do Huambo, subcomissário de bombeiros aconselhou as pessoas a ganharem consciência e a evitarem construir em zonas de risco, por constituir um perigo iminente às suas vidas.

Joaquim Domingos António apontou como, exemplo, a construção em zonas ribeirinhas, sobre as condutas de água, cabos eléctricos de alta tensão, linhas férreas e em terrenos inclinados, sendo que tais zonas, segundo ele, deixam as residências vulneráveis a incidentes.

A unidade do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros no Huambo, de acordo com o comandante, tem agendado, no seu programa de actividades, campanhas de sensibilização com o objectivo de prevenir construções anárquicas em locais impróprios' a fim de evitar incidentes, principalmente em época chuvosa, que está prestes a começar.

"A situação é preocupante, visto que tem provocado perdas de vidas humanas e outros prejuízos. Vamos sensibilizar as populações sobre os perigos' cuidados e medidas a adoptar para se evitar este mal que, em muitas ocasiões, não é observado pelos cidadãos", disse.

A corporação registou, durante o segundo trimestre do ano, 1.085 ocorrências, entre incêndios de médias e pequenas proporções, desencarceramentos e afogamentos, principalmente de crianças, com idades compreendidas entre os sete e 15 anos de idade, em rios, cacimbas, charcos e valas.

Joaquim António avançou que 420 pessoas ficaram desabrigadas, no primeiro semestre, altura em que ocorreram grandes enxurradas na província, com maior frequência nos municípios do Huambo, Caála, Bailundo, Longonjo e Cachiungo, os mais abrangidos.

## 10.10 Madeireiros defendem alargamento do prazo da campanha florestal

*Jornal Expansão*

*17 De Agosto de 2018*

*A.L.*

A Associação Nacional dos Industriais e Madeireiros de Angola (ANIMA) defendeu, esta semana, o alargamento do prazo da presente campanha florestal, aberta oficialmente esta terça-feira, na comuna do Ucuá, município do Dandé, província do Bengo, depois de uma suspensão de seis meses.

A campanha florestal, aberta pelo ministro da Agricultura e Florestas, Marcos Alexandre Nhunga, tem o prazo de encerramento previsto para 31 de Outubro, um período, segundo os madeireiros, insuficiente para explorarem a quantidade de madeira licenciada.

Os madeireiros, de acordo com uma nota lida na cerimónia oficial de abertura, alertaram que, na actual campanha, poderão enfrentar constrangimentos na exploração devido ao início da época chuvosa.

O documento refere ainda que a ANIMA e os seus associados estão disponíveis para ajudar o Ministério da Agricultura e Florestas a fazer a divulgação e promoção de debates para ajudar a defender os recursos florestais.

"A nossa existência depende dos recursos florestais, razão pela qual devemos ser os primeiros a defendê-los, promovendo sempre uma exploração racional e sustentada", ressalta documento.

Relativamente à campanha de exploração florestal 2018, foram, segundo a nota do Ministério da Agricultura e Florestas, licenciados 200 madeireiros para explorarem 300 mil metros cúbicos em todo o País.

A emissão de licenças para a exploração da madeira é da exclusiva responsabilidade do Ministério da Agricultura, bem como a distribuição das quotas nas várias províncias

No âmbito da preservação das espécies, o Ministério da Agricultura e Florestas proibiu, durante a actual campanha, o abate das espécies *Mussive* (*Guibourtia Coleosperma*) e Pau-rosa (*Swartzia Fistiloides*).

Na última campanha florestal, o Ministério da Agricultura e Florestas disponibilizou uma quota de 28 mil metros cúbicos para os madeireiros da província do Bengo, mas, devido ao atraso na entrega das licenças e à crise financeira, os madeireiros exploraram apenas 70% desta quota, segundo o presidente da Associação de Madeireiros do Bengo, Africano Pedra.

### 10.11 Madeireiros pedem alargamento do prazo de exploração

*Jornal 24 Horas*

*17 De Agosto de 2018*

*Texto: Santos Pereira*

A campanha aberta oficialmente a 14 de Agosto tem o prazo de encerramento marcado para 31 de Outubro próximo (aproximadamente dois meses e 16 dias), daí os madeireiros considerarem o período insuficiente para explorarem a quantidade de madeira licenciada. Associado ao reduzido tempo, os madeireiros numa mensagem lida na ocasião, alertaram que nesta campanha poderão enfrentar constrangimentos na exploração devido ao início da

época chuvosa. Por esta razão, a ANIMA solicitou ao ministro da Agricultura e Florestas para alargar o período da campanha para lá de Outubro.

A ANIMA, com os associados, refere a mensagem, estará disponível na divulgação e na promoção de debates para ajudar o Ministério da Agricultura e Florestas na sua aplicação prática. Por isso, a união entre os empresários florestais será fundamental para que a sua actividade seja melhor defendida. "A nossa existência depende dos recursos florestais, razão pela qual devemos ser os primeiros a defendê-los, promovendo sempre uma exploração racional e sustentada" ressalta o documento.

O recente decreto executivo do Ministério da Agricultura e Florestas 277/18 que interdita o abate do *Mussivi* e o decreto 278/18 que estabelece as quotas, tem levantado várias discussões e opiniões divergentes. No entanto, esta resolução tem de ser vista como consequência de exploração intensiva a que foi sujeita esta espécie nestes últimos anos, criando a ideia de se ter provocado um desequilíbrio grave no ecossistema.

A ANIMA considera que esta interdição temporária se justifica pela sua gravidade' após uma avaliação feita no terreno, servindo de alerta para que se cumpram as quotas estabelecidas, sublinhando que a introdução das quotas de exploração constitui uma medida fundamental e deve basear-se em análises objectivas e sustentadas em estudos credíveis.

O sector prevê na presente campanha licenciar menos de 200 madeireiros a nível do país, para explorar 300 mil metros cúbicos.

### 10.12 Obras para contenção de ravinas prontas para o arranque

*Jornal 24 Horas*

*17 De Agosto de 2018*

*Texto: Francisco Manuel*

A cerimónia de entrega das empreitadas de consignação foi orientada pelo ministro da Construção e Obras Públicas, Manuel Tavares de Almeida, mencionando que os trabalhos vão prosseguir para superar outras que estão a surgir ao longo das províncias da zona leste de Angola, como a Lunda Sul e Moxico. Segundo o governante, o acto de adjudicação de contenção de ravinas na Lunda Norte, marca o arranque do programa central de combate deste fenómeno no país.

Manuel Tavares de Almeida adiantou que, assegurados os recursos financeiros, o projecto é

extensivo igualmente às províncias do Kuando Kubango, Cunene, Huíla, Uíge e Zaire.

O ministro deu a conhecer ainda o desenvolvimento de estudos sobre bacias que envolvem aglomerados populacionais para a projecção de sistemas de macro-drenagem capazes de evitar fluxos hidráulicos que provocam o surgimento de ravinas nas mesmas regiões.

Uma das ravinas ameaça destruir parte da Nova Centralidade do Mussungue, outra progride em direcção à pista e já engoliu residências nos arredores do Aeroporto do Dundo.

As restantes duas evoluem nas EN- 225 e 180, respectivamente, a 20 quilómetros, e a entrada da cidade do Dundo, sede da província da Lunda Norte.

Na ocasião, o governador da Lunda Norte, Ernesto Muangala, pediu continuidade na conjugação de esforços para intervencionamento, em tempo oportuno, das 64 ravinas ainda existentes na região, congratulado com a pronta intervenção ministerial, para o bem comum.

Por seu turno, o director da produção da empresa Griner, Carlos Sampaio, disse ter disponível equipamento e pessoal até 50 operadores e técnicos para corresponder com as três fases do prazo contratual, embora conte com a adversidade da época chuvosa. O acto de consignação foi testemunhado por governantes, autoridades eclesiásticas e tradicionais da região.

Estudo aponta chuva como causa das ravinas

Na mesma esteira, um estudo da Empresa Nacional dos Diamantes de Angola "Endiama -EP", apresentado terça-feira (14) na cidade do Dundo, apontou as "elevadas" quedas pluviométricas como a origem das ravinas nas províncias da Lunda Norte, Lunda Sul e Moxico.

Segundo a administradora da Endiama para a Área da Geologia e Desenvolvimento Mineiro, Ana Feijó, que apresentou o referido projecto, cada uma destas províncias precisa anualmente de um milhão de dólares para a aquisição de equipamentos e remuneração do pessoal para fazer frente a este fenómeno.

Ana Feijó frisou que o estudo consistiu na avaliação dos solos, elaboração do mapa de susceptibilidade e riscos da erosão hídrica. No entanto, as autoridades locais advogam a instalação de capacidades técnicas locais para a intervenção que se justificar pontual. Dados institucionais referem que a província da Lunda Norte regista mais de 70 ravinas de diferentes

proporções, um fenómeno em constante progressão e que ameaça destruir infra-estruturas económicas e habitacionais.

### 10.13 Lunda-Norte tem plano de contenção de ravinas

*Jornal de Angola*

*17 De Agosto de 2018*

*Texto: Victorino Matias*

As empresas de exploração de diamantes que operam na província da Lunda - Norte foram exortadas a participar activamente nas estratégias de combate à proliferação de ravinas, em diversas localidades da região, causadas pela chuva e pela exploração de minérios.

O apelo foi feito ontem pelo vice-governador para os Serviços Técnicos e Infra -estruturas durante um encontro de apresentação do projecto de combate e monitorização das ravinas na região Leste de Angola, promovido pelo Instituto Geológico de Angola, em parceria com a Endiama.

Lino dos Santos disse que as empresas que exploram diamantes na província devem estar em sintonia com as autoridades administrativas locais no combate às ravinas, principalmente nas zonas onde exercem as suas actividades.

No encontro, no qual participaram os administradores dos municípios de Chitato, Cambulo, Lucapa, Capenda Camulemba, Xá-Muteba e Cuango, regiões predominantemente diamantíferas, o vice-governador Lino dos Santos lembrou as estratégias de contenção de ravinas implementadas durante muitos anos pela antiga Companhia de Diamantes de Angola (Díamang).

"Naquela época não existiam muitas ravinas, porque eles faziam a reposição dos solos, bem como trabalhos de impacto ambiental e contra a erosão, coisas que as actuais empresas não fazem", disse Lino dos Santos.

O vice-governador para os Serviços Técnicos e Infra-estruturas louvou a iniciativa da Endiama em financiar o projecto de mapeamento de ravinas em todo país, a ser realizado pelo Instituto Geológico de Angola. O governante disse ser necessário que a Endiama, no âmbito deste projecto, preste maior atenção à solução dos problemas da erosão dos solos que as comunidades que se encontram em volta dos projectos mineiros enfrentam.



"Nessas localidades, a erosão dos solos resulta da actividade de exploração mineira e tem como consequências o fraco desempenho da agricultura de subsistência e a destruição de muitos equipamentos sociais, como vias de acesso, escolas, centros médicos e residências", afirmou o vice-governador.

Milhões de kwanzas

A administradora da Endiama para a área de geologia, Ana Feijó, reconheceu existirem algumas empresas que não fazem a reposição dos solos, depois das actividades de exploração de diamantes, e garantiu trabalhar com essas empresas no sentido de se ultrapassar a situação.

Ana Feijó disse que o projecto apresentado pelo Governo da Lunda-Norte espelha o interesse da Endiama em ajudar o Executivo e as comunidades, "principalmente da região Leste do país, onde estão instalados 90 por cento dos projectos diamantíferos".

Ana Feijó, que é também a coordenadora do projecto de combate e monitorização das ravinas, disse que o projecto compreende duas fases, sendo a primeira a elaboração de mapas das zonas atingidas e classificação de riscos de erosão e conhecer as dimensões das mesmas, no que toca à profundidade, largura e comprimento. A segunda fase, de acordo com Ana Feijó, visa estancar as ravinas, com a aplicação de várias técnicas, como a construção de barreiras e preenchimento natural das cavidades das ravinas, com larguras que vão até seis metros e talude não superior a dez metros.

Segundo Ana Feijó, a primeira fase do projecto está orçada em 2.5 mil milhões de kwanzas, investidos em equipamentos e subsídios de deslocação e de participação. A duração do projecto é de 365 dias e deve ser desenvolvido em todas as províncias do país.

"Nos últimos anos este fenómeno natural atingiu todo o país, com maior destaque para as províncias de Luanda, Uíge, Huambo, Bié, Moxico, Zaire, Lunda-Norte, Lunda-Sul e Cuando Cubango", sublinhou Ana Feijó, justificando a implementação do projecto em todo o país.

## 10.14 Angolanos abandonados em Viana apontam corrupção e abandono das autoridades

*Jornal A República*

*17 De Agosto de 2018*

*Texto: Coque Mukuta*

Deslocados e sinistrados encontram-se em campos nos arredores de Luanda

Milhares de angolanos encontram-se instalados em situação de riscos em Luanda, depois de terem sido retirados das suas áreas de residência a favor de empresas ou porque se encontravam em zonas consideradas de risco.

São cerca de 126 famílias colocadas numa via pública, no Zango 3, desde 2012, enquanto outras estão instaladas atrás do cemitério municipal de Viana, e na Zona do Calumbo, todos nos arredores de Luanda.

Evaristo António, conhecido por "Cassumuna", que vivia no antigo Gika, distrito da Maianga, disse que as famílias têm sofrido muito.

"Nós passamos mal, debaixo das águas da chuva, sol, poeira e muitos têm sido atropelados", lamentou António.

Outra moradora, Catarina Francisco, mãe de 8 filhos, que com eles partilha uma casa de chapa, perdeu a oportunidade de ter uma casa por não estar presente no dia do cadastro.

"O problema é a corrupção das entidades que estão à frente e que nunca deixa as autoridades visitarem esta zona para não conhecerem o nosso", denunciou.

Alberto Chaves, morador da zona, preocupado com a situação chama a atenção as autoridades pelo perigo por que passam os cidadãos.

"O Governo só vai pôr o pé aqui quando um carrinha perder os travões e destruir estas 'bate-chapas", alertou.

A VOA tentou contactar o governador da província de Luanda e o administrador Municipal de Viana, mas não obteve qualquer resposta.

No Zango existem cerca de seis campos de sinistrados em estado de abandono.

### 10.15 Época chuvosa já começou em Angola

*Jornal 24 Horas*

*17 De Agosto de 2018*

*M.E*

A época seca, designada "Cacirnbo" terminou, oficialmente, quarta-feira, 15 de Agosto, em todo o país, depois de três meses de baixas temperaturas do ar e consequente aumento da pressão atmosférica e da humidade relativa, para dar início a época chuvosa.

Segundo dados do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica (INAMET), a partir dos próximos dias haverá um aumento gradual das temperaturas (máximas e mínimas), em que o regime e o padrão do vento e da nebulosidade (obscuridade) vão se alterar substancialmente, com maior incidência no litoral do país. Angola está situada na zona tropical (quente) onde o clima é fortemente influenciado por factores como a latitude (de 6 a 18 graus) e a altitude.

A existência de duas estações, mais ou menos, bem diferenciadas se deve, entre outros factores, à influência geografia, na variação da temperatura, designadamente a corrente fria de Benguela, e as bacias hidrográficas do Zaire, Zambeze, Kwanza, Kuando Kubango e Cunene.

A estação que terminou (cacimbo) é caracterizada pela ausência de chuva, com noites e madrugadas frias, onde as temperaturas mais baixas foram observadas na região sul de Angola, enquanto a que começa é apreciada pelos nove meses de calor e praia.

### 10.16 Luanda, a chuva e o lixo

*Jornal O PAÍS*

*19 De Agosto de 2018*

*Texto: Fernando Teixeira Soares*

Governar a nossa capital é mesmo ingrato. Vou começar pela chuva e terminar no lixo. Parece que os deuses andam a combinar para fazer a vida negra aos cidadãos. Quando alguns povos querem chuva para produzir comida, nós andamos aqui a pedir a "Deus" para ela não bater às portas das nossas cidades.

Os populares de Luanda vivem um trauma e uma espécie de fobia de serem assaltados pela chuva. Mesmo nesta altura, em que presumimos estar longe de chegar o tempo de chuva, ouvem-se vozes agoirentas a dizer que a chuva está à porta, porque o tempo de Cacimba acabou no passado dia 15 de Agosto (!), Autêntico, quem diz isso é o meu vizinho Kíala, que é pescador e tem a mania que sabe bué de meteorologia Não bate bem, diga-se a verdade.

Todos os governadores que passaram por Luanda quiseram resolver os problemas causados pela chuva, mas faltaram-lhes os meios para realizar os programas, e o fiscal da natureza, a própria chuva, não deixou e passou um atestado de incompetência a todos os governadores que por Luanda passaram.

Quanto ao lixo, diga-se que é um dos mais fedorentos males de Luanda, que pede a chegada de um Governador com taixa-alta, capaz, sobretudo, de combater a indisciplina dos populares, governar a cidade a sério e combater os males com determinação. Um governador que deve ser apoiado por todos nós. É que os problemas causados pelo lixo são muitos e as vontades são muito poucas.

### 10.17 Monitorização de secas e cheias é tema de seminário do Inamet

*Jornal de Angola*

*21 De Agosto de 2018*

Um grupo de 16 técnicos de sistemas de informação geográfica e interpretação de imagens de satélites vai ser treinado, a partir de hoje até sexta - feira, em Luanda, em técnicas de monitorização de secas e cheias e elaboração de boletins agrome-tereológicos. A informação está num documento do Ministério das Telecomunicações e Tecnologias de Informação, no qual se lê que a formação é resultante da parceria "Caminho Conjunto" entre Angola e a União Europeia.

Os técnicos vão também aumentar os conhecimentos sobre práticas de análise e interpretação de imagens de satélite. O âmbito da parceria, que tem como coordenador nacional o Ministério da Economia e Planeamento, foram identificados os sectores de Telecomunicações e Tecnologia de Informação, Energia e Turismo, Defesa e Segurança.

"Esta formação surge como contributo do Instituto nacional de Meteorologia para a disponibilização de informações sobre monitorização do tempo e clima, para a planificação das actividades nos sectores acima referidos", lê-se no documento. Promovido pelo Instituto nacional de Meteorologia e Geofísica

(INAMET) , em parceria com o Centro Comum de investigação da União Europeia (IRC) , a acção formativa vai ser ministrada pelo investigador italiano Ferdinando Urbano.

## 10.18 Proibição do corte do “Mussive” e “Pau Rosa” baixa exploração na região Leste

*Jornal Economia e Finanças*

*24 De Agosto de 2018*

*Texto: Lino Vieira*

O cancelamento do corte do Mussivi (*Guibourtia coleosperma*) e o Pau Rosa (*Swartzia fistuloides*) vai afectar muitas empresas do sector madeireiro da província do Moxico, tendo em conta que este recurso é o único que tem o maior valor comercial, tanto no mercado nacional como no internacional, devido às qualidades que ostenta.

Em entrevista ao JE, o empresário do sector madeireiro, Lino de Oliveira, disse que na região Leste de Angola, com realce para as províncias do Cuando Cubango, Lunda Sul e Norte, assim como o Moxico não existem outras espécies em grandes quantidades como o Mussivi.

Com esta medida, a empresa de que é proprietário terá "muitos problemas", tendo em conta os investimentos aplicados para este ano.

Por outra, algumas medidas que foram tomadas são boas, "quando dizem que deve-se fazer alguma filtragem para ver até que nível algumas empresas estão organizadas, mas em contra partida isso vai criar uma grande ruptura nos empresários locais, que investiram fortemente nesta actividade".

"Esta medida tinha que acautelar a redução de forma controlada do corte do Mussivi, apresentando uma quota, mas não a sua total proibição", opinou.

Com esta medida, serão obrigados a despedir ou reduzir o número de trabalhadores.

"Daqui para frente não sei como será a nossa sobrevivência, porque o nosso forte é a espécie que está proibida durante os dois anos, segundo o Decreto Presidencial", apontou.

### Constrangimentos

Dados indicam que os resultados da produção de madeira durante a campanha florestal 2017 ficaram abaixo de 80 por cento, tendo ficado fixado os 251 mil e 643 metros cúbicos, prognosticados no âmbito

do Plano de Desenvolvimento Nacional, atingindo apenas 22.012 metros cúbicos, correspondente a nove por cento, contra mais de 86 mil metros cúbicos do ano anterior.

A Direcção Nacional das florestas (órgão afecto ao Ministério da Agricultura e Florestas) justificou que o curto período de exploração da madeira esteve na base da baixa na produção.

A interdição está inserida nas medidas técnicas e administrativas, está em perspectiva a introdução gradual de um regime de contrato de concessão de exploração florestal e um processo de saneamento das empresas do sector, com base na sua capacidade técnica e financeira de intervenção e em conformidade com a nova legislação.

A fonte indica que toda madeira explorada nas zonas de origem, antes de ser comercializada ou exportada, deve passar"

As duas espécies são de grande valor e obrigatoriamente nestes postos para ser fiscalizada e controlada, que numa forma vai contribuir na ordem que queremos instaurar no sector.

Em Julho deste ano, foi aprovado por Decreto Presidencial, o documento que regula a nova Lei de Florestas e Fauna Selvagem.

## 10.19 Projecto de requalificação das valas de drenagem do Sumbe avança

*Jornal Economia e Finanças*

*24 De Agosto de 2018*

As valas de drenagem dos bairros periféricos da cidade do Sumbe, sede da província do Cuanza Sul, estão a beneficiar de reabilitação, no âmbito da requalificação da circunscrição.

Os trabalhos de limpeza e desassoreamento tiveram início segunda-feira e incidem sobre os bairros da Londa, São Francisco, Bombeiro e Bairro Novo.

Em declarações à Angop, a munícipe Maria Paulino disse que os trabalhos vão facilitar a circulação e melhorar a segurança das pessoas que vivem próximo às valas. "Esperamos que o trabalho não pare por aqui, visto que no Sumbe quando chove toda a água vai para o centro da cidade, frisou.

## Facilitar a circulação

Por seu turno, António Jaime adiantou que, apesar de tardia, a obra é de louvar, uma vez que vai facilitar a circulação das pessoas em tempo de chuva.

O administrador municipal adjunto do Sumbe, Fonseca Rafael, afirmou que a empreitada deverá estar concluída na primeira quinzena de Setembro.

A cidade do Sumbe tem duas valas de drenagem, a da Comarca, que desagua no mar, e a da Serração, com término no do Cambongo.

O desenvolvimento das infra-estruturas integradas da cidade do Sumbe na província de Cuanza-Sul, será executada em três fases e com um orçamento de 442,5 milhões de dólares americanos. Os valores provêm de uma linha de financiamento chinês, cuja primeira fase compreende a estabilização das encostas da Quissala e Bumba, construção de residências e realojamento da população na urbanização do Cuacra, a 24 quilómetros da cidade do Sumbe.

A segunda fase servirá para custear a implantação da micro e macro-drenagem, assim como iluminação pública da cidade.

A terceira fase tem a ver com a implantação de 24 quilómetros da estrada e uma ponte com 500 metros de comprimento e 21 de largura.

## 10.20 Exploração Anárquica de recursos florestais no Cuando Cubango

*Jornal de Angola*

*26 De Agosto de 2018*

*Texto: Lourenço Manuel*

A mussivi, a árvore considerada a jóia das florestas do Cuando Cubango, está em vias de extinção, devido à exploração anárquica de madeira, que começou a ganhar contornos alarmantes a partir de 2014. Com um ciclo vegetativo muito longo, que varia entre os 60 e 70 anos para atingir a fase adulta, a mítica árvore apresenta nas florestas do Cuando Cubango uma dispersão descontínua e pode atingir os 20 metros de altura. O fruto que produz é rico em proteínas e do seu caroço pode-se extrair o óleo que os Khoisan usam para temperar os alimentos.

Actualmente, pouco ou nada se sabe do número exacto de árvores que são derrubadas diariamente ou do que sobrou delas nas extensas florestas do Cuando Cubango. A população, com realce para os beneficiários primários, os Khoisan, teme pela sua

sobrevivência, devido ao desaparecimento precoce de um dos alimentos mais apreciados pela comunidade.

A reportagem do Jornal de Angola apurou que em algumas ocasiões os sobas da comunidade Khoisan apresentaram reclamações junto do Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF) e da Administração Municipal de Menongue, dando conta da invasão do seu habitat natural, por empresas de exploração de madeira e por madeireiros furtivos, mas as suas preocupações não foram tidas nem achadas.

A fonte, que preferiu não se identificar, disse que desde 2015, altura em que os chineses e vietnamitas entraram no mercado do Cuando Cubango, a exploração clandestina de madeira, sobretudo em zonas de difícil acesso, ganhou força e a fiscalização do Instituto de Desenvolvimento Florestal nada faz por falta de meios.

Existem muitos madeireiros ilegais espalhados pelas principais zonas de exploração, onde o destaque recai para o grupo dos "Bacongo", uma equipa integrada por 12 jovens provenientes da província do Uíge, equipados com motosserras de última geração e que se dedica ao corte selectivo de árvores.

Não importa o local ou a zona onde forem chamados, estão sempre disponíveis para derrubar árvores, cobrando 45 mil kwanzas por cada. Mas se o trabalho incluir a transformação do toro em cubo, como preferem os compradores chineses ou vietnamitas, a factura pode subir para 120 mil kwanzas.

Depois de cortado, o tronco é deixado 11, e x í s t í n do um, grupo que atende de "Puxa tronco", de tractores agrícolas, quais, por meio de aço ou cordas resistam de arrumá-los terminado ponto, de ) transportados para os estaleiros. A esse possuir dados palpáveis e aconselhou a visitar as dezenas de estaleiros situados em Menongue, Cuito Cuanavale, Cuangar, sobretudo nas localidades do Longa, Maseca, Caiúndo, Savate, Missombo, arriba Cueio, Baixo Longa e tantas outras, onde o negócio da madeira é realizado com maior intensidade nestes locais (estaleiros) resistem grandes amontoados a de toros de mussivi os troncos novos facilmente se distinguem dos antigos, questionando-se como é possível, se o ano florestal de a 2018 foi declarado aberto a menos de duas semanas e a ainda não está a ser executado, o porque o Ministério da agricultura não definiu as quotas por cada província e as licenças de exploração também estão por distribuir.

O chefe de departamento do IDF, Abel Mambo, reconhece ter havido um corte desordenado nos anos florestais de 2015, 2016 e 2017, que resultou numa



devastação, sem precedentes da espécie de Mussivi, de alto valor económico no mercado internacional, mas comprada no país e a baixo preço.

Abel Mambo realçou que a província do Cuando Cubango possui ainda espécies de alto valor económico como o Girassonde (*Pterocarpus angolensis*), Mukoso (*Erythrophleum africanum*), Mupanda (*Brachystegia spiciformis*), Mussisi (*Sterculia traga canta*), Mumué (*Iulbernardia paniculata*) e Maku (*Pericopsis angolensis*) para o licenciamento florestal e que podem gerar receitas para os cofres do Estado.

Até finais de 2017, a espécie mais explorada na província foi o Mussivi (*Guibourtia coleosperma*, as opções recaem para as de Girassonde ou Mucula (*Pterocarpus angolensis*), Mukoso ou Muiumba (*Erythrophleum africanum*), as duas últimas com maior realce para as empresas que exploram na orla fronteiriça, inseridas nos mercados da Namíbia e da África do Sul Excesso de madeira.

De acordo com Abel Mambo, em Setembro do ano passado o Ministério da Agricultura atribuiu à província do Cuando Cubango, à luz do Decreto Presidencial número 124/17 de 9 de Junho, uma quota de 15.569,33 metros cúbicos, que acrescidos aos do ano anterior que não tinham sido explorados permitiram o licenciamento de 43.200 metros cúbicos para exploração florestal, que resultaram no corte de 62.730,32 metros cúbicos de madeira.

No mesmo período foram ainda autorizados, mediante pagamento de multas, outros 42.947 metros cúbicos, elevando-se para uma cifra de 86.157 metros cúbicos disponíveis para a campanha florestal de 2017, durante a qual, devido ao começo tardio, permitiu - se apenas o transporte de 23.416,68 metros cúbicos de madeira em toros.

De acordo com o chefe de departamento do IDF, pouco mais de 62.730,32 metros cúbicos de troncos Coroados (entre licenças e autorizações) continuam nos diferentes pontos de concentração e serrações, aguardando pela autorização do Ministério da Agricultura para a sua evacuação para o estrangeiro, Apesar de reconhecer o corte anárquico de madeira, sobretudo da espécie Mussivi, garantiu que tendo em conta a extensão territorial e os resultados preliminares do Inventário Florestal Nacional (IFN), determinou-se que o Cuando Cubango é a segunda maior do país em termos de cobertura vegetal, com 15 milhões 566 mil e 830 hectares de florestas.

Disse que o processo de Inventário Florestal nacional determinou igualmente que as florestas do Cuando Cubango possuem uma dinâmica de regeneração

natural de 375,4 plantas por cada hectare, taxa considerada como a maior do país, e solicitou ao Ministério da Agricultura para atribuir à província uma quota de 30 mil hectares para exploração.

## 10.21 Cheias e seca dificultam o crescimento económico

*Jornal de Angola*

*28 De Agosto de 2018*

O ciclo recorrente das cheias e seca, que impactam negativamente as populações do sul de Angola com perdas de vidas humanas e danos ingentes às infra-estruturas, afecta o crescimento económico, considerou ontem, em Luanda, o representante das Nações Unidas em Angola (ONU), Pier Balladeli.

Ao falar durante o "Seminário Nacional Sobre a Redução de Riscos de Desastres" que decorre até 31 do corrente mês" sob a organização do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros (SPCB), Pier Balladeli ressaltou que tais situações causam prejuízos que podem comprometer atingir os objectivos de desenvolvimento sustentável (ODS).

O diplomata realçou ser importante garantir que o risco de desastre e o impacto das mudanças climáticas não comprometam os esforços dos países e das organizações internacionais para o alcance do ODS.

Segundo Pier Balladeli, o número de desastre e a magnitude dos seus impactos tem aumentado constantemente nas últimas décadas, fruto das alterações climáticas com perdas e prejuízos estimados a nível mundial em 300 mil milhões de dólares por ano.

U As cheias são o risco natural predominante em Angola, afectando em média cerca de 100 mil pessoas todos os anos aproximadamente 0,4 por cento da população total do país. Neste sentido, o Executivo angolano com o apoio da ONU e outras organizações internacionais está empenhado na implementação do Quadro Sendai para a redução de risco e desastres e do acordo de Paris sobre alterações climáticas para alcançar o crescimento económico", informou.

Pier Balladeli reforçou que os perfis de risco probabilístico para o país elaborados pelo escritório das acções Unidas para Redução de Risco e Desastres (UNISDR, Centro Internacional de Monitorização Ambiental da Itália (CIMA Research Foundation) deverão constituir a base para análise do orçamento nacional e dos gastos e permitirão uma periodização

do orçamento, com vista a reduzir o efeito de desastres em Angola.

A redução dos riscos e desastres só é viável, segundo o diplomata, se os Ministérios da Saúde, Educação, Acção Social, Família e Promoção da Mulher, bem como o do Ordenamento do Território trabalharem em coordenação neste combate.

O Executivo e a equipa nacional das Nações Unidas estão num processo de definição de prioridades nacionais, estratégias de desenvolvimento e planos para o próximo quadro de parceria das ações Unidas (UNPAF) 2020- 2023 e o apoio à implementação de estruturas globais agenda 2063 U A África Que Queremos". O representante da ONU lembrou que a África foi o primeiro do mundo em adoptar uma posição continental sobre o "Acordo Quadro Pós 2015" para a redução do risco, através da declaração de Yaoundé, plano de implementação do quadro Sendai para redução de riscos e desastres 2015-2030 ..

A abertura do seminário contou com a presença da ministra da Educação, Cândida Teixeira, ministra da Acção Social, Família e Promoção da Mulher, Vitória da Conceição, a ministra do Ordenamento do Território, Ana Paula de Carvalho, representantes da ONU, embaixadores, comandantes do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros, entre outros convidados.

## 10.22 Crescimento urbano aumenta vulnerabilidade

*Jornal de Angola*  
28 De Agosto de 2018

O crescimento urbano acelerado e não planeado tem conduzido a um aumento da vulnerabilidade urbana considerou ontem, em Luanda, Hermenegildo José Feliz, em representação do ministro do Interior, Ângelo da Veiga Tavares.

O responsável disse que, aliado a isso, o país não dispõe ainda de um perfil detalhado e exaustivo de riscos de desastres, numa perspectiva de gestão do território' preparação para a resposta, gestão agrícola, pecuária e florestal.

No "seminário nacional sobre a redução de riscos de desastres", que decorrerá de 27 a 31 deste mês, informou que o país regista maior susceptibilidade e periculosidade em relação às ameaças de inundações, secas, incêndios florestais, erosão costeira, deslizamentos de terra, epidemias, descargas atmosféricas e seca.

Para Hermenegildo Feliz, os integrantes do sector reconhecem que o conhecimento exaustivo do risco constitui um pré-requisito para a integração da redução de risco de desastres no planeamento e políticas sectoriais.

Durante o evento, os participantes serão dotados de técnicas de elaboração de perfis de riscos e conhecimento aprimorado da avaliação de risco probabilístico.

Vão ser abordado análise de custo e benefício para a mobilidade de recursos e ferramentas de financiamento de redução do risco e como lidarem com a mitigação.

## 10.23 Economista considera perdão fiscal uma injustiça tributária

*Jornal de Angola*  
29 De Agosto de 2018  
Texto: Victorino Joaquim

O Estado deve evitar o perdão fiscal da dívida e reforçar o combate à exploração artesanal de recursos naturais, por estes constituírem actos de injustiça tributária, defendeu ontem, em Luanda, o economista Arsénio Pinto, na terceira conferência nacional sobre recursos naturais.

O economista, que dissertou sobre o tema "O papel da justiça tributária e combate à evasão fiscal no sector de exploração de recursos naturais", promovido pelo grupo de organizações da sociedade civil, em parceria com o instituto para a cidadania, Mosaiko, considerou injusto o perdão fiscal decretado pelo Estado, que permitiu o não pagamento de dívidas de anos anteriores a 2013, contraídas por certas empresas, enquanto outras que não beneficiaram pagam as suas dívidas, com todas as situações que enfrentaram.

Arsénio Pinto apontou a exploração artesanal de recursos naturais como outro dos actos de injustiça, por estes não serem tributados. Segundo o economista, o Estado não deve continuar a conceder o perdão fiscal constantemente, sob pena de esta atitude incentivar os responsáveis dessas empresas a continuarem a não pagar os respectivos tributos.

Por outro lado, disse, o Estado deve reforçar o combate à exploração artesanal de recursos naturais. Segundo o economista, a constituição do país prevê o pagamento de imposto para os que exploraram recursos naturais, quer renováveis, quer não renováveis.

Mas, disse Arsénio Pinto, ainda se assiste à exploração sem o respectivo pagamento de imposto, como a actividade dos chamados garimpeiros. "Estes garimpeiros procedem à exploração, comercializam e obtêm lucros, fazendo concorrência desleal com outros exploradores que até pagam os impostos", disse.

O economista apelou às autoridades competentes no sentido de continuarem a reforçar as medidas de combate ao fisco, tendo apontado a descentralização da "máquina tributária" como uma forma de melhor controlar e enfrentar os infractores. Arsénio Pinto falou da necessidade de canalizar - se uma parte dos lucros obtidos com a exploração de recursos para as comunidades locais, que enfrentam algumas dificuldades.

No que diz respeito à fuga ao fisco, o economista considerou as constantes alterações à lei como um dos principais motivos e apelou às autoridades para tomarem a lei mais consistente.

O director-geral do Mosaiko, Júlio Candeeiro, disse que o evento pretende criar um ambiente de diálogo e de reflexão sobre o impacto da exploração dos recursos naturais nas comunidades. Nesta conferência, disse Júlio Candeeiro, o foco incidirá ainda, sobre a necessidade de garantir-se que as comunidades que vivem em zonas de exploração de recursos naturais sejam beneficiadas e protegidas .

"Os recursos naturais não pertencem apenas aos angolanos desta geração, mas também às gerações vindouras. Logo, cabe à presente geração a responsabilidade de cuidar destes recursos", recomendou.

## 11. MIGRAÇÃO

## 12. EXPLORAÇÃO MINEIRA

## 13. INVESTIMENTOS CHINES EM ANGOLA

### 13.1 “O modelo chinês como inspiração (e não copia) na definição da filosofia de desenvolvimento para África”

*Jornal Expansão*

*3 De Agosto*

*Texto: Francisco Miguel Paulo*

O fórum China-Africa Think Tank (CATT) é uma iniciativa organizada pelas universidades chinesas com a colaboração da Academia Chinesa de Ciências Sociais e o Fundo de Desenvolvimento e Cooperação Industrial, e tem como objectivo juntar os académicos e investigadores chineses e africanos, a fim de discutirem de forma aberta e franca os problemas, os desafios, as vantagens e desvantagens da cooperação entre a China e África com a finalidade de os fazer chegar diante dos fazedores de política na Cimeira dos Chefes de Estado. Estive presente no fórum, a representar o CEIC-UCAN, a convite da Embaixada da China em Angola.

Este ano, o fórum reuniu mais de 300 profissionais chineses e africanos, incluindo vários jornalistas dos 47 países africanos, que estão na China em formação para obterem os factos e as informações verdadeiras da realidade chinesa, para evitar a perspectiva "enviesada" do jornalismo do ocidente, que não faz mais do que criticar a forma como a China tem interagido com os países africanos nos últimos anos.

O Governo chinês quer uma maior interacção entre os académicos africanos e chineses, pois acredita que só com conhecimento, pesquisa e partilha de experiências será possível ajudar a África a desenvolver-se. A China não quer que África simplesmente copie o seu modelo de desenvolvimento, nem tão pouco continue "refém dos modelos pré-fabricados do ocidente", que em nada têm ajudado o continente a progredir.

O continente africano tem vindo a receber, por várias décadas, muita ajuda de doadores ocidentais. Mas a

China, sem tal ajuda, conseguiu prosperar em apenas uma geração, em parte por saber adaptar as experiências dos países desenvolvidos ao seu próprio contexto e circunstâncias. Mesmo o socialismo que adoptou, fê-lo com características próprias da sua cultura e não simplesmente seguindo uma teoria rígida.

Entre os vários assuntos discutidos no fórum, destacam-se:

Os projectos financiados pelo Eximbank da China que concede três tipos de empréstimos: bilaterais, comerciais e de investimentos. Os pesquisadores chineses relataram que a China contou também com dívida externa para poder desenvolver-se, mas chamaram a atenção aos africanos para terem em consideração o "tamanho optimo da dívida" e que o uso ineficiente da mesma irá levar a crises de dívida que em nada vão beneficiar os países. A China não quer aumentar o peso da dívida que os africanos já têm com o ocidente, então, é importante tomarem-se medidas macroprudenciais de gestão da dívida e aplicar os recursos em investimentos de maior utilidade social e económica.

Incorporar a população rural nos modelos de desenvolvimento fazendo com que esta população tenha acesso à infra-estruturas básicas como água, electricidade, internet e estradas, tecnologias que lhes permitirão beneficiarem-se também do desenvolvimento económico e tecnológico das cidades, evitando assim o êxodo rural.

Filosofia do desenvolvimento. África precisa definir a própria filosofia de desenvolvimento que quer seguir, que não seja baseada em ideias ocidentais nem tão pouco deve copiar simplesmente o modelo chinês. Em função da sua rica cultura e valores, definir o que é melhor para o seu povo. Se analisarmos os países que hoje são desenvolvidos nenhum deles teve que imitar o exemplo de outros de uma forma literal, mas sim cada país seguiu o seu próprio caminho. Então, porquê que o continente africano deve estar sempre colado às ideias ocidentais que em parte nada têm a ver com a sua cultura e valores?

Industrialização e mecanização da agricultura. Não é bom que África continue a ser um exportador por excelência de matéria-prima, precisa desenvolver a capacidade de produzir produtos processados com maior valor agregado. A capacidade industrial do continente é muito baixa, representando apenas 1% da produção mundial enquanto a da China está bem perto dos 25%. África representa um grande mercado, tem população jovem e recursos naturais. As trocas comerciais entres as duas partes só serão sustentáveis se os africanos conseguirem também



adquirir os produtos mais complexos que a China produz. Para tal, é necessário que estejam no mesmo estágio de desenvolvimento industrial, se não ter-se-á sempre a ideia de que existe um comércio desigual onde a China compra matéria-prima e África compra produtos processados. Mas são os africanos que devem definir o tipo de indústria que querem desenvolver, em função das vantagens comparativas de cada país. A China está disposta a fornecer "capacity building" aos trabalhadores africanos e financiar o processo de industrialização e mecanização da agricultura.

Apostar na inter-conectividade do continente em termos aéreos, rodoviários, ferroviários, marítimos (a segurança da costa africana é importante, para evitar os piratas, a China pode ajudar). O projecto do Trans-Africa Belt Railway que vai ligar Djibuti a Dakar, num percurso de mais de 6200 km, é um bom exemplo. Já foram construídos 500 km.

Durante o fórum percebi que China sabe muito bem o que quer de África e para tal tem uma política bem definida. Será que os países africanos sabem o que querem e têm uma política bem definida em relação a este gigante asiático?

Os Governos africanos devem formar uma frente única e conjunta, incluindo os académicos e os empresários. Deve-se exigir que haja uniformidade nas infra-estruturas que estão a ser construídas no continente para que a inter-conectividade seja uma realidade.

Antes das cimeiras é importante reunirem-se com os académicos, pesquisadores e o sector privado, patrocinando estudos sobre os melhores projectos que devem ser implementados e os melhores exemplos devem ser seguidos e os maus evitados.

Na China, há mais de mil pesquisadores, patrocinados e financiados pelo Governo chinês, que estudam os diferentes países africanos. A União Europeia tem mais de 300 pesquisadores que estudam África e os Americanos têm igualmente muitos pesquisadores que estudam o continente. Mas quantos africanos estão a estudar a China, a Europa e a América no sentido de orientarem os governos a tomarem as melhores opções políticas nestas cooperações?

Este ano, a China está a celebrar 40 anos de abertura e de reformas económicas e sociais profundas, que fizeram com que se tornasse na segunda maior economia do mundo. Na década de 1960/70 estava no mesmo estágio de desenvolvimento ou mesmo abaixo de muitos países africanos, que na altura estavam a alcançar a independência. Em apenas 40

anos, este gigante asiático tornou-se numa das economias mais bem-sucedidas no mundo.

A China acumulou experiência, conhecimento e recursos financeiros e hoje está presente em quase todo o continente africano, financiando mais de 600 projectos em 47 países. A China ultrapassou o ocidente no que diz respeito ao volume de investimentos e de comércio que efectua com o continente africano, de tal forma que os países do ocidente estão a apelidá-lo de "novo colonizador do continente".

As reformas que estão a transformar a China devem-se a vários factores combinados, entre os quais destacam-se: uma liderança forte e coesa comprometida com o bem-estar do povo e uma forte intervenção das universidades no que diz respeito à criação de conhecimento e inovação que ajudam as autoridades e os empreendedores a tomarem as decisões mais acertadas em prol do bem comum.

### 13.2 Problemática das zungueiras angolana num fórum dos Estados Unidos e China

*Jornal O PAÍS*

*4 De Agosto de 2018*

*Texto: Maria Teixeira*

E entrevista exclusiva OPAÍS, ontem, o presidente da Associação os Vendedores, José Cassoma, anunciou que a sua associação foi convidada a participar num fórum sobre zungueiras e/ou vendedores ambulantes que decorrerá, em Outubro, nos Estados Unidos e na China.

Segundo José Cassoma, levarão como preocupações o grande projecto que têm de conseguir um parceiro para apoiar as cooperativas da mulher zungueira em Angola, uma vez que já fizeram muitos contactos junto da classe empresarial angolana e, até ao momento, não obtiveram resposta positiva.

"Já contactámos alguns bancos para que pudessem nos dar algum financiamento e não temos tido essa sorte. Agora vamos tentar aproximar-nos de algumas potências económicas mundiais, a partir das Organizações dos Direitos Humanos, para ver se há interesse de financiamento do nosso projecto de cooperativa agrícola", disse.

Uma outra preocupação que será levada é o facto de terem existido perseguições aos vendedores ambulantes com exageros que lesam os direitos humanos, bem como a falta de vontade política de

aprovar as leis que os protegem, que regista um atraso sem justificação.

Ainda tem a questão de não se ter feito um estudo a nível de todas as províncias da actividade agrícola, que pensa ser fundamental, porque são os camponeses que se transformam em vendedores ambulantes, abandonando as suas áreas de origem e as suas terras de cultivo, em busca de melhores condições de vida na capital do país.

"A nossa preocupação é mesmo conseguir um parceiro a nível dos países de maior economia e mais industrializados, que possam solidarizar-se com o fenómeno que se passa com a mulher zungueira no nosso país" garantiu.

O governo não quer ouvir as nossas preocupações

O responsável referiu que o fórum vai tratar também do projecto Zungueiras Kwati Ketemo, que visa transformar o vendedor ambulante em pequeno e/ou grande agricultor.

"O problema da venda ambulante afecta mais a província de Luanda em relação às demais e o Governo não quer ouvir as nossas ideias. Nós achamos que isso é um atentado à sociedade, porque o Governo não pode trabalhar sozinho, deve ter parceiros e ouvir as nossas ideias", disse.

De acordo com José Cassoma, todos os programas e encontros que o Governo da Província de Luanda poderia tratar, relacionados à mulher zungueira e a sua associação, têm sido postos de parte.

"Temos sido excluídos, porque alguns pretendem criar algumas associações com fins duvidosos para desviar as verbas do Estado, os vendedores não se beneficiam de nada e isso nos preocupa", lamenta.

A AVAL tem sido sondada por alguns grupos políticos como a MUNI, uma organização política fundada nos Estados Unidos da América, no sentido de juntos encontrarem soluções para resolver os problemas dos vendedores ambulantes.

"Estamos a pensar em, através das cooperativas, inserir estes vendedores, que serão transformados em agricultores, no sistema de assistência social, para terem alguma pensão e sobreviverem quando atingirem a idade da velhice", explicou.

A Associação foi fundada no dia 10 de Dezembro de 2014, como objectivo de organizar a venda ambulante colaborando com o Governo da província de Luanda.

Neste momento estão inscritos 2.400 vendedores.

### 13.3 Sol assegura negócios de chineses

*Jornal O PAÍS*

*8 De Agosto de 2018*

*Texto: Brenda Sambo*

A comunidade empresarial chinesa residente em Angola vai beneficiar de todos os seguros que fazem parte do pacote da Sol Seguro do Banco Sol, desde vida e multi-riscos, através de um acordo firmado ontem, em Luanda, entre o presidente da Câmara de Comércio Angola-China, Arnaldo de Sousa Calado, e presidente do Grupo Sol, Coutinho Nobre Miguel, documento rubricado igualmente pelo presidente da Comissão Executiva da seguradora Sol Seguros, Mateus de Brito.

Na ocasião, o presidente da Câmara de Comércio Angola-China, Arnaldo Calado, disse que "o memorando constitui uma mais-valia, principalmente para os empresários chineses e todos os empresários pertencentes à câmara, pois as empresas chinesas faziam o pagamento de importação dos seus produtos a partir do exterior", lembrou. Por isso, apelou às demais seguradoras no sentido de procederem ao mesmo e, desta feita, facilitar aos chineses o pagamento dos seus seguros em Angola e assim poder beneficiar de vários serviços.

Por sua vez, o presidente da Comissão Executiva da Sol Seguros, Mateus Alves de Brito, referiu que, "com este memorando a Sol Seguros espera crescer quer ao nível das quotas de mercado quer ao nível das receitas através de prémios brutos arrecadados", frisou. Avançou ainda que a seguradora pretende influenciar o mercado nacional, em particular a grande comunidade empresarial chinesa, para que percebam que o país tem regulado modalidades de seguros universais e que todos devem cumprir com o que é regulado pela Agência Nacional de Seguros (ARSEG). "Também queremos influenciar o mercado nacional, na perspectiva de melhor contribuir para o Produto Interno Bruto (PIB) e, desta maneira, fazer com que a quota de mercado cresça com a comunidade chinesa", referiu. O responsável garantiu também que a comunidade empresarial vai beneficiar de todos os serviços, citando o ramo vida, assim como se propõe responder aos desafios da comunidade chinesa no país. Actualmente, a Câmara de Comércio Angola-China (CAC) conta com cerca de 620 empresários nacionais e chineses.

Em 2017, o comércio entre Angola e a China cresceu 43,42% para USD 22,34 mil milhões com a China a ter comprado mercadorias no valor de USD 20047

milhões (mais 45,08%) e ter vendido bens no valor de USD 2297 milhões. Sol Seguros há um ano no mercado A Sol Seguros completou ontem, 07, o seu primeiro aniversário no mercado. Sobre a data, Mateus de Brito avançou que, desde que surgiu a seguradora, já registou um nível considerável de clientes, sem, no entanto, entrar em mais detalhes.

Informou também que, neste momento, a seguradora já lançou o seguro de Saúde e está aberta às empresas que pretendem aderir ao referido serviço. Por outro lado, anunciou que está para breve a abertura do seguro micro-crédito de saúde, uma modalidade que estará disponível sobretudo para as pessoas de baixa renda e não têm condições financeiras para serem tratadas nas grandes clínicas.

Na mesma ocasião, o presidente do Grupo Sol, Coutinho Miguel, disse que o grupo vai continuar a fazer o seu papel fundamental no processo de diversificação da economia no país, que passa também pela estabilidade financeira do mercado monetário e cambial. Contribuir para o desenvolvimento da indústria dos seguros resseguros e fundo de pensões é igualmente uma aposta. Lançada o ano passado a "Sol Seguros", com cinco produtos disponíveis nos ramos automóvel, viagens, multi-risco, vida e crédito.

### 13.4 China e Polónia sondam áreas para investimento na Huíla

*Jornal O PAÍS*

*10 De Agosto de 2018*

*Texto: João Katombela*

O interesse foi manifestado pelo embaixador extraordinário e plenipotenciário da China em Angola, Cui Aimin, à saída de um encontro que manteve com o governador da Huíla, João Marcelino Typinge.

O diplomata chinês apontou os sectores da agricultura, turismo, indústria da moda e de eventos e serviços como sendo os mais prioritários para investimentos, no âmbito das boas relações existentes entre os dois países.

No sector agrícola, a China está a ensaiar a produção de arroz no município da Matala, a mais de 100 quilómetros do Lubango, a capital da província da Huíla, numa superfície de 500 hectares.

Cui Aimin informou aos jornalistas que a China prevê a realização de um estudo de viabilidade para determinar a execução da produção de outros cereais na província, realçando ter recebido garantias do

governador de que a Huíla está aberta ao investimento.

O embaixador garantiu que se não houver excesso de burocracia, os empresários do seu país vão realizar estes investimentos nos prazos a serem acordados pelas autoridades competentes da província.

Polónia quer transmitir experiência agropecuária

Por seu turno, a República da Polónia, que também está presente na 27ª Edição da Expo-Huíla, pretende trazer para a região Sul de Angola a sua vasta experiência no domínio agro-pecuário.

O seu embaixador, Piotr Mysliwiec, disse a OPAÍS que as relações entre os dois países, particularmente entre a região de Wielkopolska e a província da Huíla, remontam de há muitos anos.

Afirmou que, fruto destas relações entre ambas as províncias, foi assinado em Março deste ano um acordo de cooperação entre as duas regiões nos domínios da educação, saúde e agricultura.

Já no âmbito desta cooperação, segundo o embaixador, está em preparação a abertura de uma "fazenda modelo", mecanizada, para mostrar aos agricultores huilanos como se desenvolve a agricultura mecanizada.

O diplomata polaco revelou ainda a existência de um programa para a construção de dois projectos hospitalares na Zona Económica do Lubango.

### 13.5 Chineses valorizam presença de Angola

*Jornal de Angola*

*14 De Agosto de 2018*

A presença de Angola no Fórum de Cooperação China-África (FOFAC), que decorre de 3 a 4 de Setembro próximo, é parte de uma estratégia sem precedente do Governo angolano, para angariar investimento estrangeiro e crédito, considera o sítio de notícias CLBrief (Breves sobre China-Lusofonia).

De acordo com fontes deste sítio na Internet, a delegação angolana ao fórum vai ser chefiada pelo Presidente da República, João Lourenço, no mês em que completa o primeiro aniversário da sua eleição, depois das visitas efectuadas à África do Sul, França, Bélgica e, mais recentemente, da sua intervenção no Parlamento Europeu, em Estrasburgo (França).

O CLBrief recorda que, no Parlamento Europeu, João Lourenço centrou a sua intervenção mais uma

vez, nos esforços do governo para tornar o país mais atractivo ao investimento estrangeiro, a luta contra os monopólios instalados, o nepotismo e a corrupção.

Segundo o CLBriçl,o principal objectivo da visita de João Lourenço a Pequim é concluir as conversações com as autoridades chinesas sobre o próximo programa de financiamento chinês, principalmente para projectos e o montante de crédito que a China pode fornecer.

A delegação angolana de alto nível, segundo o sítio, vai incluir o ministro de Estado para o Desenvolvimento Económico e Social, Manuel Nunes Júnior, o ministro das Finanças, Archer Mangueira, e o ministro dos Transportes, Ricardo de Abreu. A delegação deve incluir ainda o novo secretário do Presidente da República para os Assuntos Económicos, Alcino da Conceição.

O CLBrief considera a delegação de Angola, um dos principais parceiros da China em África, de alto nível. Angola é o parceiro mais importante da China entre os países africanos de expressão portuguesa' com o qual, desde 2002, fornece fundos para projectos de reconstrução e infra-estruturas públicas, recorda a fonte.

### 13.6 Huawei projecta aumento de investimento em Angola

*Jornal de Angola*

*14 De Agosto de 2018*

*Texto: João Dias*

O vice-presidente da multinacional chinesa de tecnologias Huawei, Ping Guo, manifestou ontem, em Luanda, a sua intenção de reforçar o investimento em Angola nos vários domínios das tecnologias de informação e fornecimento de soluções tecnológicas nas várias áreas da vida económica e social do país. A pretensão de Ping Guo foi manifestada durante uma audiência que lhe foi concedida pelo Presidente da República, João Lourenço. No encontro foram abordadas questões ligadas às soluções tecnológicas e ao interesse que a empresa chinesa tem em expandir o seu investimento no país, para lá do que tem feito actualmente.

Durante a audiência de perto de 40 minutos, a delegação da Huawei avançou com algumas propostas - que diz bem desenhadas - para o mercado angolano em termos de soluções tecnológicas, embora não tenha especificado. A Huawei refere que a intenção é estudar formas de "melhorar a Angola do futuro", fundamentalmente voltada para as tecnologias.

O director-geral da Huawei em Angola, que integrou a delegação, disse que nesta fase o essencial vai ser melhorar todos os recursos que Angola detém a nível das tecnologias e optimizá-los para um futuro melhor nos vários sectores da vida. "O mercado angolano tem grande margem para crescer. A nossa tarefa deve ser agora a de ver como vamos melhorar este processo", disse Ryan Li, que entende que, a cumprir estes passos, vai ser possível melhorar o mercado angolano no que a soluções diz respeito.

Ryan Li adiantou que a multinacional chinesa projecta para o futuro a construção, em Angola, de um centro de referência de pesquisa e desenvolvimento.

A Huawei é a fornecedora da rede de transmissão de Angola e detentora de aplicativos e soluções tecnológicas inovadoras para a saúde, educação e agricultura. "Temos de olhar para este conjunto de soluções e ver o que pode mos fazer juntos para irmos melhorando os serviços que prestamos aos cidadãos", sublinhou, por sua vez, o ministro angolano das Telecomunicações.

Interesse pelo país

José Carvalho da Rocha, que acompanhou o vice-presidente da Huawei à audiência com o Chefe de Estado angolano, assinalou que aquela empresa continua a manifestar o seu grande interesse em continuar a trabalhar no mercado nacional, onde tem apresentado as suas soluções. "O que vamos fazer agora é colocar as nossas equipas técnicas a trabalhar e a identificar o que devemos fazer, além do que já temos estado a fazer com a Huawei", disse. Relativamente à uma possível instalação de um centro de referência tecnológico para a montagem de smartphones ou computadores e equipamentos' José Carvalho da Rocha disse que nada ainda foi avançado e que todas as propostas e intenções apresentadas pela Huawei vão ser discutidas ainda esta semana. "Nesta reunião, vamos procurar identificar o que vamos fazer juntos", disse o ministro.

A Huawei Technologies, que tem mais de urna centena de filiais em todo o mundo, é uma empresa multinacional de equipamentos para redes e telecomunicações com sede na ddade de Shenzhen, localizada na província de Guangdong, na China. É fornecedora de equipamentos para redes e telecomunicações do mundo.



### 13.7 Angola e China negociam uma nova linha de crédito

*Jornal de Angola*

*15 De Agosto de 2018*

O Governo angolano está a negociar uma linha de crédito com o Banco Industrial e Comercial da China (ICBC) no valor de 11,7 mil milhões de dólares norte-americanos, para projectos de infra-estruturas, anunciou o site denúncias CLBrief (Breves sobre China e Lusofonia), retomado no website oficial sobre o Fórum de Cooperação China-África (FOFAC), que decorre de 3 a 4 de Setembro. O Governo angolano, de acordo com o sítio CLBrief, está ainda a negociar os termos para um empréstimo de 1,281.9 Milhões de dólares, para pagar até 85 por cento do valor do contrato para a concepção, construção e acabamento do novo aeroporto internacional que está a ser erguido em Luanda.

O aeroporto está a ser construído a 30 quilómetros da cidade de Luanda por várias empresas chinesas, sendo o principal empreiteiro o CIF (Fundo Internacional da China). Através do banco estatal chinês, que apoia a importação e exportação do país (Exim Bank), Angola negocia também um empréstimo de cerca de 690.2 milhões de dólares, para a construção da marginal da Corimba (Luanda, do sistema de transporte de energia eléctrica do Luachimo, no valor de 760.4 milhões de dólares, e para a construção de uma academia naval em Kalunga, Porto Aboim (Cuanza -Sul), no valor de 1,1 mil milhões de dólares é a fonte principal de "diversas cidades de novos créditos" que as autoridades já estão a negociar.

Entre 2003 e 2017, dados do Governo angolano indicam que a dívida à China (dívida bilateral e com bancos comerciais chineses) passou de 4,7 mil milhões a 21,5 mil milhões de dólares. As autoridades chinesas estão expectantes com a cimeira do FOFAC deste ano, que deve contar com a presença dos principais Chefes de Estado do continente africano.

O ministro angolano das Relações Exteriores, Manuel Augusto, confirmou a presença do Presidente da República, João Lourenço. A última Cimeira do Fórum de Cooperação China-África (FOFAC) aconteceu em 2015, em Joanesburgo (África do Sul), e culminou com a disponibilização de uma ajuda ao continente africano de cerca de 60 mil milhões de euros.

### 13.8 Zona Económica Especial

*Jornal O PAÍS*

*16 De Agosto de 2018*

*Texto: Júlio dos Anjos*

Quase 11 meses depois de ter chegado ao poder, o Presidente da República, João Lourenço, visitou ontem a conhecida Zona Económica Especial (ZEE), em Luanda, um conglomerado de infra-estruturas que deveriam dar lugar às indústrias ligeira e pesada no âmbito da diversificação da economia que se pretende no país.

À ZEE, até então sob a responsabilidade de uma subsidiária da Sonangol, é uma cópia de projectos semelhantes que existem na China, país de onde se foi buscar o modelo e replicado mais de acordo com os intentos dos construtores do que propriamente do que se pretendia investir no local. Alavancados no subterfúgio água, energia e infra-estruturas rodoviárias, que se supõe existir em toda a sua extensão, o referido projecto há muito que se transformou num elefante branco. Os empresários que se arrogaram, inicialmente, ao propósito de aí se instalarem muito cedo perceberam que, apesar de estarem perto de Luanda, a produção de determinados bens acaba por sair mais caro, se comparados com investimentos semelhantes que fossem transferidos para países fronteiriços ou mesmo noutros continentes.

O modelo chave na mão, em que o Executivo se julga o mais competente para criar condições para os investidores, é uma prática fracassada. Alguns países africanos, como a Etiópia, que também têm na China o principal parceiro, hoje preferem criar determinadas infra-estruturas e os investidores avançam com os projectos que julgarem imperiosos.

Num modelo de economia de mercado, há modelos que já não se ajustam. E, pior ainda, se se acrescer os preços elevados e a falta de isenção e os impostos.

### 13.9 Angola e China negociam nova linha de crédito de mais de 10 bilhões de dólares

*Jornal A República*  
17 De Agosto de 2018

Luanda - O Governo angolano está a negociar uma nova linha de crédito com o Banco Industrial e Comercial da China (ICBC) de 11.700 milhões de dólares (10.180 milhões de euros) para projectos de infra-estruturas, indicou hoje fonte oficial.

Segundo o Fórum de Cooperação China-África (FOFAC), que cita o sítio de notícias CLBrief (Breves sobre a China e a Lusofonia), Luanda está ainda a negociar os termos para um empréstimo de 1.282 milhões de dólares (1.115 milhões de euros) para pagar até 85% do valor do contrato para a concessão, construção e acabamento do novo aeroporto internacional da capital de Angola.

A ideia é que as negociações terminem antes da realização da próxima cimeira China-Africa, que decorrerá em Pequim em 03 e 04 de Setembro, e em que estará presente o chefe de Estado angolano, João Lourenço.

O aeroporto está a ser construído a 30 quilómetros de Luanda por várias empresas chinesas, sendo o principal empreiteiro o Fundo Internacional da China (CIF).

Através do banco estatal chinês, que apoia a importação e exportação do país (Exim Bank), Angola está também a negociar empréstimos de 690 milhões de dólares (600 milhões de euros) para a construção da marginal da Corimba (Luanda).

Em negociações estão também os empréstimos de 760.4 milhões de dólares (661 milhões de euros) para o sistema de transporte de energia eléctrica do Luachimo, e de 1,1 mil milhões de dólares (956 milhões de euros) para a construção de uma academia naval em Kalunga, Porto Amboim (Cuanza-Sul).

Segundo o CLBrief, a recente emissão de "eurobonds" no valor de 3.000 milhões de dólares (2.608 milhões de euros) pelo Estado angolano, indica que a China é a fonte principal de "diversas facilidades de novos créditos" que as autoridades já estão a negociar.

Entre 2003 e 2017, dados do Governo angolano indicam que a dívida à China (dívida bilateral e com bancos comerciais chineses) passou de 4,7 mil milhões a 21,5 mil milhões de dólares (de 4.100 milhões para 18.700 milhões de euros).

O CLBrief adiantou, por outro lado, que as autoridades chinesas estão expectantes com a cimeira do FOFAC, que deve contar com a presença dos principais chefes de Estado do continente africano, entre eles João Lourenço.

A última Cimeira do FOFAC decorreu em 2015, em Joanesburgo (África do Sul), e culminou com a disponibilização de uma ajuda ao continente africano de cerca de 60.000 milhões de euros.

Fonte: Lusa

### 13.10 China trata África "como um igual"

*Jornal O Perfil*  
17 De Agosto de 2018

As afirmações foram feitas após a assinatura de acordos bilaterais entre os dois países, durante a visita do Presidente chinês, Xi Jinping ao Ruanda, naquela que é a primeira visita oficial de um chefe de Estado chinês ao país. Jinping chegou ao Ruanda na noite de domingo, vindo do Senegal. Xi Jinping continua assim um périplo por vários países africanos, sendo que visitará ainda as ilhas Maurícias e a África do Sul onde participará na 10.ª Cimeira BRICS. A 10.ª Cimeira BRICS, que reúne um grupo de potências emergentes - Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul -, terá como tema a "Colaboração para o Crescimento Inclusivo e Prosperidade Partilhada na 4.ª Revolução Industrial" e decorrerá entre os dias 25 e 27 de Julho, em Joanesburgo. A presença económica da China em África tem crescido nos últimos anos, tendo o investimento chinês financiado a construção de várias infra-estruturas. Para além do ser o maior parceiro comercial do continente africano, a China pretende estreitar ligações militares. Em 2017, a China abriu a sua primeira base militar no continente, na costa do Djibuti, tendo dispensado cerca de 590 milhões de dólares (cerca de 503 milhões de euros) para a construção do projecto.

### 13.11 Crise na pesca vai a debate no Parlamento angolano com arrastões chineses na mira

*Jornal a República*  
17 De Agosto de 2018  
Texto: João Marcos

A UNITA vai levar a debate parlamentar, ainda este ano, o que considera ser evidência de crise na pesca em Angola, tendo como referência a prática chinesa face ao risco de falência de armadores nacionais.

O segundo maior partido mostra o seu desagrado numa altura em que a Associação Industrial Angolana (AIA) fala em tendências monopolistas e políticas irracionais.

"De uma previsão média de 200 toneladas por mês, as capturas nas companhias nacionais andam em 20 toneladas. A razão fundamental, segundo eles, é uma medida do Governo para se fazer captura por arrasto, até a preservação se altera, leva tudo. As comissões da Assembleia Nacional também serão concededoras desta matéria. É competência dos grupos parlamentares pedir a presença do ministro, esperando que quem dirige a AN não obstrua, tal como tem ocorrido", promete o líder da Bancada Parlamentar da UNITA, Adalberto Costa Júnior.

Um empresário chinês, Xu Xu, instalado na Caota (Benguela), reconhece que os armadores apostam forte na exportação.

"Temos os arrastões, mas também barcos para a pesca ao cerco. Também exportamos, a sardinha e outro peixe que apanhamos, como o carapau, a garoupa, revelou o empresário.

A crise de cambiais não deve servir de pretexto para exportações que, na visão do presidente da Associação Industrial de Angola, José Severino, resultam de práticas adversas à Constituição da República.

### 13.12 Delegação angolana de alto nível acompanha Presidente a Pequim

*Jornal De Angola*

*17 De Agosto de 2018*

Angola, um dos principais parceiros chineses de África, está a preparar uma delegação de alto nível para participar no Fórum de Cooperação China - África (Focac), uma cimeira que se realiza de 3 a 4 de Setembro, de acordo com informações divulgadas por uma publicação daquele país.

A "China - Lusophone Brief (CL-Brief) escreveu sexta-feira que a participação de Angola na Focac é parte de uma estratégia impecável do Governo para elevar a atracção de crédito e investimento estrangeiro.

A publicação cita fontes a afirmarem que a delegação que vai a Pequim é liderada pelo Presidente da República, João Lourenço, marcando o primeiro aniversário da sua eleição e depois de visitas realizadas à África do Sul, França, Bélgica e, mais recentemente, um discurso pronunciado no Parlamento Europeu, em Estrasburgo.

Nesse discurso, lembra a "CL- Brief", o Presidente voltou a focar os esforços do Governo para tornar o país mais atractivo para o investidor estrangeiro, pela via da eliminação dos monopólios, o combate ao nepotismo e à corrupção.

O principal objectivo da deslocação do Presidente a Pequim prende-se com a finalização de conversações com as autoridades chinesas para um novo programa de financiamento, incidindo sobre os projectos e montantes que o país asiático pode prover.

A delegação, declara a publicação, vai incluir os ministros de Estado do Desenvolvimento Económico e Social, Manuel Nunes Júnior, das Finanças, Archer Mangureira, e dos Transportes, Ricardo de Abreu.

A delegação também é integrada pelo novo secretário do Presidente da República para os Assuntos Económicos, Alcino da Conceição, de acordo com a publicação.

A "CL-Brief" considera Angola o mais importante parceiro chinês da África lusófona, desde que, em 2002, Pequim começou a desembolsar importantes fundos para a edificação de infra-estruturas e projectos públicos de reconstrução.

O prospecto apresentado pelo Estado angolano para a recente emissão de Eurobonds de três mil milhões de dólares indica que a China é a principal fonte "de várias novas facilidades de crédito" que as autoridades estão a negociar.

Capital fresco

Tal é o caso de uma linha de crédito estabelecida com o Banco Industrial e Comercial da China (ICBC, sigla em inglês), para financiar projectos de infra-estrutura avaliados em 11,7 mil milhões de dólares.

Sob essa linha de crédito, o Governo angolano está a negociar um empréstimo de 1.281,9 milhões de dólares para pagar 85 por cento do contrato para os projectos de arquitectura e construção do novo aeroporto internacional de Luanda.

O aeroporto está a ser construído a 30 quilómetros de Luanda, por várias empresas chinesas, sendo a China International Fund (CIF) a principal contratada.

Por intermédio do banco estatal chinês que apoia as importações e exportações daquele país, o Eximbank, Angola também está a negociar um empréstimo para a construção da Marginal da Corimba, em Luanda, por 690,2 milhões de dólares, para o transporte de energia da barragem de Luachimo, por 760,4 milhões,

e a edificação de uma academia em Porto Amboim, por 1,1 mil milhões.

A publicação cita dados do Governo a declararem que, entre 2013 e 2017, o valor da dívida angolana para com a China - bilateral e com bancos comerciais - ascendia a 4,7 mil milhões de dólares, equivalentes a mais de 60 por cento do total da dívida externa.

As autoridades chinesas reúnem elevadas expectativas em relação à Focac 2018, onde se espera a participação de numerosos Chefes de Estado do continente africano, escreve a "CL- Brief".

À margem da 10ª Cimeira do Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (BRICS), em Julho, em Joanesburgo, o ministro chinês das Relações Exteriores, Wang Yi, afirmou que a Focac 2018 marca o surgimento de um novo estágio da parceria estratégica sino - africana.

Também revelou que a maior parte dos líderes continentais já havia confirmado a sua participação no encontro. A cimeira anterior foi realizada em 2015, em Joanesburgo, e terminou com o anúncio de um pacote de ajuda chinesa ao continente de mais de 60 mil milhões de euros.

### 13.13 Mais bilhões para Angola na pele de JLo

*Jornal Visão*

*17 De Agosto de 2018*

*Texto: Pedro André*

O Governo angolano está a negociar uma linha de crédito com o Banco Industrial e Comercial da China (ICBC) no valor de 11,7 mil milhões de dólares norte-americanos (11,7 bilhões de dólares), para projectos de infra-estruturas.

A informação foi anunciada pelo site de notícias CLBrief (Breves sobre China e Lusofonia), retomado no website oficial sobre o Fórum de Cooperação China-África (FOFAC), que decorre de 3 a 4 de Setembro próximo. O Governo angolano, de acordo com o CLBrief, está a negociar os termos para um empréstimo de 1,281.9 milhões de dólares, para pagar até 85 por cento do valor do contrato para a concepção, construção e acabamento do novo aeroporto internacional de Luanda. O aeroporto está a ser construído a 30 quilómetros da cidade de Luanda por várias empresas chinesas, sendo o principal empreiteiro o CIF (Fundo Internacional da China). Através do banco estatal chinês, que apoia a importação e exportação do país (Exim Bank), Angola negocia também um empréstimo de cerca de

690.2 milhões de dólares, para a construção da marginal da Corimba (Luanda), do sistema de transporte de energia eléctrica do Luachimo, no valor de 760.4 milhões de dólares, e para a construção de uma academia naval em Kalunga, porto Amboim (Kuanza-Sul), no valor de 1,1 mil milhões de dólares.

Várias linhas de crédito para Angola

A Linha de Crédito da China (LCC) a Angola vai financiar 155 projectos com 5,2 mil milhões de dólares, a executar por empresas chinesas, estimando o Governo a criação de quase 365.000 empregos.

A informação consta do plano operacional da LCC, elaborado pelo Governo com as obras a realizar pelas empresas chinesas ao abrigo deste financiamento, fechado durante a visita de Estado de José Eduardo dos Santos à China, documento ao qual o Visão teve acesso.

O sector da energia e águas lidera, em termos dos montantes a investir, entre nove sectores, com 2.174.238.412 dólares alocados para 34 projectos. Neste sector, só o projecto para reabilitação e reforço do sistema de abastecimento de água na província de Cabinda, a desenvolver em 18 meses, vai custar 209 milhões de dólares e gerar, na perspectiva do Governo, 42.421 empregos. O sector da construção contará com 33 projectos, mobilizando 1.644.282.124 dólares (1,5 mil milhões de euros).

O sector da educação é o que concentra o maior número de projectos, num total de 55, sobretudo a construção de escolas, num investimento global de 373.348.412 dólares (342 milhões de euros). A província de Luanda vai mobilizar cerca de um quinto do total do investimento, com 1.026 milhões de dólares (941 milhões de euros) em 18 projectos, seguida do Huambo, com 776 milhões de dólares (712 milhões de euros) e 12 projectos.

### 13.14 Ministro defende recuperação de políticas de gestão da ZEE

*Jornal Expansão*

*17 De Agosto de 2018*

*A.L*

O Ministro da Economia e Planeamento defendeu, esta semana, a retoma das políticas de gestão da Zona Económica Especial Luanda/Bengo (ZEELB) para a redução das importações, diversificação das exportações e o reequilíbrio da balança comercial do País.



De acordo com o ministro da Economia e Planeamento, Pedro Luís da Fonseca, que falava no acto de apresentação da ZEELB ao Presidente da República, João Lourenço, a estabilidade macroeconómica é uma pré-condição essencial para o crescimento económico, pelo seu reflexo nas decisões de financiamento e de investimento das empresas.

Esta estratégia, segundo o ministro, permitirá potenciar as vantagens competitivas de Angola, levando a produção nacional a conquistar progressivamente novos mercados, promovendo a substituição das importações e contribuindo para a diversificação da estrutura da economia e das exportações.

Para a efectivação da retoma da estratégia, o responsável do Ministério Economia e Planeamento avançou que está em curso um estudo que vai permitir, no futuro, reverter o quadro actual, quer em matéria de isenção fiscal, quer no modelo de governação.

O Presidente da República começou a sua visita na Vedatela, empresa ligada à produção de vedações em arame galvanizado, seguindo para o Ninho Flex, fábrica de colchões de espuma e almofadas, empresa que conta com 51 trabalhadores.

A Zona Económica Especial tem um total de 163 unidades, das quais 79 estão em fase de implementação nos mais diversos sectores de actividade, como bebidas, alimentação, materiais eléctricos, montagem de automóveis, mobiliário, materiais hospitalares, higiene e limpeza, entre outras.

De acordo com o presidente da administração da ZEE, Abreu de Lemos, actualmente existem reservas industriais como do Sequele, com duas unidades dedicadas à produção de clínquer e exportação de calcário, a reserva industrial do Vala, Catete, que conta com 10 unidades voltadas para a produção cerâmica e agro-pecuária.

### 13.15 China recebe novo grupo de bolsseiros

*Jornal de Angola*

*18 De Agosto de 2018*

A China vai continuar a oferecer bolsas de estudo a Angola, para a formação superior, garantiu, ontem, em Luanda, o chefe da Secção Política da Embaixada chinesa no país, Chen Zinyang, quando falava ao Jornal de Angola na cerimónia de despedida de 16 bolsseiros.

Os novos bolsseiros viajam para a China no final deste mês e início de Setembro, assegurou Chen Zinyang, que disse ter o Governo chinês já concedido mais de 300 bolsas de estudo a jovens angolanos, alguns dos quais já terminaram a formação e trabalham em várias áreas em Angola e outros ainda continuam os estudos.

As bolsas de estudo oferecidas pela China cobrem todas as despesas inerentes à formação, incluindo o seguro de saúde, alojamento, alimentação e bilhetes de passagem, informou o diplomata.

Chen Zinyang afirmou que a presença de jovens angolanos na China permite maior interacção cultural entre os povos chinês e angolano.

No encontro com os 16 novos bolsseiros, Chen Zinyang deu uma explicação sobre a geografia, política, economia e cultura da China.

Chen Zinyang lembrou aos jovens as fortes relações diplomáticas e económicas existentes entre a China e Angola, iniciadas em 1983 e fortificadas com um acordo de cooperação estratégica, assinado em 2010. O diplomata chinês sublinhou que, em África, Angola é o segundo maior parceiro da China e o país asiático é o maior parceiro comercial de Angola.

O chefe da Secção Política da Embaixada da China pediu aos jovens para se dedicarem mais ao curso para o qual se candidataram a fim de obterem melhores resultados.

A Embaixada da China em Angola convidou Paulo Taty, um jovem que obteve recentemente na China o mestrado em Direito e Relações Internacionais, para falar da experiência académica adquirida no país asiático. Paulo Taty incentivou os bolsseiros a empenharem-se mais nos estudos porque, segundo ele, as universidades chinesas são muito exigentes e, por esta razão, a dedicação é um factor determinante para se concluir a formação no prazo estabelecido.

O mestre em Direito e Relações Internacionais apelou aos bolsseiros para respeitarem as leis e cultura chinesa para que a imagem de Angola esteja bem representada nas universidades onde vão estudar.

Paulo Taty sublinhou que adaptação ao clima e à alimentação é o primeiro desafio que os estudantes vão encarar e disse esperar que isso não atrapalhe a formação. O estudo da língua, disse, é de facto difícil, mas que não é impossível de aprender.

### 13.16 Governo chinês oferece bolsas a estudantes angolanos

*Jornal O PAÍS*

*18 De Agosto de 2018*

*Texto: Milton Manaça*

Governo chinês ofereceu 16 bolsas e estudo para licenciatura a jovens angolanos que se irão formar em diversas áreas de ensino e em distintas universidades do país asiático num período de que vai de cinco a sete anos.

A cerimónia oficial de despedida aconteceu ontem, em Luanda, presidida pelo chefe de Secção Política da Embaixada da China em Angola, Chen Ziyang, e serviu para dar a conhecer aos beneficiários aspectos gerais da bolsa e as cidades em que serão acomodados.

Os jovens, com idades compreendidas entre os 17 e os 24 anos de idade, vão frequentar na China os cursos de Medicina Clínica, Medicina Chinesa, Pediatria, Engenharia Civil, Engenharia Química, Engenharia Electromecânica, Electrotecnicia, Informática e Finanças.

A bolsa será totalmente paga pelo Governo chinês e inclui a propina nas universidades, custos de alojamento, seguro de saúde e uma ajuda de custo de vida mensal de cerca de USD 400, conforme garantiu o chefe de Secção Política da Embaixada deste país.

"A bolsa é integral e acreditamos que o que estamos a oferecer é o suficiente para terem as condições necessárias para a formação", disse Chen Ziyang, que destacou o desempenho dos anteriores beneficiários, alguns dos quais estiverem entre os melhores nas respectivas universidades.

Segundo este responsável, no âmbito do acordo de intercâmbio educacional entre os dois países, o Governo chinês já ofereceu mais 300 bolsas de estudo, para além dos que foram cedidos unilateralmente pelas universidades.

Chen Ziyang disse que a China nunca suspendeu as bolsas e vai continuar a fornecer não apenas as de licenciatura, como também as de pós-graduação, mestrados e para doutoramentos.

Estudante prometem dar o máximo

Helga de Sousa, agraciada com a bolsa de Engenharia de construção civil, disse que estar na China para esta formação é a concretização de um sonho, realçando que neste país encontram-se das melhores instituições para a área em que pretende formar-se.

A jovem, de 19 anos de idade, acrescentou que se sente privilegiada por fazer parte dos 16 estudantes seleccionados e espera regressar para ajudar na construção de infra-estruturas e desenvolver o país.

Para Manuel Domingos, de 22 anos, estar neste leque restrito de estudantes seleccionados representa uma grande responsabilidade e pretende corresponder da melhor forma aplicando-se nas aulas.

Manuel ganhou a bolsa de electrotecnicia e espera voltar ao país para dar o seu contributo no desenvolvimento deste sector. Disse que idealizou ir para a Europa, todavia, tendo em conta os níveis de desenvolvimento alcançados pela China, não tem dúvida de que sairá bem formado.

A partida para a China está marcada para dois momentos, tendo em conta que o primeiro grupo tem a ida prevista para o fim do presente mês e o segundo grupo rumo apenas no princípio do próximo mês.

### 13.17 Angola e China preparam bases da indústria militar

*Jornal de Angola*

*23 De Agosto de 2018*

*Texto: Garrido Frago*

Delegações da Defesa de Angola e da China preparam desde ontem, em Luanda, o lançamento das bases para a indústria militar, reequipamento e requalificação das infra-estruturas das Forças Armadas Angolanas (FAA). Da 5ª reunião do comité conjunto de cooperação da ciência, tecnologia e indústria de defesa Angola - China, que decorre até amanhã, na sede do Ministério da Defesa Nacional, as partes esperam que do encontro sejam também materializados projectos direccionados à formação e preparação de quadros do sector.

Os novos programas de reequipamento, bem como os que ainda não iniciaram estarão sob dependência da conclusão do programa de reorganização das Forças Armadas Angolanas, afirmou o secretário de Estado para os Recursos Materiais e Infra-estruturas das FAA, tenente-general Afonso Neto, na abertura da reunião, em que a parte chinesa está representada pelo vice-chefe da administração estatal de Ciência, Tecnologia e Indústria de Defesa Nacional do país asiático.

Afonso Neto solicitou, no quadro da cooperação e visão estratégica de longo prazo com a China, mais financiamentos destinados a projectos e programas do sector da Defesa. Lembrou que o Executivo

continua empenhado no processo de reorganização e modernização dos órgãos de Defesa e das Forças Armadas, salientando que o "diálogo franco, baseado no respeito mútuo", constituem os "ingredientes inquestionáveis" para a busca das melhores opções para o sucesso dos programas e projectos no âmbito da cooperação bilateral.

À delegação chinesa, Afonso Neto falou do período de transição política em curso no país, e das políticas do Executivo para a criação de um ambiente favorável para o desenvolvimento económico e social sustentado do país. "Joint-venture" O vice-chefe da Administração Estatal de Ciências, Tecnologia e Indústria de Defesa Nacional da China anunciou a intenção de nesta reunião as duas partes assinarem um documento consensual sobre a criação de uma "joint-venture" na área da indústria militar.

"Queremos ouvir sugestões da parte angolana, sobre o caminho estratégico de desenvolvimento na área da indústria militar", referiu Xu Zhanbin. Lembrou que os dois países cooperam há muitos anos, e desde Janeiro de 1983 iniciaram o aprofundamento da cooperação no domínio político, económico e da defesa.

### 13.18 China aberta a negociar novo pacote de crédito para assegurar a construção de infra-estruturas

*Jornal Expansão*

*24 De Agosto de 2018*

*Texto: Martins Chambassuco*

O embaixador da China em Angola, Cui Aimin, disse esta semana que o gigante asiático está aberto a negociar um novo financiamento com as autoridades angolanas, se for essa a vontade do Governo. O diplomata que falava durante a conferência de imprensa para a apresentação da Cimeira de Pequim, no âmbito do Fórum de Cooperação China-África (FOFAC), que se realizará nos dias 3 e 4 de Setembro próximo na China, e que contará com a presença do Presidente João Lourenço, disse que, apesar da abertura chinesa, é necessário "fazer melhorias" e "ajustamentos" no montante a disponibilizar, em função das negociações ainda em curso entre os dois governos.

Sem avançar o montante da nova linha de crédito da China para Angola, Cui Aimin lembrou que a disponibilidade para conceder mais um empréstimo resulta de o facto de a China nunca ter colocado "condição política" na cooperação entre os dois países, "como faz o ocidente". Questionado sobre o

valor actual da dívida bilateral e comercial de Angola à China, Cui Aimin disse, mesmo sem revelar o valor total, que a dívida angolana para com o seu país "é controlável, sustentável e não é muito má".

O diplomata reconheceu que endividamento é uma situação que deve ser encarada com normalidade pelos países em desenvolvimento, porque estes "estados necessitam de sustentar" os seus projectos. Cui Aimin explica que "para o devedor, é necessário tomar decisões conforme as próprias necessidades e capacidades, enquanto para o credor, é também necessário levar em consideração a sua capacidade de financiamento." Os dados oficiais indicam que a dívida, governo a governo ou seja, bilateral e a comercial (financiamentos obtidos através de bancos), de Angola à China, em finais de 2017, rondava os 21,5 mil milhões USD. Ainda sem consenso em alguns domínios O embaixador chinês, fazendo referência à cooperação bilateral, revelou que os dois estados estão a negociar, embora ainda não exista consenso, alguns acordos, nomeadamente no domínio da protecção de investimentos, o fim da dupla tributação e a troca de moeda.

A China em termos de infra-estruturas construiu, em Angola, 2.800 quilómetros de linha férrea, 20 mil quilómetros de estradas, 100 escolas, 50 hospitais e 100 mil casas, revelou a embaixada chinesa em Angola. O gigante asiático pretende alargar as áreas de cooperação nos sectores da indústria, agricultura e saúde.

### 13.19 China acolhe Cimeira do Fórum de Cooperação China-África em Setembro

*Jornal O PAÍS*

*24 De Agosto de 2018*

*Texto: Neusa Filipe*

O evento foi anunciado ontem, em Luanda, em conferência de imprensa, pelo embaixador da China em Angola, Cui Aimin, tendo considerado Angola um elemento fundamental na referida Cimeira. Cui Aimin disse ser uma boa ocasião para se conhecer melhor as novas políticas de actuação deste gigante asiático na cooperação com África.

A Cimeira, segundo Cui Aimin, "entoará uma nova melodia na cooperação e nas relações de amizade Chino-África".

O certame vai reunir os líderes e os representantes empresariais e comerciais da China e da África, com a realização de uma mesa redonda, na qual os participantes trocarão impressões sobre as relações

entre a África e a China e ainda discutir questões regionais e internacionais.

O embaixador sublinhou que a realização desta Cimeira vai promover maior unidade e cooperação na manutenção de desenvolvimento integral, unirá, igualmente, forças com a comunidade internacional para promoção da paz e do desenvolvimento, definindo as áreas prioritárias para o investimento.

"Vamos activar os mecanismos para acelerar o processo de industrialização e modernização em África", avançou Cui Aimin.

Dívida de Angola com a China Relativamente à dívida de Angola com a China, o embaixador, apesar de não ter avançado o seu valor, garantiu que a mesma é controlável e ronda nos eixos normais.

O diplomata considerou normal que os países em vias de desenvolvimento, como é o caso de Angola, se endividem com a busca de financiamentos para alavancarem os seus projectos.

Salientou que o programa de financiamento da China para a África tem respeitado as políticas de negociação que correspondam com as necessidades reais das partes envolvidas garantindo sempre o benefício mútuo.

#### Investimentos

O embaixador afirmou que os investimentos chineses em Angola têm crescido bastante, dando novas energias ao desenvolvimento e o futuro do país.

Informou que, nos último anos, a China disponibilizou maior investimento na área de infra-estruturas, construído em Angola 100 escolas, 50 hospitais, 100 mil casas e mais de 20 mil quilómetros de estradas.

O responsável garantiu que o seu país vai continuar a cooperar com as autoridades angolanas, com apostas em novos projectos, nomeadamente nas área da indústria, agricultura e ambiente.

### 13.20 Cimeira China-África distingue Presidente

*Jornal de Angola*

*24 De Agosto de 2018*

*Texto: Santos Vilola*

O Chefe de Estado, João Lourenço, vai ser distinguido, em Péquim (China), com símbolos chineses (um cinturão e uma roda) pelo seu envolvimento na promoção do desenvolvimento

comum com base na igualdade e benefício mútuo entre os dois países.

A distinção, que acontece durante a Cimeira do Fórum China - África (Fofac) marcado para os dias 3 e 4 de Setembro, em Pequim, é igualmente pelo reforço da cooperação sino-angolana, de acordo com o embaixador daquele país acreditado em Angola, Cui Aimin.

O diplomata, que falava na conferência de imprensa para apresentar os desafios da Cimeira do Fofac, confirmou que o Presidente da República foi formalmente convidado pelo seu homólogo chinês, Xi Jinping, para o encontro de Pequim.

"A parte chinesa atribui elevada importância à participação de Angola no Fofac. Através desta participação, Angola vai conhecer melhor as novas políticas, conceitos e medidas que a China tem para a cooperação com África", disse.

De acordo com o diplomata, Angola pode aproveitar esta cimeira para procurar parceiros que podem ajudar nos esforços de desenvolvimento económico e social integral.

O diplomata confirmou que Angola e a China estão a negociar alguns acordos financeiros, mas não garante que sejam concluídos ainda durante a visita de João Lourenço a Pequim, à margem do fórum comercial China - África. Segundo Cui Aimin, tudo depende das negociações bilaterais.

"Este assunto depende de vários factores e precisa da vontade da parte angolana e da capacidade da China em conceder créditos. Vamos levar em consideração as políticas do Governo angolano e também quais os projectos que Angola quer fazer", acrescentou o diplomata.

Um financiamento chinês de projectos em Angola, segundo o diplomata, teria de levar em conta a situação e a capacidade económica daquele país asiático. "Posso dizer que a cooperação em matéria de financiamento vai continuar", disse. O diplomata defendeu ser necessário fazer um ajustamento na cooperação financeira entre os dois países em relação à quantidade de financiamentos a serem feitos.

O embaixador chinês indicou que os dois países negociam há muito tempo acordos nos domínios da protecção de investimentos, contra a dupla tributação e sobre a conversão monetária. "Ainda não chegamos a acordo sobre estes instrumentos jurídicos de cooperação. Acho que a assinatura destes acordos vai propiciar um bom ambiente nas relações entre os dois países, atraindo investidores chineses a Angola", disse.



De acordo com o diplomata, a cooperação entre a China e Angola está agora numa fase de qualidade e de transformação dos investimentos. "Vamos aperfeiçoar a nossa estrutura de investimento e de financiamento", disse, garantindo que a parte chinesa vai continuar a investir e a financiar infra-estruturas em Angola.

Cui Aimin lamentou que o ritmo acelerado da cooperação não se reflecta na cooperação cultural. O diplomata anunciou, por isso, que o Governo chinês vai aumentar as vagas para a formação de quadros angolanos na China e a atribuição de bolsas de estudo.

As relações diplomáticas entre Angola e a China foram estabelecidas em 1983. Aquele país asiático tem muitas empresas a participar em Angola nos esforços de reconstrução nacional. Os chineses construíram mais de 2.800 quilómetros de linha férrea, 20 mil quilómetros de estrada, mais de 100 escolas, 50 hospitais e 100 mil casas.

A última Cimeira do Fofac aconteceu em 2015, em Joanesburgo (África do Sul). A Cimeira de Setembro deve adoptar a Declaração de Pequim e o Plano de Acção como documentos orientadores.

### 13.21 Cooperação China considera dívida de Angola controlada

*Novo Jornal*

*24 De Agosto de 2018*

*Texto: Adjali Paulo*

O embaixador da China no país afirmou que a dívida de Angola com o gigante asiático é "estável". Cui Aimin, que falava na conferência de imprensa de apresentação da Cimeira China-África, garantiu que a questão da dívida é um assunto bilateral. "A situação da dívida de Angola é controlada, sustentável e não é muito má", disse Cui Aimin, que não avançou o valor actual da dívida angolana para com o seu país.

O responsável justificou o endividamento com a necessidade de desenvolvimento do país, que permitiria uma maior reestruturação da dívida. "A implementação da estratégia de diversificação económica e a cooperação com o estrangeiro vai resultar também numa melhor ia da estrutura da dívida, podendo, assim, o país evitar os riscos da dívida e dar mais rigor para o desenvolvimento económico", avançou.

Para o embaixador, a possibilidade de novos acordos de financiamentos na Cimeira China-África, que decorrerá nos dias 2 e 3 de Setembro naquele país

asiático, não está excluída. Nesta altura angolanos, e chineses trabalham para a sua concretização. "As duas partes já estão a negociar alguns acordos neste momento, mas não sei se no final podemos atingir um consenso entre as partes e realizar assinaturas", explicou diplomata chinês. Cui Aimin destacou que os dois países têm vindo a negociar alguns acordos bilaterais que poderão reforçar a parceira já existente.

### 13.22 China desdramatiza receios sobre empréstimos a Angola

*Jornal de Angola*

*26 DE Agosto de 2018*

*Texto: Santos Vilola*

O embaixador da China acreditado em Angola, Cui Aimin, desdramatizou informações sobre um alegado excesso do no limite do endividamento público do Governo angolano no recurso a créditos àquele país asiático que apoia em Angola projectos de reconstrução nacional.

Sem revelar números, o diplomata chinês afirmou que a dívida de Angola com a segunda maior potência económica do Mundo é sustentável. Em conferência de imprensa, o diplomata afastou qualquer cenário de crise na dívida de Angola àquele país. "Para haver uma crise da dívida seria preciso avaliar vários factores, como a situação macroeconómica do país, as políticas económicas do Governo e a dívida do Estado. A dívida de Angola à China é saudável e estável", disse.

O esclarecimento à imprensa sobre os valores a da dívida angolana com aquele país, Cui Aimin admitiu que não domina os detalhes da especialidade dos IhtúReros da dívida e remeteu as questões ao encarregado comercial da Embaixada, Li Yong, presente na contedência de imprensa, que sugeriu o recurso ao website e do Ministério das Finanças para quem quisesse saber dos valores exactos do endividamento de Angola com aquele país asiático.

O diplomata chinês esclareceu que, nas negociações sobre empréstimos financeiros, o seu país não negocia de forma "leonina", ou seja, não se apropria da maior parte do negócio. Cui Aimin disse que a China respeita valores e princípios milenares de solidariedade que sustentam a civilização chinesa. O embaixador rejeitou que aquele país imponha as regras do jogo na disponibilização de linhas de crédito para financiar projectos de reconstrução nacional em Angola. "Qualquer país do Mundo, no processo de desenvolvimento' precisa de investimento e de financiamento e endivida-se.

Seguimos sempre a vontade própria da parte angolana nas negociações sobre financiamento, porque tivemos no passado uma experiência semelhante com o Ocidente", disse. O diplomata esclareceu que, além da dívida entre governos dos dois países, através de linhas de crédito, existe uma dívida entre o Governo angolano e instituições privadas daquele país. Ainda assim, segundo o diplomata, a dívida de Angola com aquele país é "controlável e sustentável".

De acordo com o diplomata, a cooperação entre a China e Angola está agora numa fase de qualidade e de transformação dos investimentos, "Vamos aperfeiçoar a nossa estrutura de investimento e de financiamento", disse, garantindo que a parte chinesa vai continuar a investir e a financiar infra-estruturas em Angola. Cui Aimin lamentou que o ritmo acelerado da cooperação não se reflecta na cooperação cultural. O diplomata anunciou, por isso, que o Governo chinês vai aumentar as vagas para a formação de quadros angolanos na China e a atribuição de bolsas de estudo. As relações diplomáticas entre Angola e a China foram estabelecidas em 1983. Aquele país asiático tem muitas empresas a participar em Angola nos esforços de reconstrução nacional.

Os chineses construíram mais de 2.800 quilómetros de linha férrea, 20 mil quilómetros de estrada, mais de 100 escolas, 50 hospitais e 100 mil casas. A última Cimeira do Fofac aconteceu em 2015, em Joanesburgo (África do Sul). Na Cimeira de Setembro próximo, o Presidente Xi Jinping deve anunciar os dez grandes planos para os próximos três anos de cooperação com o continente africano. A cimeira deve adoptar a Declaração de Pequim e o Plano de Acção como documentos orientadores para a cooperação com o continente africano.

### 13.23 Estudante angolano vence prémio na China

*Jornal O País*

*26 De Agosto de 2018*

O angolano, que chegou à China em 2013 e levou três anos para se sentir confortável naquele país, venceu o concurso de Melhor Escritor Estrangeiro na China, atribuído pela Elevar uma empresa que procura ajuda aos estudantes internacionais país -, com o livro "the Foígnier - Adapting to a New Enlronment", segundo informa ies que constam do site PLATAFORMA.

A obra reúne entrevistas a 42 pessoas de 26 países que falam sobre os desafios em termos de captação psicológica, social e académica na China. O objectivo, segundo o autor, é ajudar litros estudantes internacional experiência me tivesse dado dicas, imagino que a minha estadia na China teria sido mais leve", afirma.

Ainda assim, o autor rejeita generalizações sobre racismo e choque cultural, defendendo que "a maioria dos problemas advém de dificuldades de comunicação ou de um complexo de inferioridade". A obra "The Foreigner" aconselha os estrangeiros não apenas a aprenderem mandarim, mas sobretudo Hortênsio Cassemene a manter a mente aberta para saberem mais sobre a cultura, a história e o modo de vida do povo chinês. "As pessoas às vezes assustam-se quando vêem um negro, não querem sentar-se ao teu lado no autocarro. Uma pessoa acaba tendo dias frustrantes e pensando que os chineses.

Desconhecimento mútuo Hortênsio Cassemene lamenta que haja ainda um enorme desconhecimento mútuo entre a China e África. "Muitos chineses fazem perguntas que às vezes parecem de uma criança. Não sabem que África é um continente e não um país. Perguntam se comemos bichos ou insectos, se vivemos em árvores, no meio da floresta", sublinha. O jovem lamenta que, apesar da presença significativa de chineses em Angola, a imagem do povo para os angolanos também não vai muito além dos estereótipos.

"Temos essa percepção da China do kung fu", diz o escritor, "e não acreditam quando lhes digo que nem todos os chineses sabem lutar como o Jackie chan (famoso actor de artes marciais de Hong Kong)". Após terminar o curso de Engenharia de Segurança da Informação na Universidade de Telecomunicações e Correios de Chongqing, Hortênsio Cassemene voltou a Angola no mês passado. Uma das primeiras tarefas que tem em mãos é traduzir o livro "Ihe Foreigner (escrito em inglês) para português. "Não só para aqueles que pretendem ir para a China, mas também para as pessoas que estão aqui em Angola e curiosas por saber como é o estilo de vida na China", explica.

Um relatório divulgado em Junho passado pelo Centre for China and Globalisation revela que já há cerca de um milhão de imigrantes e estudantes vindos do exterior a viverem na China. "Só agora os chineses começaram a perceber a utilidade deste livro, porque no princípio achavam que era um livro só para estrangeiros", diz Hortênsio. "Há cada vez mais

chineses com vontade de perceber o que é que os estrangeiros pensam da China."

Um relatório divulgado em Junho passado pelo Centre for China and Globalisation revela que já há cerca de um milhão de imigrantes e estudantes vindos do exterior a viverem na China. "Só agora os chineses começaram a perceber a utilidade deste livro, porque no princípio achavam que era um livro só para estrangeiros", diz Hortênsio. "Há cada vez mais chineses com vontade de perceber o que é que os estrangeiros pensam da China."

### 13.24 Embaixador admite associação criminosa

*Jornal de Angola*

*27 De Agosto de 2018*

*Texto: Santos Vilola*

O embaixador da República Popular da China, Cui Airnin, admitiu o envolvimento de cidadãos daquele país na prática de actos que configuram vários tipos de crime. O diplomata Cui Airnin, que falava à imprensa, indicou que os dois governos vão trabalhar em conjunto para combater o crime organizado que envolve cidadãos dos dois países.

O diplomata lembrou que, desde 2015, os dois países organizam vários cursos policiais nas áreas de equipamento e treino para combater a criminalidade. Nos últimos meses, cidadãos chineses têm sido associados à exploração ilegal de madeira e à caça furtiva de espécies animais raras no interior do país.

De acordo com o diplomata chinês, o Governo chinês defende a punição destes indivíduos, mediante a aplicação de leis angolanas mais severas. "Os cidadãos estrangeiros devem respeitar as leis do Estado onde vivem. Infelizmente, embora sejam poucos' existem chineses que não respeitam as leis do país onde estão", disse.

Em relação à imigração, o diplomata garantiu que a maioria dos chineses está legalmente em Angola. São poucos os chineses em situação migratória irregular, segundo o embaixador. Cui Airnin esclareceu que o facto de muitas vezes os chineses se deslocarem para outras localidades diferentes daquela que consta do visto de entrada os coloca em situação de ilegalidade à luz das leis migratórias angolanas. O diplomata considerou uma situação comum a existência de estrangeiros ilegais em qualquer país. Cui Airnin alerta que é preciso distinguir a situação de cada estrangeiro, porque muitas vezes as falhas acontecem no procedimento de requisição de vistos ou

negligência, e não por intenção deliberada de estar à margem da lei.

O diplomata esclareceu que a maioria dos imigrantes chineses em Angola está numa situação diferente daqueles que tentam entrar na Europa pelo Mediterrâneo. "Os chineses estão aqui para participarem no desenvolvimento de Angola", disse. O diplomata indicou que o número de chineses a viver em Angola diminuiu consideravelmente devido à crise económica e financeira.

As relações diplomáticas entre Angola e a China foram estabelecidas em 1983. Aquele país asiático tem muitas empresas a participar em Angola nos esforços de reconstrução nacional. Os chineses construíram, no processo de reconstrução nacional, mais de 2.800 quilómetros de linhas férreas, 20 mil quilómetros de estradas, mais de 100 escolas, 50 hospitais e 100 mil casas.

### 13.25 China é o maior parceiro comercial de África pelo nono ano consecutivo

*Jornal O PAÍS*

*30 De Junho de 2018*

China foi, no primeiro semestre de 2018, o maior parceiro comercial de África, pelo nono ano consecutivo, em resultado dos vários acordos de cooperação assinados entre Pequim e o continente, revelam dados divulgados esta Quarta-feira.

Entre Janeiro e Junho de 2018, o comércio bilateral aumentou 16%, em termos homólogos, para 98.800 milhões de dólares, afirmou o vice-ministro chinês do Comércio, Qian Keming, em conferência de imprensa.

Em 2015, Pequim assinou dez acordos de cooperação com o continente, nas áreas económica e comercial, durante o Fórum de Cooperação China África (FOFAC), realizado em Joanesburgo. Qian afirmou que os acordos foram todos implementados e alguns "produziram resultados muito bons".

Desde 2015, a média anual do investimento directo da China no continente fixou-se em 3 mil milhões de dólares, com destaque para novos sectores como as manufactura, finanças, turismo e aviação. Os dados divulgados esta Quarta-feira estimam que a cooperação com Pequim traga ao continente 30 mil

quilómetros de auto-estradas, uma capacidade anual portuária de 85 milhões de toneladas e uma

capacidade de produção eléctrica de 20 mil megawatts.

A próxima edição da FOFAC realiza-se em Pequim, entre 3 e 4 de Setembro, e contará com a participação de dezenas de líderes africanos, incluindo os presidentes de Angola e Moçambique, João Lourenço e Filipe Nyusi, respectivamente. O secretário-geral das Nações Unidas, António Guterres, também participará. Críticos apontam que a maior parte do financiamento chinês em África parece servir o crédito à exportação e outros critérios que visam promover os objectivos chineses. "A maior fatia do financiamento não visa permitir um crescimento económico significativo para os países receptores", aponta a unidade de investigação China AidData, sediada nos Estados Unidos, que nota ainda que o financiamento chinês vai para países que votam alinhados com Pequim nas Nações Unidas. A China AidData diz que "isso não parece bem", mas que uma análise aos EUA e outros países ocidentais demonstra a mesma tendência.

Segundo estimativas ocidentais, vivem em África um milhão de chineses, um quarto dos quais em Angola.

### 13.26 Manuel Augusto a caminho da China

*Jornal de Angola*  
30 De Agosto de 2018

O ministro das Relações Exteriores, Manuel Augusto, deixa hoje Luanda com destino a Pequim, onde vai integrar a delegação do Presidente da República, João Lourenço, ao III Fórum de Cooperação Económica China-África, que se realiza nos dias 3 e 4 de Setembro.

De acordo com uma nota do Ministério das Relações Exteriores, o Presidente da República, João Lourenço, tem agendado para o dia 2 de Setembro, em Pequim, um encontro com o homólogo Xi Jinping. Segunda-feira, dia 3 de Setembro, Manuel Augusto vai participar na cerimónia de abertura do Diálogo de Alto Nível entre líderes chineses e africanos.

### 13.27 China forma especialistas angolanos

*Jornal de Angola*  
9 De Agosto de 2018

A China vai formar técnicos dos ministérios da Agricultura e Florestas, e das Pescas e do Mar,

anunciou ontem em Luanda a Embaixada daquele país. Os 24 técnicos vão participar, a partir desta quarta-feira, na China num seminário sobre agricultura, pecuária e pesca, com foco para tecnologias e inspecção de qualidade.

O seminário, com a duração de 20 dias, é organizado e financiado pelo governo chinês. Durante a formação, vão ser realizadas várias actividades, como palestras, intercâmbio com entidades chinesas e visitas a fábricas de processamento de produtos agrícolas, pecuários e pesqueiros, órgãos de inspecção da qualidade e institutos de investigação tecnológica. Com esta formação, os participantes vão obter mais

### 13.28 China consolida posição, de principal parceiro de África em trocas comerciais e projectos

*Jornal: Expansão*  
31 De Agosto de 2018  
Martins Chambassuco

Em menos de duas décadas, o saldo de contratos para a construção de obras públicas e infra-estruturas e de prestação de serviços celebrados por empresas e entidades chinesas em África disparou 4.578% para 51,5 mil milhões USD. No ano 2000, esse valor era de 1,1 mil milhões USD, de acordo com cálculos do Expansão sobre dados do Instituto Nacional de Estatística da China.

Este saldo resulta do somatório dos projectos de construção que empresas chinesas têm em África com a mão-de-obra exportada por empresas chinesas. (página 4). Apesar de as trocas comerciais terem diminuído em 2016, consequência da descida dos preços das commodities, em 2017 voltaram a ganhar terreno.

De acordo com a secção política da embaixada da China em Angola, em 2017, as trocas comerciais entre o 'gigante asiático' e África, atingiram 170 mil milhões USD, fazendo com que a China se tornasse, pelo nono ano consecutivo, o maior parceiro comercial do continente africano. Face a 2016, houve um aumento de 32,8% nas trocas comerciais (importações e exportações).

Olhando para os dados do instituto de estatística chinês (página 4) a partir de 2000, é perceptível que foi a partir da década de 2010 que ocorreu um 'boorn' nos contratos de construção e serviços contratados por países africanos à China. Foi precisamente em 2000, quando foi instituído o Fórum de Cooperação China África (FO-FAC) que, pela terceira vez vai reunir, na capital chinesa, líderes africanos, nos dias 3



e 4 de Setembro. Apesar de críticas ao avanço chinês em África, uma sondagem de 2016 do Afro barómetro revela que 63% dos africanos considerava naquele ano que a influência chinesa em África é positiva, justificando o seu posicionamento com os investimentos da China em infra-estruturas, enquanto 27% apontava críticas à qualidade dos produtos chineses. No entanto, em Angola, que não fez parte da sondagem, são vários os empresários a queixarem-se da qualidade de algumas obras públicas realizadas por empresas chinesas.

Africanos compram menos com a queda dos preços do petróleo, em 2016, vários países africanos entraram em crise, diminuindo, assim, as compras ao gigante asiático naquele ano. E1)2016, as exportações chinesas para África caíram 41%, para 88,0 mil milhões USD, contra os 150,3 mil milhões USD de 2015 (ver página 4).

Mas as vendas para a China, praticamente só petróleo e outras commodities, também sofreram uma forte queda de 2014 para 2015, recuperando ligeiramente em 2016. As importações da China em África aumentaram 3%, para os 39,9 mil milhões USD em finais de 2016, comparativamente ao ano anterior, em que a China importou de África 38,8 mil milhões USD. No ranking dos maiores clientes da China, a África do Sul liderou. Até 2016, o país do arco-íris, importando bens e serviços, valor de 13,5 mil milhões USD, seguido pelo Egipto e Nigéria, com 10,4 e 9,4 mil milhões USD, respectivamente. Angola, em 2016 ocupou a 16ª posição, tendo feito compras de 1,6 mil milhões USD. Entre os fornecedores africanos da China, Angola lidera o top 10 exportadores africanos, seguido pela África do Sul e Congo. O País portou produtos, em 2016, de acordo com as autoridades chinesas valor de 13,9 mil milhões USD sua maioria petróleo, enquanto África do Sul e o Congo não param dos 6,8 mil milhões e 2,3 milhões USD, respectivamente.

A parceria China-África, acordo com um estudo da com tora norte-americana McKinsey & Company, publicado em Junho "já trouxe a África 10 mil empresas chinesas". O Investimento Directo Estrangeiro (IDE) chinês em África cresceu cerca de 40% por ano, indica a McKinsey, revelando que, na última década, o comércio entre a China: continente africano cresceu a uma média anual de 20%, enquanto terço das empresas chinesas África registou margens de lucro mais de 20%. Já a presença no continente entre 2013 e 2016, dos trabalhadores chineses aumentou 6, ( para os 227,4 mil operários. A secção política da embaixada: chinesa revelou que aquele para além de ser o maior parceiro comercial e financiador de Angola já se tornou no maior mercado

origem das importações Angola nas. Para a China, Angola é o segundo maior parceiro comercial.